

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ZAIRA SABRY AZAR

**RELAÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO MARANHÃO: o assentamento Califórnia
como uma expressão**

**SÃO LUIS
2013**

ZAIRA SABRY AZAR

**RELAÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO MARANHÃO: o assentamento Califórnia
como uma expressão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão
para a obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas

Orientadora: Pr^a Dr^a Marina Maciel Abreu

SÃO LUIS

2013

Azar, Zaira Sabry

Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão/Zaira Sabry Azar/ São Luis.- 2013.

283f

Orientadora: Prof^a Dr^a Marina Maciel Abreu

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2013.

1.Desenvolvimento 2. Questão agrária. 3. Campesinato 4. Agronegócio 5.Relações de trabalho e resistência camponesa. I. Título

CDU: 333.013.6 (812.1)

ZAIRA SABRY AZAR

**RELAÇÕES DE TRABALHO E RESISTENCIA CAMPONESA NO
DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE NO MARANHÃO: o assentamento Califórnia
como uma expressão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão
para a obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas

Aprovada em: / /2013

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marina Maciel Abreu (Orientadora)
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Aluizio Lins Leal
Doutor em História Econômica
Universidade Federal do Pará

Prof^a. Dr^a. Josefa Batista Lopes
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
Doutor em Políticas Públicas
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dr^a. Ilse Gomes Silva
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão

Ao ***Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra***, expressão da resistência camponesa nas várias dimensões da vida.

Ao ***Francimar Alexandre Batista Mota***, que na luta camponesa no Maranhão, conheceu o poder repressivo do Estado e a perseguição dos inimigos do campo.

A Ir. Anne Caroline Wihbey, que com seu compromisso com os pobres mostra o verdadeiro Evangelho de Jesus.

AGRADECIMENTOS

Comungo com a ideia da impossibilidade de qualquer trabalho acadêmico ser feito de forma individual, aliás, não acredito em nada que se apresente individualmente. No caso, ainda que a construção teórica seja solitária, enquanto ato material, as idéias resultam de um caminho já percorrido por outros que, gentilmente, nos emprestam suas teorias. Os privilégios que tive no processo desta pesquisa são de toda ordem: espaços, pessoas, tempos, idéias, dedicações, cobranças, estímulos e muitas contribuições. Então, com alegria e reconhecimento agradeço de todo coração

A Deus, fonte criadora de tudo, motivo de tudo. Esta certeza me fortalece.

À minha família, meus irmãos Luiz, Bernardo, Faruk, José e Jairo; minhas irmãs Aida, Laila, Zeila, Zaida, Fárrara e Cherra. Cada um, a seu modo, me fazendo aprender. Todos, que nos processos da vida mostram de forma tranquila o poder do amor familiar. Em especial, à minha adorada mãe, por todos os motivos.

À família Barbosa, dona Maria, Núbia e Thaináh, o encontro de três gerações, que no convívio diário me fazem sentir a segurança e a amizade própria de uma família. Serei sempre grata por todas as acolhidas.

À professora Marina Maciel Abreu, minha orientadora desde o mestrado, difícil externar meus agradecimentos. Sempre com paciência, respeito, amizade e firmeza, me fazendo refletir sobre as várias dimensões da orientação, especialmente nesta jornada, que com todos os reveses e provações da vida, manteve a coerência e o rigor da pesquisa, reiterando o compromisso e a disciplina que um trabalho acadêmico requer. Toda a minha gratidão e amizade.

À militância do MST que me faz vivenciar os prazeres da coletividade. De forma muito especial a Elias, Lenilde, Ines, dona Eliane, Gilzane, Vania, Edivan, Edileu, Jonas, Simone, Gorete, Kátia, Marcinha, Irismar, Alzerina, Pedrinho, Noé, Kethlyin, Divina, Luis Antonio, Deusinha, que de todas as maneiras participaram desta pesquisa. Nossa convivência me fortalece politicamente. É para isso que estudo, para poder compor com vocês esta luta tão importante para a sociedade brasileira. Pessoalmente, cada um e cada uma sabe de minha amizade e respeito.

Às famílias sem terra, que com sua luta me dão a certeza da resistência camponesa no Maranhão. Em especial agradeço às famílias do assentamento Califórnia e mais particularmente às que se colocaram a contribuir com esta pesquisa através das entrevistas, das conversas, das ideias, questionamentos e sugestões para o debate a ser aqui travado. Tive momentos de muitas aprendizagens na convivência com todos e agradeço em nome das lideranças dona Eva, dona Antonia, *seu* Justino, *seu* Rui, *seu* Olendino, *seu* Zé Luis, Antonio, Tim, Ozias, Edileuza e Maria, Ivani e Maria, Andrade. Neste grupo também se encontra a minha querida Joaninha, que me acolheu com o carinho próprio da amizade, mas também com a consciência política deste trabalho. A todos, muito obrigada!

Para o trabalho de campo também contei com uma equipe especial de pesquisadores e amigos: Cintia, Evandro, Iuri, Antonio, Zé Luis, Jonas, Vânia, Kátia, Klézio, Tamires, Leticia, Lucas e Lizandra. Além de José Ferreira Mendes Filho, que, de forma muito gentil, me possibilitou informações importantes sobre o assentamento.

Ainda no campo da amizade e da ajuda, agradeço com toda a gratidão à Desni Lopes, que deixou seus afazeres e junto com sua Vida (Vladimir) se mudou para ajudar na fase final deste texto, organizando muitos aspectos monográficos. Obrigada também ao Vladimir, que mudando a rotina própria de seus oito anos, deixou a gostosa comida da vovó e se adaptou até à lentidão de minha internet. Nossa amizade vai para além destas atividades, mas o trabalho feito foi fundamental para o cumprimento dos prazos. Aos dois, muito obrigada!

À CAPES, que com a concessão da bolsa de estudo, me possibilitou mais tranquilidade ao período de estudo.

A academia, por excelência, constitui espaço teórico, mas as relações estabelecidas nos vários espaços me possibilitam construir novas e fortalecer antigas amizades. Assim, agradeço ao GSERMS, meu grupo de estudo e pesquisa, onde pude avançar na construção teórica e conviver com pessoas dedicadas como a professora Nonata Santana, a quem muito admiro.

Nesta mesma perspectiva, agradeço ao Departamento de Serviço Social – DESES, pela maravilhosa oportunidade de aprendizagem e de amizades. Foram muitos momentos importantes para minha vida. Agradeço a todas as professoras, que me receberam com muito respeito e carinho, principalmente à Silvane Magali, Aurora, Cristiana Costa, Marli Dias, Marli Alcântara, Célia Martins, Claudia Durans, Silse, Cleonice. Junto com Mariana Berger e Adriana Froes, na condição de professoras substitutas, construí novas amizades. Agradeço com carinho à professora Socorro Alves, reparando assim, um lapso do passado.

Também agradeço ao PPGPP, a todo o corpo docente, em especial às professoras Ozanira e Salviana, pela dedicação à coordenação do Curso, anteriormente e na gestão atual, além dos professores Benjamim, Josefa, Valéria, Flávio, Ilse e Elizabeth, cada um contribuíram com o meu processo de estudo. De forma muito particular, agradeço à dona Isabel, que sempre atenciosa, competente e querida me faz ser querida; ao Edson, que ameniza a dureza dos processos com sua descontração; ao Augusto, que sereno e tranquilo mostra o empenho no atendimento a todos; ao Júlio e Célia, cada um, gentilmente, contribuindo com o Programa e os alunos, por fim à Fabrícia, que alçando outros vãos não deixa de compor o grupo.

Aos colegas de turma do doutorado, especialmente, Lilia Penha, Alberico, Georgia e Elizeu. Silvane Magali e Valdira Barros, que mais que colegas de estudo são mestras de minha vida.

À professora Josefa Lopes, referência para mim desde a graduação, coordenadora do GSERMS, que desde o mestrado muito tem contribuído com minha formação de pesquisadora. Suas observações nas bancas sempre me ajudam a melhor desvendar o objeto de pesquisa. Como militante política, contribuiu para minha opção profissional pela classe trabalhadora.

Ao professor Aluizio Lins Leal que, muito gentilmente, se dispôs a compor minha banca. Para mim, uma honra poder contar com sua clareza política e teórica. Grata pela gentileza!

Ao professor Ribamar Sá Silva, pelas muitas conversas, pelas contribuições por ocasião da qualificação e por me proporcionar momentos de aprendizagem nas várias ocasiões de trabalho juntos. Meu respeito e admiração pelo trabalho e dedicação dispensada à

educação do campo e aos jovens que estão tendo a oportunidade de romper as cercas da universidade.

Ao professor Horácio Antunes Sant'Ana Junior, que, por motivos alheios às nossas vontades não comporá esta banca, mas que deu sua contribuição a este trabalho, com sua participação no meu processo de pesquisa, já por ocasião do mestrado, compondo a banca de defesa e na qualificação desta tese.

À professora Ilse Gomes Silva que, gentilmente, aceitando compor esta banca, participa de forma muito interessante de minha vida acadêmica: no início, compondo a comissão do processo seletivo do doutorado, posteriormente, em sala de aula, como professora e agora, compondo minha banca.

À professora Zulene Muniz Barbosa, que solidariamente se dispôs à suplência desta banca examinadora. Amiga atenciosa que ao longo de todo o processo me estimulou, acreditando sempre neste trabalho.

À professora Adelaide Ferreira Coutinho, que em meio a tantas tribulações aceitou compor a suplência desta banca. Meu respeito pelo trabalho e empenho na luta pela Educação do Campo.,

Gostaria ainda de agradecer ao Ricardo Sousa Almeida, geógrafo, que de tão boa vontade e cheio de tarefas, dispensou tempo para a construção dos mapas. Muito obrigada!

Ao senhor José Reinado Barros, Ribeiro Junior, que com gentileza e disponibilidade na disposição e explicação dos indicadores do IBGE me fez acreditar no serviço público brasileiro.

À professora Arleth Borges, amiga querida, por ter me provocado estudar.

Quero agradecer ainda à Rosângela Borges, pela insistência em ser gentil comigo. Pela atenção, apoio e compreensão em cada momento que precisei. Sou grata pela amizade.

E, por fim, agradeço com especial deferência a Jonas Borges, absoluta e simplesmente por tudo. Namorado amado que me aceitou para seguir junto os rumos da vida, principalmente da amizade, da ternura e da luta.

Eu sou Manoel Conceição Santos, negro, lavrador, não escolarizado, brasileiro e natural do estado do Maranhão, nascido no povoado Pedra Grande, município de Pirapemas e, agora em 24 de julho de 2012, completarei 78 anos.

Naturalmente, cada um de nós tem uma história, história real que prosseguimos escrevendo nas páginas do livro de nossa vida enquanto conseguimos ir sobrevivendo. Mas, além desta história real, que é praticamente impossível de ser descrita em sua totalidade, existem as histórias formalizadas e informais, que são as formas que as pessoas e instituições nos vêem ou tentam qualificar.

Primeiramente, eu gostaria de esclarecer que, em muitos aspectos, minha história é praticamente impossível de ser compreendida como uma história individual, pois a mesma guarda diversos pontos comuns com a história de muitos de meus companheiros e de minhas companheiras, que assim como eu, colocaram suas vidas a serviço de causas coletivas de uma classe, a classe trabalhadora, da qual somos parte. Assim, minha história é individual e ao mesmo tempo coletiva. Certamente mais coletiva que individual

(Manoel da Conceição, líder camponês. Depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa Federal, em 16 de maio de 2102)

RESUMO

A presente pesquisa analisa as relações de trabalho e resistência camponesa demarcadas no desenvolvimento dependente no estado do Maranhão nas transformações contemporâneas, particularizadas na realidade do assentamento Califórnia, Açailândia, organizado este assentamento pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no processo de luta pela terra nesta unidade federativa. Considera que as relações de trabalho sofrem determinação histórica e têm como base as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, como a necessária reprodução de formas não capitalistas de produção, a exemplo do campesinato. Neste sentido, as famílias do assentamento vivenciam as contradições políticas e ideológicas que caracterizam a política de reforma agrária brasileira, assim como se insere na dinâmica socioeconômica do município, expressão da reestruturação do trabalho exigida pela atual crise do capital, sendo que as novas formas de organização produtiva utilizam mecanismos e estratégias destrutivas, representadas, principalmente, por atividades minerosiderúrgicas e pelo agronegócio, que se sustentam com a intensificação da precarização do trabalho. O papel que o estado tem assumido na nova divisão internacional do trabalho tem forte incidência sobre a questão agrária, que sofre alterações importantes com a reconfiguração dos sujeitos sociais do campo, assim como das relações de trabalho e da resistência. A pesquisa mostra que apesar destas reconfigurações as famílias camponesas têm criado estratégias e mecanismos de luta e resistência que vão para além da luta pela terra, com articulações políticas internas e externas, organização da produção e formação técnica e política, com o objetivo de garantir sua reprodução social. Desta forma, recorre às categorias teóricas de desenvolvimento, questão agrária, campesinato, agronegócio, relações de trabalho e resistência camponesa.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, questão agrária, campesinato, agronegócio, relações de trabalho e resistência camponesa

ABSTRACT

The present research analyses the relations of peasants' work and resistance marked by the dependant development in the State of Maranhão in the contemporary transformations, particularized in the reality of the settlement California, Acailandia, a settlement organized by the Movement of the Landless –MST- in the process of the struggle for land in this Federal Unit. Considering that the work relations suffer historic determinations with a root in the inherent contradictions of the capitalist production manner, brought forth the necessary reproduction of non-capitalistic forms, such as the example of the Peasantry. In this manner, the families in the settlement experienced the political and ideological contradictions that characterize the Brazilian Agrarian Reform policy, as well as inserting themselves into the socio-economic dynamic of the Municipality as expression of the restructuring of work demanded by the present capital crisis given that the new forms of productive organization utilizes destructive mechanisms and strategies-represented by principally by the Mining Industry's activities and by the agribusiness which sustains itself through the intensification of precarious work. The role of the State assumed in the New International Labor Division has a strong link with the Agrarian Question that suffers important alterations with a reconfiguration of the social country folk as well as the work relations and resistance. The research shows that in spite of these reconfigurations the peasant families have created struggle strategies, mechanisms and resistance that go beyond the land struggle with political articulations, both internal and external, production organization along with technical and political formation with the object of being guaranteed their social reproduction. In this way they turn to the categories of development, the agrarian question, the countryside, the agribusiness, work relations and peasant resistance.

Key words: Development, Agrarian Question, Peasantry, Agribusiness, Work Relations, Peasantry Resistance

LISTA DE SIGLAS

- ALCOA** - Consórcio de Alumínio do Maranhão
- ALUMAR** - Consórcio de Alumínio do Maranhão
- ASSEMA** - Associação em Áreas de Assentamentos do Estado do Maranhão
- ATAM** - Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
- BASA** - Banco da Amazônia
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CDVDH** - Centro de Defesa e da Vida e dos Direitos Humanos
- CELMAR** - Companhia Celulose do Maranhão
- CENTRU** - Centro de Educação do Trabalhador Rural
- CEPAL** - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CESTE** - Consórcio Estreito Energia
- CGU** - Controladoria Geral da União
- CLACSO** - Centro Latino Americano de Ciências Sociais
- CNA** - Confederação Nacional da Agricultura
- CNAE** - Conselho Nacional de Atividades Econômicas
- CODAM** - Conselho de Desenvolvimento da Amazônia
- COMARCO** - Companhia Maranhense de Colonização
- CONDEL** - Conselho Deliberativo
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CONTEC** - Conselho Técnico
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CSN** - Companhia Siderúrgica Nacional
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- CVRD** - Companhia Vale do Rio Doce
- DIEESE** - Departamento Intersindical da Estatística e Estudo Socioeconômico
- EFGC** - Empresa Ferro Gusa Carajás
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FERAESP** - Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo
- FETRAF** - Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
- FIEMA** - Federação das Indústrias do Estado do Maranhão
- GERA** - Grupo Executivo de Reforma Agrária
- GSERMS** - Grupo de Estudo, Pesquisa e Debates em Serviços Sociais
- GTDN** - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IMESC - Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

ITR - Imposto Territorial Rural

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDICM - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MESBLA - Sociedade Anônima Brasileira Estabelecimentos Mestre et Blatgé

MIQCB - Movimento de Mulheres Quebradeira de Coco Babaçu

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

OLEAMA - Oleaginosas Maranhenses S/A

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCA - Paradigma do Capitalismo Agrário

PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S/A

PGC - Programa Grande Carajás

PIB - Produto Interno Bruto

PIS - Programa de Interação Social

PL - Projeto de Lei

PNB - Produto Nacional Bruto

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPGPP - programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

PQA - Paradigma da Questão Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária

PVEA - Plano de Valorização Econômica da Amazônia

RIMISP - Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural

SANBRA - Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SRB - Sociedade Rural Brasileira

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais de Açailândia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TCU - Tribunal de Contas da União

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil

VARIG - Viação Aérea Riograndense

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Principais empresas exportadoras do complexo soja (%) – Maranhão (2007).....	84
Gráfico 2	- Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado - Brasil (2003)...	99
Gráfico 3	- Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado – Brasil 2008.....	100
Gráfico 4	- Estabelecimentos por Estrato - Brasil (1980/2006).....	179
Gráfico 5	- Estabelecimento por Área - Brasil (1980/2006).....	180
Gráfico 6	- Número de Estabelecimentos Nordeste – (1980 /2006).....	181
Gráfico 7	- Área ocupada pelos estabelecimentos - Nordeste (1985/2006).	182
Gráfico 8	- Número de Estabelecimentos por Estratos - Maranhão (1980/2006).....	183
Gráfico 9	- Área ocupada pelos estabelecimentos Maranhão – (1980/2006).....	183
Gráfico 10	- Política de obtenção de terras - número de assentamento Brasil (2003 – 2006).....	224
Gráfico 11	- Política de obtenção de terras - áreas dos Assentamento – Brasil (2003 – 2006).....	225
Gráfico 12	- Política de obtenção de terras - número de assentamento – Brasil (2007 – 2009).....	226
Gráfico 13	- Política de Obtenção de terras - área de assentamento – Brasil (2007 – 2009).....	226
Gráfico 14	- Famílias assentadas - Brasil – 1995 a 2011 (em milhares).....	228
Gráfico 15	- Distribuição da população conforme a sua condição na distribuição de renda (em %) – Açailândia (2010).....	240
Gráfico 16	- Percentual da renda pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos – Açailândia (2000).....	241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Distribuição dos ocupados segundo sua posição na ocupação Brasil, Nordeste e Maranhão – 2008 (em %)	48
Tabela 2	- Participação % das Exportações no PIB – Brasil (2002 - 2011)	60
Tabela 3	- Exportação por valor agregado em % Brasil (2003 -2012)	60
Tabela 4	- Exportação dos setores industriais por intensidade tecnológica (%) Brasil (2010 - 2012)	61
Tabela 5	- Composição e contribuição setorial para o crescimento do valor adicionado na economia maranhense entre 2002 e 2008 (% ao ano e % do total)	71
Tabela 6	- Crescimento do PIB setorial e por atividades econômicas selecionadas – Brasil, Nordeste e Maranhão (décadas 1980 e 1990)	78
Tabela 7	- Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setores e grupos de atividades: Total e participação no total - Maranhão (1980,1992 e 2006)	79
Tabela 8	- Evolução da produção de soja no Maranhão (1990 a 2010)	83
Tabela 9	- Crescimento do PIB setorial nas décadas de 1980 a 1990 – Maranhão	84
Tabela 10	- Pessoas com mais de 10 anos ocupadas por setor econômico – Maranhão (1980-1992 e 2006)	86
Tabela 11	- Brasil: Exportações agropecuárias (2007 e 2008)	87
Tabela 12	- Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas Brasil 2003 – 2010 (em nºs absolutos)	101
Tabela 13	- Comparativo de admissão e demissão no setor agropecuário – Maranhão (1998 – 2005)	102
Tabela 14	- Estrutura fundiária na área de influência da Ferrovia Carajás – Ponta da Madeira – ano 1985	105
Tabela 15	- Distribuição de terras por tipo de estabelecimento – Brasil (2006)	184
Tabela 16	- Estrutura fundiária – Brasil (2009)	184
Tabela 17	- Estrutura fundiária – Maranhão (2006)	185

Tabela 18	-	Conflitos no Campo Brasil (2001 – 2011).....	186
Tabela 19	-	Evolução da ocupação e do emprego na agropecuária maranhense (1985-2006).....	188
Tabela 20	-	Evolução do rebanho bovino – Açailândia (2004 a 2010).....	236
Tabela 21	-	Evolução populacional – Açailândia (1991 a 2010).....	238
Tabela 22	-	População por situação de domicílio – Açailândia - MA (1991, 2000, 2007 e 2010).....	239
Tabela 23	-	Composição das exportações maranhenses (por principais categorias de produtos – US\$ e %).....	242
Tabela 24	-	Composição setorial do valor adicionado do agronegócio – Maranhão (2002-2005, em %).....	243
Tabela 25	-	Estrutura fundiária – Açailândia (1995-2006).....	247
Tabela 26	-	Créditos liberados para o Assentamento Califórnia – Açailândia – MA.....	278

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Participação da agricultura familiar – Brasil (2006).....	97
Quadro 1	- Das disposições sobre política agrícola, fundiária e reforma agrária Constituição Federal – 1988.....	207
Mapa 1	- Políticas de Obtenção de Terras Governo Sarney (1985 – 1989) – Brasil.....	209
Mapa 2	- Políticas de Obtenção de assentamentos Governo Collor-Itamar (1990-1994) – Brasil.....	212
Mapa 3	- Políticas de Obtenção Governo FHC/1 (1985 – 1988) – Brasil.....	217
Mapa 4	- Políticas de Obtenção de Terras - Governo FHC/2 (1999 -2002) Brasil.....	218
Mapa 5	- Localização geográfica de Açailândia – Maranhão.....	235
Mapa 6	- Localização geográfica do Assentamento Califórnia – Açailândia –MA.....	256

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. O MARANHÃO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE: implicações nas relações de trabalho no campo.....	42
1.1. O DESENVOLVIMENTO NACIONAL DEPENDENTE E A REINSERÇÃO SUBALTERNA DA ECONOMIA MARANHENSE NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	45
1.2. A CRISE ATUAL DO CAPITALISMO NEOLIBERAL E AS ESTRATÉGIAS DESTRUTIVAS DA PRODUÇÃO MINEROMETALÚRGICA E DO AGRONEGÓCIO: a intensificação do trabalho precarizado	64
1.3. A NEGAÇÃO/AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NA ECONOMIA MARANHENSE	117
2. A QUESTÃO AGRÁRIA E AS POLÍTICAS AGRÁRIAS NA BASE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIA CAMPONESA	140
2.1. CAMPESINATO E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate teórico-político	142
2.2. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: incidência sobre as relações de trabalho e resistência camponesa	176
3. O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NAS CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA E DAS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: particularidades das relações de trabalho e da resistência camponesa	231
3.1. O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NA DINÂMICA SOCIOECONOMICA DO MUNICÍPIO AÇALÂNDIA: processo histórico	232
3.2. RECONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS DESAFIOS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA	255
CONSIDERAÇÕES	303
REFERÊNCIAS	310

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto as relações de trabalho e resistência camponesa demarcadas no contexto do desenvolvimento dependente no Maranhão nas transformações contemporâneas, particularizadas na experiência do assentamento Califórnia, município Açailândia, estado do Maranhão. Trata-se de um assentamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, no contexto de luta pela terra desde a década de 1980, nesta unidade da federação, cuja singularidade é compreendida a partir das contradições inerentes ao avanço do capitalismo no campo.

O assentamento Califórnia expressa uma realidade concreta, síntese de muitas determinações e é demarcado neste estudo a partir da atual dinâmica de inserção do Maranhão no contexto do desenvolvimento dependente brasileiro, orientado pelo modelo neoliberal, cujas estratégias destrutivas incidem de forma direta na questão agrária, a qual, reconfigurada, altera as relações de trabalho e as formas de resistência camponesa.

Argumento que as relações de trabalho são determinadas historicamente e têm como base as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Então, entendo que “o desenvolvimento do capitalismo - e a sua conseqüente expansão no campo - se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural.” (OLIVEIRA, 2001, p.01), se contrapondo este entendimento à concepção teórica da homogeneidade absoluta do trabalho assalariado no campo, enquanto elemento do capitalismo moderno.

Deste modo, compartilho do entendimento de que a hegemonia produtiva constituída nos moldes capitalistas estabelece “relações tipicamente capitalistas, nas quais os trabalhadores se acham divorciados dos meios de produção, inserindo-se no mercado como portadores da exclusiva mercadoria força de trabalho” (PAULINO, 2006, p.29), mantendo relações de assalariamento com os detentores dos meios de produção; porém, estas relações não se configuram de forma ampla e total a ponto de suprimirem completamente outras formas de produção consideradas tipicamente não capitalistas.

Na particularidade do campo, tais relações, em um contexto bastante complexo, podem ser encontradas de forma diversificada. Dentre elas, estão relações tipicamente familiares, nas quais o trabalho tem como base o controle exercido pelas famílias sobre os meios e o processo de produção; relações de arrendamento, onde as famílias não tendo a posse ou propriedade da terra são submetidas a relações de exploração pelo considerado proprietário da terra; relações de pagamento de foro; relações de parceria, e

tantas outras. Porém, muitas vezes, os considerados proprietários dos meios de produção por motivos diversos não se enquadram aos “princípios básicos da ordem capitalista [...] contrariando o mecanismo de compra e venda da mercadoria força de trabalho” (PAULINO, 2006, p.29). Como exemplo pode ser destacado a utilização do trabalho escravo, recurso amplamente utilizado nas várias regiões do país.

Em meio a este emaranhado de processos sociais que configuram as relações de trabalho capitalistas e não capitalistas no campo estão “as formas autônomas de trabalho, derivadas do controle dos meios de produção pelos proprietários da força de trabalho que, ao mobilizar a família e, esporadicamente, contratar força de trabalho complementar, asseguram a produção/reprodução camponesa”. (PAULINO, 2006, p.29)

Ou seja, é no contexto das contradições próprias do desenvolvimento da produção capitalista que o modo de vida camponesa se reproduz, enquanto uma singularidade aqui explicada na totalidade das relações sociais estabelecidas que, no contexto sócio-histórico brasileiro se apresenta de forma particularmente contraditória, posto que no momento que o capitalismo nega o campesinato, enquanto forma não capitalista de produção, o cria e recria subordinando-o às relações capitalistas de produção. (OLIVEIRA, 2007).

No marco destas contradições, o assentamento Califórnia tem enfrentado questões estruturais, políticas e ideológicas que caracterizam sua trajetória desde o ano 1996, quando iniciou a organização das famílias para a ocupação da fazenda. Assim, a reprodução social camponesa no assentamento Califórnia se particulariza enquanto uma unidade socioterritorial em suas dimensões econômica, política, social, ideológica e cultural “cuja complexidade é determinada na totalidade das relações constituídas da realidade maranhense nos marcos sócio-históricos da sociedade brasileira” (AZAR, 2005, p.28)

Neste sentido, o assentamento em questão,

... se constitui da diversidade histórico-social, caracterizada por combinações que abarcam a origem territorial das famílias, as relações de trabalho, suas crenças religiosas, sua forma de luta pela terra e capacidade de organização política, ou seja, sua particularidade encontra-se na diversidade dos processos vividos por cada assentamento e as relações gerais das quais fazem parte. (AZAR, 2005, p.29)

O assentamento citado se constitui, enquanto resultado da luta pela reforma agrária, na formação socioeconômica brasileira, caracterizada pelo desenvolvimento dependente, econômica e politicamente. Particularmente, o assentamento compõe a dinâmica de inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho.

Açailândia, município onde se localiza a referência empírica desta pesquisa, expressa bem o papel do estado do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho apontada acima ou na “nova rodada transnacional do capital” (BARBOSA, 2006) e sua incidência sobre a questão agrária. Por um lado, tem privilegiado a produção de *commodities* agrícolas e de minério, assim como a pecuária, toda ela orientada, principalmente, para o mercado externo e; por outro lado, este capital tem inserido, de alguma maneira, as famílias camponesas em sua dinâmica, seja articulando-as ao processo produtivo, seja fornecendo-lhe insumos agrícolas, material e instrumentos de trabalho.

Na reconfiguração das relações de trabalho ocorrida na dinâmica socioeconômica de Açailândia, o campo tem sido afetado de forma direta em várias dimensões, sendo a mais importante o fato de que o campo tem deixado de ser lugar de produção de alimentos e tem se tornado produtor de mercadorias, o que implica graves conseqüências em outros aspectos da vida no campo, a exemplo das questões culturais e das relações sociais. Tais mudanças têm como determinante a transmutação do latifúndio, como representação da classe dominante no campo, em agronegócio, cuja simbologia de modernidade tem contribuído para alavancar o *status quo* da produção comercial do campo.

A atual dinâmica socioeconômica do município, assim como a estadual, expressa a crise desencadeada na organização do trabalho sob a égide capitalista, cujo receituário neoliberal implica na adoção de medidas de proteção ao capital, o que acontece, dentre outras coisas, com a descaracterização dos direitos conquistados pela classe trabalhadora e o desmonte do Estado. Na reorganização do trabalho imposta, as relações de trabalho são reconfiguradas, havendo o privilegiamento de formas precarizadas de trabalho.

A premissa adotada neste estudo é que no estado, as relações e condições de trabalho constituem um padrão de produção e consumo da força de trabalho caracterizado por autoritarismo, atualmente manifesto na reestruturação da produção e do trabalho. Particularmente no campo, as transformações recentes incidem na

reconfiguração da questão agrária com o surgimento de novos sujeitos e novas relações sociais e de produção; novos contextos, alteração do meio ambiente; novas manifestações culturais e novas relações com o meio; além de novas formas de luta e resistência.

O processo metodológico desta tese referencia-se na periodização das transformações socioeconômicas recentes no Maranhão utilizada por Lopes e outros (2006), para quem a reinserção estadual na expansão capitalista, tem como marco os anos de 1980. As autoras consideram que, de forma muito particular, este estado expressa as estratégias destrutivas do capital, o que acontece a partir de dois movimentos produtivos: um representando a dimensão industrial da produção no estado e outro, a produção agropecuária comercial.

O primeiro vetor produtivo, o industrial, é capitaneado por grandes grupos e corporações nacionais e transnacionais, a exemplo do Consórcio ALCOA BILINGTON, conhecido como Consórcio Alumar e da empresa Vale, em que a produção se materializa, principalmente, pela indústria de transformação minerometalúrgica, com a extração, processamento e exportação do ferro e da bauxita; assim como do Centro de Lançamento Aeroespacial de Alcântara – CLA, órgão de responsabilidade da aeronáutica brasileira no projeto de lançamento de foguetes. Tal industrialização sofreu impulso no âmbito do Programa Grande Carajás, implantado na década de 1980, cuja retórica se pautava no desenvolvimento regional e geração de empregos.

O segundo vetor apontado pelas autoras trata do agronegócio, cuja prática agropecuária tem como expoente os monocultivos de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu, assim como a pecuária extensiva, que redesenham a produção do campo maranhense e implicam consequências nos processos de mediação entre capital e trabalho.

O Maranhão nos seus processos de organização da produção sempre cumpriu papel subalternizado na divisão nacional e internacional do trabalho. Inicialmente, com a produção colonial das fazendas, tanto no cultivo algodoeiro quanto canavieiro, assim como na pecuária; posteriormente, com a industrialização da amêndoa do babaçu. Em termos de industrialização da economia nacional, participou contribuindo com a baixa remuneração da força de trabalho operária então constituída, o que se deu mediante duas ações: pelo fornecimento de produtos básicos a custo reduzido e pela exportação de força de trabalho, formadora do exército industrial de reserva.

No contexto das transformações atuais, quando a economia estadual se insere na dinâmica econômica do capital monopolista, o conjunto dos projetos industriais e agropecuários, no âmbito das políticas econômicas de ajuste neoliberal, compõe a reestruturação da ação do capital, reconstrói a ideia de desenvolvimento e a função do Estado, “cuja preocupação central tem sido inserir o Maranhão na economia de mercado, atraindo investidores de outras regiões”. (ARAÚJO, 2008, p.25).

Tal determinação histórica implica a superexploração do trabalho implícita na produção destrutiva mundializada do capital, nesta unidade federativa, inserida em uma região periférica do sistema de acumulação. Observo, com a análise de Abreu e outros (2010), como tendências das relações de trabalho para a redução dos custos da produção e da reprodução da força de trabalho, a manutenção e aprofundamento da informalidade e a intensificação da terceirização e da subcontratação.

No que se refere à informalidade, os autores acima apontam que esta reflete a manutenção da reduzida inserção de trabalhadores no sistema produtivo e a desestruturação das bases produtivas da agricultura familiar camponesa. Já no que tange à terceirização, a mesma expressa a descentralização da produção para empresas micro e médias, cuja organização segue padrão gerencial sustentado na redução do modo de contratação direta da força de trabalho, na flexibilização das relações trabalhistas, no rebaixamento de salário e no prolongamento da jornada de trabalho, o que contribui de forma intensa para a alta rotatividade de trabalho, reforçando a subcontratação e a intensificação da precariedade das relações de trabalho.

A terceirização baseia-se “na intensificação das condições e mecanismos de exploração da força humana que trabalha” (SOARES, 2010, p.14) e, representa estratégia da reorganização dos processos de trabalho que fundamenta o padrão de acumulação flexível de produção. No Maranhão, apesar do complexo minerometalúrgico, como já dito, se justificar pela geração de renda e emprego, empresas e corporações importantes como a Vale¹, empresa considerada uma das maiores mineradoras do mundo e grande expressão do modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado, adotam a terceirização. No caso específico da produção industrial do corredor Carajás,

¹ A atual empresa Vale, inicialmente nomeada Companhia Vale do Rio Doce, atua no Maranhão em um complexo de produção mineral, que comporta as atividades de extração, transporte e exportação. O minério, extraído na mina Carajás, no Pará é transportado por transporte ferroviário até o Porto de Ponta, em São Luís, capital do estado do Maranhão. Sua ferrovia atravessa, apenas no Maranhão, cerca de vinte municípios e inúmeras comunidades. Suas atividades, apesar de centrarem no complexo mineral, articulam-se com várias cadeias produtivas, as quais passam por práticas industriais e agropecuárias.

... a terceirização vem sendo utilizada, fundamentalmente, como estratégia para a redução de custos com a produção e reprodução da força de trabalho, seja em atividade-meio, seja em atividade-fim, no intuito de permitir que a Vale obtenha ganhos em produtividade e em lucratividade. Esse processo tem contribuído para a demissão de trabalhadores efetivos, evidenciando o quadro de precarização e insegurança no trabalho a que estão expostos. (SOARES, 2010, p.18)

As formas precarizadas de trabalho podem ser encontradas, então, nos chamados grandes projetos de investimento econômico no estado. E, particularmente no campo, as novas formas de organização da produção impostas pela reestruturação produtiva incidem em práticas como o trabalho terceirizado, quando a empresa contrata outra empresa para a realização de atividades de sua responsabilidade, sendo que com isso, a empresa se desresponsabiliza das obrigações e garantias trabalhistas dos empregados, que, contratados por empresa terceirizada, são submetidos a condições de instabilidade trabalhista e precariedade na realização das atividades.

Outras práticas são o trabalho temporário, com a contratação da força de trabalho para tempos previamente determinados, a exemplo das atividades de colheita e trabalho de diarista, realizado com pagamento por dia de atividade; a subcontratação, no caso com as atividades produtivas realizadas no próprio domicílio; o trabalho informal, onde os camponeses são submetidos a atividades sem quaisquer referências trabalhistas; a terceirização, com jornadas intensas e extensas de trabalho e; o trabalho escravo, que descaracteriza de forma contundente as relações capitalistas de produção, pois que além de não desprezar a forma de pagamento assalariado da força de trabalho, cerceia a liberdade física de seu proprietário. Tal prática incorre em estratégia recorrente na produção agrícola de muitas grandes fazendas e na produção de carvão vegetal, tanto no estado como no país, de forma geral.

Ou seja, no campo

... a redefinição da esfera produtiva é marcada pela presença de empresas que investem seus capitais em desenvolvimento técnico-científico, contratação de profissionais qualificados, na mecanização das atividades e na informatização das informações e matriz tecnológica centrada na alta produtividade e rendimento, cujas relações de trabalho tomam por base a redução dos custos de produção, implicando isto, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. (AZAR, 2009, p.03)

A penetração do capitalismo no campo rebate na propriedade da terra, nas relações de trabalho ali estabelecidas, assim como na produção agropecuária propriamente. A questão é que na agricultura, a produção sofre modificações no que se refere ao seu papel tradicional de produção de alimentos e passa a produzir mercadorias,

de forma subordinada ao capital, no caso, ao capital industrial, que se expande cada vez mais.

No campo maranhense, as transformações recentes, portanto, apresentam como marco a inserção da economia maranhense na dinâmica de geração de divisas para o pagamento da dívida externa do país, sendo que em tal processo a produção de alimentos é preterida. Na implantação dos grandes investimentos econômicos, “as grandes empresas se apropriaram de extensas áreas dessa região (90% da terra disponível) e implementaram uma ocupação caracterizada pela expulsão dos posseiros, pelo desmatamento e implantação de pastagem...”(BARBOSA, 2006, p.97).

Assim, se antes o campo maranhense tinha como papel principal a produção de alimentos, transformação destes em mercadoria é possibilitada pela organização produtiva do agronegócio, estabelecido em todas as regiões do estado, com a instalação de polos estratégicos de produção de eucalipto, soja, bambu, cana-de-açúcar, principalmente, sendo encontrada também, a exploração aurífera e de gás.

Todos os projetos existentes demandam, invariavelmente, grandes extensões territoriais e, dispõem de abundante força de trabalho. Como consequências para as famílias camponesas, que dependem de forma primordial da terra, encontra-se o agravamento da concentração fundiária, a intensificação da expropriação dos meios de produção e da exploração da força de trabalho, o que implica no acirramento dos conflitos e tensões agrárias.

Neste contexto, muitas famílias camponesas do estado vêem-se condicionadas à migração para os centros urbanos, condição que se desdobra em várias outras, todas, invariavelmente, pautadas na precariedade das condições de vida urbana. Com isso, as cidades sofrem processo de urbanização desordenada, no qual as famílias expulsas do campo passam a ocupar as zonas periféricas, sem acesso aos serviços básicos de habitação, escola e saúde. Em termos de trabalho, passam a desenvolver atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação profissional, compondo, via de regra, o universo da informalidade.

Nesta tese, as relações de trabalho têm como demarcação a referência adotada por Abreu e outros (2009, p.02), do nexos entre trabalho assalariado e capital, onde se inserem a produção e o consumo da força de trabalho. Nestes termos, a condição de assalariamento desta mercadoria humana, assume conotação de centralidade na

discussão das relações de trabalho, uma vez que “materializa uma dimensão dessas relações que encerra a contradição fundamental consubstanciada na produção socializada e apropriação privada da riqueza social” (ABREU e outros, 2009, p.02)

Portanto, os processos produtivos no campo maranhense (periferia do sistema), reconfigurados no modelo neoliberal, cuja base estratégica se pauta na exploração destrutiva dos meios de produção, reconfiguram de forma particular a questão agrária do estado.

A questão agrária é aqui entendida como base constitutiva da questão social brasileira e em particular maranhense, a qual tem na estrutura fundiária concentradora a base das desigualdades geradas pelo metabolismo do capital, cujas implicações permeiam a luta de classes no campo, caracterizada no Maranhão por práticas de intensa violência contra as famílias camponesas, violência esta praticada, muitas vezes, com a anuência própria do Estado.

Portanto, enquanto categoria histórica, a questão agrária resulta das relações sociais, políticas e produtivas estabelecidas desde o período colonial entre senhores e escravos. Na atualidade, reconfigurada, tal questão se manifesta sob novas formas articuladas às velhas práticas, o que ocorre com a expansão do capital financeiro no campo, que passa a orientar as relações de trabalho neste espaço, no qual predominam as relações entre latifundiários, empresas agropecuárias e camponeses.

Nas contradições historicamente constituídas no campo, a centralidade da concentração da terra, considerada como entrave para o desenvolvimento econômico do país, pautou a luta pela reforma agrária como alternativa para a condição de atraso nacional em relação às economias centrais. Para estudiosos da problemática, a solução encontrava-se no fortalecimento do mercado interno, porém, para a perspectiva de expansão capitalista

... a estrutura fundiária do país, assim como as relações de trabalho no campo eram vistas como obstáculos àquela via de desenvolvimento. Por um lado, a baixa produtividade do latifúndio não poderia oferecer os gêneros alimentícios necessários aos centros urbanos. Ao mesmo tempo, a predominância de relações de trabalho não assalariadas faziam com que a população rural fosse também incapaz de se constituir num mercado consumidor para os produtos industriais. A bandeira da reforma agrária, neste contexto, aparece como a fórmula capaz de levar à superação daqueles obstáculos. (SANCHES, s/d, p. 02)

Assim sendo, a reforma agrária assumia a dimensão transformadora da realidade camponesa, na qual às famílias seriam possibilitadas melhorias das condições de vida, com a alteração da estrutura de posse e uso da terra e conseqüente penetração das relações capitalistas de produção nas atividades agropecuárias.

Reduzindo a questão do campo aos aspectos meramente relacionados à produção, a burguesia brasileira viu atendidos seus interesses de crescimento econômico e lucro com a expansão das práticas capitalistas na agropecuária, o que dispensou a necessidade desta classe resolver problemas estruturantes em relação à terra. Porém, a questão que se colocava apresentava-se para além do aspecto da produção agrícola em si, alcançando outras dimensões da vida do campo, pois o avanço capitalista na agricultura e pecuária intensificou as condições precárias em que viviam os camponeses, sendo agravadas a concentração da terra e a exploração da força de trabalho camponesa.

No processo, as famílias camponesas se articulam e se organizam pela terra e pela reforma agrária, agora numa perspectiva de questão agrária mais abrangente, para além da terra. No contexto, as famílias explicitam o reverso da “modernização” da agropecuária e a ampliação dos conflitos expõe além dos grandes latifúndios, grandes corporações empresariais e o Estado, passando a organização camponesa a exigir políticas públicas para o campo, como saúde, educação, moradia e produção.

Com a crise atual no capitalismo neoliberal, na reorganização do capital mundializado, coube à região periférica do sistema a produção de bens primários e, é nesta dinâmica que o Maranhão encontra-se inserido, adotando estratégias destrutivas de produção, em cuja centralidade encontra-se a exploração irracional dos recursos naturais e a intensificação das relações precarizadas de trabalho. Este estado federativo, no cumprimento de seu papel nesta nova divisão internacional do trabalho, inseriu e expandiu a produção agropecuária, organizada, como dito, nos moldes do agronegócio. Neste sentido, a entrada maranhense na rota da capital mundial impactou de forma profunda o campo, complexificando e reconfigurando a questão agrária.

Na organização do agroegócio “foram dinamizados e ampliados os investimentos de capital para a expansão e modernização da produção no campo, visando, sobretudo, a exportação”. (DELGADO, 2010, p.51), o que aconteceu, prioritariamente na agricultura, pecuária e setores da indústria. Assim, às formas antigas de produção são acrescidas

novas relações de trabalho, o que sugere o surgimento de novos sujeitos sociais e políticos no contexto atual.

Ou seja, em tempos de neoliberalismo, com o aprofundamento do ideário desmedido da produção regulada pelos interesses do mercado, o espectro latifundista se recria social e economicamente na figura do agronegócio, o qual se apresenta na atualidade como “totalidade em que não há possibilidade de outro modelo de desenvolvimento rural” (FERNANDES, 2008, p. 08). Reconfigurado, portanto, o velho novo latifúndio se recria através do agronegócio.

Com a nova gestão produtiva, os desdobramentos para a classe trabalhadora podem ser observados na intensificação do uso da mecanização e de recursos tecnológicos avançados e o uso de força de trabalho qualificada por parte de empresas agropecuárias. Neste aspecto, os projetos de monocultivos desenvolvidos no estado se apresentam em completa discrepância com a realidade das famílias camponesas, uma vez que a pobreza em que vivem, de modo geral, os camponeses maranhenses, a rudeza que caracteriza a ausência de recursos técnicos avançados no trabalho, a baixa qualidade da produção, a dificuldade de comercializá-la, tudo isso contrasta com a opulência apresentada nos pólos produtivos do agronegócio, seja da soja, eucalipto, bambu ou cana-de-açúcar.

Associado a isto, famílias camponesas são estimuladas, através de programas públicos, a desenvolverem sua potencialidade empreendedora, adotando a perspectiva do desenvolvimento rural e desarticulando politicamente a luta por reforma agrária e políticas públicas. Expressão disso é a investida e pressão que as famílias sofrem por parte das empresas responsáveis pelos monocultivos para que produzam as espécies referentes, a prática da exploração descontrolada da madeira ou ainda a produção do carvão vegetal.

Neste caso, é comum áreas camponesas, como assentamentos, comunidades quilombolas ou reservas indígenas serem assediadas para comporem estes processos. Emblemático também, a forma considerada autoritária da definição de projetos produtivos apoiados por programas federais, onde agentes financeiros muitas vezes condicionam a liberação de recursos à adequação dos projetos a determinado tipo de produção, tendo como critério para tal, a rentabilidade do produto. Por conta disso, muitos são os assentamentos que passaram a criar gado, ainda que pretendessem o cultivo de alguma

cultura agrícola. Com isso, acontece a disseminação da cultura do fazendeiro, descaracterizando a identidade camponesa.

Ainda como desdobramento do agronegócio nas relações de trabalho no campo, as políticas públicas de caráter compensatório, dispensadas às famílias pobres do campo, têm contribuído de forma contundente para a desconstrução da identidade camponesa. Neste sentido, o Maranhão, estado que apresenta indicadores que demonstram histórica pobreza, tem sido amplamente atendido por programas de distribuição de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, o que implica graves consequências, dentre o que pode ser destacado o fato de que tais programas têm como foco as populações de extrema pobreza, porém, no sentido da assistência e não de possibilitar alternativas viáveis de trabalho, condição básica do exercício da dignidade humana.

E, apesar da dinâmica econômica que os programas de distribuição de renda proporcionam às economias municipais do interior do estado, oportunizam também formas de controle dos poderes locais sobre as famílias pobres, principalmente do campo. E, de forma muito perversa expõe estas famílias a tratamentos pejorativos por parte de setores conservadores da sociedade, principalmente da classe média, que muitas vezes concebe tais programas como oportunismos dos pobres.

Outro aspecto importante ainda referente ao papel das políticas públicas no agravamento da atual questão agrária é o estímulo à migração rumo aos centros urbanos. Com as políticas de geração de renda para as cidades e a com a fragilidade das políticas para o campo, há a construção da ideia do “pleno emprego”, do desenvolvimento acelerado, da facilidade de ganhos, com a organização das frentes de trabalho em iniciativas econômicas em expansão como a construção civil. Com isso, muitos camponeses, e de forma muito particular, a juventude camponesa, é desestimulada a continuar no campo, a produzir no campo, seguindo rumo a destinos os mais diversos.

Por exemplo, do campo maranhense, seguem trabalhadores para todas as regiões brasileiras, seja para compor trabalhos sem exigência de qualificação profissional, como ajudante de pedreiro nas cidades, seja na própria produção agrícola comercial organizada pelo agronegócio, como a cana-de-açúcar, em São Paulo ou a colheita de maçã na região sul. O importante é que de uma maneira ou de outra, os processos migratórios fortalecem o agronegócio, porque contribuem com o esvaziamento

do campo, possibilitando a conquista de novos territórios por parte de grandes grupos empresários agropecuários.

E, por fim, demarcando implicações da atual reestruturação produtiva no campo sobre as relações de trabalho, os ajustes e as novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital têm intensificado a desestruturação do poder político e sindical, onde há confronto ostensivamente ao acúmulo político e organizativo dos trabalhadores, de modo geral, debilitando a capacidade de negociação das organizações (THOMAZ Jr, 2002, p.08). As manifestações deste fenômeno no Maranhão se encontram, por exemplo, na dificuldade de uma agenda comum dos sindicatos e organizações do campo, no sentido de luta e enfrentamento ao capital transnacional que tem avançado de forma consistente em todas as regiões do estado.

Um indicador desta dificuldade são as reivindicações corporativistas privilegiadas por muitas organizações políticas, as quais adotam estratégias de negociações que se limitam ao aspecto econômico e compensatório às famílias atingidas pelos projetos que adentram os territórios camponeses.

Ainda compondo as dificuldades da luta camponesa, foi desencadeado processo articulado entre setores empresariais, mídia e judiciário, de criminalização dos movimentos sociais. No estado isso acontece com a judicialização da reforma agrária, o que tem impedido nos últimos tempos a desapropriação de terras improdutivas, a demarcação de territórios quilombolas, áreas indígenas e terras de posseiros. Associada, a violência orquestrada com assassinatos, perseguição e ameaças contra lideranças do campo. Nesta unidade federativa a relação constituída entre judiciário e latifúndio apresenta-se, por vezes, quase orgânica, havendo registro de envolvimento pessoal de juiz com a realização de ordem de despejo de famílias acampadas. Fato este que não representa, obviamente, o judiciário como um todo, posto haver magistrados empenhados no cumprimento da justiça.

O agronegócio, muitas vezes, também submete o campesinato a práticas produtivas integradas à sua produção, como no caso de aluguel de terra para o monocultivo ou mesmo para a criação de gado e, quando esta relação se efetiva, o camponês deixa de trabalhar e produzir para sua subsistência e de sua família e em suas atividades passa a priorizar a produção da mercadoria a qual se destina à empresa integralizadora. Este mecanismo implica na adoção de práticas que comprometem a reprodução camponesa, alterando de forma consistente várias dimensões da vida no

campo. Neste aspecto, uma das práticas que se apresenta mais danosa e que acarreta outros desdobramentos é a substituição de multiculturas por monocultivo.

O problema se constitui no fato de que a produção camponesa tradicionalmente produz várias culturas agrícolas associadas, elemento base para sua reprodução, pois com a produção variada as famílias garantem sua subsistência, uma vez que se alimentam dos produtos básicos agrícolas e pecuários que compõem sua produção², vendendo parte desta, com a finalidade de comprar produtos não disponíveis em seu processo produtivo. Porém, ao adotar a prática do monocultivo determinado pela empresa agropecuária, camponeses põem em risco esta reprodução social, pois de produtores de uma diversidade de culturas passam à condição de produtores de uma única espécie, deixando de produzir prioritariamente alimentos e produzindo primeiramente para venda.

Tal mudança se desdobra em outras questões importantes que comprometem a reprodução do campesinato, como o uso de intensivos agrícolas e, portanto, o comprometimento do solo e do meio ambiente, alterando, conseqüentemente, a relação dos camponeses com a terra, ou seja, o modelo de produção adotado pelo campesinato para atender às necessidades do agronegócio alteram concepções e culturas tradicionais e ameaçam a reprodução da vida no campo.

No caso do assentamento Califórnia as famílias vêm sofrendo particular e intenso assédio por parte da empresa Suzano, produtora de eucalipto e celulose, para disporem seus lotes para a produção de sua matéria-prima, o eucalipto.

Porém, nem todos os camponeses se “rendem” ao sistema integrado do agronegócio. Mas, mesmo não se concretizando esta relação o agronegócio, ainda assim, não sai perdendo, pois empresas transnacionais fornecem para a produção camponesa pacotes de produtos agrícolas, como defensivos, insumos e maquinários agrícolas.

Neste contexto, o assentamento Califórnia, que resulta da luta camponesa pela terra e por sua reprodução social no Maranhão no contexto da crise no capital neoliberal, teve, inicialmente, sua organização voltada para a produção da agricultura e pecuária com base na produção familiar para sua sobrevivência e para, obviamente, melhorar as

² A produção camponesa no Maranhão é composta por uma variedade básica alimentar, como arroz, feijão, milho, mandioca, verduras e frutas, no que se refere à agricultura, já no que tange à criação de animais, em regra as famílias possuem animais como galinha, pato, porco e algum gado.

condições de vida no campo, porém, inserido na dinâmica socioeconômica de Açailândia e de forma particular, na dinâmica do agronegócio, vivencia uma reconfiguração em suas relações sociais, políticas e econômicas, de forma intensa e profunda, tornando mais evidenciadas as contradições e complexidades que permeiam a luta de classes no campo.

Particularmente no que se refere à produção, esta, inicialmente voltada para produtos agrícolas e pecuários básicos para a alimentação, passa por processos e mediações que lhe foram alterando a organização. No primeiro momento, mobilizadas em torno das políticas públicas, principalmente de créditos para a produção, as famílias sofreram as consequências da má gestão dos recursos públicos destinados à produção, assim como não conseguiram a consolidação da organização coletiva da produção.

Ações articuladas entre os setores não interessados na reforma agrária desencadearam efeitos negativos na reprodução social camponesa no assentamento Califórnia. Assim, com a fragilidade das políticas públicas, principalmente a precariedade da aplicação dos recursos produtivos, a ausência de serviços básicos para a vida no campo, como o fornecimento de água e, com a investida da produção agropecuária comercial, foram sendo reconfiguradas relações ali estabelecidas, a exemplo dos tipos de produção existente. Neste sentido, se antes as famílias produziam prioritariamente os produtos básicos para sobrevivência, atualmente há uma grande diversidade de atividades produtivas, cuja exclusividade agrícola não permanece.

No processo de organização camponesa, os assentamentos têm expressado uma forma particular de luta e resistência. O assentamento, em si, constitui representações e possibilidades importantes na reprodução social do campesinato que perpassam vários aspectos do cotidiano das famílias que vivem na condição de assentadas. Na perspectiva política organizativa,

Os assentamentos tendem a fortalecer os movimentos de luta pela terra, uma vez que se constituem em prova da eficácia das pressões intensas, em especial quando a referência são as ocupações de terra e acampamentos; provocam rearranjos institucionais, rebatendo na necessidade de um aparelhamento do Estado para lidar com essa nova realidade [...]; possibilitam a geração de empregos e, de alguma maneira, o aumento do nível de renda de boa parte das famílias assentadas [...]; tem potencial para alterar em menor medida as relações de poder local (MEDEIROS e LEITE, 2004, p.19/20)

Constituindo uma territorialização camponesa, os assentamentos ao serem conquistados carregam em si a expressão da luta das famílias camponesas. O

assentamento, grosso modo, resulta de uma disputa destas famílias com a classe dominante do campo e de acordo com o tempo, o lugar e o contexto, essa luta ora se dá contra o fazendeiro, ora contra o capital especulativo, ora com o capital representado pelo agronegócio. Resultantes da organização política e da luta, os assentamentos expressam também as contradições das políticas de reforma agrária.

E, o Estado, enquanto sujeito mediador, responde às pressões por reforma agrária criando uma política de assentamentos com perspectiva conservadora, posto que além de reduzido alcance não desconcentra a terra, não diminui as desigualdades e nem sequer impede a migração. (GIRARDI, 2008). As políticas de reforma agrária constituem uma contradição própria das relações entre as classes, uma vez que a alta concentração fundiária tem gerado, historicamente, situações de conflitos no campo que exigem uma resolução, cabendo, portanto, a estas políticas o controle das massas camponesas sem terra.

E, mesmo após a conquista da terra, as famílias assentadas mantêm-se em luta e organização para que possam exigir as políticas e programas que compõem a reforma agrária brasileira. E, é com sua trajetória de luta e resistência que o assentamento Califórnia se referenciou na região, no país e internacionalmente, enfrentando de forma muito particular a investida do capital no campo no estado do Maranhão.

De forma geral, às famílias camponesas, frente à ação ampliada do capital no campo maranhense, coube alternativas como a migração, a proletarização, a subproletarização ou a luta. E as famílias que ocuparam a fazenda Califórnia no ano de 1996, decidiram pela luta por sua reprodução social. Eram famílias com histórias, invariavelmente, ligadas à terra. Com trajetórias similares, as famílias foram, em algum momento de suas vidas, expropriadas de suas condições de trabalho e, portanto, de vida.

O contexto histórico migratório destas famílias caracterizava-se pela intensificação dos grandes projetos econômicos na região tocantina. Em Açailândia acontecia a exploração florestal por madeiras, a estruturação de grandes fazendas pecuárias, a instalação do pólo siderúrgico, assim como a implantação de projetos de monocultivos de eucalipto para atender a demanda do carvão vegetal para a indústria de ferro gusa. Exigindo grandes extensões de terra e pouca absorção da força de trabalho, em tais projetos produtivos não cabia o campesinato em condições sociais de reprodução. Com o desencadeamento de tal processo, obviamente, as famílias trabalhadoras do campo, de

modo geral, foram compor a superpopulação relativa criada ou então consolidada naquele momento.

Consequentemente, as relações estabelecidas entre campesinato e agronegócio se caracterizaram pelo conflito. Conflito de interesses, de concepções, de práticas, de relação com o meio ambiente; enfim, os dois setores produtivos da agropecuária mostram-se historicamente antagônicos, sendo assim aqui compreendido, posto que representam no campo, as classes contrárias da atual ordem societária.

O que demarco nesta tese é que as transformações recentes da economia maranhense, caracterizada por sua inserção subalternizada na divisão internacional do trabalho imposta pela nova rodada da mundialização do capital, se materializa neste estado a partir, essencialmente, da produção industrial minerometalúrgica e da agropecuária mercadológica imposta pelo agronegócio, as quais adotam estratégias e mecanismos destrutivos de produção.

O processo destas transformações incide, de forma contundente, na reconfiguração da questão agrária, o que tem implicações diretas nas relações de trabalho, onde novas formas de organização da produção articulam-se a velhas práticas, havendo, no entanto, a intensificação da precarização do trabalho no campo.

Reconfigurada, portanto, a questão agrária, alteradas são a luta e resistência camponesa. Assim, a luta pela terra se amplia e as organizações e movimentos sociais do campo passam a exigir programas e políticas de reforma agrária. E, apesar dos desdobramentos da reestruturação produtiva preconizada com o neoliberalismo implicarem na desestruturação do poder organizativo dos camponeses, estes buscam alternativas para sua reprodução social. Nesta perspectiva, a luta e a resistência assumem dimensão para além da reforma agrária, passando a confrontar a expansão capitalista no campo. Neste sentido, o assentamento Califórnia expressa a atualidade da questão agrária.

Importante esclarecer que a escolha deste objeto de pesquisa resulta de processos acadêmicos e políticos e reflete discussões coletivas nas quais me encontro inserida como militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST e como aluna pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social – GSERMS, grupo que integra o Departamento de Serviço Social -

DESES, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, da Universidade Federal do Maranhão.

Com suas particularidades políticas e organizativas, os dois grupos refletem acerca dos processos e relações políticas da sociedade, tendo o MST, como intencionalidade, o fortalecimento da luta pela terra no estado e; o GSERMS, a reflexão teórica sobre os sujeitos e a articulação com os movimentos e luta e resistência

Assim, este estudo vincula-se à necessidade de ampliação do debate teórico que permeia a prática política da luta pela terra no Maranhão e, nesta perspectiva, esta tese tem como intencionalidade a compreensão crítica de processos e contextos que envolvem as histórias e as realidades dos camponeses sem terra no estado, no sentido de contribuir no enfrentamento da luta de classes que caracteriza historicamente as relações sociais no campo e de forma particular nesta unidade federativa.

A escolha por este objeto de pesquisa, portanto, resulta de muitas discussões acerca das problemáticas que acometem o estado do Maranhão no contexto de sua inserção na nova divisão do trabalho, destacando aí, os desdobramentos para a classe trabalhadora, de modo geral e, para as famílias camponesas, de modo bastante específico. No GSERMS, esta tese encontra-se vinculada ao projeto de pesquisa “TENDÊNCIAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA EXPANSÃO CAPITALISTA NO MARANHÃO”, cuja questão abordada constitui um dos eixos da pesquisa “TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E SISTEMA DE CONTROLE SOCIAL NAS RELAÇÕES CAMPO E CIDADE: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão”

Especificamente, o MST tem a preocupação com a luta pela terra, de modo geral, e em particular sobre os “rumos” que estão seguindo os assentamentos de reforma agrária no Maranhão, considerando o contexto do avanço do capitalismo no campo.

Assim, os debates compõem o processo e a dinâmica de reivindicação que tem se dado em torno da terra e da reforma agrária no Maranhão, cujos questionamentos passam por questões como: qual a inserção do estado no modelo de desenvolvimento dependente adotado pelo país e quais as consequências deste modelo para o campesinato desta unidade federativa? Qual o papel da produção no processo de socialização e reprodução camponesa aqui? Como se expressa a questão agrária e a resistência camponesa na atualidade maranhense? Quais as repercussões do

agronegócio nas relações de trabalho no campo estadual? Como têm sido implementadas as políticas públicas nos assentamentos e como estas contribuem efetivamente para o avanço da reforma agrária no estado? Como se encontram (re)configuradas as relações de trabalho no campo e em especial nos assentamentos daqui? Enfim; quais os desafios para a resistência camponesa, particularmente no Maranhão?

Esta tese dá continuidade ao trabalho de pesquisa realizado durante o curso de Mestrado, concluído em 2005, neste mesmo programa de pós graduação, ocasião em que foi analisada a organização da produção no assentamento Diamante Negro Jutay na luta pela terra no Maranhão. O resultado da investigação acadêmica mostrou que a organização produtiva do assentamento sofria de forma explícita mediação feita pelo Estado, principalmente através do Banco do Nordeste, agente financeiro e, do INCRA, órgão político responsável pela reforma agrária, os quais interferem de forma direta, complexa e contraditória nas condições materiais de vida da comunidade.

As relações estabelecidas entre estes órgãos representativos do Estado e as famílias assentadas refletem a concepção que este tem de política agrária e agrícola, o qual tem demonstrado pouca consideração e respeito às diversidades expressas nas realidades das famílias sujeitos da reforma agrária. Por ocasião da pesquisa pude constatar que as relações ali estabelecidas eram permeadas por contradições e complexidades que expressavam de forma bastante nítida a luta entre as classes sociais no campo, o que permitia demarcar aspectos importantes para a configuração da questão agrária no Maranhão.

Para o doutorado, a definição do assentamento Califórnia como referência analítica tem como base o contexto social e econômico em que se encontram as famílias ali assentadas. Apesar de ser militante do MST desde 1999 e já ter atuado profissionalmente em áreas de assentamento, o que me oportunizou conhecer muitos assentamentos organizados pelo Movimento no estado, apenas em 2001 estive neste assentamento, quando na oportunidade acompanhei um grupo de militante de uma organização estrangeira em visita de solidariedade à luta pela reforma agrária no Brasil. E, já neste primeiro contato com a realidade e as condições vivenciadas pelas famílias, o vi como uma ilha em meio a um “mar de eucalipto”.

Na verdade, após a primeira impressão, apurando os sentidos e inquietantemente querendo entender a amplitude do “quadro panorâmico” que se apresentava, percebi que a “ilha” encontrava-se completamente cercada não só pelo eucalipto, mas por um imenso

oceano de intensas práticas ligadas ao capital, ali dispostas como em ondas, sendo as de mais proximidade, o monocultivo do eucalipto, em seguida a pecuária extensiva de grandes fazendas instaladas na circunvizinhança, e mais a largo as atividades poluidoras da produção do carvão vegetal e do ferro gusa. Ou seja, com isto estou dizendo que do assentamento Califórnia até onde “as vistas alcançam” a paisagem denuncia o tipo de exploração a que se encontra submetida a região.

Em meio a esta paisagem, o assentamento relaciona-se de forma direta com o monocultivo do eucalipto e, associado, encontra-se o contexto maior do município em que este está localizado: Açailândia, com suas mazelas produzidas por um desenvolvimento caracterizado por uma intensa exploração dos recursos naturais da região.

O contexto histórico que culminou com o assentamento das famílias no assentamento Califórnia era a instalação dos grandes projetos capitaneados pelo então Programa Grande Carajás, como o empreendimento CELMAR, que, particularmente nesta região, no processo de “despovoamento” ou expulsão das famílias camponesas,

... passou a comprar áreas dos mais diversos tamanhos, desde pequenas propriedades de lavradores a grandes fazendas da região, para o que contratou intermediários que utilizavam as mais variadas formas de pressão para conseguirem as aquisições necessárias à formação de grandes áreas contíguas (FRANKLIN, 2008, p.191)

Das terras pretendidas para a ampliação de seus domínios estavam as áreas das fazendas Califórnia, Califórnia I, Divisor IV e Califórnia II e o interesse específico era a fazenda Califórnia. Inicialmente, apresentada com o objetivo de florestamento de eucalipto para produção de pasta de celulose, a empresa “estranhamente jamais apresentou seu projeto de instalação da indústria de celulose” (FRANKLIN, 2008, p. 193). Posteriormente, com veiculação de notícias sobre as relações estabelecidas entre a extinta Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e CELMAR, ficava muito evidente que “o eucalipto da Celmar estava destinado a se transformar em carvão vegetal para abastecimento dos altos-fornos das usinas siderúrgicas” (idem, ibidem), compondo assim, os grandes projetos desenvolvimentistas da Amazônia.

No contexto das lutas populares de então, a maior expressão se encontrava na luta pela terra que denunciava a expropriação, a violência e os conflitos provocados pelos projetos em instalação. E, como expressão da luta pela terra, esta ocupação assume papel determinante, na medida em que expõe de forma visceral a histórica problemática

da concentração fundiária e seus desdobramentos na sociedade atual. A ocupação de terras implica o questionamento e denúncia da ordem instituída. Através da ocupação as famílias sem terra legitimam o que legalmente lhe é negado, exigindo direitos “na lei ou na marra”.

Neste sentido, a ocupação da fazenda Califórnia assume duas dimensões: primeiro, a perspectiva histórica da luta contra a concentração fundiária no país e em especial na região, cuja caracterização passa por esta estruturação fundiária; em segundo, faz um enfrentamento direto ao capital, denunciando o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, que nitidamente negligenciava e negligencia as necessidades da sociedade local e nacional. A ocupação da fazenda constituiu, portanto, um chamamento à sociedade para os problemas que assolavam a região e instigava a organização política das famílias camponesas.

No desenvolvimento do processo da pesquisa, o universo empírico abrange levantamento bibliográfico, em que constam elaborações clássicas e contemporâneas sobre determinações teóricas e históricas da problemática abordada, cujas fontes foram textos, artigos e pesquisas publicadas em livros, revistas e *sites* eletrônicos. Dos grupos acadêmicos pesquisados, particularmente, assumiu importância o Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA³, pelo conjunto de monografias, dissertações, livros e teses publicadas sobre a temática agrária.

No que se refere à pesquisa de campo, sendo o assentamento Califórnia organizado pelo MST, a relação estabelecida com os sujeitos da pesquisa acontece muito anterior à definição do objeto. Tendo composto durante alguns anos o Setor de Produção do Movimento, tive oportunidade de participar de debates, reuniões e atividades, assim como de projetos relacionados à produção nos assentamentos, daí já ter relativa aproximação com a questão colocada e as famílias.

Com a definição do assentamento como referência empírica da pesquisa, foram feitas visitas, de forma sistematizada, no período de 2010 a 2012, quando foram realizadas entrevistas e conversas, sendo que participei de reuniões e assembléias na comunidade para deliberações diversas. As conversas com assentados também foram

³ O Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA encontra-se vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

mantidas em outros espaços fora do assentamento, o que acontecia por ocasião de mobilizações e encontros organizados pelo MST.

Entrevistei cinco associações existentes, sendo elas: Califórnia, Bom Jesus, São José, Boa Esperança de Pequenos Produtores Rurais, Agroindustrial Vale do Açailândia, ⁴. Metodologicamente, cada associação reuniu de três a quatro associados e com base em questões previamente elaboradas, porém abertas, cada pessoa contou sua trajetória pessoal e familiar desde quando ainda não tinha seguido para os centros urbanos, período em que as famílias viviam na e da terra. Aspectos outros foram abordados nas entrevistas como as condições de vida nas cidades, motivações para ocupar a terra ou compor o acampamento posteriormente, o processo de organização da produção, as dificuldades e desafios, dentre outros elementos.

Em paralelo, realizei entrevistas e conversas com várias lideranças do assentamento, as quais constituem referência político-organizativa dentro e fora do assentamento. A intenção era aprofundar a compreensão sobre a particularidade do assentamento no processo de luta pela terra e contra o agronegócio no estado e, particularmente na região. No sentido de complementar esta questão, consegui entrevistar representantes do poder público municipal, a fim de perceber qual a concepção do Estado sobre a dinâmica socioeconômica do município, sendo que entrevistei a secretária de agricultura municipal e o vice-prefeito da gestão 2009-2012.

E, pensando a articulação política do assentamento com organizações sociais, entrevistei representantes de três importantes entidades de trabalhadores municipais, tendo sido o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia – STR, e um dos diretores do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Vida Carmem Bascarán – CDDHV.

Outra dimensão da pesquisa foi a organização de um grupo composto por nove jovens do próprio assentamento e assentamento vizinho, todos, estudantes e envolvidos em pesquisa, com o objetivo de realizar um questionário junto às famílias. O questionário, previamente elaborado, tinha uma abordagem direta sobre a produção das famílias.

Sendo a referência empírica da pesquisa um assentamento, considero importante para o processo de análise a compreensão da dinâmica socioeconômica que envolve outros assentamentos. Assim, levo em conta as visitas e acompanhamentos feitos a

⁴ Por ocasião da pesquisa, entrevistei as sete associações existentes no assentamento

outros assentamentos organizados pelo MST, seja na própria região de estudo, seja em outras partes do estado, percebendo neste sentido, o movimento do capital na sua atual configuração no estado como uma totalidade, demarcando aí, suas implicações gerais para o campesinato estadual e, de forma particular, na região de abrangência da pesquisa, na qual toma expressivo sentido o assentamento Califórnia.

Compondo a dimensão analítica, com todas as informações levantadas durante a pesquisa, foi feita análise dos dados, os quais encontram-se sintetizados nesta tese, sendo que a mesma apresenta-se estruturada em três capítulos, além desta introdução e das considerações.

No primeiro capítulo, intitulado “O Maranhão no contexto do desenvolvimento dependente: implicações nas relações de trabalho” abordo sobre como o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil apresenta-se com características de dependência econômica e política frente aos países centrais, destacando neste cenário, implicações desta opção nas relações de trabalho no estado do Maranhão, na particularidade do campo, considerando para efeito de análise a inserção e reinserção subalternizada da econômica estadual na divisão nacional e internacional do trabalho, na qual, a agricultura familiar camponesa vai sendo negada e afirmada no processo conflituoso entre os interesses de classes que permeiam o campo.

A atual dinâmica produtiva nesta unidade federativa segue o padrão de desenvolvimento baseado nas necessidades de economias externas, usando no processo produtivo hegemônico estratégias destrutivas, principalmente por empresas do pólo minerometalúrgico e do agronegócio, que adotam práticas de aprofundamento da exploração da força de trabalho com a intensificação do trabalho precarizado, o que implica na reconfiguração da agricultura camponesa.

No segundo capítulo, denominado “A questão agrária na base das relações de trabalho no campo e das formas e resistência camponesa” faço uma recuperação teórica e histórica da questão agrária, no sentido de demarcá-la como base das relações de trabalho no campo e das formas de resistência camponesa. Neste debate, merecem destaque diversas concepções teóricas e políticas sobre as particularidades da questão agrária no Brasil, onde o camponês, enquanto conceito sociológico toma consistência em estudos da contemporaneidade. Conceito este que, por ter sido construído no movimento político da luta pela terra e pela reforma agrária no país, sofre investidas ideológicas, no sentido de desqualificar e negar politicamente o campesinato, tendo o Estado, papel

importante nesta intencionalidade, o que acontece através de programas e projetos voltados à agricultura camponesa, cujo viés empreendedor lhes confere outras terminologias.

No capítulo em pauta apresento, ainda, como que com a crise atual do capitalismo a reestruturação produtiva se manifesta no campo através da adoção de mecanismos e estratégias de redução dos custos de produção, cuja base encontra-se na reconcentração da terra, expropriação e exploração das famílias camponesas, implicando isto em conflitos e conflitualidades agrárias que permeiam a realidade camponesa. No Maranhão, tais processos se materializam nas relações entre corporações e grupos empresariais do agronegócio e as famílias camponesas, as quais se encontram representadas pelas famílias extrativistas, ribeirinhas, posseiras, indígenas, quilombolas, assentadas ou sem terra.

No terceiro e último capítulo, com o título “Relações de trabalho e resistência camponesa no Assentamento Califórnia em Açailândia – Maranhão” apresento algumas particularidades do município Açailândia no contexto da dinâmica expansionista do capital na região amazônica, nos marcos da década de 1980, época de grande efervescência de projetos para exploração de recursos naturais. Merece destaque a implementação do Programa Grande Carajás, que com a retórica de modernização articulou projetos produtivos agrícolas e industriais, cuja base é a combinação de práticas e tecnologias avançadas com práticas e tecnologias antigas, ou seja, o capital, aqui representado, para manter sua taxa de lucro adota, por um lado, tecnologia de ponta e por outro lado, faz uso de práticas socialmente inaceitáveis como o trabalho escravo e o trabalho infantil.

O assentamento Califórnia como referência empírica de análise, é apresentado no contexto socioeconômico do município, destacando que o processo de organização política e de produção se constrói mediado por contradições e complexidades características do contexto social em que se vive. Assim, indico o assentamento como uma expressão da reconfiguração das relações de trabalho e da resistência camponesa nas transformações recentes na economia no Maranhão, destacando, no entanto, que o mesmo referencia a luta pela terra no estado, na dimensão da resistência e organização política no campo neste estado.

1. O MARANHÃO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE: implicações nas relações de trabalho no campo

Abordo aqui as implicações do desenvolvimento dependente nas relações de trabalho vivenciado pelo Maranhão na dinâmica socioeconômica brasileira, situando o assentamento Califórnia no processo de metamorfoseamento das relações de trabalho no campo. Destaco neste capítulo a inserção e reinserção subalterna da economia maranhense na divisão internacional do trabalho, destacando o paradoxo da afirmação e negação da agricultura camponesa na economia maranhense no processo de ocupação que caracterizou a dinâmica socioeconômica do estado nos anos de 1940 a 1970.

Por fim, demarco as contradições que permeiam o atual modelo de desenvolvimento adotado, mediado pelo Estado nesta unidade federativa, modelo este que utiliza estratégias destrutivas de produção, cujos expoentes, a minerosiderurgia e o agronegócio, intensificam a precarização do trabalho, provocando profundas transformações na agricultura camponesa.

O trabalho é aqui entendido como elemento central para a compreensão do ser social. Com isto reitero a ideia de que a vida humana na sua condição social, ontologicamente falando, só é possível através do trabalho. E, isto porque o trabalho permitiu ao homem, o que Lukács chama de “salto ontológico”, fazendo-o essencialmente distinto das outras espécies animais, somente podendo este viver em sociedade se efetivar contínua transformação na natureza através do trabalho, cuja natureza é teleológica, sendo, portanto, previamente pensada, idealizada antes de sua objetivação. Esta peculiaridade humana, em um processo contínuo de busca de respostas a perguntas formuladas para resolução de problemas resulta na acumulação de conhecimentos, elevando com isso a consciência do homem sobre si e sobre a sociedade. (LESSA, 1996, p.14/5)

É o trabalho que diferencia a essência da natureza humana dos outros animais, tornando-se exclusivo, quando diferenciado da atividade animal. O homem tem no trabalho uma estratégia e mecanismo do seu processo de desenvolvimento social. Transformar a natureza: essa “é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a reprodução da sociedade não seria possível” (LESSA e TONET, 2008, p.17). Porém, a relação que mantém com a natureza, não o faz seguir, necessariamente, suas leis, e é a partir do trabalho que “o ser humano se faz diferente da natureza, se faz

um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais” (LESSA e TONET, 2008, p.17).

Portanto, o trabalho constitui estratégia e mecanismo do processo de desenvolvimento social do homem, pois foi através do trabalho que o homem saiu de sua condição mais primitiva, da condição de nômade passando à condição de “dominador” da natureza, supostamente fazendo-a subjugar-se a seus ditames e caprichos. Esta suposta relação de dominação do homem sobre a natureza lhe exigiu o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas e instrumentos que **tem** possibilitado o aceleração e alterações de processos antes considerados de exclusivo domínio da natureza.

Para Marx (1976), o homem é um ser social e sua história é contada pela produção material de sua existência, e, para tal é condição *sine qua non* “a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material” (MARX, 1976, p.33). Mas da mesma maneira que a atividade é condição básica para a vida humana, as relações entre os homens são imprescindíveis para a produção, não sendo permitida a produção ao homem isolado, no sentido da viabilidade, posto que, sendo o processo produtivo decorrente das relações humanas, são criadas aí, as relações de produção. E, nestas, “o papel decisivo pertence às relações existentes na produção entre as classes fundamentais da sociedade.” (LEONTIEV, 1976, p.12)

E, as relações de trabalho estabelecidas no modo de produção capitalista caracterizam-se pelo antagonismo e as contradições existentes entre as classes fundamentais: os proprietários dos meios de produção, os capitalistas; e os proprietários da força de trabalho, os trabalhadores, sendo que as relações entre tais classes são estabelecidas através da exploração capitalista sobre a massa trabalhadora. No capitalismo, a contradição entre a propriedade e destituição dos meios de produção encontra-se intimamente articulada, por um lado, com a busca incessante dos capitalistas em manter e mesmo aumentar o nível de exploração sobre os trabalhadores; e por outro lado, destes últimos lutarem, enquanto destinação histórica, por sua emancipação.

No entanto, conflituosas, estas relações têm desencadeado uma complexidade no processo produtivo e nas relações de trabalho determinadas historicamente. Resultante deste processo, o assentamento Califórnia apresenta particularidades no atual contexto das relações estabelecidas entre o homem e a natureza.

Neste sentido, para a compreensão da organização social e em especial das relações de trabalho e de resistência, ou seja, da organização da produção no assentamento Califórnia, faz-se necessário sua percepção enquanto uma comunidade inserida na luta pela terra organizada pelo MST no Maranhão, portanto área de reforma agrária, cujo contexto é a dinâmica maior da sociedade capitalista atual, o que implica dizer que para entender as relações sociais ali construídas, faz-se imprescindível desnudar as relações estabelecidas entre o processo organizativo do assentamento, em suas várias dimensões e as determinações gerais do capital.

Em concordância com Abreu (2006), os processos produtivos na lógica capitalista e o consumo da força de trabalho sob a hegemonia capitalista consubstanciam a base material das relações de trabalho, assim como das formas de resistência da classe trabalhadora, cuja medição envolve

O assalariamento e outras modalidades de remuneração da força de trabalho; a jornada de trabalho (tempo de consumo da força de trabalho); a contratação da força de trabalho pelo empregador e o estabelecimento do chamado vínculo empregatício (formal e informal); o sistema de proteção e legislação trabalhista; a capacitação e qualificação da força de trabalho; e, a organização/representação política dos sujeitos envolvidos em suas relações e antagonismos (trabalhadores proprietários da força de trabalho e capitalistas compradores de força de trabalho) (ABREU, 2006, p.07)

Importante destacar que o consumo da força de trabalho constitui aspecto intrínseco ao processo produtivo, porém, o caráter de tal consumo na produção capitalista constitui base material para as resistências dos trabalhadores, posto que a relação entre o possuidor da força de trabalho e o consumir desta, é mediada pela contradição imposta pela natureza própria do modo de produção e, tal contradição implica na busca ontológica da classe que vende sua força de trabalho, em libertar-se da exploração inerente a esta lógica produtiva.

Nesta perspectiva, as relações de trabalho no campo estabelecidas no contexto da expansão do capitalismo no Maranhão, expressas no assentamento Califórnia, comportam a complexidade das relações constituídas nos marcos sociohistóricos da sociedade brasileira, nas peculiaridades do desenvolvimento ou desenvolvimentismo nacional, cuja natureza tem se caracterizado pela dependência e no qual o estado assume papel subalternizado.

1.1. O DESENVOLVIMENTO NACIONAL DEPENDENTE E A REINserÇÃO SUBALTERNA DA ECONOMIA MARANHENSE NA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Este item trata da dinâmica de desenvolvimento econômico brasileiro, cujo modelo adotado apresenta-se com características de dependência e sem autonomia política ou econômica. Tem destaque o papel histórico assumido pela economia maranhense na divisão nacional e internacional do trabalho e, em particular, nas transformações contemporâneas da mundialização do capital, apreendendo os processos de trabalho constituídos.

No Maranhão⁵, as relações sociais construídas, tanto no passado quanto hoje, são aqui explicadas a partir de sua inserção subordinada à dinâmica global do capital. O que pretendo demarcar é que para que se possa compreender as transformações acontecidas no mundo do trabalho, e de forma especial, nas relações de trabalho nesta unidade federativa, se faz necessário compreender o papel que este estado assumiu na totalidade do desenvolvimento capitalista.

De forma muito particular as relações de trabalho assumem importância quando colocadas numa perspectiva histórica e de totalidade, sendo necessária, portanto, uma reflexão sobre o processo de mudanças dessas relações, principalmente no que se refere ao campo, a fim de que se possa compreender os recentes movimentos de “modernização” produtiva que acontecem no estado, principalmente na região na qual se encontra o assentamento Califórnia, um espaço que compõe a organização do capital transnacional.

O estado do Maranhão encontra-se inserido na nova divisão internacional do trabalho como um espaço privilegiado da transnacionalização do capital, seja através do polo industrial consolidado por grandes grupos e corporações nacionais e internacionais, seja na sua produção primária, principalmente com o cultivo de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu, seja a pecuária de corte.

⁵ Segundo o IBGE, o Maranhão compõe com 331.983,293 km² a extensão geográfica dos 8.514.876,599 km² do território brasileiro. Em termos percentuais, estado cobre 3,9% e 21,3% dos territórios do país e da região Nordeste, respectivamente. Localiza-se na parte oeste do Nordeste, alcançando parte da região amazônica. Em termos de limites, ao norte encontra o oceano Atlântico, ao sul e sudeste, avizinha-se com o estado do Tocantins, enquanto que na sua parte oeste, está o estado do Piauí, e a oeste, o estado do Pará. Apresenta-se com uma costa marítima de 640 km, sendo considerada a segunda maior costa nacional e; cobertura vegetal composta por floresta amazônica, cerrado, campos e manguezais.

Mas, pode ser dito que a inserção do estado nesta dinâmica produtiva e, de forma especial a exploração de seus recursos naturais têm se dado desde os remotos tempos coloniais, com a criação dos Estados-nação. Desde sempre o Maranhão cumpriu papel importante na dimensão produtiva do além-fronteiras, seja na fase de formação, de desenvolvimento, seja na atual fase imperialista do capitalismo, e o termo comum em todas elas foi o atendimento às demandas externas, ou seja, em todo o seu processo histórico, o estado teve sua inserção na dinâmica econômica nacional e internacional de forma subalternizada, negligenciando-se a si mesmo, negando-se a responsabilidade de si, da necessidade de olhar para si, de defender-se das investidas e interesses externos. A primazia dada pela economia estadual foi ao atendimento das necessidades para a acumulação do capital, negligenciando no processo, as necessidades da sociedade.

Nesta perspectiva, o cumprimento de seu atual papel na divisão internacional do trabalho, ou atual rota da mundialização do capital, encontra-se devidamente articulado ao cumprido papel ainda nos tempos em que Portugal buscava ocupar as novas terras com a intenção de “protegê-las de nações invasoras”, como Holanda e França. Neste período histórico, o Maranhão se integrou de forma efetiva ao sistema colonial, principalmente na forma de organizar a produção agrícola e pecuária destinada à exportação, o que, apenas com novas configurações é realizado atualmente.

Com isso, a argumentação é de que com suas atividades produtivas principais voltadas ao atendimento de uma demanda externa, desde os tempos da antiga província, o estado vinculou-se ao mercado mundial, configurando-se de forma subalternizada “em todos os momentos das necessidades de reprodução mundial da riqueza”. (TAVARES, 2008, p.167)

Ou seja, o processo que culmina com a inserção maranhense na “nova rodada de transnacionalização do capitalismo” (BARBOSA, 2006) tem raízes profundas, nascidas nas estratégias desesperadas de Portugal em burlar o monopólio comercial veneziano das especiarias indianas. A expansão marítima que resultou no “ocasional” desembarque na Terra de Santa Cruz não tinha outro objetivo que não o de fortalecer o processo “que acabaria por integrar o Universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno” (PRADO JR, 1999, p.20), ou o mundo do capital. E, embalados pela nova ordem, grupos europeus singraram temidos e desconhecidos mares em busca da fortuna a ser alcançada com a acumulação expropriatória. E, numa dinâmica insana chegaram ferindo e sangrando as veias das novas terras. E, estas novas terras eram

... a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. (GALEANO, 1981, p.14)

A América Latina passou a ter suas veias abertas, expostas, por onde correm suas finitas riquezas: minérios, fauna, flora e vidas. Do Brasil levaram o pau de tinta abrasado, precioso para o vermelho das roupas elegantes da nobreza; animais e plantas exóticas; exploraram ouro e prata; fizeram a terra produzir cana-de-açúcar, café, arroz, algodão. Hoje, levam os tantos de minerais; e fazem a terra produzir cana-de-açúcar, soja, eucalipto, bambu. E, na divisão internacional do trabalho, conforme afirma Galeano (1981, p.05),

A América Latina aperfeiçoou suas funções. [...] a região continua trabalhando como um serviçal. Continua existindo a serviço de necessidades alheias, como fonte de reserva de petróleo e ferro, cobre e carne, frutas e café, matéria-prima e alimentos, destinados aos países que ganham, consumindo-os mais do que a América Latina ganha produzindo-os.

E, se antes o que era expropriado das terras brasileiras para alimentar e enfeitar a nobreza europeia, hoje é, essencialmente, para alimentar animais, indústrias e carros mundo afora.

O atual contexto expressa a intensificação das relações de trabalho na perspectiva de garantir a acumulação do capital monopolista. Assim, o estado encontra-se literalmente mapeado e dividido regionalmente por atividades produtivas de interesse do grande capital, sendo merecedora de destaque a contradição que permeia tal processo, pois, se por um lado, a considerada grande produção adota modelo tecnológico avançado, designando-lhe conotação de modernidade, por outro lado, esta modernização produtiva apresenta-se apenas no aspecto tecnológico, posto que as condições sociofinanceiras do estado se viram pouco alteradas, a força de trabalho não recebeu seu “quinhão”, prometido este pela retórica do modelo de desenvolvimento adotado.

A classe trabalhadora do estado do Maranhão, de modo geral, não compartilha das benesses oferecidas pelos grandes empreendimentos, sendo, por exemplo, seus cargos executivos e de alto nível ocupados, em regra, por força de trabalho externa. Um dos elementos que ajudam a explicar tal situação é o baixo nível de escolarização e de

formação profissional em que se encontra a força de trabalho no estado, pois conforme dados do IBGE, em 2010, dos 6.574.789 habitantes maranhenses, 1.948.505 era a população em idade escolar, o que significa 29,6% do total; e desta, 9,5%, ou 185.107 pessoas compunham o grupo que se encontrava na faixa etária de 10 a 14 anos que vivia na condição de não alfabetizada, situação que se apresentava de forma mais grave no grupo etário de 15 anos a mais, no qual 20,9%, e em números absolutos, 407.237 pessoas se encontravam na mesma condição.

Em termos de trabalho, a padronização do uso da força de trabalho no estado tem como base a precariedade que caracteriza as relações de trabalho no sistema capitalista de produção. E isto acontece porque

... a precarização tem sido a característica determinante do emprego e do trabalho em regiões menos desenvolvidas do país, como o Nordeste, onde o grau de informalização é radicalizado, mesmo sendo região que vivencie algumas experiências e conquistas nos setores mais dinâmicos de sua economia. (SOARES, 2010, p.35)

A precarização do trabalho no Maranhão encontra-se expressa nos dados da tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos ocupados segundo sua posição na ocupação Brasil, Nordeste e Maranhão – 2008 (em %)

CATEGORIA	BR	NO	MA
Assalariados	66,4	56,5	48,8
Conta própria	20,5	24,9	29,6
Empregadores	4,3	3,2	3,3
Trabalhadores na produção para o próprio consumo⁶	4,1	7,8	8,8
Trabalhadores na construção para próprio uso⁷	0,1	0,1	0,1
Não remunerados	4,6	7,6	9,4
Total	100	100	100

Fonte: Adaptado DIEESE (2011)

⁶ De acordo com o DIEESE, trabalhador na construção para o próprio uso é a “pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente às reformas, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar”.

⁷ A pessoa designada como “trabalhador na produção para o próprio consumo” para o DIEESE é aquela “que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar”.

O quadro apresentado explicita o quanto o Maranhão encontra-se em falta com a resolução da questão do trabalho, apresentando, invariavelmente, as piores posições em relação a todas as categorias de ocupação sistematizadas pelo DIEESE. Se percentualmente, em escala nacional, 66,4% dos trabalhadores eram assalariados em 2009, este percentual cai em termos de região Nordeste para 56,5%, enquanto que no Maranhão, apenas 48,8% se encontravam nesta condição, ou seja, menos da metade da população ocupada era assalariada no ano em referência. Os números apresentados mostram, portanto, o quão pífia é a situação em que encontra a classe trabalhadora brasileira e de forma muito particular, no Maranhão. O baixo nível de assalariamento ajuda na compreensão da busca de 29,6% da população ativa no estado procurar alternativas de trabalho por conta própria.

E, é neste contexto de desvalorização do trabalho e de relações de trabalho precarizadas em uma região com papel de destaque no processo de ocupação da Amazônia que se encontra o assentamento Califórnia. Importante lembrar que tal processo de ocupação compõe estratégia de expansão da acumulação do capital através da integração de novas áreas geográficas à dinâmica econômica capitalista nacional e transnacional. Neste sentido, a ocupação da região pode ser entendida na perspectiva de ajuste espaço-temporal adotada por Harvey (s/d), para quem o termo constitui metáfora frente às crises de reprodução capitalista. Para o autor,

... a produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão-de-obra. (HARVEY, s/d, p.12)

No entanto, neste contexto de constituição de “novas divisões territoriais de trabalho”, o Maranhão e a região amazônica, de forma geral, vivenciavam um intensivo processo de colonização caracterizado pela formação de um novo campesinato; por outro lado, em termos nacionais, o processo encontrava-se pautado pela dinâmica instaurada na tentativa deliberada de industrializar o país.

O processo de acumulação através do modelo de industrialização sugerida no pós-guerra desencadeou no Brasil, assim como em toda a América Latina um complexo debate teórico e ideológico. Por um lado, com a disputa interimperialista dos países ricos por novas áreas de expansão do capital nos moldes do desenvolvimento industrial tecnológico; e por outro a preocupação ideológica com o avanço das propostas

comunistas insurgidas na União Soviética exigia uma redefinição da divisão internacional do trabalho, transformando as relações entre os chamados países centrais e os países periféricos. Sobre a questão, disse Oliveira (1984, citado por LEAL, 1988, p.23)

... agora a industrialização das economias dependentes entrava na divisão internacional do trabalho do mundo capitalista como uma nova forma de expansão desse sistema, elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufatura de bens de produção.

Havia a necessidade premente de abrir novas fronteiras para o capital e ampliar o universo do “mundo industrializado” para economias até então meras exportadoras de matérias-primas. A América Latina, e particularmente o Brasil, apresentava condições muito apropriadas ao combate à tendência da queda de lucros, aspecto central para definição destas novas áreas, pois oferecia abundância em força de trabalho, exigência de baixos salários e oferecia suas matérias-primas a preços muito baixos. Outro importante aspecto para a escolha das novas áreas no ajuste espaço-temporal era a estabilidade política dos países candidatos, fator este cumprido de forma determinante pelo governo militar estabelecido na região.

Para a reorganização do capital internacional, a conformação dos pensamentos econômico e político apresentava a ideia de desenvolvimento partindo da integração das economias periféricas às economias industriais; da incorporação dos avanços tecnológicos e relações de produção capitalistas pelos países dependentes, como um processo de continuidade de uma prática mais geral. (LEAL, 1988, p.23)

Nesta perspectiva, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL, foi criada pela Organização das Nações Unidas para desempenhar importante papel na construção teórica do desenvolvimento como uma condição da autodeterminação nacional, ao mesmo tempo em que camuflava seu sentido ideológico enquanto instrumento de medidas de acumulação capitalista.

Em termos teóricos, o pensamento cepalino exerceu e continua exercendo influência junto a importantes grupos políticos e econômicos brasileiros no período pós-guerra. Por exemplo, na política econômica brasileira, pode ser observada a influência cepalina no Plano de Reabilitação da Economia Nacional e Reparelhamento Industrial, proposto pelo segundo governo de Vargas; no Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek; e no Plano Trienal de Desenvolvimento, de João Goulart, dentre outros.

Criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, a CEPAL tinha por objetivo principal a cooperação econômica entre os países e Estados que a compunham, contava na América Latina com um importante grupo de intelectuais que se dedicavam a compreender a situação de subdesenvolvimento da região. Sua tese central partia de uma concepção do sistema econômico organizado na relação centro-periferia, o que significa dizer a relação entre países industrializados, com avanço tecnológico e países não industrializados, sem acesso a tecnologias modernas.

Na concepção cepalina esta relação tinha por base os traços fundamentais de cada organização produtiva. Com um desenvolvimento econômico caracterizado por um atraso inicial devido ao lento progresso tecnológico, os países periféricos apresentavam como traços fundamentais a produção especializada e heterogênea. No que se refere à especialização produtiva, significa que havia uma produção centralizada em produtos do setor primário destinados à exportação, que apresentava grande importância na economia do país, porém, apesar da grande quantidade de exportação deste tipo de produto o país sofria uma grande carência de bens e serviços, cujo atendimento era realizado, em sua grande maioria, através da importação.

Quanto ao aspecto heterogêneo da estrutura produtiva, havia uma coexistência entre os setores produtivos dos países periféricos, sendo que, enquanto o setor agroexportador, como setor produtivo central, alcançava os níveis mais elevados de produtividade, devidos à utilização de recursos tecnológicos mais avançados, outros setores não acessavam tecnologias adequadas, submetendo-se ao uso de tecnologias atrasadas, alcançando assim, baixos níveis de produtividade. (RODRIGUES, 1981, p.38)

Enquanto a organização da economia dos países periféricos possuía traços de especialização e heterogeneidade, a economia dos países centrais apresentava-se como diversificada e homogênea, isto porque além de sua estrutura produtiva ser composta por uma diversidade de bens e serviços, apresentava uma relativa homogeneização tecnológica entre os vários setores e atividades produtivas.

A diferente conformação da estrutura econômica dos dois pólos do sistema econômico implicava, ou implica que

... as diversas funções que são próprias às pautas tradicionais da divisão internacional do trabalho: no sistema mundial, cabe ao pólo periférico produzir e exportar matérias-primas e alimentos, enquanto os centros cumprem a função de produzir e exportar bens industriais para o sistema em seu conjunto. (RODRIGUES, 1981, p.38)

Assim, a relação estabelecida entre os países denominados centros e os países periféricos, encontrava-se fundamentada na ideia das vantagens comparativas apregoada pela economia clássica, porém,

... os preços dos produtos da periferia eram sempre menos vantajosos em relação aos preços dos produtos do centro, devido à incorporação menor do progresso técnico nos produtos daqueles e maior nos produtos destes. (TRASPADINI e STÉDILE, 2005, p.23)

Portanto, em situação desvantajosa, a periferia precisava incorporar em sua economia outros setores produtivos, o que significava desenvolver a industrialização planejada. Como a centralidade objetiva dos intelectuais cepalinos era a compreensão do subdesenvolvimento periférico, o grupo desenvolveu um conceito de desenvolvimento econômico que passava pelo aumento do bem-estar material, condicionado pela produtividade média do trabalho, e cujo reflexo seria percebido na elevação da renda real por habitante. Destacava, para isso, a importância do planejamento a ser feito pelo Estado. Neste sentido,

[A CEPAL] defende a criação de condições para a construção de uma estrutura industrial na periferia como forma de torná-la moderna e desenvolvida. Através da ação positiva do Estado, no sentido da elaboração de políticas que incentivassem a criação da indústria na periferia, pretendia criar as bases para a internacionalização do fluxo dinâmico keynesiano que permitisse um desenvolvimento autônomo e independente na periferia. [...] o objetivo era a inclusão do capitalismo do mundo desenvolvido na periferia, internacionalizando o processo de acumulação do capital. (SAWAYA, 2006, p.111)

A análise e proposição cepalina se limitam aos aspectos econômicos da industrialização, atribuindo a responsabilidade do subdesenvolvimento à ausência do capitalismo; à existência dos latifundiários “feudais e arcaicos”, ao “atraso” tecnológico. No entanto, os intelectuais da Comissão faziam “um silêncio a respeito da luta de classes ou das possíveis contradições entre a burguesia industrial e o proletariado, as duas classes fundamentais do novo modo de produção que se propõe consolidar.” (MANTEGA, 1995, p.42).

Portanto, no período pós-guerra, com a crise capitalista de 1929, o Estado brasileiro entra efetivamente no contexto desenvolvimentista orientado pelos países industrializados ou centrais, reiterando então, as relações dos países periféricos com os centros capitalistas na divisão internacional do trabalho, cuja base é a dependência, o que dá sentido à concepção de desenvolvimento e suas consequências. Neste sentido, Marini (2005, p.141) explica a dependência como

... uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.

Com a defesa de um capitalismo moderno a ser desenvolvido com a participação direta do Estado, desde o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) foi sendo intensificado o processo de industrialização brasileira, cuja intenção era a redução das importações e a produção de bens de consumo. Neste sentido, foram tomadas medidas econômicas e políticas, cuja retórica nacionalista não descartava estreitas relações com setores políticos e econômicos dos países centrais. Exemplo desta estreita relação é a Missão Cooke, também conhecida como Joint Brazilian-United States Technical Mission, instalada em 1942 pelo Estado Novo,

... a partir das discussões sobre a criação de uma indústria de emergência de guerra e sobre a falta de qualificação profissional e de uma indústria pesada no Brasil. Era preciso qualificar para lançar esses homens no mercado de trabalho e era preciso conhecimento técnico para criar essa indústria de guerra.(RABELO, s/d, p.3-4)

Dentre várias medidas adotadas pelo Estado, todas associadas, foram criadas agências planejadoras e indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, especificamente acompanhada pela missão acima citada, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD e atual Vale), em 1942, em 1943, a Companhia Nacional de Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores (1943), a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, em 1945, e a Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), em 1953.

Todo este ideário desenvolvimentista com matizes nacionais propagado pelo “motor da economia”, o Estado, não fez, entretanto, com que acabassem a atuação e exploração de recursos nacionais por parte de empresas estrangeiras (ALENCAR, 1994, p.325), que assumiram na periferia, os setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais desenvolvidos, impondo-lhe a “racionalidade da acumulação”, tornando-se assim, a periferia econômica

... mais dependente e subsumida à dinâmica de acumulação mundial de capital, dependência esta que a amarra à lógica do investimento e à estratégia do capital multinacional no mundo; dependência esta que se materializa como dependência tecnológica, comercial e financeira, à qual a periferia latino-americana torna-se presa; dependência esta que aparece como enormes dívidas externas que a colocarão sob o jugo administrativo de órgãos multilaterais representantes do capital multinacional. (SAWAYA, 2006, p.114)

Concretamente,

Os capitais individuais dos países centrais, após a reconstrução europeia do pós-guerra, partem em busca de novos espaços para dar continuidade ao seu processo de acumulação ampliada. A periferia latino-americana arma sua estratégia de desenvolvimento, amplamente aparada pelo ativo papel do Estado nacional, mas fortemente ligada à construção de um cenário para receber e incentivar o capital multinacional a fazer parte de sua política industrializante. (SAWAYA, 2006, p.112)

Constituiu-se na época, o contingente de operariado assalariado brasileiro, cujas relações de trabalho são controladas através de instituições e instrumentos especialmente criados para tal, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e a Consolidação das Leis do Trabalho⁸, em 1943. Ambas, criações do governo getulista.

O movimento de acumulação do capital a partir daí vai tomar novas dimensões no país, e seguindo a histórica lógica contraditória do processo produtivo nacional, a industrialização capitalista brasileira vai se intensificar aprofundando relações de dependência com “condições estruturais do capitalismo mundial, no seu movimento de reprodução global.” (BARBOSA, 2006, p.50). E com Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) vai se consumir um novo padrão de acumulação capitalista, centrado na expansão do denominado Departamento II, cuja produção era voltada para os produtos de bens duráveis, sendo para tal, lançado o Plano Nacional de Desenvolvimento, o denominado Plano de Metas, no qual se encontravam elementos básicos da produção como energia, educação, alimentação, transportes e indústria de base.

O desenvolvimento do Plano de Metas foi em grande parte o responsável pelo modelo de desenvolvimento industrial definido para o Brasil, cuja base de sustentação encontrava-se na tríplice aliança entre o Estado e os capitais privados internos e estrangeiros. Na divisão de responsabilidade

...caberia ao Estado a realização de maciços investimentos em infraestrutura e em alguns ramos da indústria pesada; ao capital externo estaria aberta a possibilidade de desenvolver internamente segmentos da indústria de bens de consumo duráveis; e, por último, seriam reservadas ao capital privado nacional as alternativas de dar prosseguimento à industrialização de bens de consumo não duráveis ou de se integrar aos novos ramos industriais instalados, como fornecer certos insumos. (LIMA, 1996, p.117)

O capital internacional assumiu vários ramos da indústria de bens, como automóveis, material eletroeletrônico, eletrodomésticos, produtos químicos, plástico.

⁸Curiosamente, o então recém criado Ministério foi chamado de “Ministério da Revolução” por seu primeiro titular, Lindolfo Collor, por pretender literalmente interferir de forma sistemática nas relações conflituosas entre capital e trabalho.

Neste íterim, as multinacionais descobriram o grande filão da economia nacional brasileira, tratando de monopolizar os setores produtivos de então. Desse modo foi que

Aos poucos, grandes empresas monopolistas internacionais, transferiram para o Brasil parte de sua tecnologia já obsoleta nas matrizes. Os investimentos concentravam-se principalmente nas indústrias de eletrodomésticos, de aparelhos eletrônicos, em algumas indústrias de máquinas, equipamentos de comunicações e, especialmente, na indústria automobilística: Volkswagen (investimento alemão), Simca (francês), Willys Overland (norte-americano) – esta última com apoio financeiro quase total do BNDE. (ALENCAR, 1994, p.363)

Cabia ao Estado, enquanto ordenador do processo de desenvolvimento amoldado às necessidades de uma industrialização capitalista, sua coordenação econômica, mas também exercendo o papel de empresário, bem ao estilo dos preceitos keynesianos. Sua era a responsabilidade imprescindível da infraestrutura, com a construção de rodovias, hidrelétricas e garantia de condições de transporte.

A industrialização brasileira desencadeia, neste processo, um novo padrão de acumulação, cujo desenvolvimento configura nova força de trabalho e novas relações de trabalho, formando com intensidade o operariado industrial, cujas particularidades se encontram na natureza econômica, política e institucional do país no período. Com os avanços dados na industrialização nos anos 1950 e a emergência do parque industrial no país fez florescer

... um operariado inserido na grande indústria moderna, com níveis de qualificação do trabalho superiores aos da indústria tradicional, com maior composição de capital, com um contingente significativo de trabalhadores concentrados nas unidades industriais. Esse proletariado novo, vinculado à indústria automobilística, viveu a intensidade das contradições imanentes ao desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil nas últimas três décadas. (BARBOSA, 2006, p.52)

Tal aspecto constitui elemento que indica que o modelo de economia adotado no país não o tirou da condição de subdesenvolvimento. E, para explicar o não alcance do tão almejado desenvolvimento, diversos teóricos preocupados com a questão concordam com a evidência dos fatos, porém divergem quanto aos argumentos das explicações. Os neo-cepalinos argumentam que limites e entraves encontrados na economia interna impossibilitaram o intento, a exemplo da não realização das reformas tributária e agrária; já alguns estudiosos da teoria da dependência concordavam com a ideia das limitações internas, porém as justificavam pela caracterização da classe burguesa nacional, considerada conservadora, sem coragem de inovar.

Para estes últimos, o Estado cumpria papel de entrave para o desenvolvimento capitalista pretendido, na medida em que protegia os ganhos desta burguesia nacional, favorecendo-a economicamente. Para isto, não possibilita a concorrência com o empresariado internacional, o que, para este grupo de pensadores, forçaria a modernização do operariado nacional.

Outro grupo de pensadores da teoria da dependência, divergindo em essência do primeiro, entende que as contradições próprias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim como na América Latina em geral, apresentam-se marcadas por uma contradição histórica própria da dependência, visto que

... para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (MARINI, 2005, p.162)

Para Marini, estudioso do desenvolvimento na América Latina, a dependência que permeia as relações entre as economias avançadas e periféricas nas diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo tem como elemento importante o fato de que internamente às econômicas dependentes dá-se a separação entre produção e circulação de mercadorias, enquanto dois momentos fundamentais do ciclo de produção capitalista.

Havendo, no entanto, estreita relação entre produção e circulação, o consumo individual dos trabalhadores adquire *status* de decisão na constituição de demanda de mercadorias produzidas, ou seja, este consumo é condição elementar para que a mercadoria se realize no fluxo da circulação, o que é comprometido pelo baixo valor salarial pago.

Questão básica que o autor aponta é sobre a formação das economias periféricas, as quais, atreladas às economias centrais se dinamizam no sentido de conter a tendência à queda da taxa média de lucros das últimas, tanto com a exportação de alimentos, que contribuem de forma eficiente para a elevação da taxa de mais valia; quanto na exportação de matérias-primas, que possibilita o barateamento do capital constante. O problema colocado é que o preço pago pela produção exportada é “inferior ao valor, devido a que a composição orgânica média do capital nas econômicas dependentes situa-se abaixo da média mundial”. (ARAUJO, 2011, p.115).

Consequência disso é que se torna mais compensador para os capitalistas das economias menos desenvolvidas investir em capital variável que em capital constante, e o determinante para tal é o fato de que o preço da força de trabalho nestas economias serem sempre abaixo da média, posto o grande contingente da superpopulação relativa.

Por outro lado, sendo o interesse capitalista a produção da mais valia, e no caso a relação de dependência estabelecida implica, em princípio, na redução da margem de lucro do capitalista das economias periféricas, impõe-se aí um problema a ser solucionado. Tal perda resulta de uma relação desigual nas trocas entre as economias, a qual também é mediada pela dependência e exploração. Dependência por conta da superioridade tecnológica das economias centrais e; exploração devida ao “poder” que estas se atribuem na determinação de preços abusivos aos seus produtos adquiridos pelas economias menos avançadas.

Porém, não disposto a arcar com os prejuízos causados pela transferência de valor e, garantir o nível de sua lucratividade, este capitalista não busca a correção das distorções entre o preço e o valor dos produtos adquiridos, mas sim, desenvolve estratégias e mecanismos de compensação, repassando ao trabalhador, literalmente, o ônus da contenda. Assim, para aumentar a massa de valor produzida, este capitalista se faz dispor de três importantes mecanismos: aumento da intensidade de trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e, redução do consumo do operariado para além do seu limite normal (MARINI, 2005, p.154).

Tais mecanismos que caracterizam a superexploração constituem incrementos da mais valia, através da regressão salarial, que é efetivada de forma direta, quando os salários reduzem o poder aquisitivo ou; indireta, com o uso de artimanhas como o prolongamento da jornada de trabalho ou a intensificação do trabalho, implicando, invariavelmente, na redução do salário-hora (ARAÚJO, 2011, p.118).

Marini (2005, p.167) pontua a crise da economia capitalista internacional como o marco para a mudança do eixo de acumulação, até aqui, modulado pela produção e exportação de produtos primários. Com os limites impostos pela produção baseada no mercado externo tem início o processo da economia industrial moderna, quando, segundo o autor, a produção brasileira, no contexto latino-americano, deslocando seu eixo produtivo para o mercado interno, faz ressonância com o consumo das massas trabalhadoras.

Porém, as economias dependentes não apresentavam capacidade para sua independência produtiva e, de forma inconsistente articulava sua produção a fatores externos, tornando débil o modelo de produção adotado. Neste sentido, encontravam-se na condição de vulnerabilidade em relação às crises e à necessidade expansionista do mercado.

Neste sentido, o crescimento industrial vivenciado pelo Brasil não deu fim à condição de país exportador de produtos primários, como café, algodão, cacau e minério de ferro. O seu caráter subdesenvolvido era claramente demarcado pela agricultura fincada no latifúndio, que concentrava além das terras, o atraso tecnológico. Concretamente, o campo ficou à margem da nova realidade não vivenciando a onda de “progresso” e “modernização” desencadeada pela dinâmica desenvolvimentista industrial nacional.

No campo maranhense, por exemplo, a realidade eram as relações de trabalho baseadas no trabalho de parceria, de meeiro, do colonato, ou seja, de grupos de trabalhadores que não dispunham de poder aquisitivo para comprar, fazendo com que a industrialização se desse de modo incipiente, pois a indústria capitalista exige a realização de sua mercadoria, com a aquisição feita pelos consumidores, e os trabalhadores do campo não apresentavam condições para compor a expansão necessária do mercado interno de consumidores na perspectiva capitalista.

Porém, é importante demarcar que esta realidade camponesa é permeada por aspectos bastante particulares que caracterizam suas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Neste sentido, destaco que o debate acerca da perspectiva do desenvolvimento capitalista aqui feito não desconsidera o campo como espaço territorial de desenvolvimento de relações produtivas próprias, cujo padrão segue uma tecnologia socialmente construída, saberes tradicionais e manifestações culturais que dão base para o processo de luta e resistência do campesinato na dinâmica destrutiva das relações capitalistas de produção.

No contexto de desenvolvimento industrial do país, as políticas voltadas para a agricultura eram no sentido de sua modernização garantir dois aspectos para a indústria: a produção de alimentos baratos para minimizar os custos da reprodução da força de trabalho urbano; e liberar força de trabalho para compor o exército industrial de reserva para este setor econômico.

Foi assim que o Maranhão cumpriu dois papéis importantes no processo de industrialização do país. Por um lado, como estado eminentemente agrícola, “assume na divisão nacional do trabalho, a produção de alimentos baratos que permitem a baixa remuneração da força de trabalho consumida pelo capital...” (ARCANGELI, 1987, p.104), pois

Durante os anos 50, 60 e 70 a economia maranhense passou por profundas transformações econômicas: a indústria têxtil que representara uma sobrevivência da agora insignificante lavoura algodoeira desapareceu-lhe definitivamente e a região se tornou especializada na produção de cultivos alimentares, como o arroz, feijão, milho e mandioca, a partir do trabalho de migrantes nordestinos que haviam iniciado a ocupação dos limites noroeste/sudoeste do Estado desde os anos 30 e 40 do presente século, sob a forma camponesa da produção. Estas transformações definiram o papel do Maranhão na divisão de trabalho em vigor no Brasil de então como fornecedor de alimentos para o centro-sul que se industrializava e determinaram suas verdadeiras possibilidades futuras em termos de acumulação de capital segundo moldes contemporâneos. (MOREIRA, 1989, p.01)

Por outro lado, o estado exporta excedente populacional rumo à região Sul do país, contribuindo com sua cota na geração do exército industrial de reserva do processo estabelecido.

Nos governos militares a economia segue os passos do governo Kubitschek e, na busca de crescimento do Produto Nacional Bruto - PNB, oferece incentivos fiscais de crédito e câmbio aos exportadores, e ao capital estrangeiro permite flexibilização na remessa de seus lucros.

Para o setor agrícola, foi um período de modernização da base produtiva, porém caracterizada por muitos autores por uma modernização conservadora, assim considerada por não alterar de forma substancial a vida dos trabalhadores. Tal modernização restringiu-se ao aspecto tecnológico, não contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral e muito menos do campesinato.

É a partir de então que são implantados grandes projetos com caráter desenvolvimentista por várias regiões do país, e de forma muito particular na região amazônica, cujo interesse do capital internacional remonta ao século XVII, quando acontecem grandes expedições estrangeiras para entender e dominar a intrigante e rica área.

E como já apontado anteriormente, desde os tempos coloniais o Brasil tem sua produção organizada a partir dos interesses externos. Economicamente atrelado à

dinâmica financeira internacional, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil, em 2010, ocupou a 24ª posição no *ranking* das exportações internacionais e teve sua exportação crescida em 26,8% em 2011. Em termos da economia interna, na tabela 2, pode ser observada a participação das exportações brasileiras no PIB nacional.

Tabela 2: Participação das Exportações no PIB (%) - Brasil (2002 - 2011)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
%	11,98	13,22	14,56	13,43	12,66	11,76	11,99	9,57	9,66	10,34

Fonte: SECEX/MDIC e IBGE (citado em MDICM, 2012, p.22)

Conforme fica evidenciado nos números apresentados, a participação das exportações na economia brasileira no período de referência não chega em nenhum dos anos a 15%, variando de 2002 a 2011, do percentual de 9,57, como percentual mínimo, em 2009, a 14,56, como participação máxima em 2004, havendo, a partir de então, uma queda sistemática até 2009, quando é retomado o crescimento na referida participação.

O conjunto de exportações realizadas pelo país, no sentido da participação por valor agregado, pode ser observado na tabela 3.

TABELA 3: Exportação por valor agregado em % - Brasil (2003 - 2012)

Ano	Manufaturado	Semi Manufaturado	Básico	Op. Especiais	Total
2003	54,3	15,0	28,9	1,8	100
2004	55,0	13,9	29,5	1,6	100
2005	55,1	13,5	29,3	2,1	100
2006	54,4	14,2	29,2	2,2	100
2007	52,3	13,6	32,1	2,1	100
2008	46,8	13,7	36,9	2,6	100
2009	44,0	13,4	40,5	2,1	100
2010	39,4	14,0	44,6	2,1	100
2011	36,1	14,1	47,8	2,1	100
2012 ⁹	36,9	13,0	47,6	2,5	100

Fonte: SECEX/MDIC (citado em MDICM, 2012, p. 15)

⁹ Os dados apresentados no ano 2012 fazem referência ao período de janeiro a junho.

Como pode ser observado, as exportações brasileiras no período de 2003 a 2009 são capitaneadas por produtos manufaturados, que somam até 2007 mais de 50% das exportações. Porém, esta posição cai 17,4% durante o período citado, saindo de 54,3% para 36,9%. Inversamente, os produtos primários vão assumindo a posição, passando de 28,9% para 47,6%, crescendo assim, 18,7%. Já os produtos semimanufaturados oscilam em torno de 2% negativos durante o período, enquanto inversamente as operações especiais crescem nesta média de percentual na dinâmica das exportações.

Apesar da queda registrada na exportação de manufaturados, os números indicam uma participação significativa deste valor agregado, porém, esta importância se mostra relativizada quando observada a participação dos setores industriais por intensidade tecnológica, o que pode ser analisado a partir dos dados da tabela 4. Olhando os dados, sem um detalhamento dos números apresentados, é possível pensar na elevada participação dos produtos manufaturados na economia de exportação, mas atentando para os mesmos, estes indicam que a participação dos produtos manufaturados na exportação nacional encontra-se centrada na indústria de baixa intensidade tecnológica.

De 2010 a 2012, 41,0%, 38,3 e 36,8, respectivamente, dos produtos manufaturados exportados utilizavam baixa intensidade tecnológica. Neste mesmo período os produtos que usaram intensidade média-baixa e média-alta mantiveram-se na média dos 26,9% e 27,9% respectivamente durante o período citado. Por outro lado, os produtos manufaturados destinados à exportação, produzidos com tecnologia de alta intensidade correspondem a 7,3%, 5,7% e 6,4% nos anos referentes.

**Tabela 4: Exportação dos setores industriais por intensidade tecnológica (%)
Brasil (2010 - 2012)**

Intensidade tecnológica	2010	2011	2012¹⁰
Alta	7,3	5,7	6,4
Média-alta	28,2	27,5	28,0
Média-baixa	23,5	28,5	28,8
Baixa	41,0	38,3	36,8
Total	100	100	100

Fonte: SECEX/MDIC (citado em MDICM, 2012, p.16)

¹⁰ Os dados apresentados no ano 2012 fazem referência ao período de janeiro a junho.

Com tais informações, fica evidente a pouca utilização de produtos industrializados com o uso de recursos tecnológicos mais avançados na economia de exportação, sendo a pauta de exportações sustentada na produção primária, em que a produção de *commodities*, como o complexo soja e os minérios, constitui grande responsável por esta dinâmica econômica.

No Maranhão, o quadro não se apresenta diferentemente. Em 2011, dos US\$ 3.047.103.050 correspondente à dinâmica da exportação, 27,32% são de minério de ferro, aglomerados e seus concentrados; 25,51% são de alumina calcinada; 19,62% encontram-se registrados como “outros grãos de soja, mesmo triturados”; 14,31% correspondem à produção de ferro fundido bruto não ligado; 6,08% são de alumínio não ligado em forma bruta; e 2,18% encontram-se distribuídos em ouro em barras, fios, perfis e outros. (MDICM, 2012).

Os números apresentados mostram que além da concentração da exportação estadual encontrar-se no fornecimento de produtos básicos e da indústria pesada, totalizando este agrupamento em 95,02% das exportações, um outro elemento é demarcado neste contexto, que é a centralização das exportações no que se refere às empresas envolvidas no processo. Se levarmos em consideração que a exploração do minério de ferro constitui monopólio da empresa Vale e que a produção da alumina é exclusividade do Consórcio Billigton, já temos aí, o controle de 58,91% das exportações estaduais sob o comando de apenas dois grupos empresariais. Tal situação, obviamente, implica em várias questões importantes para a vida e autonomia política, econômica e social do estado.

No que se refere ao saldo comercial, o Maranhão nos dois primeiros meses de 2012 figura como o terceiro estado mais deficitário do país, com valor calculado em US\$ 560,014 milhões, e se colocando depois de apenas os estados de São Paulo e Amazonas (MDICM, 2012).

Este contexto de exportação de produtos primários, como já foi dito, não é recente. Tal prática se manifesta nos vários denominados ciclos produtivos do estado, a exemplo de ciclos produtivos importantes como o do algodão, já no final do século XIX e começo do século XX, concretizavam a participação direta do Maranhão no projeto de desenvolvimento do capitalismo. No caso citado, o apogeu do ciclo algodoeiro alinhava-se a mais avançada das mais avançadas das tecnologias de então: a indústria têxtil inglesa.

O modelo produtivo agroexportador desenvolvido pelo país deu ao Maranhão tamanha importância, tornando-se este, objeto de especulação, principalmente a parte norte do estado,

... região em que os europeus instalaram uma economia de exportação de produtos tropicais, cresceu de tal forma que nos fins do século XVIII o Maranhão era, depois de Pernambuco, a maior capitania exportadora de algodão, destacando-se ainda como exportadora de arroz e de couro. (ANDRADE, 1998, p.209)

A inserção do Maranhão na divisão internacional do trabalho, na condição de dependência se deu inicialmente através da integração estadual à atividade econômica das províncias primário-exportadoras. Atividades de exportação para a Europa baseadas na cana-de-açúcar, no algodão e no couro, sofrem intervenção direta da Coroa, “que reorienta a economia do Maranhão, via neutralização do poder dos jesuítas na Província e pela criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755)” (ARCANGELI, 1987, p.94). À Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão cabia

... estabelecer e generalizar a escravidão no Maranhão e de sistematizar a cultura do algodão e do arroz, financiando sementes, escravos negros, ferramentas e equipamentos de beneficiamento da produção, proporcionando, portanto, à província, até então não produtora de mercadorias, o capital-dinheiro necessário à geração interna de valor. (ARCANGELI, 1987, p.94)

Em longa e complexa dinâmica, as relações de trabalho, baseadas no consumo da força de trabalho escravo, foram sendo reorganizadas e o contexto de liberdade negra proporcionou, em grande parte, o processo de colonização do estado do Maranhão. Juntam-se aos negros libertos, vários outros grupos e sujeitos, os quais vão definindo uma dinâmica em geral contraditória e complexa, onde convivem interesses contrários, permeados por conflito, resistência e luta.

Tal dinâmica vai sofrer várias transformações caracterizando a conformação de novas relações sociais e de trabalho e se intensificar com o refluxo econômico capitalista vivenciado pelo estado a partir dos últimos anos do século XIX. Processo este do qual resulta a atual composição da força de trabalho no estado e de modo particular das relações sociais e de trabalho existentes no campo, e, conseqüentemente, na experiência do assentamento Califórnia, referência empírica desta tese.

Assim, articulado e seguindo o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, cujo caráter é de dependência, o Maranhão encontra-se inserido na dinâmica destrutiva do capital, caracterizada de forma muito particular pela intensificação da precarização do

trabalho na produção minero-metalúrgica e pela agropecuária comercial no estado, o agronegócio, conteúdo que será abordado no item seguinte.

1.2. A CRISE ATUAL DO CAPITALISMO NEOLIBERAL E AS ESTRATÉGIAS DESTRUTIVAS DA PRODUÇÃO MINERO-METALÚRGICA E DO AGRONEGÓCIO: a intensificação do trabalho precarizado

A concepção política de desenvolvimento econômico adotada e posta em prática pelos governos brasileiros pós-guerra sempre esteve associada à ideologia anticomunista fomentada pelos Estados Unidos, centro do poder capitalista então constituído, através de uma subordinação consentida. A preocupação com o fenômeno de adesão de países ao comunismo fez com que houvesse uma atenção com a dinâmica econômica a ser estabelecida em áreas de capitalismo dependente como a América Latina, de forma a garantir a orientação ideológica nestas regiões. Neste sentido, a proposta política de desenvolvimento para o Brasil, que tinha como eixo a industrialização, se fundou na Doutrina da Segurança Nacional, cuja marca é nitidamente anticomunista.

O processo de industrialização que caracteriza a denominada fase desenvolvimentista brasileira é perpassado pela questão da considerada ordem pública. Esta “ordem pública” expressava (e expressa) as condições seguras para aplicação dos capitais, sem o risco da sublevação do trabalho. Era preciso manter a ordem hegemônica do capital e manter a segurança do país contra a ameaça das “ideologias extremistas”, cabendo ao Estado “a manutenção da segurança interna”, pois é através de suas ações que ele vai

... dirimir as perengas sociais a favor dos interesses da acumulação. Está na sua base a aliança entre o Estado e os capitalistas internacionais, donos do capital sob a forma de mercadoria, dinheiro ou capital produtivo, capaz de subsidiar o processo suficiente pelo qual se dá o desenvolvimento segundo a ótica burguesa – a industrialização. (LEAL, 1988, p.51/2)

E, sob a falácia do “Integrar para não entregar!”, especialmente os governos militares entregaram para o capital internacional, regiões importantes com grandes áreas de reservas naturais como a Amazônia. Mesmo que desde a década de 1940 já tivessem

sido tomadas medidas internas para a exploração do “vazio demográfico”¹¹, foi no período do regime militar que este processo foi acelerado e intensificado.

Foram os governos militares que intensificaram a dinâmica de inserção de empresas multinacionais na região, respaldadas por ações como a “regularização e discriminação do mercado de terras, incentivo à colonização pública e privada, além de financiamento e subsídios aos grandes projetos de mineração, agropecuários e madeireiros” (MORAIS, 2007, p.95)

Porém, há outro viés no processo de transnacionalização da Amazônia, que é o paradoxo existente neste modelo de desenvolvimento. A modernização e desenvolvimento proporcionados não ultrapassam os limites da dimensão econômica. Associados a este aspecto, os incentivos governamentais e financeiros são facilmente acessíveis aos grandes empreendimentos, porém dificilmente permitidos às populações ali existentes. A superposição dessas duas lógicas organizacionais

... resultou em uma transformação da face sócio-econômica regional. De um lado, apareceram os enclaves, com sua organização moderna potencializando o instrumental de domínio sobre a natureza, fruto do acelerado desenvolvimento das forças produtivas. De outro, dada a incapacidade de integrar o contingente populacional no seu nível de produção, são potencializados os mecanismos de exclusão. (BRITO, 2001, p. 87),

Sendo assim, muito mais do que cumprir a integração da região à dinâmica produtiva nacional, a exploração dos recursos naturais abundantes na região amazônica atende às necessidades do mercado mundial, o que determina a atual conformação

¹¹Concretamente, a idéia do Estado brasileiro de ocupar a Amazônia data do início do século XIX com políticas de povoamento e exploração dos recursos da região. A questão se encontra no fato de tais políticas desconsiderarem, propositadamente, as populações ali existentes, criando o discurso de “vazio demográfico”. Prática muito comum até a atualidade, o Estado têm, historicamente, definido de forma autoritária, projetos econômicos para as regiões brasileiras, desconsiderando de maneira geral, os interesses, as necessidades e opiniões das populações locais. Com isso o Estado tem contribuído de forma contundente com conflitos territoriais e étnico-raciais, a exemplo do polêmico projeto da hidrelétrica de Monte Belo, que tem sido questionado amplamente pela sociedade nacional e internacional, dentre outros motivos por não considerar a opinião dos indígenas moradores da área.

Para o debate proposto no texto, desde a década de 1940 já existia a retórica do Estado de modernização da região, tendo para tanto, criado organismos institucionais na época. E, em um movimento de criação e extinção, existiram o Plano de Valorização Econômica da Amazônia – PVEA, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, o Primeiro e Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia – I PDA e II PDA, como partes dos I e II Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND e II PND, respectivamente. E, ainda o Conselho de Desenvolvimento da Amazônia – CODAM, o Conselho Técnico – CONTEC, posteriormente substituídos pelo Conselho Deliberativo – CONDEL; e como órgão financiador, o Banco da Amazônia – BASA.

sociopolítica e econômica da Amazônia, a qual é formada por classes antagônicas representativas do modo de produção capitalista. Picoli (2006, p.08) assim as define:

...as classes sociais envolvidas na nova dinâmica da ocupação do território amazônico configuram-se em duas: uma representada por grupos econômicos que ali vão expandir seus negócios para reproduzir capitais; a outra formada por marginalizados e despossuídos no processo histórico com sucessivas migrações ao longo de suas gerações, que fazem parte do exército industrial de reserva do país.

Porém, imprescindível dizer que a relação estabelecida entre as classes ali constituídas é mediada pelo Estado, que através de aparato institucional promove a inserção de empresas transnacionais no processo de desenvolvimento da região, em detrimento explícito da classe trabalhadora.

A Amazônia esteve, já desde o período exploratório do século XVI, sob os olhos perscrutadores do capitalismo nascente. E, na primeira fase da nossa “sina colonial”, já se encontrava subordinada ao processo histórico do desenvolvimento desigual e combinado. O interesse despertado pelo capital esteve desde sempre voltado a fazer a Amazônia contribuir com a acumulação mundial através da exploração de suas riquezas naturais, como fornecedora de matéria-prima, o que vai acontecer pela primeira vez, de forma contundente, com a produção da borracha nos anos de 1870.

Na redefinição das relações sociais daí decorrentes, os aspectos mais importantes apontados por Leal (1995, p.21/22) são a passagem da Amazônia da condição de mero fornecedor de suprimento à metrópole para “se integrar, diretamente, ao circuito internacional de acumulação”; o delineamento definitivo das “últimas fronteiras nacionais”, com a ocupação das áreas ainda livres na região; consolidação da estrutura social existente, pois de modo geral, “fazendeiros, comerciantes, negociantes e proprietários, acrescidos de aventureiros – que passam a organizar os fluxos dessa ocupação produtiva e, através disso, consolidam poder segundo as novas condições de produção emergentes com a mudança”; e a consolidação da “burguesia regional subsidiária à esfera internacional da acumulação” que, como agente cumpridora das medidas da organização produtiva, controla diretamente o sistema de trabalho.

No processo de ocupação da Amazônia o regime militar foi determinante para mantê-la sob a ordem capitalista. A ditadura brasileira, na perspectiva de “ocupar espaços vazios” promoveu projetos de colonização, levando à região grandes contingentes populacionais das mais variadas regiões do país. Mas, mesmo de forma desordenada, sem planejamento apropriado, a colonização cumpriu os objetivos

ditatoriais, que consistiam na urgente ocupação da região; e garantir os princípios da Segurança Nacional (LEAL, 1996, p.VI).

E, quando se fala da Segurança Nacional, não se pode perder de vista os iminentes avanços do mundo comunista da época; e de forma especial, de como a região se mostrava propícia, aos olhos do imperialismo capitalista, às atividades clandestinas da ideologia inimiga, afinal, a floresta se mostrava ideal à prática guerrilheira, comum em alguns países latino-americanos na década de 1960. O objetivo maior, portanto, era ocupar a região, com a instituição de núcleos econômicos sob a lógica do capital antes que esta servisse aos interesses anticapitalistas.

Além dos projetos de colonização, os governos militares, na integração subordinada do país ao capital internacional, adentraram à Amazônia, possibilitando a instalação de grandes projetos econômicos na região, incluindo aí, o estado do Maranhão. A atuação estatal se deu principalmente criando condições legais favoráveis à entrada do capital estrangeiro; financiando empreendimentos exportadores; e construindo infraestrutura adequada aos empreendimentos. (LEAL, 1996, p.XI). Neste sentido, tais projetos foram beneficiados considerando

... a isenção de impostos de importação para os equipamentos de alta tecnologia necessários à produção, até a isenção do imposto de renda, ou mesmo a entrega de capital de crédito ou, ainda, dinheiro vivo. Todos [grandes projetos], ainda, foram financiados à custa de recursos públicos: ou quase sempre foi chamada uma paraestatal para tornar-se a sócia majoritária – integralizando a sua parte do capital com recursos vivos, sob o aval do Tesouro Nacional ou de um banco estatal. [...] os sócios privados, assim, jamais arriscaram muito de seu capital nesses empreendimentos, sempre o tomaram emprestados de bancos privados estrangeiros, ou de um banco oficial dos seus próprios países. Tal se dava sempre sob o aval do Tesouro ou de um banco de desenvolvimento brasileiro. Risco, mesmo, quase nenhum. (LEAL, 1996, p.XIII)

Dos grandes projetos implantados na Amazônia¹², o maior foi o Programa Grande Carajás - PGC. Com visibilidade internacional, é considerado um dos maiores programas de desenvolvimento de integração econômica. Mas, sua implantação se deve, essencialmente, às ações favoráveis do Estado, o qual criou vários mecanismos, dentre eles uma legislação própria, com diversos decretos-leis que dispunham sobre as distintas

¹² O atual contexto da ocupação da região amazônica tem sua origem os princípios da política de Segurança Nacional, seguindo as necessidades e interesses do capitalismo mundial. Assim, obedecendo a atual divisão internacional do trabalho, a Amazônia cumpre importante papel no fornecimento de recursos naturais ao processo produtivo mundial. Neste sentido “grandes projetos”, com caracterização do tipo enclave foram implantados, dentre os quais destacam-se o extinto Programa Carajás, ICOMI, Jary, Mineração Rio do Norte, Tucury, Complexo ALBRAS-ALUNORTE, ALUMAR e Mineração Pitinga. (LEAL, 1996, p.I)

dimensões do referido programa. Daí, a criação de Conselho Interministerial, instituição de “regime especial de incentivos” aos empreendimentos integrados ao PGC, isenção de impostos, e outros estímulos.

Fica clara a grandiosidade da participação e comprometimento do Estado no referido Programa, daí os “superpoderes” atribuídos ao mesmo, através do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 85.387, datado de 24 de novembro de 1980, o qual deixa evidente o uso dos recursos públicos no “tratamento preferencial” e incondicional às iniciativas econômicas integrantes do Programa, quando diz que,

Aos empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás será cumprido tratamento preferencial pelos órgãos e entidades da administração federal, observada a legislação aplicável, para efeito de:

- a) concessão, arrendamento e titulação de terras públicas, regularização e discriminação de terras devolutas ou quando for o caso, desapropriação das terras particulares necessárias à execução de projetos;
- b) licença ou concessão para construção e operação de instalações portuárias;
- c) contratos para fornecimento de energia elétrica e para transporte fluvial;
- d) cessão ou arrendamento de direitos de exploração mineral ou florestal;
- e) autorização, emissão de guias e concessão de financiamento para exportação;
- f) autorização e emissão de guias para importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como conjuntos, partes, peças e acessórios destinados à implantação, modernização ou reaparelhamento de empresas, inclusive no caso de investimento direto estrangeiro sob a forma de bens e serviços;
- g) autorização e registro de empréstimos externos, inclusive para pagamentos no exterior, de bens e serviços;
- h) concessão de aval ou garantia do Tesouro Nacional, ou de instituições financeiras públicas, para empréstimos externos;
- i) autorização para financiamento de empresas de mineração;
- j) participação, com recursos públicos, no capital social de sociedades titulares de projetos;
- k) aprovação de contratos com transferência de tecnologia, assistência ou consultoria técnica para a implantação e operação de projetos;
- l) quaisquer outros atos, formalidades ou diligências, necessárias à aprovação e execução de empreendimentos integrantes ao Programa Grande Carajás. (KOWARICK, 1995, p.67/8)

Dos muitos mecanismos legais que foram utilizados para garantir a fácil penetração do capital internacional na Amazônia, também merece destaque, pela imprescindibilidade dos mesmos no processo, o Código Brasileiro de Mineração, que punha fim a quaisquer restrições à exploração dos recursos minerais por organizações estrangeiras e o Estatuto da Terra, que foi responsável por eliminar as restrições existentes à apropriação por estrangeiros de grandes extensões territoriais.

O Maranhão, seguindo as trilhas da saga amazônica, atualmente tem constituído espaço privilegiado da inserção do capital mundial e tem sofrido reconfigurações na sua dinâmica econômica e conseqüentemente nas relações de trabalho. Tal reconfiguração tem como base a reestruturação produtiva recente e tem se dado a partir, essencialmente, de dois movimentos produtivos que permitem a inserção do estado na rota do capital transnacional: o industrial e o agronegócio.

O processo socioeconômico do Maranhão teve importantes ciclos produtivos, e em especial os ligados ao setor industrial. De forma muito particular, neste setor econômico o estado vivenciou pelo menos três momentos de “euforia” no que se refere às expectativas de desenvolvimento. Madeira (2009) discorre sobre três momentos históricos no setor produtivo no estado, os quais são denominados por ele de “euforias maranhenses”, isto porque na visão do autor, pelo menos “em três momentos históricos se manifestaram situações de euforia no Maranhão, relacionadas a expectativas do Estado dar saltos em termos de desenvolvimento econômico” (MADEIRA, 2009, p.02).

No que se refere ao setor industrial, as fases mais importantes consideradas pelo autor foram a produção que caracterizou o final da época colonial no século XVIII (1776 – 1820); a indústria têxtil do final do século XIX e; a atual, cujo início tem como marco analítico a década de 1980.

No período colonial, a euforia se deu por conta da exportação de arroz e algodão, e, principalmente deste. A intensificação desta produção que teve como estímulo a exportação da matéria-prima para a efervescente indústria têxtil inglesa sofreu declínio com o fim da disputa interna entre as regiões dos Estados Unidos, que culminou com a Guerra de Secessão (1861 – 1865) e comprometeu o atendimento da demanda inglesa de algodão. Com a intenção de compensar as perdas, o estado se voltou à produção açucareira, mas seus “tempos áureos” não perduraram, pois a queda de lucros desestimulou esta produção e

... a economia maranhense seguiu cambaleante até vislumbrar uma nova possibilidade de alavancagem econômica – o desenvolvimento de setores industriais a partir da economia algodoeira – no último suspiro da mesma. (MADEIRA, 2009, p.05)

Tem início outro momento de produção industrial que se voltou ao atendimento de demanda regional, mas o processo em curso não poderia acontecer de forma exitosa, haja vista a instalação de parque industrial estadual não seguir desde sua constituição a um planejamento adequado e, se caracterizando pelo “atabalhoamento” dos latifundiários

falidos, buscavam salvar seus recursos expurgados da escravatura de forma imediata e de qualquer maneira.

Sobre o último ciclo “eufórico”, o autor em questão pontua que

... na década de 1980, já em outro contexto do capitalismo mundial e da economia brasileira, novamente se apresentou uma esperança de industrialização e desenvolvimento econômico, desta vez relacionada a grandes projetos minerais a serem instalados na Amazônia. (MADEIRA, 2009, p.07)

Lopes e outros (2006), reiteram que neste período o Maranhão é inserido na atual dinâmica mundializada do capital a partir de dois movimentos. O primeiro se encontra na formação do pólo industrial do estado, cujo desenvolvimento é caracterizado por uma modernização conservadora, cujas maiores expressões são a implantação, em 1976, da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atual Vale¹³, empresa de exploração de minério, que compunha e coordenava o Programa Grande Carajás; a implantação de outro importante empreendimento em 1984, o Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR, composto pelas empresas ALCOA, ALCAN, BHP Billiton e RioTintoAlcan, hoje um mais maiores complexos de produção de alumínio primário e alumina do mundo. Estas iniciativas foram seguidas pelo Centro de Lançamento da Base de Alcântara, segunda base de lançamentos de foguetes da Aeronáutica Brasileira, em 1989, com o firme propósito de fazer o Brasil entrar na disputa aeroespacial.

Tal “modernização” econômica do estado é hoje complementada pela Hidrelétrica de Estreito, construção realizada pelo Consórcio Estreito Energia – CESTE, composto por empresas como a Vale, Camargo Correia e Odebrecht, com inauguração em 2011. Em curso, projetos de extração de ouro, de minério e de gás, e ainda termelétricas e refinaria.

Também compondo o parque industrial do estado, existem fábricas no ramo de bebidas (cervejas e refrigerantes), frigoríficos, fios e tecidos, fibras vegetais, madeiras e móveis, compensados e laminados, confecções de roupas, metalurgia básica, confeitaria, óleos vegetais (no caso do babaçu, o maior destaque é a empresa Oleaginosas

¹³ A Companhia Vale do Rio Doce, criada em e privatizada em 1997 mudou de nome dez anos depois, com a intenção de desligar sua imagem de ex-estatal e reforçar sua atuação internacional, passou a adotar simplesmente o nome “Vale”. Para seu então presidente à época da mudança “Em qualquer lugar do mundo, a pronúncia Vale é fácil. Vale significa valor...”, conforme declaração feita ao Jornal O Globo Economia em 29 de novembro de 2007, disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/vale-do-rio-doce-passa-se-chamar- apenas-vale-4137583>.

Maranhenses S/A – OLEAMA, no ramo desde 1961), produtos químicos e farmacêuticos, curtimentos de couros, laticínios, artefatos de cimento, gesso e amianto, construção pesada, plásticos, calçados de couro, além de indústrias gráficas e da produção de biocombustíveis e beneficiamento da soja, que conta com apenas uma empresa instalada desde 2006, no município Porto Franco.

Mas, apesar do grande alarde comumente dado pelos “feitos” e avanços do setor, sua participação na economia estadual, como pode ser observado na tabela 5, não apresenta grande contribuição na composição setorial para o crescimento do valor adicionado na economia maranhense. No período analisado pelo IMESC (2010, p.07), que foi de 2002 a 2008, vê-se que o setor em pauta é o que menos contribuiu para a economia, sendo que o setor de serviços e comércio contribuiu com 50,4% e a agropecuária com 32,5%, para a economia do estado; enquanto a indústria participou com apenas 17,2% no período referente.

TABELA 5: Composição e contribuição setorial para o crescimento do valor adicionado¹⁴ na economia maranhense entre 2002 e 2008 (% ao ano e % do total)

Setores	2002		2005		2008		2002-08 (% a.a)	Cont para o cresc o %
	VA	Part %	VA	Part %	VA	Part %		
Maranhão	24.329,1	100	9.199,1	100	38.487,0	100	7,9	100
Agropecuária	3.938,9	16,2	5.191,6	17,8	8.540,3	22,2	13,8	32,5
Indústria	4.063,0	16,7	5.022,2	17,2	6.492,8	16,9	8,1	17,2
Serviços e Comércio	16.324,8	67,1	18.979,4	65,0	23.457,8	61,0	6,2	50,4

Fonte: organizado pela autora, a partir de dados do IMESC (2010)

O tema da industrialização já era recorrente, como já destacado nesta tese, em grandes discursos governamentais desde a década de 1950. Data do final desta década o primeiro plano estadual de desenvolvimento e, a defesa do desenvolvimento industrial encontrava-se neste, atrelada ao projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek

¹⁴ Valor Adicionado (VA) ou valor agregado de um setor produtivo é valor que este setor contribui para a economia, no caso, do estado, depois de deduzidos os custos gastos na produção, ou em outras palavras é o valor que a atividade produtiva agrega, adiciona aos bens e serviços que são utilizados no seu processo de produção.

(1956 – 1961), assim como à concepção furtadiana¹⁵, que deu base ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, de que as economias nordestinas deveriam deixar de ser meras fornecedoras de matérias-primas e se voltarem às atividades industriais.¹⁶ O discurso proferido pelo então governador Newton Bello, em 1962, expressa de forma contundente tal concepção, no qual proclama a impossibilidade de

... continuar com uma economia de subsistência, tipicamente colonial, vivendo exclusivamente do setor primário, a produzir matérias primas para os mercados externos, pelos preços que eles nos impõem, para depois importá-las sob a forma de manufaturas de elevado custo. (MARANHÃO, 1962, citado por BELLO FILHO, 2004, p.82)

Porém, o próprio governo de Newton Bello não fez avançar muito os propósitos produtivos da indústria, posto que nos orçamentos previstos para a realização do primeiro e segundo planos estaduais de desenvolvimento, correspondentes aos seus mandatos, a prioridade não foi este setor da economia, o que fez com que o terceiro plano estadual de desenvolvimento, referente aos três últimos anos do governo Sarney (1968 – 1970), expusesse a necessidade de “incentivar a criação de indústrias de bens de consumo final”. Apesar do esforço dos planos apontar a industrialização como setor importante para superação do atraso da economia estadual, a prioridade orçamentária esteve nestes períodos voltada à infraestrutura, devido à concepção de que sem infraestrutura não poderia acontecer o crescimento da economia do estado.¹⁷

Ainda que o tema da industrialização fosse corrente aos sucessivos governos, a lógica etapista de desenvolvimento não permitiu que tal setor fosse desencadeado no estado. Com a compreensão de que o que sucederia à etapa de infraestrutura era o crescimento do setor primário, na década de 1970, o governo Pedro Neiva de Santana

¹⁵ O termo furtadiano faz referência ao pensamento do economista Celso Furtado (1920 – 2004) o qual foi referência teórica na construção de alguns programas governamentais de desenvolvimento econômico, tendo como base, o desenvolvimento das regiões. Neste sentido, dos trabalhos realizados pelo GTDN resultou a criação de superintendências regionais de desenvolvimento, a exemplo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, como órgãos fomentadores de investimentos nas regiões.

¹⁶ Apesar do GTDN não considerar o Maranhão como estado nordestino e atribuir-lhe o papel de apenas fornecedor de alimentos baratos para os estados a serem industrializados e de absorvedor da força de trabalho excedente do Nordeste, os planejadores maranhenses “acreditaram na manutenção do parque têxtil já existente no Estado e na multiplicação e diversificação das indústrias nele instaladas, o que os levou a interpretar a industrialização propugnada no texto [do GTDN] como sendo extensiva ao Maranhão” (BELLO FILHO, 2004, p.81)

¹⁷ Os planejadores do desenvolvimento estadual, seguidores de Rostow e sua concepção etapista do desenvolvimento, acreditavam que o desenvolvimento da economia maranhense só poderia ser alcançado se o estado estivesse dotado de infraestrutura adequado a um processo de crescimento continuado da economia. (BELLO FILHO, 2004, p.86)

(1971 – 1974) privilegiou no orçamento público, recursos para o desenvolvimento da economia agrícola, setor que passou a dominar a cena planejadora dos posteriores planos estaduais de desenvolvimento.

Bello Filho (2004), ao fazer uma recuperação histórica do planejamento econômico no Maranhão, aponta no processo a sintonia dos planos elaborados no Maranhão com as linhas econômicas e políticas definidas na esfera federal. Assim, na esfera estadual, planejadores, economistas e gestores públicos seguiram a ideologia desenvolvimentista de JK, incorporaram o Plano Nacional de Desenvolvimento, adotando a estratégia do desenvolvimento social e sem nenhum constrangimento respaldaram as imposições feitas pelo Banco Mundial. A sintonia dos governantes estaduais com a concepção de desenvolvimento integralizado do poder central justificava inclusive a mudança de caminho econômico traçado pelos planejadores. Quanto a isso, o governador João Castelo (1980 – 1984) deixa claro o papel do Maranhão na resolução dos problemas econômicos brasileiros, justificando assim, a opção governamental pela economia primária, dizendo então, que

... definiu-se uma filosofia de Governo cuja tônica consiste na compatibilização dos macro-objetivos estaduais com os macro-objetivos nacionais, representados estes pela redução do ritmo inflacionário, a redistribuição da renda e o equilíbrio do balanço de pagamento.

A estratégia de ação então adotada pelo meu Governo elegeu o setor primário como atividade líder da projetada contribuição maranhense para o equacionamento de tão grandes problemas. A meta produção ganhou expressiva dimensão econômica, política e social, como fator polivalente dos objetivos perseguidos. Ela contribuirá para a redução do processo inflacionário, estabilizando os preços de mercado pelo nivelamento da oferta de alimentos a respectiva demanda: produzirá efeitos redistributivos da renda, pela compreensão desses mesmos preços ao nível do poder aquisitivo das populações pobres; injetará divisas em nosso deficitário balanço de pagamentos, pela comercialização dos excedentes exportáveis da nossa produção agro-extrativista; ensejará oportunidade de emprego à mão-de-obra nordestina, contribuindo para a consolidação do processo da integração econômica e demográfica inter-regional. (MARANHÃO, 1980, citado por BELLO FILHO, 2004, p.95/6)

Enfim, as pretensões econômicas do desenvolvimento do setor industrial no estado são preteridas em nome de sua subordinação à economia política nacional.

As mais importantes experiências industriais no Maranhão até a década de 1990 sofreram os reveses da fragilidade e precariedade de uma política econômica estadual consistente que elevasse os padrões de desenvolvimento da economia pautado no setor industrial. Como podem ser observados em Bello Filho (2004), os discursos

governamentais desde o primeiro planejamento de desenvolvimento do estado, encontravam-se alinhados aos propósitos econômicos e políticos da esfera federal.

Porém, muitos estudiosos, como Barbosa (2006), Moreira (1989), Durans (2008), Silva (2008), Costa (2003), Santos (1984) apontam a efetiva participação do Estado na garantia de condições adequadas para a implantação de grandes projetos no estado e, de forma muito particular, para a indústria. Mas, contrariamente a esta análise, o setor industrial do Maranhão cobra de forma contundente a contribuição do setor público, e no documento “Estratégia de Desenvolvimento Industrial do Maranhão”, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA apresenta um diagnóstico dos problemas e potencialidades enfrentados pelo empresariado industrial maranhense e define estratégias e metas de superação. No documento a Federação indica quais as responsabilidades estratégicas a serem assumidas pelo Estado a fim de que seja garantido o “vôo livre do guará”, expressão dada pela instituição ao deslanche da indústria no estado. Para a FIEMA

No âmbito da ampliação da competitividade sistêmica, alinham-se os vetores estratégicos cuja execução compete basicamente ao governo, quais sejam:

1. *Educação e capacitação profissional e tecnológica dos recursos humanos*, para elevar o nível de escolaridade da população maranhense e melhorar a capacidade técnica da mão-de-obra do estado, contribuindo para o aumento da competitividade, favorecendo o acesso ao emprego e a inclusão social da população;

2. *Pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias voltadas para as cadeias produtivas*, visando a incorporar inovações e melhorias tecnológicas nos processos produtivos e gerenciais, incluindo a adequação de tecnologias importadas, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e difusão de inovações, contribuindo para o aumento da produtividade e da competitividade econômica;

3. *Ampliação e qualificação da infra-estrutura econômica e da logística*, para complementar o sistema de transporte e a oferta de energia para a economia maranhense, reforçando as condições de logística e melhorando os sistemas de distribuição e comercialização dos produtos;

4. *Ampliação da infra-estrutura social*, com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade dos principais centros urbanos do Maranhão, especialmente quanto ao saneamento. Apesar de ser um objetivo econômico na medida em que viabiliza a competitividade, os projetos geram, de forma imediata e direta, a melhoria da qualidade de vida da população;

5. *Melhoria da qualidade dos produtos e serviços maranhenses e divulgação das potencialidades e da marca “Maranhão”*, para melhorar a qualidade dos produtos e serviços do estado e divulgar as

potencialidades e a marca “Maranhão”, melhorando o acesso a mercados e atraindo investimentos produtivos;

6. *Promoção do empreendedorismo e das competências empresariais locais*, visando a cultivar o binômio empreendedorismo/competência como traço cultural dominante entre os empresários, como principais agentes do desenvolvimento industrial do estado. (DOURADO e BOCLIN, 2008, p.129/30)

Tal posicionamento da FIEMA e as próprias ações governamentais refletem a análise de Oliveira (1998) acerca do padrão de financiamento público da economia capitalista, cuja dinâmica tem por um lado, a acumulação do capital e por outro a reprodução da força de trabalho. Quando o Estado assume o conjunto de reivindicações feitas pelo empresariado maranhense, traz para si parte das responsabilidades que, na lógica sistêmica, são do capital, assumindo partes consideráveis dos custos indiretos da produção e conseqüentemente diminuindo os custos produtivos. Na compreensão do autor, a utilização dos fundos públicos para garantir a reprodução da força de trabalho, “é estrutural ao capitalismo contemporâneo, e, até prova em contrário, insubstituível.” (OLIVEIRA, 1998, p.23)

Nos casos específicos da Vale e da ALCOA, as duas empresas mais emblemáticas da economia industrial recente do Maranhão, o Estado tem papel demarcado. De maneira geral, o governo desapropriou áreas; avalizou empréstimos; construiu infraestrutura para atender direta e indiretamente os projetos (produção e escoamento dos produtos); subsidiou energia elétrica; institucionalizou o sistema estadual de indústria¹⁸; realizou o remanejamento das famílias desapropriadas, a fim de evitar conflitos entre as populações atingidas e as empresas envolvidas; e assume a capacitação e qualificação técnica para a força de trabalho existente no estado.

No que se refere à desapropriação de áreas, para a instalação da ALCOA, por exemplo, mesmo contrariando recomendações de órgãos públicos competentes contra sua instalação na Ilha, pelos riscos socioambientais e ecológicos identificados, o governo João Castelo (1980 – 1983) “entregou cerca de 11% de toda área física da Ilha de São Luis, correspondente a 90.000 hectares¹⁹, à ALCOA – que também se apropriou de 57% de toda área (tipicamente rural) do distrito industrial do município” (BARBOSA, 2006, p.105). Quanto à então CVRD, a situação pode ser assim descrita:

¹⁸O Sistema estadual de indústria se formou com a criação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio (1973) e a Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Maranhão (1974), que tinham como propósitos o fomento à industrialização, e a criação de distritos e áreas industriais e assemelhados no estado, respectivamente (MOREIRA, 1989, p.29)

¹⁹ 90.000 hectares corresponde à área doada pelo governo à ALCOA..

Importa acrescentar que a implantação dos pólos industriais para efetivação das possibilidades industriais-comerciais (produtos destinados à exportação) anunciados, ao longo do chamado corredor de exportação, requer uma área de 15,5 milhões de hectares que está sendo desapropriada e cedida pelo Governo brasileiro, aos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, os quais instalarão também, nessa área, 100 fazendas-módulos destinadas à pecuária exportadora. (SANTOS, 1984, p.75)

Das ações governamentais para a acumulação do capital via grandes projetos industriais no Maranhão, a desapropriação agravou substancialmente a questão agrária do estado, com a expropriação de terras de trabalhadores arrendatários, posseiros, parceiros e pequenos proprietários. Como consequência houve um processo de valorização das terras, o que agravou ainda mais os conflitos já existentes; intensificado o fluxo migratório também para fora, com muitos trabalhadores seguindo para outros estados em busca de trabalho; o inchaço dos centros urbanos, para onde se deslocam muitas das famílias expulsas do campo, as quais povoam os bairros periféricos, compõem a imensa superpopulação relativa e sofrem todas as dificuldades daí advindas que caracterizam o crescimento desordenado das cidades. Conseqüentemente acontece o aumento da violência no campo.

Somados ao conjunto de ações públicas encontram-se os incentivos fiscais previstos na legislação própria do Programa Grande Carajás, constante, por exemplo, no Artigo 3º do Decreto-Lei nº 85.387, de 24 de novembro de 1980, o que já foi tratado anteriormente. Além dos incentivos já citados, os tributários tratam das modalidades: isenção de impostos de renda e adicionais não restituíveis que incidem sobre o lucro da exportação, por um prazo de dez anos; isenção de imposto sobre importação e sobre produtos industrializados incidentes sobre máquinas, equipamentos e instrumentos que não tenham similar nacional a serem incorporados ao ativo fixo empresarial; e isenção de imposto sobre produtos industrializados e manutenção do crédito deste, no que se refere a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, em aquisição de máquinas e equipamentos nacionais no mercado interno e direto do fabricante. (COSTA, 2003, p.108). Com tais iniciativas,

... o Estado cumpre a função própria de "sustentáculo geral da expansão do capital, legitimando tanto as empresas privadas como as empresas multinacionais, de vez que não só cria as condições para a expansão do capitalismo monopolista, mas participa ativamente dessas condições numa relação dialética entre o processo da acumulação e da atividade do Estado. (SANTOS, 1984, p.84)

Assim, com a participação do Estado, o Maranhão sofre a partir da década de 1980, uma redefinição de sua economia, reinserindo-se no contexto de acumulação capitalista internacional, abandonando seu papel principal de fornecedor interno de alimentos e passando a fornecer recursos primários para a produção mundial, nessa nova “rodada do capital transnacional”.

Porém, apesar dos incentivos públicos à implantação da “indústria moderna”, e da importância atribuída aos dois maiores empreendimentos existentes, a Vale e a Alcoa, há o reconhecimento do não retorno econômico ao estado por parte de tais grupos empresariais. Para a FIEMA, um dos órgãos que mais defendem este modelo de economia,

São esses os dois maiores projetos do Maranhão que, de fato, ainda não estão repercutindo como poderiam na economia estadual, nem sob a forma de tributos, por força da legislação de estímulo à exportação, nem na forma de expansão, beneficiamento e industrialização dos seus produtos, que são básicos. (DOURADO e BOCLIN, 2008, p.60)

Como fica bem claro, a própria Federação entende como nociva a legislação adotada pelo Estado para estimular a exportação, considerada como aspecto inibidor do processo de desenvolvimento econômico estadual.

Demarcado o papel mediador do Estado no processo de acumulação do capital nesta unidade federativa, tendo como base grandes projetos, cabe apontar elementos sobre seu crescimento econômico e a absorção da força de trabalho.

Atentando para os dados abaixo, fica demarcado que o crescimento do PIB maranhense em relação ao Nordeste e ao Brasil, na década de 1980, apresenta-se muito superior, tendo sido o crescimento do país de 2,3%, do Nordeste de 3,3% e do Maranhão de 8,3%. Tal crescimento pode ser atribuído à dinâmica industrial desencadeada na época. Os dados podem ser observados na tabela 6.

TABELA 6: Crescimento do PIB setorial e por atividades econômicas selecionadas – Brasil, Nordeste e Maranhão (décadas 1980 e 1990)

Atividade Econômica	1980-90			1990-99		
	Brasil	NE	MA	Brasil	NE	MA
Setor Agropecuário	3,1	1,5	- 2,5	3,1	0,2	-1,6
Setor Industrial	1,0	1,0	10,4	1,7	3,2	2,1
Indústria Extrativa Mineral	7,4	6,0	15,9	4,9	0,1	-
Indústria de Transformação	0,6	-1,6	3,4	0,9	2,9	1,5
Energia Elétrica e Abastecimento de Água	6,4	7,0	9,2	3,9	4,7	4,2
Construção	-0,4	3,0	14,6	2,2	4,9	3,1
Setor Comércio e Serviços	3,3	4,6	9,3	2,3	2,8	2,1
Comércio (inclusive restaurantes e hospedagem)	1,1	1,7	6,3	2,3	1,4	3,6
Transportes, armazenagem e comunicações	3,0	7,2	11,6	3,8	4,7	3,3
Comunicações	14,4	12,0	16,5	9,7	14,0	11,7
Administração Pública	1,8	5,3	9,7	1,5	2,6	1,3
Total	2,3	3,3	8,3	2,1	3,6	1,4

Fonte: HOLANDA (2008, p.15)

Analisando a tabela acima, fica evidente a importância do setor industrial para o desempenho estadual. O crescimento do setor no estado foi discrepante em relação ao país e à região analisada, que apresentaram crescimento de 1,0% concomitantemente, enquanto que o crescimento estadual chegou a 10,4%. Em termos estaduais, o setor teve este desempenho, enquanto o setor de serviços e comércio cresceu 9,3%, e a agropecuária apresentou crescimento negativo de 2,5%.

Destaque da façanha do setor industrial fica por conta da indústria extrativa mineral que alcançou a marca de 15,9% e da construção civil com 14,6% nos seus crescimentos na década. Analisando os fatores deste crescimento do setor industrial, Holanda (2008, p.15) aponta que o avanço apresentado pelo setor não resulta de um desdobramento das atividades industriais existentes no estado, mas sim, que este reflete “a forte concentração de investimentos públicos e privados envolvidos na instalação dos grandes projetos Companhia Vale do Rio Doce e Alumar”, corroborando assim esta afirmação com as indicações já feitas nesta tese.

Porém, se por um lado, o crescimento do PIB estadual tem na indústria e no setor de serviços e comércio seu trunfo maior, observa-se a discrepância entre estes dados e a contribuição do setor industrial na absorção da força de trabalho, conforme fica evidenciado na tabela 7.

TABELA 7: Pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por setores e grupos de atividades: Total e participação no total - Maranhão (1980, 1992 e 2006)

	1980		1992		2006	
Total	1.280.175	% do total	2.294.849	% do total	2.759.460	% do total
Agropecuária	884.472	69,09	1.388.111	60,49	1.105.593	40,07
Total - exceto agrícolas	395.703	100,00	906.738	100,00	1.653.867	100,00
- Indústria	110.410	27,90	198.066	21,84	373.511	22,58
Indústria de transformação	54.971	13,89	101.470	11,19	176.410	10,67
Construção	44.653	11,28	65.751	7,25	179.709	10,87
Indústria (Outras)	10.786	2,73	30.845	3,40	17.392	1,05
- Comércio e Serviços	285.293	72,10	708.672	78,16	1.280.356	77,42
Comércio e reparação	73.196	18,50	185.082	20,4	1.427.320	25,84
Transporte, armazenagem e comunicação	24.622	6,22	35.713	3,94	88.622	5,36
Administração pública	26.635	6,73	64.943	7,16	108.491	6,56
Educação, saúde e serviços sociais	52.288	13,21	155.860	17,19	216.995	13,12
Outros Serviços	108.552	27,43	267.074	28,21	438.928	26,54

Fonte: HOLANDA (2008, p.23)²⁰

Analisando a tabela acima vemos com muita clareza a inexpressiva participação dos setores da indústria e de serviços na ocupação da força de trabalho no Maranhão, pois fazendo uma articulação com a tabela anterior, que trata do crescimento do PIB

²⁰ Importante atentar para as observações feitas pela fonte a respeito da tabela: “A classificação Indústria (Outras) inclui Extrativa Mineral e Atividades de Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). No Censo de 1980 a rubrica Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais abarca as rubricas Serviços Domésticos e Alojamento e Alimentação, desdobradas a partir da PNAD de 1992. A partir deste ano (1992) Serviços de Reparação (Mecânica, entre outros) aparece em Comércio e Reparação, sendo que antes era incluído em Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais”

estadual e de forma particular dos setores, vê-se que o setor agropecuário²¹ apresenta crescimento negativo nas duas décadas estudadas (1980 e 1990), e, no entanto, é o setor que mais ocupa força de trabalho no período, sendo que em 1980 ocupava 69,09% da força de trabalho no estado e 60,49% em 1990, passando a ocupar apenas 40,07% em 2006.

Importante atentar para o fato de que a tabela apresenta os dados separando o setor agropecuário dos demais setores, fazendo totalizar em 100% a soma dos setores industrial e de comércio e serviços. Porém, ao juntar os três setores, a contribuição do setor comércio e serviços foi, respectivamente, de 22,30% e 30,80% na primeira e segunda década apontadas, enquanto que a indústria contribuiu com apenas 8,60% nos dois períodos citados. A demarcação das duas décadas se faz aqui importante, considerando o que estas representam no contexto socioeconômico vivenciado no estado, quando acontece a implantação dos grandes projetos econômicos, todos sob a retórica do desenvolvimento, do emprego e da geração de renda.

A situação vai sofrer alterações na década dois mil, quando vemos na tabela que em 2006, a agropecuária sofre considerável queda na absorção da força de trabalho ocupada, passando a integrar em sua dinâmica produtiva apenas 40,10% das 2.759.460 pessoas que se encontravam trabalhando. Neste período, apesar da indústria crescer seu contingente de pessoal absorvido, este quantitativo alcança apenas 13,50%, enquanto que salta de forma significativa a quantidade de força de trabalho que passa a compor o setor de comércio e serviços, o qual chega a ocupar 46,40% do contingente ocupado.

Na organização da tabela acima, conforme já dito, há um isolamento do setor agropecuário totalizando o pessoal ocupado apenas nos setores industrial e de serviços e comércio, e atentando para esta separação, fica bem demarcado o papel do setor de serviços e comércio na absorção da força de trabalho no estado, pois a partir dos dados apresentados na tabela, foram deduzidos os dados, conforme segue: do total de 395.703 que compõe o pessoal ocupado no estado em 1980, a exceção do setor agropecuário, apenas 27,90% é de responsabilidade do setor industrial e 72,10% é composto pelo setor de serviços e comércio, e os números apresentados em 1990 comprometem ainda mais a “eficiência” e promessas de desenvolvimento e progresso social dos projetos industriais, pois neste período a participação do setor industrial cai para 21,80%, e a do

²¹ Importante destacar que o setor agropecuário considera tanto a produção empresarial quanto a produção camponesa. As diferenças referentes a estas duas formas de produzir são abordadas posteriormente.

setor de serviços e comércio sobe para 78,20% do total. Registro que a recuperação do setor industrial apresentada em 2006 o faz ocupar apenas 22,60% do total, mostrando-se assim, pífia.

Mesquita (2008), refletindo sobre a necessidade de que sejam identificados elementos que expliquem “a debilidade em que se encontra a economia do Maranhão [...] mesmo com um ritmo de crescimento econômico (PIB) de 4,2% ao ano ao longo de três décadas (1970/2000)”, aponta fatores como a frágil base produtiva que implica baixa produtividade; a precária e fragmentada infraestrutura; a baixa taxa de investimentos, muitos dos quais “direcionados a **setores intensivos em capital ou quase-enclaves ou atividades extensivas em área** que pouco contribuiu na constituição de *linkages* estruturantes na região.” (MESQUITA, 2008, p.42, grifos do autor)

Associada a estes fatores o autor ainda indica a precária educação caracterizada em todos os níveis, a qual trava o acesso à terra e o uso da tecnologia, o que implica baixa produtividade do trabalho e da terra e, conseqüente aumento da exclusão e desigualdade.

No que se refere às relações de trabalho estabelecidas na indústria, comércio e serviços, estas têm se caracterizado pela precarização, considerando as bases produtivas deste setor que apresenta práticas destrutivas como sua maior expressão. Neste sentido, a produção industrial no estado, de forma geral, tem negligenciado os meios de produção e a força de trabalho. No que se refere aos recursos naturais, tem explorado predatoriamente a natureza, provocando uma crise ambiental sem precedentes. Em relação ao uso da força de trabalho, abusa dos trabalhadores com condições de trabalho precárias, sem o respeito aos direitos trabalhistas, sem o cumprimento das legislações referentes e com a ausência de programas específicos de apoio aos trabalhadores.

A precarização das relações de trabalho no contexto desta reestruturação produtiva se manifesta com o artifício da terceirização, usado de forma abusiva no estado por todos os setores. Nesta dinâmica econômica, com o intuito de baratear os custos da produção, empresas de todos os ramos atribuem a outrem suas responsabilidades produtivas, provocando para os trabalhadores conseqüências como a intensificação e extensão da jornada de trabalho, o não cumprimento dos direitos, a insegurança no trabalho, infraestrutura e maquinário inadequado, tudo isso expondo os vendedores da força de trabalho à iminência de demissão.

Outra forma precarizada das relações de trabalho que denota o contexto produtivo do estado é a informalidade. Como o estado apresenta dificuldades estruturais de absorção da força de trabalho, os trabalhadores, historicamente, têm desenvolvido estratégias para atender suas necessidades, encontrando na informalização produtiva uma das possibilidades. Esta modalidade de trabalho tem se apresentado com a consistência advinda da reorganização produtiva de enxugamento empresarial que caracteriza o atual modelo de produção e com isso os trabalhadores na condição de informalidade se veem desprovidos de direitos gerais que lhe garantam a segurança e tranquilidade que o trabalho deve proporcionar.

Assim, a dinâmica de absorção da força de trabalho na perspectiva dos grandes projetos implantados no estado vai se reconfigurando no contexto das transformações recentes na macroeconomia. Destaque para o fato de que todos estes projetos cumprem o atendimento da demanda do capital transnacional e dentre os muitos recursos naturais disponibilizados para o mercado internacional encontra-se a produção primária, no caso, capitaneada pelo agronegócio.

O segundo movimento econômico do Maranhão na expansão capitalista recente apontado por Lopes e outros (2006) e que mantém uma relação quase que orgânica com o primeiro, é o agronegócio, com uma ampla e intensa expansão em todas as regiões do estado, com uma consolidação que passa fundamentalmente pela região sul, especificamente no denominado Polo de Balsas, porta de entrada desta atividade econômica no estado.

Apesar de atividade considerada recente, seu rápido avanço pode ser constatado através do processo de ocupação geográfica da produção agrícola que representa este setor, pois, se em 1978 (primeira indicação da produção de soja no estado), o resultado da investida foi de apenas 55 toneladas em uma área de 33 hectares de terra, em 2006, este número salta para 931.142 toneladas do produto (CARNEIRO, 2008, p.80). A expansão sojeira no Maranhão também pode ser constatada a partir da evolução da exportação da produção estadual, passando esta de 358.728,4 toneladas no ano 1999 para 841.943,6, em 2007, conforme pesquisa realizada por Carneiro (2008, p.83), demonstrada na tabela 8.

TABELA 8: Evolução da produção de soja - Maranhão (1990 a 2010)

Ano	Produção (em toneladas)	Ano	Produção (em toneladas)
1990	4.176	2001	491.083
1991	8.037	2002	561.718
1992	24.029	2003	660.078
1993	87.370	2004	903.998
1994	140.637	2005	996.909
1995	162.375	2006	931.142
1996	137.283	2007	1.125.094
1997	221.535	2008	1.262.665
1998	290.438	2009	1.211.085
1999	409.012	2010	1.322.363
2000	454.781		

Fonte: Carneiro (2008, p.81); IBGE (2010)

Os dados mostram o avanço da produção de soja no Maranhão, sendo seu crescimento calculado em quase quatrocentos por cento em dez anos, passando de 4.176 toneladas em 1990 para 454.781 toneladas em 2000. E, apesar de percentualmente o crescimento da década seguinte se apresentar muito inferior, com uma variação de apenas 290%, seu crescimento em termos absolutos apresenta-se bastante significativo, pois salta de 454.781 em 2000, como já foi visto, para 1.322.363 em 2010. Tal avanço lhe permite figurar entre os quatro produtos mais exportados pela economia maranhense, sendo a soja precedida pelo ferro-gusa, minério de ferro e alumínio no *ranking* exportador.

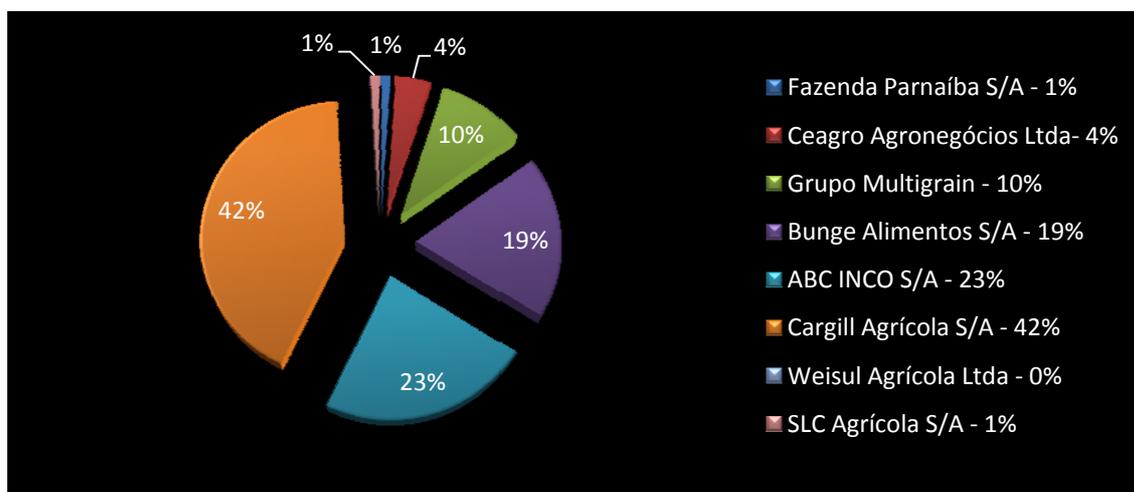
Ainda sobre a expansão deste vetor produtivo, há produção de eucalipto nas regiões de Urbano Santos, Caxias, Açailândia, Imperatriz e Grajaú, o que tem resultado na criação de imensos “desertos verdes”²² nestas regiões. O bambu e a cana-de-açúcar podem ser encontrados na região de Coelho Neto, Duque Bacelar, Aldeias Altas,

²² Deserto verde é uma expressão que vem sendo utilizada para denunciar as condições ambientais que resultam da prática da monocultivo do eucalipto, a qual se apresenta verde, mas promove a desertificação da área por conta das particularidades deste tipo de planta.

expandindo-se para Presidente Dutra, Tuntum e Campestre. No específico da soja, esta saiu do espaço Sul do estado e seguiu rumo ao Norte, se instalando com grandes áreas de plantio na região Baixo-Parnaíba. Associa-se a estes tipos de produção, a prática da pecuária extensiva, cuja atuação abrange quase todas as regiões do estado, e caracteriza uma especificidade importante do agronegócio.

Porém, um dos aspectos mais importantes e intrigantes deste contexto é o monopólio da produção de grãos verificada no desenvolvimento destes projetos. De acordo com a CUT (2005), no Brasil, a produção de soja, por exemplo, é controlada por apenas quatro corporações internacionais: Bunge, Cargill, ADM e Dreyfus, que juntas dominaram 61% dos grãos, farelos e óleos exportados no ano de 2005. Estes dados podem ser confirmados no Maranhão, sendo a Cargill responsável por 42% e a Bunge por 19% das exportações do complexo de soja em 2007, o que totaliza 61% do montante, conforme gráfico 1.

GRÁFICO 1: Principais Empresas exportadoras do complexo soja (%) – Maranhão (2007)



Fonte: (CARNEIRO, 2008, p. 84)

Porém, apesar do avanço do capitalismo no campo maranhense no contexto dos anos 1980, indicadores mostram que ao invés de crescimento, o setor agropecuário sofre gradual decréscimo, conforme mostra a tabela 9.

TABELA 9: Crescimento do PIB setorial nas décadas de 1980 a 1990 – Maranhão

Setor econômico	Década 1970 (%)	Década 1980 (%)	Década 1990 (%)
Agropecuária	7,6	-2,5	-1,6

Indústria	8,3	10,3	2,1
Serviços	12	9,3	2,1

Fonte: Organização a partir de dados de Holanda (2008, p.15) e Santos (2010, p.36/7)

Os dados mostram, de forma contundente, a inconsistência econômica do setor agropecuário, pois o PIB deste setor, que era de 7,6% na década de 1970, passou para -2,5% na década posterior e -1,6% na década de 1990. E, apesar de haver queda nos outros setores produtivos nos períodos referentes, com exceção da indústria na década de 1980, as quedas apresentadas não chegam a comprometer os setores como o agropecuário que se apresenta de forma negativa.

Os indicadores evidenciam, também, a fragilidade em que se encontrava o setor em estudo comparado aos outros setores, pois na década de 1970, o crescimento da indústria chegou a 8,3% e do setor de serviços a 12%; enquanto que na década de 1980, o setor industrial cresceu 10,3% e serviços 9,3%. Já na última década estudada, os dois setores cresceram apenas 2,1% cada, e apesar do pouco crescimento apresentados pelos dois setores na década, na agropecuária não houve qualquer crescimento, havendo, pelo contrário, uma queda considerável como já foi apontado.

Importante observar que na década de 1990 houve registro de redução de crescimento em todos os setores, o que pode ser interpretado como indicação clara da desaceleração econômica nacional da época. Sobre a desaceleração econômica apresentada pelo estado na década de 1990, Holanda (2008, p.15/6) entende que a orientação estrutural da economia nacional voltada à abertura comercial, ao enxugamento das atividades estatais e a orientação anti-inflacionária, contribuiu para que esta década se constituísse “verdadeira década perdida do ponto de vista da performance” para o Maranhão.

Quanto à absorção da força de trabalho, o estudo também aponta de forma clara indicações da desestruturação econômica do campo, pois em 1980, dos 1.280.175 ocupações existentes no estado, o setor agropecuário tinha papel de destaque, sendo responsável por 69% das ocupações, e em 2006 esta responsabilidade caiu para apenas 40% do total de ocupações. Na tabela 10 fica evidenciada a dinâmica da participação dos setores na absorção da força de trabalho neste período.

TABELA 10: Pessoas com mais de 10 anos ocupadas por setor econômico – Maranhão (1980 – 1992 e 2006)

	Total		Agropecuária		Indústria		Serviços	
		%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
1980	1.280.175	100	884.472	69,1	110.410	8,6	285.293	22,3
1992	2.294.849	100	1.388.111	60,5	198.066	8,6	708.672	30,9
2006	2.759.460	100	1.105.593	40,1	373.511	13,5	1.280.356	46,4

Fonte: Organização a partir de dados de Holanda (2008, p.23)

Porém, apesar do processo de inserção do estado à dinâmica mundializada do capital ditada pela industrialização, aqui representada por atividades mínerometalúrgicas, os dados evidenciam a pouca expressividade deste setor na absorção da força de trabalho no estado, posto que este setor nos estudos feitos, sempre apresentou contribuição pequena neste importante aspecto da economia, não chegando em nenhum período em pauta a 14% do contingente da ocupações, apesar de seu crescimento de 1992 para 2006, saltando de 8,6% para 13,5% sua participação. O que fica destacado é a importância que vai assumindo o setor de serviços neste processo, crescendo sua participação de 22,3% em 1980 para 46,4% em 2006, o que significa mais de 100% de crescimento.

Os dois eixos econômicos, industrial e agronegócio, compõem, assim, circuitos espaciais de produção, os quais são responsáveis por inserir o estado

... na divisão territorial do trabalho como fornecedor de matérias-primas. Ou seja, o Maranhão tem se caracterizado, sob o ponto de vista geográfico como território do obedecer, do fazer. Tem se encarregado de produzir os produtos primários e destiná-los ou ao exterior ou ao mercado interno (nacional ou regional) e comprá-los depois de industrializados. Foi assim com o algodão, com o arroz, com o gado e está sendo com os minérios, com vários outros produtos e especialmente com a soja. Nem os processos de produção e nem as formas de exploração da agricultura são os mesmos, mas obedecem à mesma lógica da acumulação e reprodução (BOTELHO, 2010, p.30)

Como já dito, os dois movimentos fundamentais que definem a relação e inserção do Maranhão na rota do capital mundial não se encontram separados e não prescindem um do outro. Na realidade, para a realização do movimento geral do capital é condição a relação direta entre os mesmos. Assim, é preciso entender que quando se fala de um, não se está descartando o outro, pelo contrário, quando se fala de um, está se falando também do outro, enquanto atividades intrínsecas e complementares. Por exemplo, para a Vale não é suficiente a exportação dos minérios, lhe sendo imprescindível a madeira queimando nos fornos e carvoarias das empresas de monocultivos de eucalipto a ela articuladas; assim como lhe é muito importante prestar serviços tipo o de transporte de soja, e vice-versa. Com isso, fica demarcada ação estratégica lucrativa da Vale o apoio à produção de soja.

A defesa ao avanço do agronegócio no país, orquestrada por setores importantes da sociedade, a exemplo do jornalístico-midiático (que através de vários meios de comunicação de massa, como jornais, revistas e televisão propagandeiam as “benesses” semeadoras desta forma produtiva), toma por base, principalmente, a expressiva participação deste modelo de produção no campo na balança comercial brasileira.

Os dados apresentados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, mostram que somente em 2008 o setor agropecuário foi responsável por 36% das exportações nacionais, o que significa R\$ 71,8 bilhões do montante de R\$ 197 bilhões referentes à operação comercial exportadora brasileira no ano em pauta; em 2010 exportou U\$ 76,4 bilhões, sendo o saldo comercial do setor de U\$ 63 bilhões, com crescimento de U\$ 8,2 bilhões em relação ao ano de 2009. A importância deste ramo produtivo é bastante considerada, uma vez que sem sua participação, o Brasil teria apresentado um déficit de U\$ 13,15 bilhões em 2009 e de U\$ 42,76 bilhões em 2010, conforme consta nos informes do Itamaraty²³. A tabela 11 mostra os responsáveis por esta “façanha”.

TABELA 11: Brasil: Exportações agropecuárias (2007 e 2008)

	Soja	Carnes	Complexo sucroalcooleiro	Café
2007	11.381	11.295	6.578	3.892
2008	17.980	14.545	7.873	4.763

²³ Os dados sentados apresentados encontram-se disponíveis em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/brasil-economico/2011/01/13/exportacao-agropecuaria-bate-e-foi-acessado-em-09-de-15-de-setembro-de-2011>.

Variação	58%	28,8%	19,7%	22,4%
-----------------	------------	--------------	--------------	--------------

Fonte: CNA (citada por SAUER, 2010, p. 09)

De acordo com a tabela apresentada, nos anos 2007 e 2008, os maiores responsáveis do desempenho do setor são a soja, as carnes, o setor sucroalcooleiro e o café. Tais dados se mostram categóricos, sob o ponto de vista estatístico, numérico, porém não trazem em si aspectos que possibilitem uma análise mais ampla e que possibilite perceber aspectos importantes para a relação custo benefício do setor. Neste sentido, nos números apresentados não constam, por exemplo, os gastos econômicos feitos pela sociedade brasileira no financiamento do setor, e muito menos os custos sociais, culturais e ambientais, com seus profundos impactos na organização da produção e modo de vida brasileiro.

Os dados apresentados pelo MAPA não apresentam a contribuição específica de cada segmento produtivo do campo nas exportações brasileiras, as quais contam com importante participação da agricultura familiar camponesa. No entanto, a discrepância nos recursos disponibilizados para os ambos os segmentos, mostra, através do tratamento dispensado ao agronegócio como o Estado privilegia a produção patronal em detrimento da produção familiar camponesa, pois conforme Sauer (2010, p.09)

O agronegócio teve à sua disposição R\$ 65 bilhões, como recurso para custeio e investimentos na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. Esse volume de recursos públicos foi quase 500% superior aos R\$ 13 bilhões destinados à agricultura familiar para custear a safra 2009/2009 desse segmento.

Ainda no que se refere à participação da sociedade brasileira no financiamento desta produção, Sauer (2010) alerta para os gastos públicos no longo e interminável processo de renegociação das dívidas adquiridas pelo setor. De acordo com dados levantados pelo autor, os gastos realizados entre 2007 e 2008 com a securitização das dívidas agrícola totalizam cerca de R\$ 1,5 bilhões, tendo sido gastos só no ano 2009 a quantia de R\$ 842 milhões, com uma importante observação a ser feita: o setor patronal da produção agrícola é responsável por 70% do valor total da dívida. Tal dívida, ainda que tenha recebido sucessivos alongamentos de prazos, incluindo prazos de carência, diminuição das taxas de juros e novas condições de pagamento, não vem sendo amortizada pelos devedores. (SAUER, 2010, p.08) O setor também é beneficiado com a possibilidade das renúncias fiscais e isenção de impostos²⁴, os incentivos à exportação, à

²⁴ A possibilidade de renúncia fiscal é atribuída às Leis nº 10.925 e 11.051, datadas de 2004, com as quais os produtos agropecuários são livres da incidência da contribuição do PIS/COFINS.

isenção de ICMS, prorrogação de dívidas das cooperativas junto à Receita Federal, INSS e PIS, de acordo com a Medida Provisória nº 303, de 2006.

Todas estas manifestações de apoio à agricultura patronal encontram-se relacionadas, também, com a “identificação induzida” de setores da sociedade com esta prática ideologicamente construída, desconsiderando a importância da reforma agrária e a conseqüente valorização da agricultura familiar camponesa, posto que para muitos que desconhecem a participação desta produção na economia brasileira, “não faria sentido promover a expansão e o fortalecimento da *pequena* produção familiar, mas sim retomar uma política de apoio à agricultura patronal que amplie ainda mais o processo de modernização conduzido pelo estado nas décadas de 1960 e 1970.” (SILVA, 2008, p.82). Tal apoio deveria se render ao atendimento dos interesses da classe patronal, cuja pauta de reivindicação tem como interesse a liberação para a produção de organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos e, a consolidação da ‘nova revolução verde’ (SILVA, 2008, p.82).

Outro importante aspecto considerado por Sauer (2010), como expressão da participação do setor público no apoio ao setor hegemônico do campo, trata da “total ineficiência histórica na cobrança de tributos territoriais”, pois segundo o autor, mesmo com o desestímulo da legislação ao especulativo e à improdutividade da terra, através do Imposto Territorial Rural – ITR, os mais de cinco milhões de imóveis rurais, em 2009 arrecadaram o irrisório percentual de 0,11% do montante da arrecadação nacional.

Acrescente-se ao conjunto de medidas e ações que garantem a destinação de recursos públicos ao agronegócio, os valores repassados às entidades representativas do setor patronal, como a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, a Sociedade Rural Brasileira – SRB, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, que juntas abocanharam na década de 1990, mais de R\$ 40 milhões, disponibilizados por órgãos públicos para a execução de atividades diversas, como feiras agropecuárias, pesquisas, publicação de livros, revistas e periódicos, formação, assim como qualificação no meio rural. Tais números cresceram substancialmente, pois de 2000 a 2006, o valor repassado só ao SENAR alcançou o

montante de R\$ 884 milhões; crescendo sempre o numerário, pois apenas no biênio 2008/2009 lhe foi dispensado R\$ 712 milhões.²⁵

Tais medidas constituem ações de continuidade de apoio decisivo do Estado à modernização do setor, pois anteriormente houve

... a montagem de um sistema de crédito exclusivo para financiar a modernização. O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) surge num momento em que era necessário garantir as condições para que a agricultura pudesse ser integrada à dinâmica geral da acumulação em desenvolvimento no país. No período da chamada modernização compulsória ou induzida, entre os anos de 1967 e 1979, o que caracterizou a concessão de crédito foi sua vinculação direta com a utilização de insumos e práticas de manejo consideradas modernas. (SILVA, 2008, p.92)

Porém, apesar de todos os incentivos e ações governamentais, as grandes empresas, maiores beneficiadas, não responderam às demandas internas de abastecimento, até porque não era este seu objetivo, afinal a agricultura patronal tem como objetivo a produção de mercadoria para a geração do lucro, para a acumulação de capital, não lhe importando o que será produzido, como será produzido, quem e para consumirá o seu produto final.

O Maranhão, de acordo com o 10º Censo Agropecuário (IBGE, 2006), é o segundo estado do Nordeste em área destinada à agropecuária, com uma área de 12,9 milhões de hectares, com 287.037 estabelecimentos rurais. Observando os dados deste instituto de pesquisa, pode-se apontar um processo de concentração fundiária no estado, considerando que o número de estabelecimentos caiu em 242.715 em relação aos 531.413 existentes em 1985. Outro indício desta concentração é que do total atual de estabelecimentos, 91,3% destes são considerados da agricultura familiar camponesa, enquanto apenas 8,7% são considerados estabelecimentos patronais, porém estes concentram 65,2% da área disponível, enquanto a agricultura familiar camponesa dispõe apenas de 34,8% das terras envolvidas na economia agropecuária.

²⁵ A aplicação de recursos públicos destinados às entidades patronais do campo tem sido questionada pelo Tribunal de Contas da União – TCU, com vários procedimentos e auditorias abertas por este Tribunal, assim como investigações sendo realizadas pela Polícia Federal - PF e a Controladoria Geral da União - CGU. Os dados apresentados sobre valores repassados são de responsabilidade do Ministério da Previdência em resposta ao gabinete do então deputado federal do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Adão Pretto e do deputado também federal e do mesmo partido do Paraná, Dr. Rosinha, respectivamente e usado em artigo por Sauer, conforme referência já citada.

A concentração fundiária desencadeada também pela prática agropecuária é acompanhada pela redução de pessoal ocupado no setor, pois se em 1985, este empregava 1.672.820 pessoas, em 2006, apenas 994.144, o que significa em uma década, a redução de 40,57%. (IBGE, 1985). Importante lembrar o papel da agropecuária patronal nos números apresentados, tanto da concentração fundiária quanto da redução do uso da força de trabalho nas atividades do campo, pois os grandes projetos que representam o setor necessitam, por força da natureza dos monocultivos e pecuária extensiva, de grandes áreas de terra, assim como, devido à tecnologia moderna mecânica e informatizada, dispensa o trabalho vivo, dispensa o próprio trabalhador, o que resulta na queda de emprego da força de trabalho.

Ao longo deste trabalho foram apontados alguns aspectos da importância do Estado em todos os modelos de economia desenvolvidos no país e de forma muito particular, na agricultura, principalmente a partir dos anos 1960, com a proposta de “modernização e desenvolvimento” da agricultura. Estudando a expansão da soja no Rio Grande do Sul, Schlesinger e Nunes (2008) concluem como fundamental o papel do Estado para a expansão do produto em questão, o que se dá através da aplicação de recursos públicos em infraestrutura e pesquisa, por exemplo.

Pelos estudos apresentados pelos autores, pode-se compreender que a produção de soja, iniciada no Rio Grande do Sul na década 1960, somente conseguiu alcançar 18 estados em 2008 porque houve investimentos públicos em áreas centrais para a produção sojeira, como a pesquisa, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1973, e logo em seguida pela criação da EMBRAPA Soja e a EMBRAPA Cerrados, em 1975, empresas dedicadas ao estudo da adaptação de sementes ao clima tropical, fator determinante para a expansão da soja nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A expansão da soja se deu de forma intensa, de tal maneira que na safra de 1990/91, o Brasil já com 9.742,5 milhões de hectares plantados passa para um volume de 20.929,1 milhões de hectares de área sojeira na safra referente ao biênio 2007/08, havendo crescimento expressivo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. (SCHLESINGER e NUNES, 2008, p.20). E, segundo as projeções feitas, a safra de 2014/15 vai contar com 12 milhões de hectares a mais.

Para o avanço significativo da soja no estado do Maranhão, Carneiro (2008) aponta como “a forte presença do Estado na sua viabilização”, o qual cria grandes

possibilidades de lucro às empresas envolvidas direta e indiretamente no processo, como a Vale, que tem intensa relação com a produção da soja. De acordo com o autor, o surgimento da soja no estado encontra-se relacionado à perspectiva de lucro da empresa citada, o que se dá com a utilização de sua infraestrutura (estrada e porto), sendo esta prática corrente da Vale em outros estados nos quais atua, o que faz desta uma grande empresa também no setor de transporte.

Está evidenciado por vários estudiosos o importante papel do Estado no desenvolvimento da economia do Maranhão. No que se refere à economia agropecuária, a política adotada pelos governos, a partir, principalmente, da década de 1960, apresentava-se com o discurso da modernização, porém a intenção principal era o aumento da produção, assim como da produtividade. Neste contexto, organismos públicos como a SUDENE e a SUDAM, através de crédito barato e subsidiado, tinham sua atuação pautada “no aceleração da absorção de grandes áreas devolutas de terras por grandes empresas agropecuárias.”, sendo incorporados cerca de cinco milhões de hectares de terra por atividades agropecuárias, principalmente pela pecuária extensiva de corte. (MESQUITA, 2008, p.14).

O intuito de aumentar e acelerar a produção e a produtividade do estado na perspectiva de acumulação capitalista, só poderia ser alcançado com a “modernização” da exploração do maior fator de produção existente no estado, a terra. Para tal intento, era necessário, na concepção governista da década de 1960, abrir as portas ao capital externo, e assim

... decidiu alienar as terras devolutas deste estado. Primeiramente, elaborou a Lei de Terras, em 1969. Para operacionalizar seu propósito, o governo criou a Companhia Maranhense de Colonização, no ano de 1971. [...] No planejamento físico, a estratégia adotada foi a de reservar para o grande capital, as faixas de solo mais favorecidas pelos recursos naturais, destinando-se aos pequenos produtores uma área menos favorecida, inclusive quanto à disponibilidade de água. (SILVA, 2008, p.136/7)

No entanto, as iniciativas governamentais ao longo do processo de inserção do estado à dinâmica de acumulação do capital em esfera mundializada não melhoraram, de forma efetiva, as condições de vida da população maranhense e de forma especial, as populações camponesas. O que aconteceu foi um desencadeamento de situações agravadoras da pobreza e miséria estaduais, fazendo com que o Maranhão por muitos anos venha disputando, com afincos, os piores indicadores sociais do país. Em 2003, estudos de grande repercussão nacional, feitos pela Fundação Getúlio Vargas

consideraram o estado como o mais pobre da Federação, sendo 23 dos seus municípios listados entre os 50 mais pobres do país, e em 2010, este número subiu para 32 municípios.

A situação não alterou muito desde então, pois segundo dados apresentados pelo IBGE (2010), em 2009, 19,1% das pessoas acima de 15 anos não sabiam ler nem escrever, índice este que subia para 31,7% das pessoas com mais de 15 anos na condição de analfabetismo funcional. Em termos de mortalidade infantil, o Maranhão se encontrava, no ano em pauta, no quarto lugar entre os estados nordestinos, com 19,1%, perdendo apenas para Alagoas (24,6%), Piauí (23,4%) e Paraíba (21,6%).

A partir não só dos indicadores acima apontados, mas também considerando a histórica realidade de pobreza e condições precárias da população geral do estado, e de forma particular a fragilidade sociopolítica, econômica e cultural a que se encontram submetidas as populações pobres que vivem no campo, assim como as que de lá foram expulsas e vivem ou tentam sobreviver nos centros urbanos do estado e que de modo geral sofrem as consequências da escolha política e econômica feita pelo Estado brasileiro ao modelo de produção agrícola patronal, concordo com a análise de Silva (2008) quando este conclui que

... se reproduz neste estado a mesma situação desfavorável à agricultura familiar observada no país, porém com o elemento agravante de não se realizar aqui a modernização conservadora propriamente dita, sendo que os empreendimentos estimulados no campo assumiram, num primeiro momento, características mais de reserva de valor para o capital e de busca de benefícios fiscais do que propriamente de investimentos produtivos, e num segundo momento, os chamados grandes projetos mantêm vinculação direta com os mercados externos. Desse modo, renunciou-se, no estado do Maranhão, a possibilidade de gerar empregos e produzir alimentos para fortalecer o mercado interno e promover a segurança alimentar da população. (SILVA, 2008, p.176/7)

No que se refere à absorção da força de trabalho no campo, neste processo de avanço do capital no campo, apesar da proposição modernizadora para este setor produtivo, o que é defendido nesta tese é a completa incompatibilidade entre este modelo produtivo e absorção da força de trabalho agrícola. A justificativa pode ser encontrada na própria lógica produtiva sob os preceitos capitalistas, pois sendo a intenção do capitalista o acúmulo do capital, busca este, através da redução dos custos, a elevação de seus lucros, para o que investe na tecnologia a fim de eliminar ao máximo a utilização do elemento força de trabalho no processo produtivo.

Assim, a exemplo do movimento de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto feito pela dinâmica capitalista no campo na particularidade produtiva do Maranhão pode ser citada a máquina de cortar eucalipto, a qual tem a capacidade de arrancar a planta, limpá-la completamente, extraindo-lhe as raízes, galhos e casca, cortá-la em quatro toras iguais e empilhá-los em meros 24 segundos. Sendo possível a visualização deste feito por apenas uma unidade mecânica, é facilmente possível imaginar a quantidade de homens força de trabalho que é automaticamente substituída em nome da modernização, da produtividade e do lucro, ou seja, uma única máquina faz em tempo ínfimo, de segundos, o que precisariam de muitas horas para que o trabalho humano pudesse realizar a tarefa.

A principal consequência do uso desta tecnologia é, fatalmente, a liberação da força de trabalho. Então, pensando o contexto agrícola do estado, no qual tem papel de destaque o monocultivo do eucalipto, a possibilidade e a promessa deste grande projeto econômico absorver a força de trabalho existente no campo caem por terra. E assim, expropriadas da terra e sem trabalho, famílias camponesas maranhenses compõem o fluxo migratório para os centros urbanos do estado, para outras regiões do país e até mesmo para outros países, como mostram os estudos realizados por Silva (2011) sobre a migração em áreas de assentamento no Maranhão.

A análise acima pode ser evidenciada com os dados apresentados pelo IBGE (2006), os quais mostram que os pequenos estabelecimentos agropecuários respondem por quase 85% da força de trabalho ocupada no campo no Brasil, e isto apesar da pouca terra disponibilizada para este grupo produtivo, conforme observações feitas pelo Instituto, o qual analisa a questão da forma abaixo:

Embora a soma de suas áreas represente apenas 30,31% do total, os pequenos estabelecimentos responderam por 84,36% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários. Mesmo que cada um deles gere poucos postos de trabalho, os pequenos estabelecimentos (área inferior a 200 ha) utilizam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e inferior a 2.000 hectares ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior a 2.000 ha) (IBGE, 2006)

Tais dados mostram de forma incontestável a incompatibilidade entre os grandes projetos agropecuários e a absorção da força de trabalho. Importante destacar que esta incompatibilidade encontra-se diretamente articulada com a discrepância entre grandes propriedades e força de trabalho, pois estes grandes projetos agropecuários são

instalados exatamente nas grandes propriedades, e mais ainda, têm estes, em regra, os mesmos proprietários.

Os reajustes estruturais feitos na economia, a partir da crise do capital, provocaram várias transformações no mundo do trabalho, culminando com o desenvolvimento da acumulação flexível, apresentando características essenciais deste modo de produção como o foco voltado ao crescimento, o qual, em valores reais apóia-se na exploração do trabalho vivo, e apresenta uma intrínseca relação entre tecnologia e organização da produção.

É com esta configuração que o latifúndio passa a se apresentar como agronegócio, e este como prática produtiva expandida e em expansão no campo brasileiro e de forma especial no maranhense, busca assumir uma faceta nova para a velha agricultura capitalista, tentando esconder, multifacetar ou mesmo dirimir seu caráter rentista, de negligência e desinteresse pelas necessidades da população brasileira e maranhense. Seu interesse são os lucros proporcionados pelos *commodities* e bolsas internacionais e, em sua nova roupagem, o agronegócio esconde a sua essência devoradora de terras e homens, pois demanda para sua existência a concentração da terra e a superexploração da força de trabalho, seja ela assalariada ou não, pois para o escrúpulo ético-capitalista do agronegócio pouco importa se assalariados morram de super carga de trabalho no corte de cana-de-açúcar em São Paulo²⁶ ou que crianças sejam aleijadas no recolhimento do carvão fervente das carvoarias no Maranhão.

No entanto, cabe apontar aqui que o agronegócio, como uma faceta modernizada às velhas práticas da agricultura capitalista, constitui termo forjado na disputa ideológica dos projetos diferenciados de produção agrícola. Termo surgido nos anos 1990, originalmente como *agribusiness*, expressa o desenvolvimento contraditório que caracteriza a formação socioeconômica do Brasil, que faz com que no país, em pleno século XXI ainda se encontre em curso intensa “guerra” travada em torno da terra. Este segmento, criando o mito de que o desenvolvimento do capitalismo no campo já teria alcançado todos os percursos técnicos existentes e passado a comandar a produção ampliada (OLIVEIRA, 2004, p.16), divulga, com apoio de sujeitos sociais importantes

²⁶Em denúncia sobre as mortes ocorridas no setor açucareiro no estado de São Paulo, a Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo – FERAESP apresenta 416 casos registrados no ano de 2005, e faz referência à sobrecarga de trabalho, cuja explicação se encontra na forma de remuneração para esta atividade. No corte de cana quanto mais o trabalhador corta mais recebe pagamento, o que para a Federação força os trabalhadores a se empenharem na sua produtividade individual, o que em regra sobrecarrega o trabalhador. Segundo as denúncias, de 2005 a julho de 2006, 14 trabalhadores teriam morrido por excesso de esforço de trabalho. (BONATO, 2006)

como a mídia burguesa, ser responsável pelos maiores índices da produção agropecuária. Mas, apesar do agronegócio constituir

... um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados (MARCOS, 2008, p.196/7)

Porém, este setor produtivo constitui, portanto, um sistema complexo, posto que se apresenta organizando diversas cadeias produtivas nas suas múltiplas fases e setores, que abrangem todos os segmentos de insumos, como máquinas agrícolas, tratores, fertilizantes, defensivos e sementes; a reprodução animal; o melhoramento genético; a produção agrícola em si; e todo o segmento processador e de distribuição, assim como a tecnologia da informática usado no processo. Tudo isso compõe e caracteriza a estrutura do agronegócio no Brasil. Com esta complexidade de sistema, são estruturadas cadeias de cana-de-açúcar, com a produção de açúcar e álcool; da laranja, com o processamento de suco, do café; da soja e seus derivados; do algodão; dos derivados de madeira (produção de móveis, papel, celulose e compensados); do tabaco; da borracha; do cacau; frutas em geral; do tomate; das carnes bovina, suína e de frangos; dos ovos; do leite; das flores e de hortaliças em geral.

Ainda assim, a partir de estudos realizados acerca da atuação da produção agropecuária, o mito criado ideologicamente pelo agronegócio, que apregoa o fim do campo e a grande façanha produtiva do agronegócio, cai por terra, esfarelado-se junto aos ecos de parte da intelectualidade brasileira que defende o “novo ruralismo” brasileiro.

Neste sentido, apesar da aberrante situação da concentração fundiária nas mãos de grandes proprietários, a discrepância produtiva pode ser considerada como inversamente proporcional a esta condição, posto que dos 329.941.393 ha de terra distribuídos pelos estabelecimentos identificados pelo Censo Agropecuário do IBGE em 2006, apenas as áreas com tamanho mínimo de 1.000 ha possuíam 146.553.218 unidades em 2006, concentrando assim, mais de 44% das terras, segundo a Tabela 9 – Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil – 1985/2006 (IBGE, 2006).

Por outro lado, mesmo em condições muito mais desfavoráveis para a produção camponesa²⁷ este mesmo Censo Agropecuário mostra que os pequenos estabelecimentos respondem por grandes produções, superando em muito a produção latifundista, chegando a responder por até 70% da produção que integra a cesta básica brasileira.

A importância da produção resultante da agricultura não patronal também fica muito bem demarcada na propaganda feita pelo próprio Estado, como pode ser visto na figura 1, que evidencia a discrepância dos dois setores na produção de milho em 2006.

FIGURA 1: Participação da agricultura familiar – Brasil (2006)

²⁷ Dentre as maiores contradições existentes no campo, o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 revela dados discrepantes entre os dois segmentos produtivos do campo. Mostra por exemplo, que houve uma redução de 11% das florestas e 26,6% da área destinada às pastagens naturais, enquanto houve aumento de 1,8% das áreas de pastagem plantada e aumento de 19,4% das áreas voltadas à agricultura. Mais de 80% dos produtores agropecuários vivem na condição de analfabetismo ou não concluíram o ensino fundamental. O Censo revela também que a assistência técnica só alcança 22% dos estabelecimentos, com predominância em estabelecimentos maiores. A soja apresenta-se como a produção com maior crescimento em 10 anos, chegando a 2006 com aumento de 88,8% de seu cultivo, sendo que 46,4% dos estabelecimentos cultivadores do produto utilizaram sementes geneticamente modificadas nas suas plantações e 95,1% fizeram uso de produtos agrotóxicos, assim como 90,1% utilizou adubação química em suas áreas sojeiras. Em termos gerais, apenas 1,8% dos estabelecimentos agropecuários praticam a agricultura orgânica. Mesmo representando apenas 0,9% do total de estabelecimentos que obtiveram concessão de financiamentos, os estabelecimentos com 1.000 ou mais ha captaram um montante de 43,6% dos recursos disponibilizados, enquanto que os estabelecimentos com até 100 ha, que representam 88,5% dos que receberam financiamento em 2006, receberam apenas 30,42% do valor total, restando aos estabelecimentos com 100 e menos de 1.000 há, representando 7,72% dos estabelecimentos recebedores de financiamento, os 25,69% dos recursos disponibilizados. (IBGE, 2009)



Fonte: MDA (2006)

No considerado jornal de análise conservadora, o Estadão, editado no estado de São Paulo e de grande circulação nacional, a jornalista Jacqueline Farid, analisando os dados do IBGE, destaca que da produção geral, a produção dos pequenos estabelecimentos responde por 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos e por 50% do plantel de aves. Ainda dando destaque ao papel da agricultura camponesa, não patronal, a análise jornalística mostra mesmo em lavouras voltadas para a exportação, “a agricultura familiar tem um espaço de destaque. É o caso do milho, cultura na qual possuía uma participação de 46%. o mesmo ocorre com o café, cujo peso é de 38%.” (FARID, 2009)

Outro aspecto bastante importante quanto ao mito criado em torno da importância econômica da produção desenvolvida pelo agronegócio se refere à ocupação da força de trabalho, pois embora os pequenos estabelecimentos representem apenas 30,31% do total, neles encontram-se 84,36% das pessoas ocupadas na agropecuária. As unidades produtivas com área inferior a 200 ha oferecem 12,6 vezes mais postos de trabalho por hectare que os estabelecimentos considerados mais importantes (área entre 200 e menor que 2.000 ha) e 45,6 vezes mais que as grandes propriedades, cuja área é superior a 2.000 ha. (IBGE, 2006)

No Maranhão, como já apontado anteriormente, a evolução do emprego e ocupação na agropecuária maranhense caracteriza-se por grande disparidade entre o

número de pessoas ocupadas na chamada produção familiar e as empregadas, com registro de uma vertiginosa queda no padrão de uso da força de trabalho nos dois segmentos produtivos nos últimos anos, apresentando-se o setor, com saldo negativo. Mesmo assim, das 994.144 ocupações existentes na agropecuária em 2006, a produção familiar era responsável por 80,70% do total, com 802.362 postos, enquanto as pessoas empregadas totalizavam apenas 19,30% das ocupações. (CARNEIRO, 2008)

A partir dos aspectos acima expostos, são importantes as reflexões acerca do debate travado entre os defensores do paradigma do capitalismo agrário e do paradigma da questão agrária, trazendo para o centro do debate o assalariamento da mercadoria força de trabalho como premissa básica para a caracterização do modo de produção capitalista.

E, no modo de produção capitalista, as relações de produção estabelecidas se baseiam na divisão entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários dos meios de produção, sendo que os primeiros, apesar de não produzirem, determinam o processo produtivo. Aqui, proprietários de meios de produção compram a mercadoria força de trabalho do trabalhador livre, em troca do salário, o que para Marx (2006, p.14)

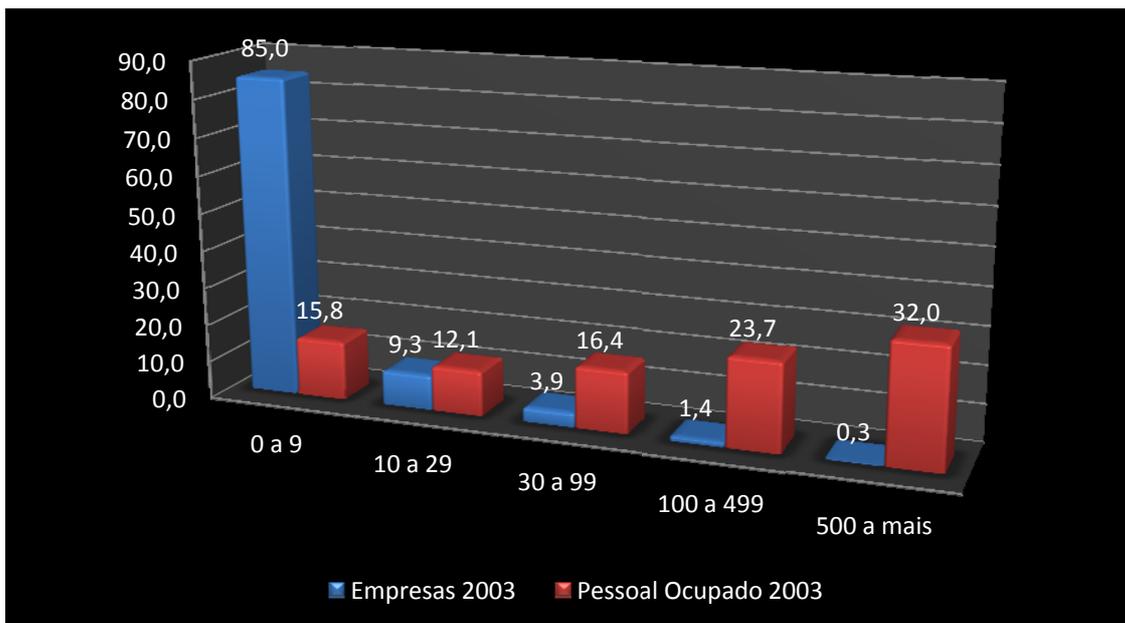
... é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço de trabalho; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria peculiar que só existe na carne e sangue do homem. (MARX, 2006, p.14)

Sendo o trabalho “atividade vital” para o trabalhador, no capitalismo, este “trabalha para viver”, pois o que ele produz não produz para si próprio, recebendo por tal feito, apenas o salário. No processo histórico de supremacia da mercadoria, também a força de trabalho é transformada em mercadoria, a tal ponto que

Vivemos hoje sob o domínio da produção capitalista em que uma grande parte e sempre crescente da população só pode viver se trabalhar, a troco de um salário, para os proprietários dos meios de produção – das ferramentas, máquinas, matérias-primas, e meios de subsistência. (ENGELS, 2006, p.04)

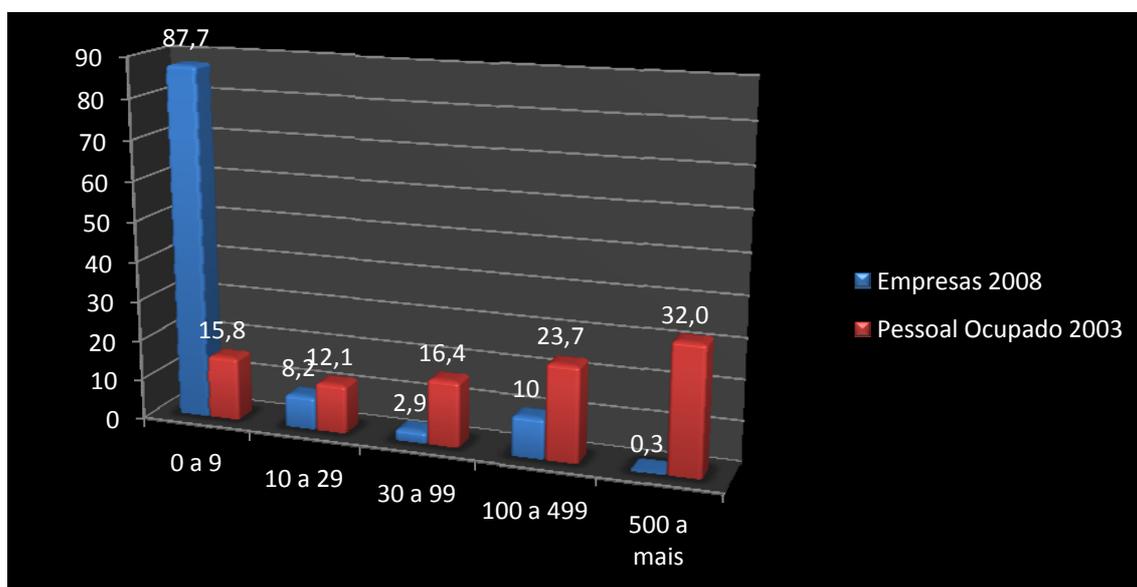
E, na dinâmica produtiva do campo, o pagamento de salários, a empregabilidade constituem elementos de fragilidade, como pode ser observado nos gráficos 2 e 3.

GRÁFICO 2: Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado – Brasil (2003)



Fonte: DIEESE (2011a)

GRÁFICO 3: Distribuição das empresas agropecuárias e do pessoal nelas ocupado, segundo faixas de pessoal ocupado – Brasil (2008)



Fonte: DIEESE (2011a)

Como visto, estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD apontam a distribuição de pessoas nas empresas agropecuárias, no âmbito nacional, nos anos 2003 e 2008, indicando a pouca relação entre estes dois elementos: agronegócio e emprego.

Comparando os dados apresentados na tabela, pode ser observado que não ocorreu nenhuma mudança digna de menção entre os dois anos em análise. O número de empresas agropecuárias com 500 empregados ou mais apresenta-se de forma inexpressiva, não chegando a 0,5% do total nos dois anos em questão. O destaque neste item fica por conta do número de empresas que ocupam no máximo 9 pessoas, que chega a 85% em 2003 e aumenta para 87,7% em 2009, sendo que o aumento no número de pessoas que estas ocupam seguem a mesma intensidade, saindo de 15,8% para 17,3% das pessoas que se encontram no contingente de ocupadas neste tipo de empresa.

Outro importante dado levantado pela pesquisa é quanto às admissões e desligamentos observados em grandes atividades econômicas do país. No quadro comparativo por ano, apresentado na tabela 12, chama atenção como o setor agrícola foi afetado nos anos 2003 a 2010.

TABELA 12: Saldo de admissões e desligamentos segundo grandes setores e classes de atividade econômica selecionadas Brasil 2003 – 2010 (em n^{os} absolutos)

SETOR	2003	2004	2005	2008	2009	2010
Indústria	138.543	519.513	200.611	195.311	17.885	519.225
Construção civil	48.155	50.763	85.053	197.868	177.185	254.178
Comércio	225.908	403.940	389.815	382.218	297.157	519.613
Serviços	270.115	469.741	591.304	658.575	518.252	869.877
Agropecuária	58.198	79.274	-12.878	18.232	-15.369	-25.946
<i>Cana de açúcar</i>	6.730	12.204	-3.598	9.053	4.714	-5.161
<i>Soja</i>	1.044	965	-4.038	2.575	1.425	1.432

<i>Demais atividades</i> ²⁸	-3.396	12.614	- 3.862	6.604	-21.508	-22.217
--	--------	--------	---------	-------	---------	---------

Fonte: Adaptado do DIEESE (2006 e 2011)

Como se pode observar, enquanto todos os outros setores econômicos, invariavelmente, apresentam saldo positivo e quase sempre com crescimento gradativo, a agropecuária faz movimento inverso. De todas as suas atividades, apenas o cultivo da soja se apresenta com saldo positivo, mesmo assim, depois de uma queda considerável, dando uma ideia de recuperação do cultivo. Tais dados são importantes porque demonstram o distanciamento cada vez maior entre práticas produtivas empresariais e a geração de emprego.

A gravidade e fragilidade do setor agropecuário podem ser facilmente percebidas com os dados sobre a condição de trabalho com a garantia do registro em carteira. Segundo dados do DIEESE (2011, p.114), no Nordeste, em 2009, apenas 20,9% das pessoas empregadas em atividades agrícolas têm este direito respeitado, enquanto 79,1% encontram-se completamente *desprotegidas* desta garantia. Em termos nacionais, a situação é de 35,1% e 64,9%, respectivamente.

Esta tendência já era indicada por Delgado (2010, p.46) quando esta analisa a relação entre produtividade e ocupação no setor e constata que

... ao mesmo tempo em que houve uma elevação da produção agrícola e pecuária e aumento do número de estabelecimentos agropecuários, ocorreu uma queda de 1,5 milhões de ocupações agrícolas entre 1996 e 2006. Isto é, o avanço da produção agropecuária permitiu elevar o número de estabelecimentos, mas não garantir as ocupações agrícolas. Na verdade, este contexto é marcado pela elevação da produtividade, em consequência do incremento de novas tecnologias na agricultura. (DELGADO, 2010, p.46)

Estes dados, no Maranhão, mostram a mesma tendência nacional, como pode ser observado na tabela 13.

²⁸ No item “demais atividades” adotado para designar a diversidade de outras atividades não especificadas nesta tabela e que compõem o setor agropecuário na tabela constam dois tipos de classificação. No primeiro, referente ao período de 2003 a 2005, além dos denominados como “outros” pelo órgão pesquisador, foi acrescentado o cultivo de frutas cítricas, cultivo de café, criação de animais (bovinos e outros animais de grande porte, ovinos, suínos, aves e outros animais, consideradas pelo DIEESE a partir da classificação do Conselho Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Já nos anos de 2008 a 2010, tal classificação “demais atividades da agropecuária” foi adicionado o cultivo de laranja, criação de aves, assim como atividades paisagísticas. Metodologicamente, a escolha deve-se ao fato de que algumas especificidades encontram-se registradas apenas no primeiro período (2003 a 2005) e outros apenas no segundo (2008 a 2010), dificultando assim, a organização da tabela acima.

TABELA 13: Comparativo de admissão e demissão no setor agropecuário – Maranhão (1998 – 2005)

ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
ADMISSÃO	2.615	2.138	3.423	6.599	6.201	8.152	10.337	11.847	51.312
DEMISSÃO	3.365	2.894	3.942	6.945	6.827	8.163	8.163	11.614	51.913
SALDO	- 750	- 756	- 519	- 346	- 626	- 11	2174	233	- 601

Fonte: Adaptado do Ministério do Trabalho

O que pode ser constatado é que apesar do gradativo aumento nas admissões no setor, o saldo geral é quase sempre negativo nos anos pesquisados, sendo que de 1998 a 2005, foram criados 51.312 empregos formais no setor agropecuário no estado do Maranhão, no entanto, neste mesmo período foram retirados 51.913 empregos do setor, deixando, portanto, um saldo negativo de 601 do total do quadro.

Segundo dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC (2007, p.11) em termos de participação dos setores produtivos na economia do estado, em 2005 teve destaque o setor de serviços, com 64,03% de participação, enquanto a agropecuária respondeu por 17,78%, seguida pela indústria com 17,19 do total. No caso específico da agropecuária, registra-se evolução na sua participação de 2002 a 2004, cujo movimento foi 16,19% para 17,67% e 18,16% respectivamente. Para a diminuição da participação do setor na economia, em relação aos anos 2004 e 2005, o Instituto aponta a queda na produção de arroz, soja, milho, feijão, algodão, dentre outros produtos (IMESC, 2007, p.14)

Em termos das relações de trabalho, fica demarcada a fragilidade do trabalho assalariado, observando-se claramente que a predominância não se encontra nas relações de assalariamento e, portanto, nas relações capitalistas de produção. Porém, no que se refere à organização produtiva no campo maranhense, esta sempre foi caracterizada por uma dicotomia de modelo.

Por um lado, a economia teve seus momentos de apogeu com a produção de importantes ciclos como o de arroz, cana-de-açúcar e algodão, desenvolvidos por grandes fazendeiros e empresas da época colonial, que garantiram a inserção estadual na divisão internacional do trabalho; por outro, o consumo interno historicamente esteve atrelado à produção familiar camponesa, que também cumpriu papel fundamental no processo de industrialização brasileira, através do fornecimento de produtos alimentícios

da cesta básica a baixos preços aos trabalhadores urbanos, contribuindo, com isso, com a reprodução do trabalhador a custos reduzidos para a indústria.

Mantendo relações particulares com a terra, o segmento camponês encontrava-se, e ainda encontra-se organizado de acordo com a tipologia utilizada por Arcangeli (1987, p.13/4), que considera os pequenos produtores proprietários, pequenos produtores arrendatários, os foreiros que pagam a renda fundiária pelo uso da terra de outrem, pequenos produtores posseiros, que se diferem do primeiro grupo pelo título que este possui da sua área, o que lhe permite sua permanência no local; enquanto que este último, por não possuir documentação de terra, ocupa terras públicas e sofre grande mobilidade espacial.

A condição de não posse de documentação das terras em uso em que se encontram os posseiros tem desencadeado uma série de práticas espúrias praticadas por fazendeiros e pelo próprio Estado no processo de expropriação destas terras, o que muito tem contribuído para os conflitos agrários do estado. O longo e intenso processo de expropriação das terras dos posseiros acabou por engrossar o contingente de outro grupo, que é o de trabalhadores rurais sem terra, grupo que não mais possui terra, mas que continua sendo do campo.

Com a alteração das relações de trabalho no campo, devido à associação de dois movimentos: a expulsão de milhares de famílias do campo por fazendeiros na luta pelo controle da terra; e pela inserção do capitalismo no campo, constituíram-se outras formas de trabalho e grupos de trabalhadores foram se constituindo, e alteraram-se com a conformação dos grupos existentes.

Deste modo, atualmente os pequenos proprietários podem ser encontrados literalmente espremidos entre as cercas das grandes fazendas e rodovias que cortam o estado. Esta condição resulta da estratégia de “empurramento” adotada pelas grandes fazendas, que muitas vezes deslocam suas cercas, avançando sobre as terras dos pequenos proprietários. O resultado é a diminuição de área destinada ao cultivo e o constrangimento a que é submetido o grupo.

O arrendamento da terra ainda é prática corrente no estado, e como relação de trabalho mantém-se como sempre. Em geral, trabalhadores na condição de sem terra, sem propriedade e sem posse, arrendam áreas para trabalhar em terras alheias, em geral de um fazendeiro. Para o direito ao cultivo de sua produção, fazem o pagamento

tanto em dinheiro como em produtos no final da colheita, ou ainda em serviços para o proprietário. O valor a ser pago varia de acordo com os acordos individuais, o qual muitas vezes define a forma das relações de trabalho. Daí, os meeiros, que pagam com metade de seus produtos o arrendamento da terra. Em geral, nestas relações também encontra-se o fornecimento de produtos aos trabalhadores, não produzidos por eles.

No caso dos posseiros,

Considerando a terra como um instrumento de produção, com valor de uso, os camponeses não tiveram preocupação com as questões relacionadas à regularização jurídica das áreas por eles ocupadas. É provável que tampouco essas preocupações tivessem mudado o rumo de suas histórias de vida. O acesso aos trâmites legais para esse tipo de regularização, por um simples cidadão comum “era” intransponível à medida que tornava necessário, entre outros fatores, o conhecimento da legislação vigente sobre o assunto, tempo e recursos financeiros disponíveis e o tão legitimado tráfico de influências. (RAPOSO, 1999, p.31)

De acordo com Raposo (1999), esta situação foi favorável ao já apontado no texto: à constituição de uma outra categoria de trabalhadores, os que vivem na condição de sem terra. De forma geral, a disputa pela terra regeu a formação histórica do estado e os conflitos fundiários permeiam todos os períodos e ciclos produtivos desde a busca dos escravos por terras para trabalhar nas florestas e matas. É o conflito entre classes permeado pela dicotomia entre dois interesses produtivos: transformar a terra em valor de uso e em valor de troca.

O resultado das investidas dos fazendeiros contra as famílias posseiras no processo de expropriação das terras é conhecido e contado por muitos estudiosos: a constituição de outro grupo, as famílias sem terra, que desprovidas de suas condições de trabalho rumaram aos grandes centros do estado, engrossando as fileiras das misérias do urbanismo desordenado.

Outro aspecto determinante para a formação das famílias sem terra no estado foi a construção da Ferrovia Carajás, que sobre os trilhos do “desenvolvimento” e de “modernidade”, promoveu a valorização das terras por onde passa e de áreas circunvizinhas, provocando nova onda de disputa pela terra no estado. Foram dessa época a formação de milícias particulares e a criação da maior organização representativa dos interesses dos fazendeiros, a União Democrática Ruralista – UDR. E, mesmo com movimentos de resistência e luta dos camponeses, as empresas rurais e latifundistas ocuparam 95% da área de abrangência da ferrovia (RAPOSO, 1999, p.32). A

estrutura fundiária da área de abrangência da ferrovia no início de suas operações se constituía conforme tabela 14.

TABELA 14: Estrutura fundiária na área de influência da Ferrovia Carajás Ponta da Madeira (1985)

Categoria do Imóvel	Quantidade		Área	
	Número	%	(Ha)	%
Minifúndio	7.358	53	225.311	4,5
Empresa rural	659	4,8	559436	10,5
Latifúndio	5.864	42,2	4.430.198	85,0
TOTAL	13.881	100	5.213.945	100

Fonte: INCRA – Estatísticas cadastrais/85 (citado por RAPOSO, 1999, p.33)

Os dados apresentados mostram com muita evidência a concentração fundiária que de forma específica caracteriza a estrutura agrária da ferrovia, que segue a tendência histórica do estado. Segundo Gistelinck (1989, p.17), das famílias camponesas que permaneceram na terra, cerca de 70% não tinham terra, sendo que das famílias possuidoras de terra, não havia 5% que possuíssem subtítulo, apenas a posse dela.

Devido às transformações existentes, que resultaram efetivamente na reorganização da produção camponesa, com diversas formas, relações e condições de trabalho, atualmente podem ser encontradas diferentes e complexas estratégias de reprodução do trabalhador camponês, mesmo junto àqueles que têm como referência a unidade produtiva familiar. Todas elas sob controle do capital, tais como:

- Trabalho temporário: pessoas da família se deslocam para outras áreas para realizar trabalhos de curta duração e período definido, como colheitas no sul do país, a exemplo da colheita de maçã em Santa Catarina e o corte da cana-de-açúcar em São Paulo. No caso, existe um responsável pelo recrutamento e transporte destes trabalhadores até o local de trabalho. Em geral, viajam em precárias condições de transporte, higiene e alimentação, amontoados em ônibus “clandestinos” ou fechados em carros-baú, como estratégia dos contratantes de burlarem a vigilância da lei e baratarem os custos da produção.

O recrutamento de trabalhadores do campo no Maranhão para atividades fora da unidade familiar tem sido uma das práticas mais polêmicas, pois com esta desculpa,

gatos²⁹ têm levado muitos trabalhadores para fazendas em condições análogas ao trabalho escravo. O Maranhão, em todas as estatísticas, se apresenta como estado campeão no fornecimento de trabalhadores para esta condição de trabalho.

A forma de remuneração do trabalhador na condição análoga ao trabalho escravo constitui exatamente o elemento de “aprisionamento” do trabalhador, posto que desde o seu recrutamento, vai contraindo “dívidas” com o “adiantamento” feito pelo gato para as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem, que lhe deixa sempre em condição de devedor e nunca de credor junto ao fazendeiro, sendo através de impagável dívida (que cresce a cada dia), que o trabalhador fica sob ameaças e impossibilitado de “pedir demissão” ou de deixar a fazenda.

- Trabalho de diarista: feito junto a alguma fazenda próxima de sua área, cuja contratação é de pagamento por dia de atividade. Em regra são trabalhos de roço, desmatamento e limpeza de lavouras, cujo pagamento é feito diariamente ou mesmo semanalmente.

- Trabalho não agrícola: por conta da pouca ou nenhuma formação e qualificação profissional, complementam renda com trabalhos como auxiliar de pedreiro, vigia, pintor, marceneiro e outras tarefas. De forma muito particular, por conta da Ferrovia Carajás, acontece o que Santos (1997, p.350) chama de alteratividade camponesa/operária.

Em estudo sobre o trabalho, a terceirização e a segregação social em Carajás, o autor acima aponta a hipótese da reprodução do camponês como um dos aspectos que justificam a alta rotatividade dos operários de Carajás, pois alguns dados da pesquisa sugerem a relação entre o maior número de força de trabalho em oferta com os meses de menor trabalho no campo. Com esta indicação, o autor diz

Se correlacionarmos os dados de procura e oferta de mão-de-obra com o calendário agrícola, é possível notar que os meses de maior oferta de mão-de-obra coincide justamente com o período correspondente ao final da coleta agrícola. Nesse caso, a lógica para entender tal mecanismo seria a reprodução da família camponesa que, administrando o uso acessório do trabalho familiar, pode dizer quando este estaria disponível para um uso alternativo fora da produção familiar camponesa. (SANTOS, 1997, p.350/1)

²⁹ Gato é a designação para a pessoa que faz o aliciamento de trabalhadores rurais para atividades em fazendas. Estrategicamente o gato percorre regiões com dificuldade de trabalho e faz promessas de bom trabalho para os grupos sem trabalho. Ele cuida do traslado, alimentação e hospedagem do “peão de trecho” até a chegada da fazenda, o que se constitui a primeira armadilha da “impagável” dívida que estes trabalhadores contraem nas situações análogas a trabalho escravo.

Tais estratégias de reprodução complementam formas históricas de trabalho no campo no Maranhão, as quais apresentam-se tão atuais quanto às acima elencadas, dentre as quais pode-se encontrar:

- Trabalho mediante arrendamento de terras: o latifundiário arrenda suas terras para o trabalhador sem propriedade e sem posse da terra, cujo valor correspondente a cada área a ser utilizada é pré-fixado e seu pagamento pode ser feito em dinheiro ou em produto produzido pelo produtor, independente do volume da produção obtida. As relações aí estabelecidas pelo latifundiário submetem o trabalhador à condição de expropriação, posto que lhe arrebatam “o trabalho suplementar, a renda-trabalho, a renda-produto, toda a renda pré-capitalista. Suga-lhe também a mais-valia” (MARIGHELA, 1980, p.34).

Geralmente, com precariedade de produção, o arrendatário³⁰ não possui a garantia de bons resultados ao seu trabalho, podendo ter boa ou má safra. Tal questão não diz respeito ao proprietário que exige no período combinado, o pagamento. Caso a safra tenha sido favorável, o produtor e sua família estarão com a alimentação garantida, porém em situação adversa, cabe ao trabalhador procurar encontrar uma alternativa para cumprir sua parte no contrato, ainda que isto signifique repassar tudo o que foi produzido e que sua família fique desprovida de mantimentos.

As relações de dominação e controle por parte do latifundiário acontecem seja este obrigando as famílias camponesas a realizar serviços gratuitos para ele, seja exigindo o pagamento da renda com o produto de seu trabalho ou em dinheiro ou ainda através da relação comercial que ele estabelece³¹.

- Trabalho como pequeno proprietário de terras: o pequeno proprietário de terra, mesmo detendo os meios de produção, encontra-se em meio a um contexto que o impossibilita uma produção definida por si e independente de relações de trabalho de exploração e controle do capitalista. A decisão do que produzir e de como produzir encontra-se atrelada aos interesses do grande capital. Assim é que nas pequenas

³⁰ Trata-se aqui do pequeno arrendatário, cuja precariedade de condições materiais o força a submeter-se às exigências de arrendamento feitas pelo latifundiário para garantir sua sobrevivência e de sua família. Não se encontra em questão a mediação feita entre o proprietário fundiário e o arrendatário capitalista, que investe na terra para fazê-la gerar lucros.

³¹ Em geral os latifundiários possuem comércios nas suas fazendas, onde as famílias agregadas, arrendatárias ou posseiras são obrigadas a vender o resultado de sua produção e a efetuarem suas compras gerais. São mercadorias como os instrumentos de trabalho, remédios, roupas e outros. Importante ressaltar que os preços, tanto de compra quanto de venda são estabelecidos pelo proprietário da terra. São muitos os casos em que as famílias, apesar de todo o trabalho, encontram-se sempre endividadas na “venda” do fazendeiro.

propriedades, a produção de alimentos tem sido sistematicamente trocada por monocultivos como a soja e o eucalipto. Na ausência de políticas públicas que lhes garantam as condições de trabalho, as pequenas propriedades têm sido utilizadas como uma estratégia de extensão de monocultivos de grandes fazendas. Assim, os pequenos proprietários passam a produzir cultivos de interesse do capitalista e sob as determinações destes sobre o tipo de produção, a quantidade e a forma de produzir.

- Trabalho em áreas de assentamentos: a conformação do grupo de famílias sem terra fez surgir uma luta específica pela reforma agrária. As famílias que desencadearam esta estratégia de sobrevivência foram se organizando em diversos espaços como sindicatos, confederações e movimentos. A partir da constituição de assentamentos, as famílias dispõem de lotes de terra para o seu cultivo. Em regra, os assentamentos vivem condições complexas de produção, dado o conflito de interesses entre os sujeitos e as mediações do processo.

Uma das questões centrais para o desenvolvimento dos assentamentos é a ausência de uma política agrária voltada ao desenvolvimento sustentável do campo. Os programas existentes mostram-se frágeis, inconsistentes e pontuais, contribuindo para relações de trabalho no campo baseadas na exploração das famílias assentadas.

Muitos estudos têm apontado contextos que dificultam a viabilidade de assentamentos, que têm exigido a busca de alternativas de trabalho, do que pode ser citado: o trabalho diário, o trabalho temporário com deslocamento para outras regiões, o trabalho em fazendas, o trabalho assalariado rural, o trabalho não agrícola, inclusive em sedes municipais. E, de forma muito particular, as mulheres que se deslocam do assentamento para o trabalho doméstico em residências urbanas.

No caso específico de assentamentos localizados na área do Corredor Carajás, registra-se a troca da produção agrícola por práticas como o “aluguel” dos lotes para a produção de carvão cujo objetivo é atender as siderúrgicas de ferro gusa. Há ainda as famílias assentadas que não só disponibilizam suas áreas, mas trabalham neste tipo de produção, submetendo todo o grupo familiar, incluindo mulheres e crianças no processo.

- Trabalho no extrativismo vegetal: historicamente, as mulheres camponesas do Maranhão praticam a coleta e extração do coco babaçu como uma estratégia de reprodução de suas famílias. E, de forma especial, as relações de trabalho estabelecidas neste processo se configuram pela superexploração. O babaçu, planta de grande

importância no estado, e em especial para as famílias que vivem no campo, é completamente utilizada pelas famílias camponesas. De suas palhas, é feita a cobertura de casas; seus talos são utilizados na confecção de paredes e cerca; o caule serve de adubação; e seu fruto tem papel especial na economia destas famílias, pois extraída a amêndoa, esta é vendida ou transformada em azeite e leite para alimentação doméstica.

A relação de exploração neste tipo de atividade é feita pelo fazendeiro, principalmente na comercialização das amêndoas. Sem condições de transporte, as mulheres são condicionadas a entregarem sua produção aos comerciantes locais e fazendeiros da região, submetendo-se a preço estabelecido por eles. Muitas vezes, as mulheres nem mesmo recebem o valor em dinheiro, mas o fazem recebendo mantimentos e produtos que necessitam para casa.

Como contrapontos a esta relação existem organizações sociais como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, organizado nos estados de Tocantins, Maranhão e Pará, que vem desencadeando uma luta em prol do direito de livre acesso aos babaçuais. Como conquista importante desta luta, foi aprovada em 1997, a Lei do Babaçu Livre no município Lago do Junco, no Maranhão, que garante o direito de livre acesso e de uso comunitário dos babaçuais, além de restringir a derrubada da palmeira. Com a persistência da luta, 13 municípios (quatro em Tocantins, oito no Maranhão e um no Pará) já legislam com esta expectativa (REPORTERBRASIL, 2006). Nacionalmente, foi aprovado, de autoria do deputado federal maranhense, Domingos Dutra, o projeto de lei nº 231/2007, a Lei do Babaçu Livre, que proíbe a derrubada das palmeiras nos estados do Piauí, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Pará e Maranhão, e estabelece regras para a exploração da planta.

Em todas estas atividades encontra-se a precarização das relações e condições de trabalho. Em tal forma de contratação o trabalhador não dispõe dos direitos garantidos pela legislação trabalhista, ficando à mercê de relações de trabalho que vão desde a informalidade até a precariedade da segurança de trabalho, resultando na segregação dos trabalhadores subcontratados nos seus vários espaços de vida.

Nas relações de trabalho advindas das formas elencadas, os vínculos empregatícios são quase inexistentes. Constantes são as denúncias feitas pelo Ministério do Trabalho, através de suas Delegacias, das irregularidades que caracterizam estas relações estabelecidas.

Assim, as últimas décadas têm sido marcadas por intensas transformações nas relações de trabalho no campo no Maranhão, mudanças estas resultantes do processo de alteração das forças produtivas, em especial do padrão técnico até então estabelecido. Porém, para as novas configurações encontradas no campo, o Estado, historicamente vem contribuindo de forma determinante, não resultando estas unicamente da dinâmica, propriamente dita, de acumulação do capital, inclusive criando as condições básicas para a implantação de uma base material para este tipo de produção. Em relação a isto, no capítulo anterior foi abordado o papel mediador do Estado para a implantação de projetos importantes na prática da agricultura capitalista, particularmente no Maranhão.

E, à proporção que o capital vai avançando “ele o faz gerando ao mesmo tempo relações capitalistas e não capitalistas de produção” (RAMOS FILHO, 2005, p.48). E, conforme já apontado neste texto acerca das teorias que divergem entre si quanto ao futuro do camponês, enquanto classe social existente no campo, teóricos negam o fim ou mesmo o metamorfoseamento do campesinato. A compreensão é que ao buscar ampliar sua reprodução no campo, mas não só neste espaço, o capital estabelece relações de produção baseadas no assalariamento, porém materializa relações não capitalistas.

Olhando as atuais relações de trabalho no campo maranhense, pode-se listar um bom par de exemplos destas formas de trabalho, tão características de relações ditas “atrasadas” de produção encontradas no estado. No Maranhão, em pleno século XXI, são fartamente encontrados o arrendamento, a meação, a parceria, o barracão, o trabalho análogo ao escravo. Tais relações têm, ao longo dos tempos, subordinado as famílias camponesas, sujeitando e expropriando-lhes renda e terra em favor do capital. Neste processo, ao capitalizar a terra através de seu arrendamento, o capital sujeita terra e subordina também o trabalho.

E, reproduzido, o capital, através de relações não capitalistas para o processo de sua ampliação, se destinará a outro espaço e fase produtiva, pois com o capital acumulado, formas capitalistas, assalariadas de trabalho na agricultura serão possibilitadas. É a partir desta complexa e obscura rede de relações de trabalho no campo que compreendo que grupos empresariais atuantes no Maranhão e que adotam, em seus empreendimentos avançada tecnologia, empregam força de trabalho assalariada, cujos padrões de assalariamento e condições de trabalho, embora se apresentam invejáveis para o conjunto da população trabalhadora, estabelecem relações de trabalho precarizadas, informais, terceirizadas, além de se aproveitarem de formas

não capitalistas de produção, como as citadas acima, e ainda de formas degradantes como o trabalho análogo ao escravo e a utilização de força de trabalho infantil.

O desenvolvimento das forças produtivas já assinaladas marca o avanço da industrialização na produção agrícola e o capital vem criando um conjunto de estratégias para o aprofundamento deste processo. Talvez a mais importante e incisiva aconteça com a fusão em um só sujeito, do capitalista, do proprietário de terras e do capitalista que atua na agricultura. Tal fenômeno caracteriza a “territorialização do capital monopolista da agricultura”, conforme denomina Oliveira (1997), pois a produção no campo passa a ser determinada por um único sujeito ou grupo empresarial. De forma monopolista, através de seu controle da terra e da indústria, ele define o ritmo, a quantidade e o produto a ser produzido. A situação tem agravado intensamente os conflitos que permeiam a questão agrária que pode ser facilmente visualizada nas relações estabelecidas na produção de soja, eucalipto e cana-de-açúcar no Maranhão.

No estado, o agronegócio, como síntese dos grandes produtores agrícolas inseridos na lógica capitalista neoliberal, tem seus interesses intimamente articulados com os interesses do grande capital transnacional, com produção definida na divisão internacional do trabalho. Definidas no Consenso de Washington, medidas de cunho técnico de favorecimento ao mercado se apresentavam para “solucionar” os problemas econômicos de países da economia periférica como o Brasil previam estabilizar a economia, a reforma do Estado, a abertura econômica e financeira, a redução de subsídios e gastos governamentais, a desregulamentação do mercado de trabalho (com o que se possibilita formas de contratação atípicas do capital) e a eliminação de barreiras ao capital estrangeiro. (MARCOS, 2008, p.197)

E, em um grande movimento de organização e regulação de medidas, organismos internacionais, a exemplo da Organização Mundial do Comércio – OMC, tem realizado encontros de caráter internacionalista do capital, na busca de um “termo comum” entre países ricos e pobres que garanta uma maior e mais tranquila acumulação do capital, através do processo neoliberal que se encontrava em curso. Exemplos destas tentativas são as várias rodadas de negociações que aconteceram em Seattle (1999), Doha (2001), Cancun (2003) e Genebra (2007)

Também é importante destacar que a articulação entre a produção dos monocultivos e latifúndio tem resultado em profundos impactos sociais, ambientais e culturais, principalmente no campo. Neste sentido, a produção da cana-de-açúcar, o

eucalipto e a soja, como grandes expressões do agronegócio, exigem cada vez mais a expansão, por um lado, de estrutura territorial e, por outro, do uso de agroquímicos. No primeiro caso, para ampliar a produção e, no segundo, para garantir a produtividade com o combate e controle de pragas e ervas.

As consequências ambientais desta prática implicam doenças graves como o câncer³². Com um elevado nível de dependência de agrotóxicos, a produção empresarial de gêneros agrícolas tem afetado fauna, flora e pessoas e, isto porque a prática comum de pulverização aérea dos produtos químicos acontece de forma indiscriminada, alcançando todos os espaços e seres. São afetados rios, lagos, lençóis freáticos, plantações em geral, um conjunto de espécies animais, além de alcançar as populações residentes nas áreas atingidas.

Com o desenvolvimento das práticas produtivas empresariais no Maranhão, as famílias que vivem das atividades camponesas, qualquer que seja sua condição: assentado, sitiante, posseiro, ribeirinho, extrativista, quilombola ou mesmo indígena, vêm sendo assediadas e coagidas social e economicamente para alterar sua produção básica tradicional. O agronegócio aqui instalado, como estratégia para ampliação de sua produção, garantindo produtividade com menor risco possível, tem cooptado famílias camponesas em diversas regiões a fim de que estas em seus lotes, e por sua conta e risco, cultivem espécimes como eucalipto, soja e capim, ou como em áreas indígenas, cooptam para o corte de madeira de suas reservas.

Com tal estratégia, os grandes produtores se livram de grandes entraves a exemplo de leis ambientais e trabalhistas, assim como os riscos próprios do mercado, a exemplo das crises recentes do capital internacional. Esta situação apresenta outra contradição importante para entender as relações de trabalho no campo, que é o papel que o Estado tradicionalmente assume neste processo. Assim, por um lado, sistematicamente tem negado apoio consistente à produção camponesa, de forma a garantir as devidas condições deste tipo de produção, e por outro lado, estimula e financia a parceria entre camponês e empresariado do agronegócio.

³² A relação entre agrotóxicos e câncer tem constituído teor de debates em vários segmentos sociais. Diversos estudos estão sendo desenvolvidos sobre esta relação. Muitos dos produtos agroquímicos utilizados na produção de alimentos são legalmente proibidos tanto nacionalmente quanto em tratados comerciais internacionais, como DDT, BHC, DDE e PBC. Porém, de forma clandestina e sem fiscalização eficiente, os estabelecimentos agrícolas, em geral, fazem uso deste artifício de produtividade.

Neste sentido, o capital hegemônico no campo pelo agronegócio tem sido privilegiado neste processo, pois com os incentivos e financiamentos estatais à produção dos cultivos próprios do ramo comercial, se exime de custos com a produção, dos riscos iminentes da produção agrícola, das responsabilidades legais com os trabalhadores e, ainda, das responsabilidades dos danos ambientais causados por este tipo de cultivo, recaindo a responsabilidade de todo este conjunto de questões sobre as famílias camponesas.

O assentamento Califórnia constitui exemplo singular deste processo, em que a produção de carvão vegetal constitui o caso mais emblemático desta investida do capital na vida produtiva dos camponeses ali assentados. Na verdade, como nesta região do estado existe intensa prática carvoeira, antes mesmo da desapropriação da fazenda já existia este tipo de atividade produtiva. Porém, no período de 1998 a 2000, com o aumento da produção de ferro gusa, houve um aumento na demanda de carvão.

Aproveitando-se das fragilidades dos programas de reforma agrária, e das dificuldades específicas da produção do assentamento as empresas carvoeiras investiram na cooptação das famílias, pois como havia (e há) dificuldade de abastecimento de água no local, as empresas estrategicamente “facilitavam” o transporte de água das famílias para os lotes produtivos, os quais se encontram bastante afastados da área residencial, sendo a contrapartida a produção de carvão pelas famílias assentadas.

O estímulo e assédio à produção de carvão no assentamento Califórnia tomou dimensão tal que implicou várias manifestações das próprias famílias, provocando uma controvérsia política em torno da questão, e resultando na proibição da atividade pelo INCRA, em 2004.

Associado a este aspecto, encontra-se a substituição de paisagens tradicionais como as matas e a produção diversificada que caracteriza a agricultura familiar camponesa por produções homogêneas como o eucalipto, a soja, a cana ou qualquer outra produzida em caráter exclusivamente comercial. Com este processo, o maior impacto socioambiental é a expulsão (desterritorialização) das famílias camponesas e consequente “morte da cultura”, pois o agronegócio interrompe o movimento e a dinâmica da cultura popular.

Como o capital não produz cultura e sim mercadoria, onde se instala, o agronegócio produz “negócios”, assim as festas comemorativas e religiosas tradicionais realizadas pelas comunidades camponesas são substituídas por grandes feiras agropecuárias, cuja finalidade principal é a exibição e comercialização de produtos relacionados ao setor. Geralmente com atrações ostentosas, as feiras impõem práticas culturais alheias à região onde se instala, a exemplo das feiras agropecuárias promovidas por empresários do agronegócio em Imperatriz e Balsas, no sul do Maranhão, nas quais as tradições artísticas e culturais locais são desconsideradas e inseridas manifestações características de outras regiões como a música sertaneja e o rodeio de peão boiadeiro.

A adoção de padrões tecnológicos cada vez mais modernos pela agricultura hegemônica tem promovido a migração de famílias camponesas, fazendo-as migrarem para centros urbanizados; assim como reformulou as relações de trabalhos com a proletarização de camponeses e, subordinou e integrou as unidades familiares à produção empresarial. De forma muito intensa, esta dinâmica econômica ampliada no campo gerou uma grande massa de força de trabalho excedente, não absorvida pelo mercado nem no campo e tampouco nas cidades alvo da migração.

No campo as empresas criadas não dispõem de capacidade de absorção de toda a população produtiva existente, fazendo com que haja a busca por alternativas fora do campo; e nas cidades, os camponeses, enquanto força de trabalho, não atendem às exigências profissionais e nem apresentam critérios de capacitação para serem absorvidos pela indústria, restando-lhes cumprirem o tradicional papel da população latente, a qual compõe a superpopulação relativa. Cabe aqui observar que este tipo de população, conforme Marx (2008), advém do fato de que à medida em que a produção capitalista adentra a agricultura e vai aí acumulando capital diminui sua procura pela força de trabalho, e por conta disso,

... parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a esta transferência. [...] Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 2008, p.746)

Neste sentido, as famílias migrantes do campo, em condições desfavoráveis em relação ao mercado, vão se pauperizar nas cidades. É verdade que as famílias já viviam em condições de pobreza no campo, porém esta condição se agrava pelas relações que

caracterizam a vida urbana. No campo as famílias podem dispor na própria natureza de recursos para sobreviver, ainda que de forma precária, sem precisar dispor, necessariamente, de recursos monetários. Equivale dizer que o nível de mercantilização das relações é diferente entre campo e cidade, ou seja, no campo, o camponês encontra possibilidades de construir um casebre, pescar, usar água, fazer carvão para uso doméstico, enquanto que na cidade para adquirir quaisquer destes produtos ele precisa, invariavelmente, pagar por eles.

Obviamente, tais questões dificultam de forma contundente as condições de vida deste grupo social no espaço urbano, o que implica profunda precarização de suas condições de vida, e isto pode ser identificado nas condições de moradia e de trabalho. Via de regra, estas famílias vão se estabelecer nas áreas periféricas e pobres das cidades, compondo os “cinturões de pobreza” que, em geral, rodeiam as cidades, em habitações geralmente frágeis e sem estrutura e sem serviços básicos de infraestrutura, como esgoto, saúde ou escola.

Como dito, considerando a falta ou pouca formação e capacitação profissional para o trabalho urbano, a força de trabalho camponesa passa a realizar atividades marginais do processo produtivo, geralmente baseadas na informalidade. Assim, temos um quadro de pouca absorção da força de trabalho deste camponês migrante, o qual vai cumprir, de forma essencial, papel de destaque nas relações de trabalho industrial/urbano, pois, se por um lado ele, em regra, não vai ser absorvido no mercado, por outro vai constituindo o exército industrial de reserva, importante elemento no preço desta força de trabalho.

Na perspectiva de entender o avanço do capital no campo, Gonçalves Neto (1997, citado por TEIXEIRA, 2005, p.29) considera que,

... as transformações que ocorrem no agro a partir da metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão-de-obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos.

Na formação socioeconômica do Maranhão, muitas iniciativas e estratégias têm contribuído para a acumulação do capital e, de forma muito particular este processo,

... teve na distribuição de terras públicas e de incentivos fiscais e na expulsão de camponeses de suas terras as bases de sua sustentação, tem-se constituído, essencialmente, e até a metade dos anos 80, de empreendimentos pecuários, preponderantemente de pecuária extensiva (de baixa produtividade, grande absorvedora de terra e geradora de um mínimo de empregos) e de apropriações fundiárias de caráter eminentemente especulativo (terra como reserva de valor); mais recentemente (especialmente na segunda metade dos 80), no sul do Estado, investiu-se em agricultura mecanizada, capitalista, dedicada à monocultura (arroz e oleaginosas, como soja, principalmente). (ARCANGELI, 1995, p.44)

A intensidade da dinâmica do capital no campo, que afeta a organização e reprodução do campesinato acirrou a questão agrária. E, isto porque o processo de modernização da agricultura, ao impor novos padrões tecnológicos na produção, impulsionou nova organização produtiva que, por sua vez, determinou uma reorganização dos grupos sociais existentes. E, os camponeses passaram a se organizar mais politicamente contra, principalmente, a concentração da terra, elemento importante no contexto de expropriação e exploração a que foram submetidos.

E, na perspectiva de luta camponesa, a reforma agrária constitui sua maior expressão, luta que persiste até a atualidade, agora em outro contexto da dinâmica do capital no campo, no qual as relações sociais e de trabalho vão sendo reconfiguradas a partir da investida de grandes empreendimentos econômicos que adentram o campo. Porém, apesar de tais projetos se apresentarem com outra configuração, estes utilizam a mesma retórica utilizada pela defesa da industrialização, a retórica do desenvolvimento. Em regra geral, instalam-se em uma região, fazem inúmeras promessas de progresso, de emprego e geração de renda para a população local e devastam, literalmente, os recursos naturais existentes, desestruturam o processo social e cultural das populações, deixando para a sociedade o ônus da produção destrutiva do capital, e tudo isto, com a anuência e efetiva participação do Estado.

Neste sentido, a agricultura camponesa encontra-se no contexto das transformações recentes no campo, sofrendo intenso processo de reconfiguração de suas relações e reprodução social, o que será abordado a seguir.

1.3. A NEGAÇÃO/AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA CAMPONESA NA ECONOMIA MARANHENSE

Muitas famílias do assentamento Califórnia passaram em suas vidas por um processo de expropriação das condições e meios de trabalho. Muitos dos homens e mulheres que ali produzem e reproduzem suas vidas sociais trilharam caminhos outros antes de ali se instalarem. Trilhados de forma geral pelo campesinato maranhense, tais caminhos encontram-se atrelados aos contextos socioeconômicos do Maranhão. E, nos vários contextos, o estado foi reconfigurando as relações de trabalho, as quais tiveram sempre como base o papel que este assumiu na divisão nacional e internacional do trabalho.

Com uma economia fincada nas relações de dependência externa, o estado sempre esteve condicionado às oscilações da economia mundial, a exemplo da crise capitalista provocada pela instabilidade na política fiscal estadunidense que culminou em 2008 com uma intensa onda de demissões em vários setores produtivos e que perdura até hoje. A dinâmica produtiva no Maranhão vem sofrendo transformações importantes desde a crise da produção articulada com a Coroa Portuguesa. Na época, tanto a implantação da indústria têxtil quanto a produção agroexportadora, em suas tentativas de “ajustes regionais e locais” para superação da crise não impediram a decadência do modelo econômico instituído.

Uma das questões mais importantes foi que por ocasião da aprovação da Lei Áurea (13 de maio de 1888), o estado se viu desprovido de força de trabalho, faltando-lhe braços escravos para garantir a base econômica estadual. O fato era que os escravos, agora “libertos”, não mais se dispunham às relações de exploração e de castigo a que foram por longos anos submetidos, não mais se postavam servilmente à mercê da classe senhorial. A seu favor: uma “imensidão” de terra, um “mar” de possibilidades, e com elas os negros vislumbraram um “vir a ser” gente, com outro tipo e outra forma de organizar a produção sem senhor ou “sinhazinha” e, desta forma, para se dedicarem às atividades econômicas autônomas,

... abandonaram as fazendas e engenhos, embriagados com a liberdade adquirida. Embrenharam-se pelos cocais e pelas florestas, retirando facilmente das mesmas o seu sustento. Havia abundância de terras devolutas, desocupadas, de onde o índio já havia sido afastado, mas que o branco ainda não ocupara com as suas plantações, podendo viver numa economia fechada, amonetária, de subsistência (ANDRADE, 1998, p.211).

E assim, “os engenhos e as plantações ressentiram-se da falta de mão-de-obra e regrediram. Plantações e fábricas de açúcar desapareceram” (ANDRADE, 1998, p.211). Esse comportamento adotado pelo negro contribuiu para o Maranhão seguir outros rumos para seu desenvolvimento econômico, voltando-se aos centros regionais do país. Naquele momento de crise econômica, enquanto regiões como o Sudeste se dedicavam ao fornecimento de café para o mercado externo, investindo em tecnologias e políticas de incentivo, o Maranhão voltou-se para o desenvolvimento de atividades internas, atividades de produção de alimentos básicos, como o arroz, o milho, o feijão e a mandioca, além da criação de gado e animais de pequeno e médio porte. (FEITOSA, 1998, p.51)

Ainda que tenha desenvolvido sua indústria de óleo de babaçu, principalmente nos anos 1940, a tendência vivida pelo estado foi de manter-se no âmbito da produção primária, posto que se especializou no fornecimento externo da castanha de babaçu³³. (ARCANGELI, 1987, p.102), sendo dela comercializado o óleo bruto e sua torta.

A luta pela sobrevivência neste intervalo produtivo (aos moldes capitalistas) provocado pela crise desencadeou uma intensa mobilidade espacial dos trabalhadores no estado. Entrevendo novas possibilidades com a posse da terra, colonos redesenham todo o estado, auxiliados pelos migrantes expulsos pela seca, pela cerca e pelas transformações que vivia a economia nordestina, com a liberação de grandes contingentes de trabalhadores das fazendas canavieiras. Assim, trilhas vão cortando o estado em todas as direções, formando mosaicos de gente, com cada grupo buscando uma região intencionalmente.

³³ O extrativismo do coco babaçu no Maranhão até hoje constitui prática extremamente árdua, sem o uso de tecnologias modernas e encontra-se articulada a três importantes dimensões: economicamente esta prática tem assumido importância na dinâmica estadual demarcadamente desde o ciclo de sua industrialização, apesar de sua rápida decadência; culturalmente, o coco encontra-se associado ao modo de vida de muitas comunidades camponesas, pois milhares de famílias até hoje dependem deste produto, usando-o inteiramente. Seu fruto é utilizado em todas as suas partes. As amêndoas, usadas na produção do leite; da entrecasca é retirado o polvilho mesocarpo, muito conhecido como suplemento alimentar; a casca serve como carvão na produção de alimentos. As folhas palmeiras cumprem a função de cobertura de casa; enquanto do caule é consumido o palmito. Em termos sociais, no que tange às relações de trabalho no campo, dois aspectos se apresentam com grande destaque: primeiro, o papel que as mulheres assumem nesta prática, sendo elas as responsáveis por praticamente todo o processo relacionado a esta prática produtiva; o outro diz respeito à comercialização do produto, o qual até à atualidade, as mulheres encontram-se submetidas, em sua grande maioria, a regras estabelecidas pelo comerciante. Com jornadas intensas e cansativas para a coleta do coco e extração da amêndoa, as mulheres, por falta de uma política de comercialização adequada, precisam vender seu produto a preços definidos pelos comerciantes locais. Muitas são as implicações deste processo para a vida camponesa e a mais danosa é exatamente o atrelamento do trabalho aos interesses não camponeses.

Muitos caminhos foram percorridos; trilhas se entrecruzam e se distanciam, demarcando espaços e atividades produtivas. Com intenções agrícolas, grupos de trabalhadores seguiam de Caxias rumo ao oeste do estado, no sentido Codó, Pedreiras, Bacabal e Santa Inês. Em Bacabal, tomavam dois caminhos, alguns seguem para Noroeste, chegando às regiões de Alto Turi e Gurupi; outros vão no sentido Sudoeste, alcançando Santa Luzia e Imperatriz, mas também seguem o curso dos rios Mearim, Grajaú e Pindaré. Os grupos com pretensões pecuárias rumam até alcançarem a região de Barra do Corda, Carolina e Imperatriz, todos saindo também de Caxias. Ainda para a prática pecuária, outro grupo, saindo de Floriano, no Piauí, segue para Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Riachão, Carolina, Baixo Balsas e as Chapadas do Sul até Imperatriz. (ANDRADE, 1968, citado por ARCANGELI, 1987, p.110/1)

Somava-se a estes grupos o segmento camponês resistente ao modelo escravista de produção, e que desde antes deste período já tinha se fixado de forma clandestina em áreas muito remotas do estado. Eram famílias posseiras que viviam margeando o “caminho das boiadas”, e que viu a primeira onda migratória nordestina por conta do flagelo da seca de 1877, a qual foi dividida entre o grupo que comporia a colonização do Governo Provincial, e o grupo que se decidiu por desbravar a fronteira agrícola. (PEDROSA. s/d, p.15)

Como visto, a dinâmica migratória para o estado do Maranhão já possuía registro desde a segunda metade do século XIX, porém, sua intensificação acontece

... a partir da grande seca de 1958, quando as correntes migratórias se intensificaram, alcançando maior vulto e chegando a estimar-se, no período de 1950 a 1970, um número aproximado de 700 mil migrantes que neste Estado ingressaram, com procedência principalmente do Ceará e Piauí. (RAPOSO, 1985, citada por RAPOSO, 1999, p.29)

A dinâmica pela qual estes grupos migrantes se organizavam caracterizava as chamadas frentes de expansão. Famílias excluídas da dinâmica maior da economia em sua região, desprovidas e expropriadas de suas antigas condições de trabalho, buscam terras livres, terras devolutas, terras cruas, virgens, para recomeçarem suas vidas e garantirem sua sobrevivência. Eram nordestinos, que expulsos pela crise do descenso das produções agroexportadoras brasileiras, pela crescente concentração da terra, pelo surgimento da cerca e conseqüente dificuldades para conseguir trabalho; mas também eram maranhenses, migrantes internos que pelos mesmos motivos procuravam terras férteis e sem riscos de serem expulsos das novas áreas.

As famílias migrantes, colonas, ao chegarem à área livre, de imediato construíam sua moradia, barracos, em geral feito de pau a pique, e tratavam de lavrar a terra, que tinha e ainda tem como prática a limpeza da parte destinada à roça, feito com o corte da mata e da floresta, a queima e o encoivramento, que é a limpeza da área queimada, com a retirada de galhos e troncos não eliminados no processo de queima. Tudo isso para delimitar a área para o cultivo, o plantio e a colheita da produção. As produções se limitavam à lavoura temporária, principalmente arroz, milho, feijão e mandioca, que eram destinadas a atender as necessidades básicas das famílias. Esse era o objetivo das frentes de expansão: a autorreprodução da família camponesa que estava se formando.

Seguindo os rastros das frentes de expansão, contrariamente, estavam as frentes pioneiras, que são fronteiras econômicas de cunho mercadológico. Em tais frentes, diferentemente das frentes de expansão, já se encontrava “generalizada a produção de mercadorias, já estão consolidados os aparelhos jurídicos, comerciais e financeiros da sociedade capitalista e já está definitivamente implantado o regime de propriedade privada da terra”. (ARCANGELI, 1987, p.107)

A respeito das terminologias utilizadas para explicar a dinâmica das frentes expansionistas, Arcangeli (1987), analisando a colonização da pré-Amazônia, e tomando por base Moreira (s/d) classifica as frentes em três grupos: a frente pioneira, a frente de expansão e a frente monopolista, porém, Osório (s/d) apresenta uma pequena diferença em sua classificação das frentes. Para este, o avanço das fronteiras é devido à frente camponesa e à frente capitalista, sendo a última, por sua vez, dividida em duas frentes: a competitiva e a monopolista. Na essência, a diferença entre os autores está na demarcação feita por Osório quanto ao caráter e natureza capitalista das duas últimas frentes; enquanto Arcangeli as mantém separadas, dando uma leve impressão de que as duas não compõem a mesma lógica. Registra-se que a terminologia “frente de expansão” utilizada por Arcangeli é por Osório denominada “frente camponesa”.

Assim, de acordo com os autores em pauta, a maior caracterização da frente camponesa ou frente de expansão são três aspectos que dizem respeito à produção. Primeiro, a terra, cujo valor é de uso e não de troca, posto esta não ser comercializável. Depois sua relação com o mercado, que se dá através do excedente produzido: o camponês vende uma produção não consumida por si e por sua família, porém não produz mercadoria, no sentido de que não produz primeiramente para vender. E por último, o aspecto imprescindível da questão: a realização desta produção excedente

como mercadoria é necessária, fundamental mesmo para que seja possibilitada a aquisição de produtos que a produção camponesa não alcança.

Com a lógica completamente adversa à frente camponesa, a frente capitalista possui como característica fundamental a propriedade privada da terra, e sua produção é essencialmente de mercadorias, estando articulada, integrada ao mercado.

Na tipologia de Osório (s/d), na frente competitiva que compõe a capitalista, a pequena propriedade e os projetos de colonização lhes dão a consistência empírica. E, em discordância com o termo “frente pioneira”, o autor da frente competitiva argumenta que o camponês não tem condições de decisão sobre o processo de migração, pois os fluxos, segundo o mesmo, são “processos determinados pelos movimentos do capital.” (OSÓRIO, s/d, p.05)

Comum aos dois autores é a denominação da frente monopolista, cujo principal aspecto é a grande propriedade. Os dois autores trazem a importância da participação do Estado na expansão monopolista, pois a mesma se dá “pelo caráter especulativo da propriedade e pelas facilidades de obtenção de subsídios e/ou incentivos fiscais e creditícios oferecidos pelo Governo” (OSÓRIO, s/d, p.04). Moreira (1979, citado por ARCANGELI, 1987, p.108/9) é mais incisivo quanto ao papel do Estado na formação de tais frentes monopolistas. Para ele,

Esta nova frente é responsável pela ocupação dos “espaços vazios” amazônicos acionados como política governamental de integração nacional, sobretudo a partir do II PND. Caracteriza-se pela distribuição generosa de grandes extensões de terra a grandes empresas rurais, além de subvencionar a instalação destas empresas voltadas para a produção pecuária, qual novo sistema de capitania hereditária.

A produção nas frentes de expansão foi organizada a partir de três categorias de produtores, cuja caracterização se dá a partir de seu assentamento na terra. Nas frentes, a produção se dava preponderantemente, conforme tipologia utilizada por Arcangeli (1987, p.113/4), pelos pequenos proprietários, os arrendatários e os posseiros. Apesar de diferenças importantes entre cada grupo produtor, existem aspectos fundamentais entre eles que os unificam enquanto categoria produtiva camponesa, pois apesar das particularidades existentes, fatores centrais na relação de produção se aproximam, principalmente, no tocante à relação com a terra e com o mercado.

Isto posto, os pequenos produtores proprietários apresentam-se como legalmente donos da terra, enquanto os arrendatários são os produtores que precisam pagar a

outrem pelo uso da terra e diferentemente dos dois primeiros, os posseiros não possuem o título da terra como o primeiro, mas se negam ao pagamento de renda imposta ao segundo. De forma muito particular, estes últimos ocupam terras devolutas, ou terras livres, como também são chamadas, o que lhes exige, dentre outras coisas, uma grande mobilidade espacial, devido aos muitos e graves confrontos que se estabelecem entre estes e os interesses da frente monopolista, representada por grandes grupos empresariais que se instalaram no estado e em toda região Amazônica a partir do contexto socioeconômico em debate.

Em se tratando do caso específico dos pequenos produtores posseiros, estes merecem a observação de que a condição destes não se restringe à ocupação de terras devolutas e livres como sugere o autor, mas também são posseiros no sentido de que têm o uso da terra, passado este de geração a geração, mas que não dispõem de documentação da mesma. Esta condição tem desencadeado uma série de ações caracterizadas pela violência, praticadas por fazendeiros e pelo próprio Estado no processo de expropriação destas terras, e que muito tem contribuído para os conflitos agrários do estado.

Conflitos estes que têm permeado todos os períodos históricos do Maranhão e que na atualidade assumem particularidades importantes por se encontrarem diretamente associados também a grandes empreendimentos econômicos, que, para garantir a ampliação de seus lucros têm investido na prática expropriatória de terras camponesas, gerando conflitos acirrados e intensos. Muitas têm sido as denúncias das organizações e movimentos sociais sobre os impactos e violências impostos a comunidades rurais, por exemplo, de projetos como a duplicação da Ferrovia Carajás. Também têm sido públicas as atribuições ao grande capital a assassinatos de lideranças camponesas, negras e indígenas³⁴ no estado.

O longo e intenso processo de expropriação das terras dos posseiros acabou por engrossar o contingente de outro grupo que é o de trabalhadores rurais sem terra, grupo que não mais possui terra, mas que continua sendo do campo. Caso diverso, por não constituir-se o grupo de posseiros, mas tão emblemático quanto, é o caso recentemente

³⁴ Conforme consta em matéria-denúncia intitulada “Rastro de destruição até em reserva indígena”, feita pelo jornal O Globo, em 3 de maio de 2012, no Maranhão, “nove caciques estão jurados de morte por denunciarem a derrubada de mata nativa e a ação dos traficantes, que amedrontam ou aliciam indígena. Dois líderes indígenas já foram assassinados este ano.” As lideranças assassinadas foram Francisco Guajajara, em março, e Maria Amália Guajajara, em abril. A matéria em referência encontra-se disponível em <http://oglobo.globo.com/rio20/rastro-de-destruicao-ate-em-reserva-indigena-4888822> e foi acessada em 13 de junho de 2012.

mostrado nos meios de comunicação estaduais, de indígenas guajajaras que se encontram em condição de extrema miséria fora de sua reserva, sobrevivendo do lixo da cidade de Grajaú. Tal caso explicita muito bem a situação em que se encontram os indígenas no Maranhão: expropriados de suas terras, grupos indígenas são transformados em indigentes em periferias urbanas.

E esta condição é a condição que mais caracteriza as famílias que ocuparam a fazenda Califórnia. Famílias, em sua maioria, expropriadas das condições de trabalho na terra, empurradas, expurgadas da dinâmica da produção camponesa pelas mais diversas práticas de interesses dos fazendeiros, foram transformadas em famílias sem terra, e que em algum momento de suas vidas, se encontram e se organizaram em torno da causa comum da luta pela terra.

E tal condição advém do caráter da relação que o camponês posseiro historicamente estabeleceu com a terra, pois, considerando

... a terra como um instrumento de produção, com valor de uso, os camponeses não tiveram preocupação com as questões relacionadas à regularização jurídica das áreas por eles ocupadas. É provável que tampouco essas preocupações tivessem mudado o rumo de suas histórias de vida. O acesso aos trâmites legais para esse tipo de regularização, por um simples cidadão comum “era” intransponível à medida que tornava necessário, entre outros fatores, o conhecimento da legislação vigente sobre o assunto, tempo e recursos financeiros disponíveis e o tão legitimado tráfico de influências. (RAPOSO, 1999, p.31)

As diferenças, no que se refere ao assentamento na terra destes grupos, não os diferenciam no tocante à sua relação com a terra, posto que é comum a todos o caráter desta relação, sendo a terra meio fundamental de produção de alimentos, de produtos com uso de valor, não havendo entre eles a produção de mercadorias, apesar destes grupos também se caracterizarem por uma relação estabelecida com o mercado. Fato este que se manifesta na segunda característica principal deste segmento produtivo.

Os camponeses se relacionam com o mercado, mas o fazem a partir da sua produção excedente. Eles vendem o que lhes sobra da produção, para que esta lhes possibilite a aquisição de outros produtos não produzidos por eles. Em suma, eles não produzem valor de troca, mas sim valor de uso que se realiza enquanto mercadoria, mas apenas em um segundo plano produtivo, e na perspectiva de reprodução da unidade familiar e não de lucro.

Mas, a comercialização da produção excedente não acontece de “forma tranquila e harmoniosa”, conforme rege a cartilha do mercado. Muitas vezes, longe da lei da oferta e da procura características do livre comércio, este segmento produtivo, e especialmente os produtores arrendatários, se viam na obrigação “moral e física” de vender seus produtos ao proprietário da terra. Via de regra, as relações comerciais se concretizavam no famoso “barracão” existente em todas as grandes fazendas. Lá, os arrendatários entregavam seus produtos, com o importante detalhe de que seu preço era fixado pelo proprietário da terra, além de que ali mesmo compravam os produtos que não produziam.

E, as famílias camponesas assentadas no assentamento Califórnia não foram eximidas deste processo, pois a base das relações anteriormente por elas vivenciadas compunha o quadro geral das relações do campo no Maranhão. Em regra, as famílias são coagidas a venderem seus produtos para o “patrão” fazendeiro e a comprar dele pelo menos grande parte dos produtos que não dispõem.

Assim, o feijão, o arroz, o milho, a mandioca e o babaçu se transformavam em produtos como o açúcar, café, tecidos, instrumentos de trabalho, insumos e tudo mais que “precisassem”, claro, estes ao preço estabelecido pelo proprietário da terra, longe das regras gerais do mercado. Tal prática é ainda hoje ponto de grandes conflitos entre estas classes antagônicas do campo, pois além da obrigatoriedade desta relação, muitos são os registros de violência contra quem se atreve a desobedecer tal “lei” instituída pelos fazendeiros, sendo muito comum que trabalhadores ainda hoje permaneçam na condição de devedores junto ao fazendeiro por conta destas relações a eles impostas.

Como detalhe a destacar é que como os preços, tanto da compra quanto da venda feita em nome do fazendeiro, são estipulados por este, invariavelmente as famílias camponesas figuram como devedoras, pois o que estas vendem são sempre compradas com preço muito baixo, enquanto que os produtos a elas vendidos são repassados em valores exorbitantes. Tal prática encontra-se de forma tão arraigada no cotidiano das famílias trabalhadoras do campo, que mesmo dentro da organização produtiva dos assentamentos pode ser encontrada, sendo estabelecida, em regra, com o comerciante da região, que pode ser um fazendeiro ou não. No entanto, o que fica claro é que, obviamente, este contexto resulta da fragilidade da política agrária instituída no país, a qual encontra-se permeada de contradições, limites e complexidades. E, o atrelamento de práticas produtivas de assentamentos de reforma agrária a estas relações de exploração mostra a necessidade e urgência de amplo debate sobre o tipo de reforma agrária em curso.

Ainda como característica importante, a produção camponesa apresenta uma dimensão familiar. Assim, tanto a definição do produto a ser produzido quanto a quantidade a ser produzida e a dimensão da roça e as variedades a serem plantadas, é tomada pelo grupo familiar. Para a tomada de tais decisões pesam mais suas necessidades de subsistência do que as tendências do mercado. Ademais, há uma divisão de responsabilidades e tarefas pelos membros, a qual leva em consideração as aptidões, sexo e idade dos mesmos.³⁵

Aspecto importante também para a definição da produção da unidade familiar camponesa em termos de volume é a própria composição de sua força produtiva, sendo que quanto mais gente para o desenvolvimento da atividade econômica, mais elevado o seu volume, quanto menor o montante de trabalho mais se reduz a produção. (CHAYANOV, 1974, citado por ARCANGELLI, 1987, p.161)

No entanto, em termos práticos, e considerando o contexto atual do estado do Maranhão, o qual se caracteriza pela precariedade dos serviços públicos, principalmente no tocante à infraestrutura no campo, como por exemplo, estradas para escoamento da produção camponesa, as famílias que vivem deste tipo de produção quando a planejam levam também em consideração sua localização física em relação aos pequenos centros comerciais como as feiras municipais, nas quais realizam a troca de seu excedente. Tal preocupação encontra-se atrelada à viabilidade ou não de transportar os produtos a serem comercializados.

A produção camponesa é permeada por saberes, conhecimentos e tradições. Com técnicas passadas de geração a geração, as famílias buscam incrementar a produção, tanto no sentido da qualidade quanto na produtividade. Porém, apesar de todo o conhecimento adquirido ao longo da história e da importância que a produção camponesa apresenta, no Maranhão, esta não dispõe de recursos tecnológicos que lhe possibilite atividades menos penosas. Ainda hoje, as atividades da roça são garantidas com a utilização de instrumentos de trabalho básicos como o facão, enxada, foice e machados.

³⁵ Tradicionalmente, a organização da produção camponesa leva em conta as aptidões, sexo e idade, ficando com os homens adultos, em regra, a responsabilidade das tarefas fisicamente mais pesadas, como a broca, o encoivramento e a queimada, enquanto que as mulheres participam da limpeza da área, plantio e colheita, assim como fica a seu cargo a preparação de alimentos para o conjunto dos trabalhadores. Porém, é comum, por vários motivos, e principalmente pela ausência da figura masculina em várias famílias camponesas (registra-se a variedade de motivos para tal situação), as mulheres assumirem as atividades presumidamente masculinas.

A base produtiva é a roça no toco, sistema produtivo de subsistência e que segue uma lógica muito antiga. Também chamada de agricultura no toco ou de pousio, esta prática tem sido modificada e adaptada ao longo das gerações e tem como atividade característica a queimada para limpeza da área a ser cultivada. Neste sistema, os camponeses escolhem a área a ser plantada, delimitam-na, cortam as árvores mais grossas e preparam uma coivara, que é a queimada para a limpeza do espaço escolhido, para em seguida fazer a plantação.

Neste local, a produção é garantida por alguns anos, e “cansada” a terra, esta precisa de um processo de recuperação. Para tanto, é utilizado o sistema de pousio, que consiste na procura de outra área para a produção, deixando a anterior “descansar” por alguns anos, período no qual a terra repousada se recupera em fertilidade e em vegetação. Assim, após muitos anos, recuperada, a terra pode ser novamente utilizada.

As espécies produzidas são geralmente de cultivo temporário, predominantemente o arroz, o feijão, a mandioca e o milho, associados à abóbora, pepino, quiabo, melancia, dentre outros. A produção é complementada pela criação de pequenos animais, como o porco, a galinha e animais de médio porte como o gado.

A base produtiva camponesa maranhense, especificamente a prática do corte e da queimada desencadeia um fenômeno de graves consequências e tem contribuído de forma incisiva para o desencadeamento de uma crise na prática agrícola camponesa, pois tal prática implica diminuição da cobertura vegetal. Sem a cobertura vegetal, as implicações recaem sobre a produção e proteção da biomassa perdida. Assim, os camponeses praticam, como alternativa para sanar os males causados, principalmente ao solo, o sistema de pousio, que significa um período que a terra fica de “repouso”, “descansando”, sem ser trabalhada, a fim de que seja dado tempo “à recomposição da biomassa e à criação de uma nova vegetação para recuperação do solo desgastado pela prática da queimada.” (AZAR, 2005, p.109)

Uma das questões postas com o sistema de pousio é a grande demanda de terras. O sistema exige abundância geográfica, pois como as terras se tornam enfraquecidas pelo processo de derruba e queima, surge a necessidade de outras terras “saudáveis”, com condições de fertilidade para produzir. Anteriormente, com grandes extensões de áreas devolutas, não era difícil encontrar terras livres, o que não acontece na atualidade, considerando o contexto expropriatório da terra no estado e o tempo

médio de recuperação de uma terra, que gira em torno de seis a dez anos. Este aspecto tem se apresentado **complexo** e de grande importância na questão agrária do estado.

Em relação à comercialização, além da existência do “barracão”, conforme já abordado, a produção camponesa também se sente ameaçada pela existência de outro sujeito nocivo à sua dinâmica, a figura do intermediário. Como a localização das frentes camponesas eram distantes dos centros comerciais, vai surgir a figura do intermediário, que cumpre o papel de comprar o produto na área e levá-lo ao mercado que lhe aprovar. O detalhe fica por conta das negociações de preço, pois sem condições de transportar seu produto, o camponês se vê obrigado a repassá-lo ao preço estabelecido pelo intermediário.

A respeito da dinâmica das frentes de expansão desencadeada internamente no Maranhão, esta não aconteceu de forma isolada. Estava ela associada à dinâmica da industrialização nacional. As macrorregiões, neste momento, estavam se redesenhando frente ao capital mundial. Como em toda a América Latina, com a compreensão teórica da CEPAL, como já visto, a saída imaginada para o atraso relativo da região era a industrialização, haja vista o desfavorecimento dos países mais atrasados tecnologicamente e a consequente desigualdade nas trocas entre o “centro” e a região considerada periférica (DINIZ, 2001, p.04), conforme já abordado nesta tese.

No contexto brasileiro, cada região e cada estado passaram a se organizar para as transformações que acontecerem na economia nacional e para o papel a ser assumido nesta. E, neste movimento histórico, segundo Araújo (1997) a Amazônia vai cumprir importante papel, passando a ter peso na dinâmica produtiva de grãos quando a fronteira agrícola segue em direção ao Norte. Associada à dinâmica da produção agrícola, a região também vai participar da desconcentração produtiva de minérios, e passa a disputar com Minas Gerais a produção nacional deste tipo de produto. Porém, as explorações recentes, conforme alerta a autora, da tendência descentralizadora,

... não foram industrializantes, como em Minas Gerais, onde se desenvolveu, associado à mineração, um complexo siderúrgico metalúrgico-mecânico e de produção de material de transportes. Isto porque as novas áreas de exploração mineral (como Carajás) tenderam a especializar sua produção para exportação, tendendo a construir modelo tipo enclave. (ARAÚJO, 1997, p.1075)

O Brasil, nesta perspectiva,

... estava se industrializando e se urbanizando, de modo a provocar uma interligação plena das macrorregiões nacionais. Assim, estados como o Maranhão passaram a se especializar na produção e na comercialização de alimentos para o restante do país, enquanto o Centro-Sul assumia, a princípio, a industrialização global dos bens de consumo assalariados e, mais tarde, dos bens de consumo duráveis e de bens de capital. (FEITOSA, 1998, p.67)

Assim, cumpre o Maranhão importante papel no processo de industrialização do país, pois como estado “eminentemente” agrícola, “assume na divisão nacional do trabalho, a produção de alimentos baratos que permitem a baixa remuneração da força de trabalho consumida pelo capital.” (ARCANGELI, 1987, p.104). Mas, a responsabilidade estadual nesta dinâmica da macroeconomia brasileira não se restringe à mera produtora de alimentos básicos para a “nova classe assalariada” operária emergente. Cabia ao estado, também, a própria formação orgânica deste proletariado. Devido aos grandes conflitos desencadeados no campo na disputa pela terra, conflitos que foram se intensificando à medida que o capital avançava nos espaços tipicamente camponeses, milhares de camponeses, expropriados de seus meios e condições (ainda que precários) de trabalho seguem rumo aos centros urbanos, uma vez que no campo já não encontram a terra para trabalhar, e sim a violência e o medo.

Decorrente, então, de tal contexto, o Maranhão, como dito, contribui com a formação do operariado industrial latente, como fornecedor de força de trabalho. De forma demarcada vai assim contribuir para a acumulação de capital no processo produtivo industrial, barateando o preço da força de trabalho a partir de dois elementos: por um lado vai fornecer cesta básica a baixo custo; e, por outro, vai compor o exército industrial de reserva em formação, reduzindo o valor salarial. É importante enfatizar que ambas as participações são determinantes para a relação de exploração do sobretrabalho, de modo geral, e nas relações de trabalho no campo, especificamente.

E no processo de expulsão dos camponeses de suas áreas muitos são os responsáveis, mas um dos mais importantes são as frentes capitalistas, cujos conflitos têm a grilagem como elemento fundante. Os antagonismos que caracterizam a relação entre estes segmentos do campo se baseiam na diferença de concepções de organização social e produtiva existente, sendo a principal dela a concepção da propriedade da terra.

Na concepção camponesa a terra é um bem, não uma mercadoria; constitui meio de produção de vida. Com ela, o camponês estabelece relações para além da produção de alimentos, com ela, mantém relações que representam sua cultura, sua história e de

seus antepassados. Com lógica completamente inversa, cuja percepção da terra é de mercadoria, de negócio e de geração de renda, fazendeiros e grandes grupos empresariais desencadearam estratégias e mecanismos de apossamento de terras, através de ações em geral violentas e espúrias, sendo a mais importante delas a grilagem.

No clássico estudo-denúncia sobre o fenômeno da grilagem no Maranhão, Asselin (1982) desenha vários de seus caminhos, mostrando de forma muito clara e comprovada sua relação com a expansão da fronteira agrícola. O autor também denuncia de forma consistente a estreita articulação mantida entre a grilagem e o Estado, o que fica claro em documento-relatório utilizado pelo autor, elaborado em 1979, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), quando afirma “Enfim, os anos 60 são encerrados com a elite local envolvida totalmente na grilagem, dentro de uma aliança cada vez mais forte e mais ampla com os poderes do Estado e do país...” (CPT/CONTAG, 1979, citado por ASSELIN, 1982, p.32).

A grilagem como mecanismo de expropriação da terra é aqui compreendida, portanto, com a participação direta do Estado, cuja principal responsabilidade é a garantia da apropriação das terras ainda fora da lógica capitalista. E para isso, muitos foram os instrumentos e processos. Através de uma dinâmica de falsificação de títulos de propriedade, latifundiários usurpavam as terras ocupadas por famílias camponesas, que sem a preocupação jurídica de propriedade e também pelo desconhecimento dos processos formais referentes, não dispunham de documentação comprobatória de propriedade. Os latifundiários e grupos econômicos, transformados em grileiros e em um contexto sociopolítico caracterizado por poderes locais sob controle de grupos políticos específicos, articulado com órgãos do Estado, cartórios e jagunços, estabelecem um processo de forjamento de títulos e tomada de terras.

Sabidamente em suas crônicas, já nos idos anos 1920, Monteiro Lobato descrevia o grileiro como um alquimista, pois que este “Envelhece papéis, ressuscita selos do Império, inventa guias de impostos, promove genealogias, dá como sabendo escrever velhos urumbenas que morreram analfabetos, embaça juízes, suborna escrivães.” (LOBATO, 1920, citado por ASSELIN, 1982, p.34)

A descrição do processo de grilagem feita nos anos 1920 é direta e clara. Os alquimistas do tempo, se beneficiando da condição de não titulação dos posseiros, faziam com que papéis novos se apresentassem velhos e o processo alquimista era e é

simples: se junta vários grilos em uma única gaveta, junte-se a eles documento recém elaborado em cartório cooptado, dando como titular da terra almejada, o grileiro interessado e é só esperar por alguns poucos dias. Em processo natural, os grilos engavetados vão defecar e urinar sob o documento em pauta, e seus excrementos e urina lhe darão aspecto amarelado e envelhecido, lhe conferindo as mordidas feitas no papel pelo “bichinho” milagroso.

Para a compreensão deste processo é importante ressaltar a importância dos cartórios corruptos no processo, pois a eles cabe inventar as guias de impostos, criar a genealogia da terra, isto é, sua cadeia dominial, ou ainda toda sua história de propriedade: a quem pertencia, quem, quando e por quanto comprou; fazer reconhecimento de assinatura de “urumbecas que morreram analfabetos”. Em resumo, fornecer ao grileiro, um “documento limpo”, e “idôneo”, cujo destino é uma gaveta cheia de grilos famintos e mijões.

Esta é na verdade, a primeira parte do processo de grilagem. Em seguida, com documento “legal” e “acima de qualquer suspeita” em mãos, entra em cena outro sujeito importante: o jagunço, homem de serviço particular do grileiro, de extrema confiança, atento à sua segurança e seus familiares, e fiel a seus “mandados”. A ele cabe a garantia de que as famílias posseiras sairão da terra. Com o título falsificado em mãos, vai em busca dos interesses de seu patrão, exigindo dos posseiros a terra agora do grileiro. Sua presença se faz de extrema importância, dada uma possibilidade real: a resistência das famílias em abandonar suas terras, e é nesta condição que o jagunço vai cumprir seu mais importante papel, vai à força garantir as ordens do seu chefe³⁶.

De forma geral, os procedimentos de expulsão dos posseiros acontecem, inicialmente, com a simples comunicação de propriedade da terra. Os passos seguintes vão depender de como os posseiros reagem ao fato. Se decidem sair sem alarde, nenhuma represália sofrerão, mas caso resolvam resistir ou fazer qualquer questionamento acerca do comunicado, sofrerão graves consequências, que vão desde a pressão e violência psicológica, até a violência estruturada, com queima de casas, animais e produção, chegando à violência física, com as perseguições e assassinatos.

³⁶Os jagunços, em muitos casos, são trabalhadores camponeses que estabelecem relações históricas com o patronato rural, e que estabelece com este uma relação de troca de favores, na qual, em regra, os camponeses têm o direito de trabalhar na terra e em troca garantem a autoridade do “patrão” e a expansão de suas áreas. Para o aprofundamento da questão, ver MARTINS (1983)

Em termos de grilagem, o mais famoso grilo do Maranhão é o grilo Pindaré, o qual apresenta importância histórica no processo de transferência de terras públicas para patrimônio privado no estado. Tecido em uma dinâmica de falsificações e mecanismos duvidosos de registro, este grilo foi registrado junto ao INCRA com diversas declarações, sendo que cada uma apresentava dimensões e informações contraditórias entre si. Com dimensões dignas de donatários portugueses, o grilo chegou a ter registro com milhões de hectares³⁷.

Com a grilagem, enquanto apropriação ilegal de terras públicas, os grileiros tinham clara intencionalidade. E, sem dúvidas,

... a grilagem tinha o propósito de apropriação de todas as terras ainda não incorporadas ao sistema capitalista de propriedade privada e que, até aquele momento eram terras de trabalho e não de negócio. Assim sendo, o grilo teve um ponto de partida e se estenderá até conseguir a realização do propósito inicial. (ASSELIN, 1982, p. 45)

Com tal propósito, grandes corporações empresariais se apropriaram dessa área, grupos sem nenhuma tradição ou quaisquer relações com a prática agrícola, como Viação Aérea Riograndense - VARIG; a Sociedade Anônima Brasileira Estabelecimentos Mestre et Blatgé - MESBLA, filial brasileira da empresa francesa Mestre et Blatgé; a multinacional japonesa SHARP. Entre as empresas importantes no ramo da agricultura estavam a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro - SANBRA, de propriedade da holandesa BÜNGE e Cia; o grupo varejista de alimentos Pão de Açúcar; e a Cacique, companhia de café solúvel com matriz no Paraná³⁸.

A participação de tais grupos no grilo Pindaré foi tecida

... numa ampla e complexa rede de interesses internacionais que faz parte da estrutura sociopolítica do modelo atual, o qual tem interesse bem demarcado na região da Amazônia Legal e é resultado e causa de um crescente número de conflitos fundiários. (AZAR, 2005, p.66)

Importante ressaltar que a participação em tal grilo não era de exclusividade de grupos empresariais, nela faziam coro políticos estaduais e nacionais.

O grilo da “Fazenda Pindaré” apresenta-se em uma rede complexa de personagens e processos, chegando ao ponto de não haver uma definição de sua

³⁷ Sobre a “Fazenda Pindaré”, Asselin (1982: 45) identificou sete registros juntos ao INCRA, cujas dimensões informadas variavam de 353.320 a 3.518.320 hectares.

³⁸ Muitas destas empresas estiveram envolvidas na questão de terras em outras regiões do Maranhão, a exemplo do Grupo Cacique que abocanhou mais de 80 mil hectares de terra por ocasião do processo de colonização implementado pelo Estado através da COLONE (VIAS DE FATO, 2011).

dimensão territorial, posto a existência de diferentes declarações territoriais desta fazenda, todas devidamente registradas junto ao INCRA. Da grande diversidade de medidas apresentada por ASSELIN (1982, p.45) as mais importantes são: 353.320ha; 1.694.000ha; 3.518.320ha; 242.000ha; 125.000ha. Independentemente da real dimensão das terras de Pindaré, o que fica muito bem demarcada é a questão da concentração fundiária e suas consequências sociopolíticas que dela resulta na região e no estado.

O fenômeno da grilagem é tão marcante na estrutura agrária e na política brasileira que em sua descrição, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA denuncia que a grilagem “é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária do meio rural brasileiro.” (INCRA, 2009)

Vários outros mecanismos de concentração e expropriação de terras no estado foram utilizados, inclusive necessários frente à geração inevitável dos conflitos agrários entre grupos empresariais, latifundiários, por um lado, e as famílias posseiras, de outro. Um dos mecanismos mais importantes e eficientes foi responsabilidade do Estado. E, para assegurar a “ordem” no processo de ocupação das terras livres, feita principalmente pelos nordestinos que chegavam em grandes contingentes, o Estado decidiu realizar transferências de áreas através do instrumento jurídico, a Lei nº 2.979, datada de 17 de junho de 1969, cuja denominação popular foi de Lei de Terras ou Lei Sarney, por ter sido de responsabilidade do então governador José Sarney. Oficialmente a lei apresentava pretensões em dois sentidos: por um lado, afirmava apoio aos produtores camponeses, com a constituição de unidades de produção familiar; e por outro, apontava a importância da necessidade de atrair grandes grupos empresariais na perspectiva de “modernização” do setor primário.

Com uma legislação fundiária dúbia, o governo enfatizava a necessidade de atender dois modelos agrícolas diversos entre si, cujas concepções mais importantes destoavam de maneira tão brutal que tal divergência implicava a essência da questão agrária conflituosa que foi desencadeada no estado: a concepção da propriedade e uso da terra.

Mas, apesar da explícita dualidade de intenções apresentada pelo poder governamental, os grandes incentivos se voltaram prioritariamente aos interesses capitalistas, representados pelos empresários agropecuários. E, para a concretização do artigo 17º, & 7º da Lei de Terras, que prevê a “destinação de terras públicas do Estado para fins de exploração agropecuária, florestal, agroindustrial ou extrativa, através de

sociedades anônimas” (LUNA, 1984, p.57), e para efetivar a colonização institucional, foi criada a Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, através da Lei 3.230, de 06 de dezembro de 1971, que com a retórica de um processo racional e ordenado de ocupação das terras livres do estado associado à modernização da economia rural, implantou grandes projetos agropecuários, através de ampla utilização de recursos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM.

Tais mecanismos teriam, então, a responsabilidade explícita de solucionar os problemas do campo, mas os projetos de colonização implantados no estado ao invés de solucionar os problemas resultantes das condições de exploração e miséria em que se encontravam submetidas as famílias camponesas, privilegiou os grandes empreendimentos, tanto que dos 2.100.000 hectares de terras incorporados pela COMARCO na região de Buriticupu e Maracaçumé, 1.185.000 hectares encontravam-se formalmente destinados à “localização de grandes empreendimentos”. O foco era o desenvolvimento pecuarista, mas a modernização do setor agropecuário se revelou um complexo e cruel sistema de exploração contra as famílias camponesas.

Os malefícios resultantes desta lei tomaram dimensões políticas graves, sendo a ela atribuída considerável parcela de responsabilidade pelas mazelas vividas pelo estado, com destaque dado à concentração fundiária que o caracteriza. A celeuma é tão intensa que o próprio ex-governador José Sarney, responsabilizado politicamente pelo engendramento de tal legislação, em carta aberta a uma revista de circulação nacional precisou se eximir publicamente de tal responsabilidade³⁹.

³⁹ Por conta de uma matéria veiculada em revista de circulação nacional, em 29 de junho de 2011, intitulada “Bem vindo ao Sarneyquístão”, o ex-governador do estado e atual presidente do Senado, senador José Sarney, defendeu-se. Considerando a trajetória política do senador que culmina com a consolidação do poder de seu grupo político desde a década de 1960, cujas práticas constituem objeto de polêmica e crítica nos vários setores da sociedade, a matéria jornalística critica a política sarneysista no estado, atribuindo aos longos anos de seu comando político os baixos indicadores sociais e econômicos registrados. A reportagem o acusa, no que se refere à questão fundiária, de ter distribuído “grandes extensões de terra a empresas privadas”, o que implicou na “formação de latifúndios improdutivos, que... resultaram em quase nenhum retorno financeiro para a economia maranhense. Sobre a denúncia, em carta de defesa enviada à revista, o ex-governador argumenta afirmando “As leis que permitiram a venda de terras devolutas do estado não são minhas, e sim do governador Antonio Dino (Lei nº 13 de outubro de 1970) e do governador Pedro Neiva (Lei nº 3230, de 6 de dezembro de 1971), que abriram as portas a latifúndio, grilagem e expulsão de posseiros e pequenos proprietários rurais. Essa política tem minha discordância, e a Lei de Terras que fiz revogada por eles, elaborada por uma comissão que presidida por um notável homem de esquerda, Bandeira Tribuzi, visava justamente o contrário, ordenar uma estrutura agrária em pequenas propriedades. Assim, nenhuma responsabilidade tenho por essa política fundiária que considero ter sido danosa ao Maranhão”. Combatendo a argumentação do cacique político, o Jornal Vias de Fato, em 15 de julho de 2011 republicou matéria jornalística intitulada “Terra, justiça e reforma agrária”, escrita por Domingos Freitas Diniz e veiculada pelo

Os resultados das ambiciosas metas estabelecidas pela COMARCO foram pífios, mesmo no que diz respeito ao elemento empresarial, bastando para isso levar-se em consideração as informações apresentadas por Luna (1984, p. 65), de que das 418 pessoas jurídicas a serem beneficiadas pelo projeto de colonização, a Companhia transacionou com apenas 61; das 3.000 regularizações de terras de posseiros previstas, a meta foi alcançada em apenas 10%; enquanto que das 10.000 famílias inicialmente a serem assentadas, somente 1.035 alcançaram este intento. Tais números expõem a fragilidade das medidas adotadas pelo Estado e, denuncia os problemas que permeavam o estado na época, os quais perduram até os dias atuais.

A conflitualidade decorrente do processo fez desencadear a resistência e lutas dos camponeses, entendendo que “a luta camponesa é, pois a reafirmação de sua contestação ao caráter monopolizador da propriedade fundiária capitalista pela violência do capital e do Estado.” (LUNA, 1984, p. 82), sendo muitas as manifestações e expressões desta contestação no estado do Maranhão. Neste contexto, o capital se instala no campo, aprofunda suas relações e manifestações, mas em um processo extremamente complexo e contraditório encontra a luta e resistência camponesa,

Ou seja, a luta empreendida pelas famílias que ocuparam as terras da fazenda Califórnia tem origem em um longo processo de organização no campo no estado. Os camponeses maranhenses se organizaram de forma mais sistemática e definida a partir da década de 1950, e tinham como mola propulsora a resistência à sua expulsão da terra. E, apesar da fragilidade que caracterizou a organização camponesa da época, foram formados sindicatos, feitos trabalhos de formação de base, os trabalhadores se articularam com setores religiosos, com advogados, políticos e jornalistas⁴⁰.

Jornal Pequeno em 14 de outubro de 1991, na qual este afirma “É mister salientar que o Sr. Pedro Neiva fora ‘eleito’ indiretamente pela Assembléia Legislativa, por imposição do presidente general Emílio Médici, atendendo indicação do Sr. José Sarney, na qualidade de preposto da “Revolução” (golpe) de 1964 no Maranhão”. Além disso, o artigo mostra evidências claras da participação do ex-governador em conflitos de terra públicas contra posseiros no estado, a exemplo do conhecido caso da Fazenda Maguary, no município Santa Luzia.

⁴⁰ A efervescência da questão agrária provocava um amplo debate na sociedade e de forma especial em setores específicos como os políticos e intelectuais de todas as áreas. A importância na época da organização dos camponeses provocou a manifestação pública de “personalidades” de então, de reconhecimento do processo organizativo, dada à “grande significação para os estudos que se desenvolvem em todo o país em torno das questões agrárias...”, conforme consta em carta aberta ao povo maranhense, datada de março de 1958 e assinada por deputados do período, dentre eles, José Sarney (grande responsável breve tempo depois, por ações que agravaram profundamente a questão agrária do estado) Evandro Sarney, Orlando Leite, vários vereadores, como Sálvio Dino e João Itapary, advogados, engenheiros agrônomos, médicos, o jornalista Bandeira Tribuzzi, dentre tantos. A referida carta aberta tratava de apoiar a convocação à II Conferência Agrária do Maranhão, feita pela ATAM, e é reproduzida por Almeida (1981, p.29)

De acordo com Almeida (1981), as formas e níveis de organização foram as mais variadas, havendo a articulação sindical, as reivindicações jurídicas e políticas, as manifestações públicas, mas também aconteceram ações mais contundentes e radicais, no sentido de enfrentar a prepotência dos fazendeiros. Em um dado contexto, os trabalhadores se sentiram fortalecidos e chegaram ao confronto direto com seus opositores: cortaram cercas, mataram gado invasor de roças, fizeram barricadas para tratores, expulsaram tratoristas e mataram jagunços.

Como elemento central da organização e luta camponesa estava a reivindicação da reforma agrária e seu ponto de partida foram as resoluções tiradas na II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, acontecida em 1954. A deliberação da Conferência foi o lançamento de “gigantesca campanha de assinaturas reclamando do Congresso Nacional uma reforma agrária democrática com a entrega dos títulos de propriedade da terra aos que nela trabalham e com a extinção dos latifúndios.” (ALMEIDA, 1981, p. 10)

Outra deliberação da II Conferência foi a criação de uma entidade representativa das reivindicações dos trabalhadores em escala nacional. Por conta de tal resolução, foram criadas cerca de 50 associações no período de 1955 a 1963, cuja filiação chegou a ultrapassar 20 mil trabalhadores (ALMEIDA, 1981, p. 35). Tais números foi o resultado do trabalho organizativo feito pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM, criada em 1956, ligada à União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil – ULTAB (1955), a entidade nacional idealizada pela II Conferência, dos quais muitos foram os desdobramentos⁴¹.

Por confrontar diretamente os interesses capitalistas e latifundistas, gerou para os camponeses diversos tipos de represália, tanto por parte dos fazendeiros e empresários, quanto por parte do próprio Estado, em apoio aos primeiros, como o típico caso ocorrido com o líder sindicalista rural Manoel da Conceição, nos idos anos 1960, quando ele foi perseguido, preso e torturado. O histórico e conhecido caso do líder sindical não constitui caso à parte, sendo a história do Maranhão permeada por inúmeros registros de conflito, de violência, e de assassinato nas expulsões dos posseiros.

Os conflitos mostram um viés do histórico processo produtivo no campo: a contraditória condição de afirmação e negação da economia camponesa. Esta condição contraditória do campesinato pode ser facilmente percebida na dinâmica da

⁴¹ Para um aprofundamento da organização camponesa no Maranhão, consultar ALMEIDA (1981), MIRANDA (2003), GALANO (1980) e LUNA (1985)

industrialização brasileira, posto que a mudança do modelo produtivo agroexportador para a industrialização deixou insolúvel a questão agrária, sendo que a industrialização brasileira aconteceu sem a resolutividade da questão da terra, não tendo sido feita reforma agrária e nem resolvidos os problemas do campo em geral, como, por exemplo, as relações de trabalho ali estabelecidas.

Observando a dinâmica econômica e produtiva do país pode ser vista a busca da modernização da agricultura, tanto através da importação de meios de produção como através da implantação do parque industrial com setor voltado à produção de insumos e equipamentos para o campo. A intenção era a mudança da base técnica produtiva através da substituição das práticas rudimentares predominantes na agricultura brasileira por práticas de mecanização associadas à formação do complexo agroindustrial.

Concretamente, era o modelo dualista de produção enfatizado no pós- guerra, o qual se fincava no estereótipo do subdesenvolvimento e apresentava o mundo dividido entre os países industrializados e não industrializados, onde a indústria, com sua tecnologia avançada, era apresentada como o setor “moderno”, se contrapondo à agricultura, cuja caracterização era de “atraso”, como algo a ser superado e/ou modernizado, industrializado. No antagonismo apresentado, a “industrialização era entendida como a fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola, apontado como o responsável pelo atraso desses países, deveria ceder sua posição dominante na economia.” (SILVA, 1981, p. 17), deveria abrir mão de sua hegemonia produtiva representada pelo “atraso” em nome do “moderno” industrial.

O contexto brasileiro de então vai ser permeado por ações e reações dos vários setores da sociedade para construir ou obstruir este novo modelo e o regime militar instalado na década de 1960 no país criou condições bastante favoráveis para a implementação de políticas de afirmação do modelo de desenvolvimento capitalista monopolista, “centrado na expansão das grandes empresas de capital estrangeiro, nacional e estatal, que permite, portanto, novos níveis de acumulação de capital e internacionalização crescente do mercado interno.” (SORJ, 2008, p.54).

Especificamente, a agricultura passa a compor este modelo de desenvolvimento idealizado pelo grande capital, seguindo as coordenadas que orientam a produção agrícola para atender duas frentes de demandas: internamente, para continuar possibilitando os baixos custos da reprodução da força de trabalho do operariado urbano; enquanto para a demanda externa, a responsabilidade é a importação de insumos e

maquinários para o desenvolvimento de um complexo agroindustrial, no qual corporações transnacionais assumem papel de destaque. De fato, a política agrária do período dos governos militares se caracterizou pelo acelerado desenvolvimento capitalista no campo, o qual tinha como alavanca principal os incentivos fiscais para a agropecuária, mecanismo de favorecimento de grandes corporações nacionais e estrangeiras.

No processo houve considerável aumento na comercialização de equipamentos como tratores, que de 8.372 unidades existentes em 1950 passou para 665.280 em 1985, havendo um aumento de quase 800% no período, conforme dados organizados por Teixeira (2005, p.25). O autor também registra o crescimento do consumo de fertilizantes e agrotóxicos, os quais no período de 1965 a 1975 aumentaram numa taxa média anual de 60% e 25%, respectivamente.

Com a argumentação de que a produção agrícola comprometia a dinâmica urbano-industrial, uma vez que não atendia a demanda de alimentos e de matérias-primas existente, assim como a necessidade do controle da balança comercial, “as indústrias de equipamentos e insumos passaram a pressionar, direta e indiretamente, a agricultura a se modernizar, visto almejarem uma venda cada vez maior” (TEIXEIRA, 2005, p.25), ou seja, a denominada modernização do campo acontecia sob a perspectiva do lucro almejado pelas empresas capitalistas do setor, tanto é que o “o referido desenvolvimento se dá principalmente via capital internacional, com uma crescente participação das empresas multinacionais, com interesses em manter o setor rural cada vez mais subordinado aos recursos por elas produzidos.” (TEIXEIRA, 2005, p.06)

No entanto, apesar de todo o empenho para a realização das intenções modernizantes, principalmente com o papel assumido pelo Estado, liberando créditos para garantir o acesso à tecnologia disponibilizada, a estrutura fundiária permanecia como entrave para o deslanche do desenvolvimento proposto, se mostrando este completamente inviável com a alta concentração da propriedade da terra, caracterizada pela improdutividade. Assim, o país perdeu a oportunidade histórica, de naquele contexto, avançar na perspectiva do desenvolvimento industrial, a partir de uma reforma agrária, cuja democratização das terras possibilitaria a ampliação das práticas agropecuárias sob a hegemonia industrial. Afinal, sem terra, às famílias camponesas não interessariam créditos, por não terem onde aplicá-los. Com tal impasse, a modernização deu-se apenas no setor empresarial do campo.

O Estado, como articulador de interesses da classe dominante do campo, condiciona, em parte, o processo de modernização do campo através de um conjunto de políticas públicas que favorecem a penetração e ampliação intensa do capital no campo. De forma geral, através de programas específicos foram subsidiados créditos, infraestrutura, pesquisas, mantida a concentração de terra e realizada expropriação de camponato. Em suma, só com a participação do Estado, como sujeito mediador das relações entre capital e trabalho foi possível a efervescência e celeridade da produção, reprodução e ampliação do capital no campo.

E, seguindo a lógica desenvolvimentista do capital,

Durante as duas décadas em que os governos militares estiveram no poder, garantiram a apropriação, por grandes grupos empresariais, de imensas áreas de terras e também o aumento do número e da extensão de latifúndios. Financiaram as mudanças na base técnica de produção, a partir dos incentivos criados e do crédito subsidiado pela lógica agrícola. Proporcionaram assim a “modernização” da agricultura e a territorialização do capital no campo. Do outro lado, reprimiram toda e qualquer luta de resistência à sua política. (FERNANDES, 1996, p.39)

Mas, se por ocasião da industrialização brasileira à agricultura foi demandada uma produção que atendesse o processo de urbanização, por ocasião da crise do petróleo que abalou a economia mundial, à agricultura brasileira foram exigidos esforços para além da produção de alimentos, divisas e uma nova matriz energética, e neste sentido foi desenvolvido ambicioso programa de produção de álcool, cuja matéria-prima era a cana-de-açúcar. Porém, a produção desta matéria-prima tinha como base grandes extensões territoriais, fazendo com que houvesse dois movimentos importantes: primeiro uma substituição de produção de alimentos por cana-de-açúcar; e, segundo, a expropriação de terras. Era a consolidação da agricultura brasileira orientada pelo capital, com fortes consequências nas relações sociais e de trabalho no campo.

O Maranhão no contexto do desenvolvimentismo dependente do Brasil foi sofrendo significativas reconfigurações na sua dinâmica socioeconômica, no entanto cabe demarcar que o processo a que foi submetido o estado teve como base a adequação deste à dinâmica da acumulação do capital (nacional e internacional), assumindo nesta, papel tanto na divisão nacional quanto na divisão internacional do trabalho.

No entanto a reconfiguração da dinâmica econômica não alterou a estrutura agrária concentrada, independentemente do ciclo produtivo ou do avanço tecnológico e

modernizante adotado no processo. Articulados a esta questão fundamental para o avanço de relações sociais mais democratizadas, encontram-se o baixo padrão e nível educacional, a fragilidade e inoperância das políticas públicas básicas, como saúde e infraestrutura, assim como a negligência dos poderes públicos no controle das ações do capital, permitindo, garantindo e estimulando práticas devastadoras do meio ambiente.

Manifestos na atualidade no contexto produtivo dos grandes projetos implantados no estado, estes elementos resultam nas mais variadas expressões da questão social atual, como a desigualdade, a injustiça, a violência, a insegurança, a migração. E, conseqüentemente, são configuradas e reconfiguradas as relações sociais e em particular as relações de trabalho na cidade e no campo. No campo, apresenta-se a particularidade da questão agrária, entendida esta, como base, por um lado, das relações sociais e de trabalho; e, por outro, das formas de resistência camponesa. Sobre estas questões tratará o capítulo seguinte.

2. A QUESTÃO AGRÁRIA E AS POLÍTICAS AGRÁRIAS NA BASE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

Neste capítulo tratarei da questão agrária, entendendo-a, aqui, como base das relações de trabalho no campo, determinadas historicamente, assim como das formas de resistência camponesa. Destaco o assentamento Califórnia que, como já dito, constitui uma expressão da luta pela terra no Maranhão no contexto de intensas relações sociais, políticas e econômicas que caracterizam a questão no estado, através de históricos e persistentes conflitos agrários.

Concretamente, o assentamento Califórnia, assim como os assentamentos de modo geral, vivencia as conseqüências da reestruturação do trabalho no campo, dinâmica econômica do capital na perspectiva de sua intensificação e ampliação no setor agropecuário. Neste sentido, os assentamentos de reforma agrária como espaço

privilegiado de reprodução social da vida camponesa sofre a reconfiguração da questão agrária brasileira, na qual assumem nova caracterização os conflitos entre as classes.

Assim, para compreender esta questão na particularidade do objeto desta pesquisa, recupero, de forma breve, o debate teórico político da relação do campesinato e questão agrária no Brasil e, no contexto mais recente da produção econômica, como a crise do capital incide na questão agrária, a qual se apresenta reconfigurada com a perspectiva produtiva do agronegócio. Neste contexto, este capítulo traz reflexões sobre os desafios apresentados à resistência camponesa frente à dinâmica atual de inserção do estado na nova divisão internacional do trabalho.

Importante destacar que o desenvolvimento das forças produtivas desencadeou o atual estágio de mundialização do capital. Tal estágio produtivo caracteriza-se por graves consequências e alterações no mundo do trabalho em suas mais variadas dimensões, impondo a todos os segmentos ligados à produção a necessidade de reflexão sobre seus processos e dinâmicas organizativas à sua realização enquanto sujeitos inerentes ao atual modo de produção hegemônico. Neste contexto, encontram-se os trabalhadores do campo, grupo ou classe de trabalho que, de forma muito particular, tem sofrido duramente os efeitos contraditórios do capital em sua fase atual.

Neste sentido, tem-se como pressuposto que o problema que permeia o campo, o “problema agrário-camponês”, pode ser percebido considerando o nível em que se encontra o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. Tal pressuposto indica que a problemática posta se insere no contexto da luta de classes, portanto, permeada por conflitos e complexidades próprias de um fenômeno, o qual é aqui compreendido considerando seu processo histórico e em suas variadas dimensões, ou em outras palavras, entendo que para compreender a problemática atual do campo se faz necessário articular dialeticamente os aspectos socioeconômicos e culturais imbricados na organização da produção no campo.

Ou seja, **considerando** que a referência empírica desta pesquisa trabalho constitui um assentamento de reforma agrária, é necessário apreender as relações sociais e de trabalho ali estabelecidas, levando em conta o contexto de sua luta e conquistas; os elementos que compõem sua dinâmica interna e externa, sejam políticos, econômicos ou sociais e ainda culturais, os quais implicam diretamente na complexidade que caracteriza este espaço territorial.

Outro viés da problemática é colocado, considerando a necessidade de se compreender o papel da agricultura na sociedade capitalista contemporânea e de forma muito particular o papel do campesinato neste contexto. Para a percepção da importância de tal particularidade, pode-se apontar a trajetória histórica deste segmento, o qual constitui categoria polêmica no sentido de sua insistente permanência em um sistema produtivo que lhe é “completamente adverso”.

Neste sentido, o conceito de campesinato sofre, ao longo do tempo, do lugar e do contexto, variações que muitas vezes lhes negam a própria existência. Nas diferentes abordagens sobre este sujeito social, cada disciplina ou ciência apresenta uma variedade de interpretações que muitas vezes confundem o papel e a própria existência camponesa.

Assim, com o intuito de compreender o papel e o lugar do campesinato na atual estrutura política e social no Maranhão e de forma especial como este comporá as relações sociais e de trabalho no assentamento Califórnia, apresentar-se-á a seguir, elementos para discutir teórica e ideologicamente a questão, buscando contextualizá-lo no processo histórico de formação socioeconômica brasileira e em especial do Maranhão. Para tanto, no próximo item, situarei o campesinato e a questão agrária no Brasil, a partir de uma contextualização do debate acerca do conceito, tanto político quanto teórico, demarcando suas peculiaridades na atualidade, destacando, no entanto, elementos clássicos que subsidiam o debate.

2.1. CAMPESINATO E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: o debate teórico-político.

O Maranhão, como já vimos ao longo deste trabalho, é um estado que tem sua economia caracterizada de forma muito marcante pela produção agropecuária, apesar da importância econômica dos outros setores, tanto o industrial quanto o de serviços. A produção primária, hoje, apresenta papel de muita relevância político-ideológica no contexto da produção de grandes e variados monocultivos, a qual encontra-se completamente organizada para o atendimento da demanda externa brasileira.

Muitos são os projetos agropecuários de dimensão empreendedora no estado, porém, apesar da grande euforia existente em torno da “grande produção” exportadora, a agricultura estadual não se resume a este modelo produtivo. Expressiva parte da produção agropecuária é de responsabilidade de grupos produtivos que caracterizam a

prática camponesa que, a exemplo do que já foi apontado no capítulo anterior, historicamente tem sido responsável por grande parcela do atendimento da demanda interna do estado.

Desde a formação do campesinato maranhense, principalmente no período caracterizado pela migração nordestina, este sujeito social vem sofrendo, diretamente, as consequências da expansão e intensificação do capitalismo no seu espaço produtivo e consequentemente nas outras dimensões de vida, seja política, econômica e cultural. Um aspecto importante para compreender a incidência destas transformações na produção cotidiana camponesa é o debate teórico-ideológico travado em torno do conceito de camponês. A importância e emergência deste debate se justifica pelo fato de que se

... a teoria social luta constantemente para ser contemporânea com um mundo em constante mutação, o estudo das relações sociais na agricultura tem-se mostrado um dos mais permeados pelos fantasmas do passado. Nele se resguardaram tanto os defensores da visão unilinear da história como os não menos abstratos visionários de uma homogeneização total do mundo rural sob a égide do modo de produção capitalista. (SORJ, 2008, p.05)

Martins (1983) nos lembra que a adoção do termo camponês no Brasil data de período muito recente, pois sua utilização acadêmica e política se dá na década de 1960, o que para o autor pode ser explicado pela efervescência da luta pela terra na época. Até então, os trabalhadores do campo (não assalariados) eram designados com nomenclaturas tipicamente regionais como o famoso “caipira”, terminologia usada em partes de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná. No litoral paulista, o termo era o caíçara; e no Nordeste ainda hoje é famoso o “caboclo”, expressão tipicamente usada na região. Tais nomenclaturas demonstram aspectos importantes da concepção existente sobre o homem do campo, apresentando em si sentidos diversos, pois estas são

... palavras que desde tempos remotos têm duplo sentido. Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto, são palavras depreciativas, ofensivas. (MARTINS, 1983, p.22)

Neste sentido, a nova terminologia encarrega-se de expressar o antagonismo existente no campo, posto este, a nu, pelos movimentos camponeses. Foi neste momento histórico que as classes antagônicas do campo foram identificadas, provocando fecundo debate, inclusive nas Ciências Sociais. Assim foi que se, por um lado os caipiras, caboclos e caíçaras surgiam como “camponeses”, por outro, os estancieiros do Sul, os

fazendeiros de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Paraná, os senhores de engenhos do Nordeste e os seringalistas Norte foram identificados a partir de então como “latifundiários”.

Assim, doravante designados latifundiários e camponeses, os representantes das classes do campo, cujas relações apresentam-se contraditórias e antagônicas, intensificaram uma luta histórica em defesa de seus interesses. Travado em diferentes campos e com distintas estratégias, o confronto provocou grandes estragos na imagem “pública” latifundista: denunciou seu caráter improdutivo; expôs sua condição de intensa concentração fundiária no país; e trouxe “à luz do dia” a histórica dívida da política agrária brasileira, a qual é caracterizada pela ausência da reforma agrária. Um dos dois maiores motivos do não desenvolvimento do país. Para vários estudiosos, como Prado Jr (2005), a problemática reforma agrária apresenta

... suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detêm o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e doutro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seus meios de subsistência. (PRADO JR, 2005, p.80)

Mas, se por um lado, a luta camponesa desmascarou os latifúndios improdutivos, por outro os latifundiários se reinventaram na própria dimensão produtiva. De fazendeiros indolentes, inertes e indiferentes à produção propriamente dita e ao desenvolvimento do país, associados ao grande capital transnacional, ressurgiram como grandes produtores inseridos ao mundo dos negócios; as terras até então vazias se encheram rapidamente de grandes monocultivos de produtos demandados pelo *agribusiness*. Agora, de mero especulador de terra, sinônimo de “atraso econômico”, o fazendeiro assume importante papel na jogatina especulativa das bolsas de valores, coparticipando diretamente do jogo das *commodities* internacionais, embevecendo-o com o seu novo figurino e nova roupagem de “homem de negócios” do ramo agropecuário.

Em paralelo, política e ideologicamente, o camponês também foi conduzido para o empreendedorismo disseminado pelo capital: de camponês tentam transformá-lo em produtor familiar ou agricultor familiar. A mudança conceitual, mera e simples, provoca uma série de transformações tanto na percepção produtiva quanto no próprio modo de vida camponesa, o que significa a alteração na forma como o campesinato vai se relacionar com o meio ambiente, o ecossistema e a família; assim como também vai

comercializar sua produção, enfim, vai perceber a si mesmo e ao contexto no qual se encontra inserido.

A dinâmica da questão agrária também tem tido seus rebates no mundo acadêmico e a diversificação conceitual da produção camponesa, e em especial da produção camponesa familiar, encontra-se pautada em fundamentos teórico-metodológicos adotados por correntes de pensamentos, os quais incidem diretamente na concepção de políticas públicas adotadas pelos governos em geral, assim como nas ações e estratégias de luta adotadas pelos diversos movimentos e organizações políticas.

E por estar, pois, intrinsecamente ligado aos aspectos político, econômico, ideológico e cultural do campesinato, o aspecto conceitual do termo, é que nos deteremos sobre o mesmo.

O campesinato é considerado por Marques (2008) conceito-chave para a compreensão dos atuais processos sociais ocorridos no campo. A autora alerta para o fato de que a especificidade camponesa não nega sua diversidade de formas, nas quais podem ser identificados os posseiros, extrativistas, ribeirinhos, assentados; assim como não descaracteriza a diversidade de estratégias e mecanismos de luta contra o processo de “descampesinamento”. De acordo com a análise da estudiosa, o camponês pode ser encontrado em muitos lugares e em tempos diferentes, fazendo com que o campesinato apresente particularidades e especificidades próprias, o que implica a necessidade de ser levado em conta, para a compreensão do campesinato brasileiro e da própria questão agrária, o contexto em que se encontra invariavelmente inserido este sujeito sócio-histórico.

A atualidade e pertinência do uso conceitual de campesinato se encontram na condição da existência dos processos contraditórios no campo, pois enquanto perdurar no campo brasileiro

... a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro – o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem neste espaço e suas contradições. [...] a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. (MARQUES, 2008, p.57)

O debate travado sobre o campesinato desde os anos de 1950, época na qual pode se demarcar o interesse das Ciências Sociais pelo tema, sofre fortes influências de teóricos clássicos e é permeado por muitas polêmicas e divergências. Apesar de recente no país, os estudos sobre a questão camponesa têm como marco o século XVIII, com o advento expansionista do capitalismo no campo, momento teórico identificado por Sevilha Guzmán e Molina (2005) como a gênese do pensamento social agrário, e chamado pelos referidos autores como a “antiga tradição dos estudos campesinos”.

Para os estudiosos acima mencionados, o interesse do pensamento social agrário pela compreensão do campesinato encontrava-se na necessidade de analisar o contexto histórico das transformações sociais que ocorriam na época e de forma muito particular como estes fenômenos incidiam no campo, no sentido político de “evitar a desorganização social, exploração econômica e depredação sociocultural que tal processo gerava nas comunidades rurais.” (SEVILHA GUZMÁN e MOLINA, 2005, p.17/8).

O debate teórico que permeia a questão agrária, grosso modo, parte da generalização progressiva da produção capitalista em todos os ramos e setores produtivos, tanto nos centros urbanos quanto no campo, porém, o debate alcança diversas correntes interpretativas do processo de industrialização capitalista do campo, conforme apontado por Oliveira (2007), para quem a discordância de análise se daria quanto à compreensão do processo em si. Por um lado, há a defesa da homogeneização inevitável do processo, formando-se o operariado e a burguesia, como os dois polos contraditórios característicos deste tipo de produção.

Os que se colocam contrários a esta tese homogeneizadora do processo capitalista apontam o aspecto da heterogeneização natural do capitalismo, e fundamentando-se no caráter contraditório deste modo de produção, identificam no próprio seio da expansão capitalista a criação e recriação de relações não capitalistas de produção, ou seja, de acordo com tal corrente de pensamento, no processo de expansão do assalariamento na particularidade apresentada no campo, o trabalho familiar camponês surge e ressurgue, em um constante processo de recriação. Tais discordâncias são assim apresentadas por Oliveira (2007, p.08),

... existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva

a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês.

Os defensores da homogeneização não consideram os diferentes tipos de campesinato existentes nos mais diversos contextos históricos e geográficos. Porém, sem a concepção da heterogeneidade nos parece ser impossível a compreensão da realidade em um país como o Brasil, com tantas diversidades encontradas na sua multiplicidade regional e cultural, nas quais o campesinato apresenta formas específicas de reprodução social. Tal compreensão implica dizer que as famílias camponesas do Nordeste, em decorrência das peculiaridades desta região, em muito se diferencia do modo de organizar a vida das famílias no campo em outras regiões. Aprofundando um pouco mais, cada região em si, apresenta ainda suas diversidades internas, como por exemplo, o campesinato pernambucano, apesar de ter suas similaridades com o do Piauí, apresenta nesta relação suas particularidades. E, se em escala nacional, a configuração da heterogeneidade é condição para a compreensão teórico-política do campesinato, de acordo com Girardi (2008, p.07)

Em escala mundial é igualmente impossível pensar em um campesinato homogêneo que tenha o mercado como único objetivo. Capitalismo e campesinato são diferentes. O capitalismo exige padrões; o campesinato é diverso por natureza. Cada espaço possibilita diferentes oportunidades e apresenta diferentes dificuldades à reprodução do campesinato.

A trajetória da construção do conceito de camponês no Brasil resultou em divergências teóricas e políticas que atualmente polarizam a concepção da questão agrária em dois paradigmas identificados por Fernandes (2005) como o Paradigma da Questão Agrária – PQA e o Paradigma do Capitalismo Agrário – PCA. E, com a concepção de que o conceito de camponês é condição básica para a compreensão da questão agrária, que este constitui sujeito central para a análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, estudiosos apontam que a base das construções conceituais encontra-se fincada no clássico debate sobre a questão agrária russa travada no século XVIII, que mesmo refletindo as particularidades de um contexto “temporal e espacial”, apresenta elementos estruturais que subsidiam a análise na contemporaneidade da questão agrária brasileira e em especial a do Maranhão, destacando-se na particularidade da manifestação desta no assentamento Califórnia.

O paradigma do PQA encontra em Fernandes (2005) e Oliveira (2007), alguns de seus expoentes nacionais, enquanto que Abramoway (1998) referencia-se como uma das maiores defensoras da concepção do capitalismo agrário. Enquanto o PQA se

fundamenta na teoria marxista, considerando “o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARDI, 2008, p.72); o PCA nega a recriação camponesa, afirmando que “a importância da agricultura familiar nos países desenvolvidos é resultado da metamorfose do camponês em agricultor familiar” (GIRARDI, 2008, p.72).

Para as duas concepções, as unidades familiares de produção cumprem papel fundamental para a resolução dos problemas na agricultura. No entanto, o que as diferenciam é o entendimento deste papel, pois enquanto para o capitalismo agrário a modernização no campo acontece com a integração destas unidades produtivas à lógica do mercado capitalista, havendo a transformação do camponês em agricultor familiar, processo este que se dá sem conflitos de interesses, e para o qual se faz inútil qualquer tipo de luta contra o avanço do capitalismo no campo; para os pensadores da questão agrária, a conflitualidade de interesses se apresenta como centralidade do processo, resultante dos problemas e desigualdades estruturais próprias do capitalismo, os quais serão resolvidos não com a complacência camponesa, mas com a luta e reação às formas capitalistas de produção no campo. Os defensores desta tese afirmam ainda que é exatamente através das formas de reação que o campesinato se cria e recria na contradição produtiva do capital.

Reiterando a compreensão heterogênea do campesinato, é importante ter em mente que

... ‘um camponês’, não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo. Dentro da mesma aldeia, o rico e o pobre, o proprietário de terras e o arrendatário, o chefe do grupo doméstico e um ‘braço’ contratado romperão, muito freqüentemente, qualquer continuidade de gradações regulares. Também a história acrescenta sua dimensão da diversidade, pois inclusive ‘o mesmo’ poderia não ser o mesmo em diferentes anos, décadas e séculos. (SHANIN, 2005, p.01/2)

Seguindo a perspectiva teórica do autor, coaduno que a compreensão do campesinato sofre limitações se partir de um padrão ou estereótipo previamente definido, imaginado e/ou catalogado. Discorrendo sobre a importância de se refletir sobre a questão conceitual do termo camponês a partir de várias ideias amplamente divulgadas, o autor em referência conclui que “a heterogeneidade dos camponeses é indubitável. Os camponeses não podem ser, de fato, compreendidos ou mesmo adequadamente descritos sem sua estrutura mais geral” (SHANIN, 2005, p.02)

Neste aspecto, o autor trata de que em termos estruturais as referências precisam ser bem mais amplas e genéricas, enquanto que a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nela refletem. (SHANIN, 2005, p.04)

Com tal afirmativa, é necessário concordar que a generalização do conceito implica uma homogeneização impossível e desnecessária do campesinato. Assim entendendo, é perceptível a diversidade existente nas comunidades e assentamentos rurais no estado do Maranhão, caracterizada pelas diferentes realidades, diferentes configurações e particularidades da relação destes na dinâmica do capital de sua região, assim como as formas de organização e enfrentamento ou não a tal dinâmica.

E mais ainda, como o próprio autor argumenta acerca desta diversidade sob a perspectiva histórica, pois para ele, incoerente pensar os camponeses sob o modo de produção capitalista com a referência feudal do campesinato, pois “os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem.” (SHANIN, 2005, p.14). Ou seja, os camponeses

... diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se com não-camponeses. (SHANIN, 2005, p.18)

Isto implica dizer que “os camponeses e sua dinâmica devem ser considerados *tanto* enquanto tais, *como* dentro dos contextos societários mais amplos, para maior compreensão do que são eles e do que é a sociedade em que vivem”. (SHANIN, 2005, p.14)

Com tais pressupostos, é necessário perceber as particularidades do campesinato maranhense, considerando para tal, de forma imprescindível, suas determinações históricas, as complexidades e contradições dos contextos e realidades em que se encontram, assim como os sujeitos sociais, políticos e econômicos com os quais se relacionam. Assim, para uma devida percepção sobre a organização das famílias camponesas assentadas no assentamento Califórnia, as relações sociais e de trabalho ali estabelecidas, assim como suas estratégias e formas de luta para sua reprodução social, exigem atentar para as macrodeterminações, as articulações internas e externas, enfim, atentar para a complexidade e particularidades do assentamento.

Neste sentido, é importante observar que o debate travado teórico e politicamente entre as diversas correntes e autores recentes apresenta-se como resultante de profundas e conflituosas reflexões que permearam o contexto do avanço do capitalismo no campo nos países foco de tal desenvolvimento nos idos séculos XVII e XVIII, em especial, o avanço do capitalismo no campo na antiga Rússia, berço revolucionário anticapitalista de então. Tal fato faz necessária uma breve recuperação do debate travado por estudiosos clássicos sobre a questão.

O debate clássico

O estudo clássico sobre o campesinato encontrava-se centrado entre os estudos marxistas, representado por Lenin e Kaustky, e o pensamento construído pelos chamados populistas russos, cuja maior representação foi a Escola da Organização e Produção, e maior expoente Chayanov.

O ponto central das discordâncias dizia respeito à existência do campesinato e suas implicações na nova ordem social estabelecida pelo capitalismo. Para Lênin (1982), a existência camponesa “atrasava” o processo revolucionário que levaria a sociedade ao socialismo. O autor acreditava na desagregação social e econômica dos camponeses, através de um processo de descampesinização, no qual este segmento produtivo seguiria dois destinos: a burguesia rural e o proletariado, o que para ele seriam as classes sociais do campo. Na classificação do autor, a classe burguesa se compunha com o camponês rico, que compra força de trabalho; enquanto o proletariado seria composto pelo camponês de médias posses, que usa sua força de trabalho e de sua família; e o camponês pobre, que se vê obrigado a vender sua força de trabalho durante parte do ano para poder subsistir.

A partir de seus estudos sobre a evolução do capitalismo na Rússia, Lênin conclui que os camponeses estavam fadados à extinção, pois em suas observações, havia uma

...ligação existente entre a desintegração do campesinato e a substituição do sistema de pagamento em trabalho pelo capitalismo. Os dados gerais e globais, que provam irrefutavelmente essa substituição, se referem à utilização de máquinas agrícolas e ao emprego do trabalho assalariado livre. (LENIN, 1982, p.135)

Em suas teses, o autor apontava papel fundamental da máquina agrícola para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Para ele, o avanço tecnológico seria de responsabilidade do capital e, portanto, seus benefícios revertidos aos empresários

capitalistas. A transformação tecnológica implicaria desta maneira, na formação e desenvolvimento de relações capitalistas. Nesta perspectiva, o emprego da máquina no campo também seria responsável pela desintegração das comunidades camponesas, na medida em que, criando grupos econômicos opostos, também “cria grandes explorações baseadas na vasta cooperação de operários assalariados” (LENIN, 1982, p.149).

Para o autor acima, importante exemplo deste tipo de desenvolvimento no campo poderia ser encontrado na organização produtiva dos Estados Unidos, país “modelo e ideal de nossa civilização burguesa”, posto que para o pesquisador,

Os Estados Unidos não possuem concorrente que os iguale, nem pela rapidez de desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, nem pelo nível extremamente elevado já atingido por este desenvolvimento, nem pela imensidão do território sobre o qual se aplica uma técnica que representa a última palavra da ciência e que leva em conta uma notável diversidade de condições naturais e históricas, nem pela liberdade política e o nível cultural da massa da população. (LENIN, 1980, p.01)

Neste país, no campo, o processo de intensificação da agricultura se deu através do uso de maquinários, adubos e instrumentos, desenvolvendo consideravelmente as forças produtivas neste setor e permitindo maior produtividade, independentemente do tamanho da unidade produtiva. Discorrendo sobre a modernização de produções agrícolas naquele país nortista, o autor se posiciona dizendo que

O desenvolvimento do produto agrícola mercantil por excelência superou o dos outros produtos, menos mercantis. [...] São todas culturas correspondentes a uma intensificação da agricultura, a um crescimento do volume econômico da exploração paralelamente a uma redução da superfície cultivada e a uma utilização crescente do trabalho assalariado. (LENIN, 1980, p.18)

Tal exposição constituía uma resposta aos pensadores populistas, para quem seria possível a transformação social ocorrer “sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político”. (MARTINS, 1983, p.15). Como contraponto, no entendimento de Chayanov, estudioso de maior referência da escola da organização e produção⁴², ainda que sejam prementes as formas capitalistas de produção, suas

⁴² Apesar de muitos autores se referirem a Chayanov como populista, na apresentação de seu texto “Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, o autor é definido como expoente da “escola organizacional-produtiva”, a qual apresenta diferenças com a escola populista e a escola marxista. Na apresentação do referido texto Chayanov é considerado “neo-populista” por conta de suas posições críticas à planificação da economia para a agricultura e em especial ao campesinato na Rússia pós 1929. Neste sentido, a Escola da Organização e Produção se diferenciava das outras escolas por considerava não apenas o aspecto da

categorias econômicas não poderiam ser suficientes para a compreensão da totalidade da esfera produtiva, principalmente agrária. O autor inicia seu texto sobre as economias não capitalistas com uma crítica clara aos limites deste tipo de análise. Para ele

Na teoria moderna da economia nacional tomou-se corrente considerar quase todos os fenômenos econômicos exclusivamente segundo o vocabulário próprio de uma economia capitalista. Todos os princípios da nossa teoria — renda, capital, preço e outras categorias — foram elaborados no âmbito de uma economia baseada no trabalho assalariado e visando a maximização dos lucros (isto é, a maior porção possível da fração do rendimento bruto que subsiste depois de se deduzirem os custos de produção materiais e os salários). Os outros tipos — não-capitalistas — de vida econômica são considerados destituídos da importância ou em vias de desaparecimento; de qualquer modo, considera-se que não têm qualquer influência nos problemas fundamentais da economia moderna e, por conseguinte, que não apresentam qualquer interesse teórico.

Temos que aceitar tal tese, dada a indiscutível dominação exercida pelo capital financeiro e comercial nas trocas mundiais, assim como o papel incontestável que desempenha na organização atual da economia mundial, mas não devemos de modo algum estender tal tese a todos os fenômenos da nossa vida econômica. Ser-nos-á impossível prosseguir uma reflexão econômica contentando-nos com categorias capitalistas, pois um setor muito vasto da vida econômica (mais precisamente: a maior parte da esfera de produção agrícola) baseia-se, não numa forma capitalista, mas numa forma completamente diferente: a da exploração familiar sem assalariados (CHAYANOV, 1924, p.478/9)

Assim, o autor chama atenção para a inexistência de estudos mais aprofundados sobre outras formas de produção que não as capitalistas, inclusive as anteriores a este modo de produção, alertando para a necessidade de análise da realidade a partir da “coexistência de diferentes sistemas econômicos”. Para ele, apesar do avanço e dominação das relações de trabalho baseadas no assalariamento, as categorias econômicas capitalistas não poderiam explicar outras formas existentes na dinâmica econômica e que a formulação teórica estaria assim “ameaçada”, posto nelas não existir a categoria salário. Apesar de abordar várias formas não capitalistas de produção, o que Chayanov tem como preocupação central é mostrar que as categorias econômicas dominantes não poderiam explicar a economia familiar camponesa. Fazendo críticas ao método estatístico utilizado pelos economistas para compreender a economia camponesa russa, Chayanov dizia que

... lo que esos datos describen fundamentalmente no es la estructura de la empresa campesina en cuanto tal, sino una amplia colección de

propriedade e da distribuição da terra para resolver os problemas do campo, mas na necessidade de reformas sociais no campo, com a adoção de inovações organizativas e tecnológicas.

unidades económicas campesinas. Hay que comprender SUS ideas sobre organización, la maquinaria de su organismo económico individual que es “La unidad teleológica subjetiva de la actividad económica racional, es decir, la explotación de la unidad”. (CHAYANOV, 1974, p.132)

E, foi este caminho que o estudioso da organização da economia familiar camponesa trilhou. Buscou apreendê-la na sua complexidade, fazendo uma caracterização desta economia tendo como referência a unidade de produção familiar enquanto uma economia não capitalista e sem a qual não poderia ser compreendida a economia nacional russa, ou mesmo qualquer outra, pois conforme o autor, em muitas regiões do mundo esta era uma economia corrente. E, neste aspecto, ao refletirmos sobre a economia maranhense, é de fácil percepção a atualidade deste debate, ou seja, apesar da modernidade espreada das relações capitalistas de produção, no contexto da reestruturação do capital, é fácil visualizarmos relações não capitalistas de trabalho convivendo de maneira intensa e direta com formas modernas do modo de produção desenvolvidas no estado.

De maneira geral, por todo o estado são vivenciadas formas e relações de trabalho que fogem ao tipicamente caracterizado como capitalistas. Por exemplo, na região do município Açailândia, onde se encontra o assentamento Califórnia, é muito comum serem encontradas relações de trabalho que não têm como base o assalariamento. Ali facilmente são vistos trabalhadores na condição análoga ao trabalho escravo, trabalhadores que atuam em algum sistema primário de cooperação, como o mutirão e a troca de serviço, o trabalho doméstico, e propriamente o trabalho da unidade familiar camponesa, onde os membros da família, ou parte deles compõem o trabalho agropecuário. Todos estes trabalhos se dão, no entanto, sem a relação salarial que permeia as relações capitalistas.

Ao acompanharmos o debate entre as duas correntes de pensamento ou entre os seus dois maiores representantes, percebe-se que no centro do debate está, de forma muita explícita, o trabalho no campo. Se por um lado, Lênin analisava o espraiamento das relações capitalistas que redefiniriam implacavelmente o modo de produção no campo, por outro, Chayanov afirmava ser possível manter o modo camponês de trabalho. Se Lênin insistia em buscar explicar o campo a partir da dinâmica do novo sistema produtivo, Chayanov almejava a reorganização de práticas caracterizadamente não capitalistas. E, se por fim, Lênin foi tentar entender e explicar o avanço do capital no campo, com a fundamentação básica da transformação técnica, Chayanov explica como

se organiza uma das mais importantes, mais gerais e mais comuns e mais resistentes formas não capitalistas de produção: a produção familiar camponesa.

Lênin (1982) analisa as relações de trabalho no período caracterizado por ele como de transição do sistema de corveia ou pagamento em trabalho⁴³ para o sistema capitalista. Para ele, havia a impossibilidade de que esta passagem acontecesse de forma brusca, dado não haver as condições objetivas para tal, como a não existência de uma classe habituada ao trabalho livre assalariado, além do fato de o sistema de corveia não ter sido destruído efetivamente, mas apenas ter sido “minado”, pois segundo o autor, “os latifundiários [senhores feudais] continuaram a deter uma parte muito importante dos lotes camponeses – os otrezki⁴⁴, os bosques, as pradarias, os bebedouros para o gado, as pastagens, etc.” (LENIN, 1982, p.125), fazendo com que os camponeses permanecessem seus dependentes, o que possibilitou a continuidade do sistema de pagamento em trabalho, pois sem estas terras, ou servidões como eram designadas, os camponeses não tinham possibilidades do trabalho livre. Além deste, havia outros mecanismos de manter o camponês dependente do latifundiário, como a “coação extra econômica”, na qual constava “a dependência temporária, a caução soldaria, os castigos corporais, o envio de camponeses a trabalhos públicos”

Assim, conviveram simultaneamente os dois sistemas, cuja combinação se dava através de mediações conflituosas, complexas e contraditórias. Lênin toma por base dados estatísticos para mostrar a tendência da supremacia do trabalho assalariado, mostrando como as regiões iriam sendo “consumidas” pelas novas relações de trabalho.

No sistema de corveia, as formas de pagamento se davam de variadas formas, sendo que

... os camponeses trabalham, por dinheiro, as terras do proprietário com seus próprios instrumentos; é o caso do ‘trabalho por tarefa’, do ‘trabalho por deciatina’, a ‘cultura por ciclo’, etc. Ora eles tomam trigo ou dinheiro em empréstimo, reembolsando o total ou os juros em trabalho – aqui o caráter da servidão e da usura típico do sistema de pagamento em trabalho aparece claramente. Às vezes, os camponeses pagam a poltrava (isto é: são obrigados a pagar em trabalho a multa prevista em lei); outras, trabalham ‘pela honra’, ou seja, de graça, apenas pela comida, para não perder outros ‘biscates’ oferecidos pelo proprietário. E,

era denominada Sistema de corvéia ou ainda Sistema de pagamento de trabalho.

44

Otrezki: o tradutor da edição da obra citada, esclarece que o termo otrezki usado no texto significa na sua tradução literal “recortes ou terras recortadas”. Sua explicação segue com “pedaços de terra que os grandes proprietários arrebataram aos camponeses quando da reforma. Pelo usufruto destas terras, pagavam uma renda muito alta.” (Obra citada, 1982, p. 125, nota de rodapé nº 06)

finalmente, é muito generalizado o fato de os camponeses trabalharem apenas em troca da terra, seja na forma da parceria seja no trabalho direto para pagar a locação. (LENIN, 1982, p.127/8)

Analisando tais relações de trabalho, o estudioso marxista identifica que a grande indústria mecanizada provocaria mudanças no modo de vida das populações do campo, vendo aí a possibilidade da expansão das relações capitalistas desenvolver e modernizar as relações sociais e de produção. Entendia ainda, a importância do papel das máquinas agrícolas, como elemento referência do avanço tecnológico e das forças produtivas, para a expansão capitalista e constituição da revolução democrático-burguesa, pré-requisito da revolução socialista almejada.

De maneira geral, a organização produtiva capitalista constitui expropriação dos meios de produção e de forma muito particular, na agricultura, a exploração capitalista acontece “pela expropriação dos trabalhadores rurais do solo e a subordinação destes a um capitalista, que exerce a agricultura para obter lucro” (MARX, 1988, p.111).

O capitalista agrícola, assim como o capitalista urbano encontra-se pautado no seu direito de proprietário. A ele é dado o direito de fazer uso da terra e seus complementares conforme seu interesse e necessidade. É o direito de propriedade privada. E, como o interesse e necessidade do proprietário capitalista é obter lucro através da valorização de suas mercadorias, é multiplicar seus ganhos sempre, ele precisa superar o desafio dos limites apresentados pelo seu bem - a terra, pois esta possui característica distinta de todas as outras mercadorias existentes: ela não se multiplica.

Frente a este desafio, ele precisa encontrar mecanismos e estratégias que façam com que a terra se valorize a partir de si mesma, que gere renda sobre si; e é com esta perspectiva que vai acontecer a mediação capitalista na agricultura: a concorrência entre trabalhador assalariado, com as mesmas características básicas do operário urbano, e o capitalista industrial agrícola e o proprietário da terra.

Kautsky, o primeiro a analisar de forma mais profunda as leis do capitalismo no campo, aponta a polarização entre os pobres do campo, proletariados no processo, por um lado, e a pequena e grande propriedade, de outro. Quanto ao papel da indústria no desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo, como uma força revolucionária para “arrasar o regime feudal”, foi ela

... quem criou depois as condições técnicas e científicas para a existência da nova agricultura racional; foi ela quem revolucionou a agricultura através das máquinas e do adubo artificial, dos microscópios e dos laboratórios químicos, contribuindo, dessa maneira, para a superioridade técnica do grande estabelecimento capitalista sobre o pequeno estabelecimento agrícola. (KAUTSKY, 1998, p.388)

Dando continuidade à sua análise, o autor alerta que a diferença criada pelo novo sistema produtivo não se restringe ao pequeno estabelecimento, mas

... criou também mais uma distinção: a distinção entre as empresas que apenas atendem à subsistência da própria casa e aquelas que produzem principalmente, ou em boa parte, para atender o mercado. Uma e outras acabam subordinadas à indústria, de qualquer forma, se bem que por vias diferentes. As primeiras acabam necessitando dinheiro e este pode ser obtido através da venda de sua força de trabalho, mediante trabalho assalariado, ou por recorrência à indústria caseira, formas que levam os pequenos agricultores a uma dependência cada vez maior da indústria e a uma aproximação cada vez maior ao seu novo estado de proletários industriais. (KAUTSKY, 1998, p. 388/9)

Tal processo corresponderia à inexorável proletarização camponesa decorrente do “natural” domínio industrial capitalista sobre todos os setores produtivos, fazendo reverter decisivamente a dinâmica agrícola anterior.

Analisando estudos sobre o papel do campesinato no processo revolucionário, Fabrini (2004) esclarece que também para Engels, outro estudioso clássico, a este grupo produtivo restaria a proletarização, o que lhe proporcionaria o crescimento político, constituindo um “outro sujeito político”, pois transformado em operário, o camponês seria forjado no processo, podendo assim contribuir efetiva e diretamente com o socialismo vindouro. Em outras palavras, como diz Fabrini (2004, p.119), “A contribuição dos camponeses para a construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre socialismo e existência do campesinato.” (FABRINI, 2004, p.119)

Tais elementos acima elencados permearam o debate clássico sobre a questão agrária e o papel do campesinato, porém, o debate travado entre as várias correntes de pensamento e autores não resultou em qualquer consenso teórico sobre a questão, o que significa que o debate manteve-se ao longo dos tempos, tendo se acirrado em determinados períodos e sendo amenizado em outros. No entanto, no atual momento histórico, a modernização tecnológica da agricultura se apresenta como consolidada, a urbanização se mostra desenfreada, como num contexto de irreversibilidade, e o capital apresenta suas teias alcançando os mais míseros e distantes rincões do mundo, insinuando-se como uma lógica harmônica e sólida, tudo isso envolto em uma ideia de que o processo é incontestável e incontestado.

Porém, neste cenário são ouvidos os gritos do contrário, que trazem à tona a complexidade da dinâmica expondo o que aparentemente encontra-se oculto, demonstrando que o contexto atual da sociedade capitalista não pode ser compreendido sem o amadurecimento da questão agrária e o papel do campesinato.

A atualidade do debate

Como já apontado nesta tese, a atualidade do debate acerca da questão agrária e seu rebatimento no sujeito camponês, encontra-se nos dicotômicos paradigmas da questão agrária e da questão capitalista. Porém para se compreender mais profundamente suas formações, Felício (2006), retomando Maquiavel, nos alerta para a necessidade de percebê-las, em um contexto onde o poder e a ciência apresentam-se inseparáveis. Em outras palavras, em uma sociedade caracterizada pelos antagonismos de classes como a capitalista, cabe à ciência papel de destaque na formulação de conceito e criação de paradigmas teóricos, sendo este um espaço cada vez mais disputado por quem deseja manter o controle à ordem social estabelecida, e, contraditoriamente, por quem deseja um metabolismo social que suplante as contradições que mediam as relações sociais e econômicas atuais.

Porém, a questão agrária é tema recorrente dos debates intelectuais no Brasil, e tem como mola propulsora a tentativa de compreender a natureza da formação socioeconômica no período colonial. O grande debate encontra-se pautado em compreender como a sociedade colonial organizava o uso, a posse e a produção de bens na terra.

Atualizando o debate, Girardi (2008, p.71) afirma ser fundamental a conceituação de campesinato para a compreensão da atual questão agrária, e tomando como referência Fernandes (2001), o autor, conforme já apontado, elenca dois paradigmas que polarizam o debate conceitual do camponês: o paradigma do capitalismo agrário e o capitalismo da questão agrária. Tais referências teóricas, ideologicamente contrárias entre si, apresentam concepções divergentes e em muitos pontos contraditórias a respeito do campesinato no desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Nesta parte do continente, em defesa do pensamento consensual da expansão única e homogênea do capitalismo, teóricos se agrupam em torno do Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural - RIMISP, enquanto que congregados no Centro Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO, pesquisadores do tema formam um

pensamento crítico, de confronto ao pensamento consensual, na perspectiva múltipla e complexa da reprodução camponesa no seio do capitalismo (FELÍCIO, 2006, p.05)

Atualmente, o Brasil conta com Ricardo Abromoway como um dos principais expoentes do paradigma do capitalismo agrário, para quem é consenso o desaparecimento do camponês, enquanto sujeito histórico e social, cuja sobrevivência apenas pode ser possibilitada por seu metamorfoseamento em agricultor familiar, o que para tanto é mister a racionalização de sua produção, assim como sua inserção no mercado, o desenvolvimento da pluriatividade e as políticas compensatórias (ABROMOWAY, 1998). O autor toma por base, estudos realizados em países industrializados, nos quais, a agricultura familiar para ele, se dá de forma tão generalizada que “não pode ser explicada pela herança histórica camponesa” (ABROMOWAY, 1998, p.22)

Partindo do contexto de países centrais, a compreensão do autor é que

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como *camponesa*. (ABROMOWAY, 1998, p.22 grifo do autor)

A argumentação toma como base a impossibilidade da existência camponesa no capitalismo, onde tem lugar a produção familiar, porém, descaracterizada esta de sua condição de unidade produtiva camponesa e transmutada nas condições capitalistas de produção. Para tal transfiguração da produção camponesa em agricultura familiar, o Estado cumpre papel importante proporcionando dinamismo ao setor, através de ações interventivas nas estruturas agrárias, definição de políticas de preços e do processo de inovação tecnológica. (ABROMOWAY, 1998, p.22)

Porém, nas argumentações feitas, o autor citado desconsidera a conflitualidade do processo de transformação camponesa, ainda que permita a possibilidade de obstáculos no percurso, no qual o Estado terá reforçado seu papel de apaziguador dos conflitos, o que se dará através de políticas agrícolas de incentivo, estimulando o “caráter empreendedor” do agricultor familiar.

Um dos aspectos mais importantes apontados pelo estudioso diz respeito ao caráter integrador assumido pelo termo, o que implica na articulação direta entre a produção familiar e o mercado, o que por outro lado descaracteriza a produção familiar

camponesa, a qual mantém relações com o mercado, porém de forma parcial, com o intuito deliberado de aquisição de mercadorias diversas necessárias ao seu cotidiano.

O contraponto teórico a esta lógica interpretativa encontra-se na compreensão dos defensores do paradigma da questão agrária, para quem “a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir.” (FELÍCIO, 2006, p.18).

No processo sócio-histórico da questão agrária brasileira, segmentos hegemônicos do campo articulados com o Estado, com a intenção de desmobilizar os movimentos ligados à terra e desarticular o caráter político do campesinato, desencadeiam ainda na década de 1970, um combate ideológico, com a criação do termo “pequena produção”, dando-lhe um caráter operacional, com produção submetida ao Estado e suas políticas agrícolas de cunho modernizante. Apesar de articulado com o conceito de camponês e muitas vezes usado em consonância com o mesmo, o termo “pequena produção” traz em si, a concepção do desenvolvimento do capitalismo no campo, no sentido da industrialização, da modernização da agricultura e do papel subalternizado da produção camponesa.

Nos anos 1990, com a efervescência da luta política pela terra e pela reforma agrária, surge uma nova conceituação para o campesinato, cujo propósito é de, deliberadamente, desqualificar e reprimir ideologicamente a luta de resistência camponesa. Para tanto, neste momento, surge o termo “agricultura familiar”, que é

... muito mais do que uma denominação despreziosa ou uma nomenclatura substituta de um termo que para uns não soa bem. Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que se somam a esses e dão sustentação às estratégias da política agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia, e pela *Fam Bill*, dos Estados Unidos da América. (THOMAZ JR, 2008, p.291)

Fazendo um resgate histórico sobre as raízes do campesinato brasileiro, Carvalho (2005) chama atenção para o fato do uso desta categoria social não ser recente, sendo recente o significado e abrangência que lhes têm sido atribuído. Pois, segundo o autor,

Fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor

moderno; propõem-se políticas para estimulá-los, fundadas em tipologias que se baseiam em sua viabilidade econômica e social diferenciada. (CARVALHO, 2005, p.26)

Como as várias interpretações teóricas do campesinato partiram, principalmente, da necessidade de compreensão de seu papel no processo revolucionário capitalista, a discussão quase sempre se pautou na teorização da economia política, a qual preconiza a “uniformidade do mundo, o mundo da mercadoria”, onde “as situações irregulares seriam parte do passado que estaria presente, mas como resíduos que cedo ou tarde seriam descartados” (FABRINI, 2004, p.118). Em tal teoria, o campesinato estaria fadado ao fim e não poderia cumprir nenhum papel de importância na luta pelo socialismo, pois nesta concepção

... no processo de produção camponesa se forma uma consciência corporativa e de aversão às atividades coletivas, diferentemente do que ocorre com a produção capitalista nas indústrias. A coletivização da terra, trabalho, instrumentos, gestão da produção, sintetizadas numa cooperativa, seria uma condição para superação da consciência camponesa e, conseqüentemente, construção da consciência coletiva. Assim, a “base” material em que os camponeses estavam inseridos não permitia que eles se construíssem enquanto sujeitos políticos. (FABRINI, 2004, p.121)

A “incapacidade revolucionária” camponesa seria, então, explicada na sua impossibilidade de reconhecer o caráter explorador a que se encontra submetido o seu trabalho. Não estabelecendo relações diretas de assalariamento, o camponês não visualiza a encarnação do sujeito que constitui seu explorador. Possibilitada esta clareza ao operário, por ter à sua frente o proprietário dos meios de produção com o qual media com sua mercadoria força de trabalho, caberia a este o papel da vanguarda revolucionária, restando assim, ao camponês, seguir o comando revolucionário da classe operária, responsável por sua “salvação”.

Para Fabrini (2004, p.123), no entanto, contrariamente a muitas interpretações marxistas, na concepção marxiana se encontraria o princípio elucidativo para a compreensão do campesinato no processo revolucionário: o princípio da contradição e da luta de classes. Ponto importante para tal compreensão encontra-se no conceito de formação econômica e social, pois este “implica no reconhecimento de um descompasso entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas materializadas num mesmo espaço social.” (FABRINI, 2004, p.124)

Para o autor acima citado, os conflitos entre as classes no campo não se restringem ao conflito entre os detentores dos meios de produção, a burguesia rural ou

proprietários da terra e o operariado das empresas agrícolas, os assalariados do campo. O que caracteriza a divergência de interesses das classes no campo além do conflito em si é a conflitualidade, que permite a leitura e interpretação da realidade atual nos preceitos do paradigma da questão agrária. A conflitualidade imprime o caráter não solucionável aos conflitos existentes no campo dentro da ordem estabelecida pelo capitalismo, considerados estes de natureza estrutural.

A conflitualidade pressupõe as condições contraditórias do modo de vida existente no campo, na qual se encontram a violência desencadeada pelas classes representativas do capital na busca insana de expropriação da terra e da subsunção do trabalho camponês; as condições miseráveis de vida em que se encontram submetidas as famílias camponesas; o caráter criminal dado à luta pela terra; assim como o papel mediador do Estado, que em muitas oportunidades utiliza instrumentos e mecanismos de violência contra a reprodução social do campesinato e em defesa da ampliação do capital. Diferentemente da conflitualidade, o conflito “pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido”. A conflitualidade, “nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos” (FERNANDES, 2005, p.25), sendo um “processo de enfrentamento perene alimentado pela contradição estrutural do capitalismo que produz concentração de riqueza de um lado e expande a pobreza e a miséria do outro” (FELÍCIO, 2006, p.19).

A conflitualidade estrutural do capitalismo no campo decorre de um aspecto da natureza própria do capital, portanto, faz parte de si desde sua gênese. Oliveira (2007, p.21) explica que o desenvolvimento do capitalismo resulta de um processo contraditório de reprodução ampliada do capital. O que o autor diz é que a organização da produção capitalista não se restringe à produção propriamente dita, mas que diz respeito a outras esferas produtivas, como a distribuição, a circulação e o consumo de mercadorias, que articuladas entre si constituem distintos momentos da produção. No processo produtivo, é na produção que a mais-valia é gerada, porém, esta só se realiza na circulação, onde vai acontecer a troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias, ou seja, é na circulação que o capitalista se apropria da mais-valia.

Porém, para o autor em pauta, sendo entendido o desenvolvimento do modo de produção capitalista como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, é

justo pressupor a “criação capitalista de relações não capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições.” (OLIVEIRA, 2007, p.20). E, isto se dá porque o capitalismo, contrariando as correntes teóricas que preconizam sua generalização do capitalismo, não se expande a todos os setores produtivos, apresentando uma tendência a desenvolver, contraditoriamente, o mesmo processo de acumulação primitiva, assim, “o capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital” (OLIVEIRA, 2007, p.20)

Ainda seguindo a interpretação de Oliveira (2007), a agricultura, no desenvolvimento do capitalismo, passou por um processo de transformação e adaptação, tomando assim duas direções. Por um lado, se organizou em uma agricultura tipicamente capitalista, caracterizada pelo assalariamento e pelo arrendamento de terras, mas por outro lado, parte da agricultura se organizou em formas não capitalistas de produção, conforme tipos e localidades existentes. Só assim, para ser possível compreender que articulado com o comércio capitalista

... foi possível desenvolver a agricultura do camponês produtor individual de mercadorias e do escravismo produtor de mercadorias; foi possível também a manutenção das próprias relações feudais pelos *junkers* prussianos produtores de mercadorias e a articulação do capitalismo com as formas de produção calcadas no despotismo oriental, bem como com outras formas comunitárias de produção na Ásia, África e América. (OLIVEIRA, 2007, p.21)

Na agricultura, para que ocorram as relações de produção capitalistas, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, como principal meio de produção; compre também os outros meios produtivos, como as máquinas, as ferramentas e os insumos; e compre ainda a força de trabalho, a ser paga com o salário. Em regra, no Brasil e nos países periféricos em geral, o que se percebe é que estas relações de produção se efetivam nos setores que necessitam de menos tempo de trabalho ou de menos volume de força de trabalho por conta da tecnologia utilizada.

Porém, como já indicado acima, estas relações não se expandiram para todos os setores do campo, desenvolvendo mecanismos de subordinação da renda da terra, possibilitando a criação e recriação de relações não capitalistas de produção, ou seja, a expansão capitalista redefine antigas relações que lhe são subordinadas e cria novas relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução, sendo que na agricultura,

... esse processo de subordinação das relações não capitalistas de produção se dá, sobretudo, pela sujeição da renda da terra ao capital. O capital redefiniu a renda da terra pré-capitalista existente na agricultura. Ele agora apropria-se dela, transformando-a em renda capitalizada da terra. É nesse contexto que se deve entender a produção camponesa: a renda camponesa é apropriada pelo capital monopolista, convertendo-se em capital. (OLIVEIRA, 2007, p.40)

De maneira geral, o *modus operandis* desta mediação acontece de forma que trabalhadores rurais camponeses transformados em trabalhadores assalariados são contratados pelo capitalista, não possuidor de terra, mas interessado nos lucros que podem ser proporcionados pela indústria agrícola, que arrenda a terra do proprietário de terra para seu uso e exploração, pagando para isso preço fixado, uma renda. (MARX, 1988, p.113), fazendo com isso que através da renda fundiária, o proprietário fundiário veja acontecer a realização de seu desejo, que é a valorização da terra.

E o seu intento acontece porque o pagamento do arrendamento da terra proporciona-lhe um ganho, um lucro, e este acontece sem que haja, necessariamente, qualquer que seja o gasto do proprietário com investimento. Mas, quando, de seu interesse, ele pode com o dinheiro ganho do arrendamento, investir em melhoramentos e incorporação de bens à terra, independente do seu caráter, seja ele transitório ou permanente, ou, em outras palavras, o proprietário, com o dinheiro obtido com o arrendamento, melhora a terra através de mecanismos como a adubação; constrói obras fixas (capital constante) como poço artesiano, canais de irrigação, estrada de acesso, galpão, dentre outros, valorizando assim, de forma sistemática, a terra de sua propriedade.

Um dos segredos para o constante aumento do lucro obtido pelo proprietário da terra é a temporalidade determinada para o uso da área pelo arrendatário, ou seja, do tempo que ele a disponibiliza para obter lucro, afinal o arrendamento acontece por tempo determinado e ao seu término do contrato a terra volta ao seu dono, só que agora, agregada de valores, de melhoramentos e benfeitorias que foram realizados com parte do pagamento do arrendamento, o que vai proporcionar contratos com maiores preços e o proprietário pode, inclusive, fazer exigências para o próximo arrendamento ou possível venda. Assim, o proprietário capitalista, matreiramente, sem despende qualquer valor monetário tem sua terra valorizada cada vez mais, cobrando renda cada vez maior, garantida pelas melhorias feitas conseqüentemente, não por si, mas pelo arrendatário. Ele incorpora em patrimônio seu, capital que nada lhe custou (MARX, 1988, p.114), sem fazer qualquer esforço.

No que se refere ao empresário agrícola, no sistema de arrendamento, este

...pode empregar seu capital exclusivamente em sua empresa. Sob este sistema a agricultura tem condições de desenvolver plenamente seu caráter capitalista, sendo que a economia arrendatária constitui a forma clássica de manifestação da agricultura capitalista (KAUTSKY, 1998, p.265)

Ademais, o proprietário fundiário, sendo capitalista, não se contenta apenas com a renda fundiária absoluta e busca lucrar tanto diretamente com a terra quanto com outros mecanismos de expropriação de bens. Para ele fica claro que sua condição única de proprietário da terra lhe garante apenas parte dos lucros obtidos no processo de produção de mercadorias e que o arrendatário ganha tanto. que além de lhe pagar pelo arrendamento ainda lucra o suficiente para fazer crescer seu patrimônio pessoal.

A partir desta descoberta, o latifundiário passa a ter outro posicionamento e se torna ao mesmo tempo latifundiário e capitalista, o que faz com que “como proprietário, ele recebe a renda e, como capitalista o lucro investido. Neste [sistema capitalista] renda e lucro vão para o mesmo bolso.” (LEONTIEV, citado por MARIGHELA, 1980, p.34)

Fazendo uma aproximação com a nossa realidade brasileira, Marighela (1980, p.24) sobre o fazendeiro, este

... é ao mesmo tempo latifundiário e capitalista. Como latifundiário ele se apropria da renda-trabalho e de toda a renda pré-capitalista. Como latifundiário, sem nenhum intermediário capitalista, ele se apropria de toda a renda da terra, inclusive da renda que deveria ser absorvida pelo capitalista intermediário se houvesse. Como é ele próprio o capitalista, o que investe o capital na terra, paga salário, etc, a renda resultante do trabalho do assalariado, bem como o lucro médio, isto é, a quota de lucro médio, tudo ficará para ele. Isto quer dizer que um fazendeiro de café como latifundiário e capitalista se apropria como único senhor de toda a renda da terra, da renda capitalista desde a absoluta à diferencial, da renda pré-capitalista e de todo o lucro do capital.

E é neste contexto de contradição que a produção camponesa deve ser compreendida, pois esta é desenvolvida pelo capital, para num primeiro plano “fazer frente à pressão dos preços do arrendamento da terra” e com a produtividade camponesa crescente, ser possibilitada uma redução dos preços agrícolas e um aumento da massa geral dos alimentos, sem, no entanto, seguir a lógica capitalista da remuneração do camponês com o lucro médio, posto que a produção estaria pautada no tamanho da família, sua capacidade produtiva e suas necessidades de consumo. Tal questão de análise significa que os camponeses vivem (ou sobrevivem) para atender suas

necessidades de consumo e não garantir renda que esteja em acordo com a média da taxa de lucro.

Contrariando a lógica de lucro do capitalismo, o caráter da produção camponesa se mostra não capitalista, pois mesmo ainda que produzindo mercadorias, parte significativa do seu trabalho tem como objetivo o consumo da família, sendo destinado ao mercado apenas a produção excedente. Detalhe importante a ser destacado é a comercialização do excedente, a qual se realiza com a simples finalidade de vender produtos excedentes (mercadoria) da produção camponesa e com o dinheiro conseguido comprar produtos necessários à família (mercadorias), concretizando assim, a fórmula simples de circulação de mercadoria.

Estruturadamente contraditório, o capitalismo cria e recria formas não capitalistas de produção, porém

Nem sempre é o capital que se trai com a criação e recriação de relações não capitalistas, mas são os camponeses que traem a lógica do capitalismo por meio de sua luta. O capitalismo que insiste na expropriação e desaparecimento dos camponeses é traído em suas leis pela luta dos trabalhadores do campo (FABRINI, 2004, p.81)

A contradição e desigualdade a que se refere o texto se encontram relacionadas ao fato do camponês garantir sua reprodução no interior de um sistema adverso a si⁴⁵, mas esta garantia não se dá pela permissão, mas se dá sim, a partir de luta e resistência. Em outras palavras, não existindo lugar para ele no sistema hegemônico, o camponês insiste em existir e se reproduzir, o que o faz traíndo as leis do capital. Diferente seria, se a sua existência fosse possibilitada pelo capitalismo, pois existiria lugar para o campesinato no seu interior, incluindo aí, a perspectiva da produção de mercadoria, como querem os defensores da denominada agricultura familiar. É, pois, “neste contexto de desigual relacionamento entre as forças de produção e as relações sociais que se pode compreender a existência camponesa” (FABRINI, 2002, p.79)

E, na mesma perspectiva de que a luta é condição para que o campesinato continue existindo no interior de um sistema produtivo que exige o seu fim, é que o campesinato brasileiro vem assumindo papel importante na luta contra a forma expropriatória assumida pela burguesia rural constituída no país. A luta pela terra, na perspectiva de superar a questão agrária, nascida no primeiro momento de vida

⁴⁵ Teorizando sobre o não fim do campesinato, Carvalho (2005, p.23) defende a perseverança histórica do campesinato e lembra que este grupo social “remonta à gênese da história da humanidade”, tendo sobrevivido às “sociedades escravocratas, feudal, capitalistas e socialista”.

nacional, permeia a história do país e tem como protagonista, como sujeito da ação, o camponês.

São conhecidas as lutas camponesas no Brasil: os quilombos formados em seus mais diversos rincões; a “guerra” de Canudos, liderada por Antonio Conselheiro de 1896 a 1897, na Bahia, que mais que uma luta contra a República e de cunho religioso, trazia em seu bojo o anseio dos camponeses de poderem “assentar-se”, deixando a condição de retirantes; a “guerra” de Contestado, de 1912 a 1916, acontecida nos estados de Santa Catarina e Paraná, confrontava diretamente o imperialismo transnacional da época.

Também faz parte da história nacional a revolta de Trombas e Formoso, no interior de Goiás entre 1948 a 1960; e as Ligas Camponesas, movimento de cunho nacional, iniciado no Nordeste, mais precisamente em Pernambuco em 1954 e que teve seu fim com a perseguição da ditadura militar instituída no país em 1964.

No Maranhão, a Balaiada (1838 – 1841), um mais importante registro de luta popular da história do estado, foi uma luta armada no período colonial que se tornou um marco de luta em todo o território nacional pela resposta dada pelos pobres à intensa exploração dos recursos naturais do estado pela Coroa portuguesa. (FARIAS, 2005, p.30/1)

Assim como no Maranhão, no Pará, os camponeses pobres, junto com ribeirinhos e os pobres das cidades de então, insatisfeitos com sua situação de miséria imposta pelos colonizadores questionaram a ordem imperial, invadindo o palácio governamental, constituindo o grande movimento de revolta popular, a Cabanagem, chegando os cabanos (militantes do movimento) a formarem um novo governo, de caráter radical e popular (MITSUE, 2001, p.67).

Atualmente, os camponeses encontram-se organizados em várias organizações, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, a Comissão Pastoral da Terra - CPT e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF; assim como na Via Campesina, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR de, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, surgido na década de 1980, em um contexto de reorganização das forças sociais perseguidas pelos governos militares pós-golpe, e luta

pela redemocratização brasileira. Assim como todos os movimentos que lhe antecederam, a organização camponesa atual luta pela terra, sendo que os mecanismos e estratégias usados em cada momento histórico constituem processos para garantir a reprodução social camponesa.

Para Fabrini (2004, p.125) há a necessidade de compreender o campesinato, enquanto “fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista no contexto das lutas de resistências e às manifestações desenvolvidas por ele, pois se trata de uma luta contra a ordem capitalista”, porque a revolta dos camponeses é contra a renda da terra e quando lutam contra o pagamento desta, atingem não só os proprietários de terra, mas também aos capitalistas, pois “atinge o ‘mecanismo’ de transferência de renda para o capitalista (bancos, indústria, comércio)”. A revolta e a própria existência camponesa, dentro de uma ideia de desenvolvimento desigual e contraditório abordada por Oliveira (2007) constituiriam uma “traição” às leis capitalistas nas duas dimensões assumidas pela reprodução social camponesa. Por um lado, o enfrentamento à sociabilidade imposta pelo capital; e por outro, o camponês teima em produzir mercadorias abaixo da taxa média de lucro.

Ainda sob a análise de Fabrini (2004, p.129), o campesinato assume, enquanto classe, um caráter de ambiguidade, sendo que ao mesmo tempo em que é um trabalhador, também age como um proprietário tanto de terra quanto dos instrumentos de trabalho, vivenciando uma situação conflitiva. E, Enquanto sujeitos sociais, os camponeses constroem sua autonomia e libertação à subordinação capitalista, num processo de enfrentamento aos proprietários de terra e ao capital, aspecto muito característico à história do campesinato brasileiro.

Outro aspecto importante diz respeito ao que Carvalho (2005, p.40) denomina de “patrimônio sociocultural” do campesinato brasileiro, o qual tem se constituído com a dupla preocupação camponesa: se integrar ao mercado e garantir o consumo familiar. Segundo o autor, esta duplicidade de atividade gerou um saber específico camponês fundamentado no “princípio da alternatividade”, que permite ao camponês atender o consumo familiar com sua produção, mas usá-la também para abastecer o mercado em momentos favoráveis, com a perspectiva da aquisição de recursos outros de que necessita e que não podem ser produzidos no seu núcleo familiar.

O autor acima ainda chama atenção à condição subalternizada imposta à produção camponesa, considerando que a mesma não dispõe, historicamente, dos

mesmos recursos, sejam financeiros, sejam sociais ou de infraestrutura, que o segmento produtivo dominante dispõe, pois em geral

... no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. (CARVALHO, 2005, p.36)

Assim, a relação contraditória entre a classe dominante e a classe trabalhadora do campo é mediada pelos mecanismos e estratégias de cada uma para garantir sua reprodução social. Por um lado, os setores produtivos empresariais buscam a reprodução e ampliação do capital; e por outro, o campesinato luta para continuar existindo. E, neste contexto, considero que com a reorganização da produção e organização do trabalho alteram-se as relações de trabalho, assim como a própria dinâmica da organização e da luta da classe trabalhadora; destaco, porém, que a dinâmica produtiva no campo apresenta suas especificidades e particularidades, a qual afeta diretamente a questão agrária brasileira, dando uma configuração, na qual a reestruturação da produção no campo tem como determinante a presença de grandes empresas e corporações internacionais, que imprimem um caráter transnacional à produção do campo.

A questão agrária no Brasil: elementos conceituais

O processo de reestruturação da produção e do trabalho no campo incide sobre a questão agrária no Maranhão na atualidade, sendo esta entendida aqui como um determinante histórico. Com isso, enfatizo que a atual questão agrária resulta de um processo marcado, principalmente, pelas várias formas de disputa pela terra e a relação estabelecida entre os setores produtivos divergentes, assim como a dinâmica que estes estabelecem entre si e com a natureza ao longo da história, tendo o Estado o papel de mediação destas relações.

A intenção, portanto, é o entendimento das múltiplas relações encontradas no processo de modernização da agricultura no estado, e de forma muito particular a dinâmica estabelecida nas relações de trabalho no campo.

O assentamento Califórnia foi ocupado por famílias que tinham na sua história a relação direta com a terra, com o campo e a dinâmica produtiva camponesa. Eram famílias que viviam na e da terra e invariavelmente trabalhavam na roça e que por um motivo ou outro foram expropriadas de suas condições reprodutivas. São famílias que em

busca de alternativas de sobrevivência tiveram que migrar para centros urbanos, se descaracterizar de sua condição camponesa e desenvolver atividades tipicamente urbanas. Corpo urbano, cabeça camponesa, raízes no chão, sonho constante e firme de retornar ao colo produtivo da mãe terra.

E a oportunidade do retorno surge, mas surge em meio à deformação vivida pelo campo, com a invasão de um “bicho” estranho à região, com terras e mais terras sendo tomadas pelo eucalipto, um dos monocultivos mais disseminados no estado na dinâmica atual da economia mundializada. Porém, este cultivo não se explica em si mesmo, pois o contexto da atual situação agrária maranhense apresenta-se complexo e é aqui entendido como uma síntese da diversidade histórico-social, na qual a realidade concreta vivenciada no estado encontra seus determinantes constituídos ao longo do processo de formação socioeconômica do país.

O Brasil, como colônia portuguesa, teve sua ocupação territorial com base no cultivo de produtos tropicais para atendimento do mercado internacional da época, principalmente para países da Europa. Inicialmente, o produto demandado era o açúcar, sendo este seguido por vários outros como o algodão, o café e o cacau, além da pecuária, extensiva para o fornecimento do couro. E, olhando bem para a raiz de nossa formação, é fácil percebermos que nossa história tem sido moldada para que sejamos fornecedores de bens primários. Primeiro foi o açúcar, o algodão; depois foram as pedras preciosas como o ouro e diamante; seguidos de algodão e posteriormente o café; assim como agora despachamos para o comércio europeu e do mundo, soja, milho, carnes, ferro e tantos outros produtos primários.

No entanto, apesar dos muitos produtores estabelecidos, no que diz respeito à propriedade da terra, esta era de exclusividade da Coroa, que fazia concessões de uso a quem apresentasse condições para produzir nos termos de então, o que obviamente só poderia ser pleiteado por nobres portugueses, nobres com posses, pois a produção encontrava-se condicionada à compra de escravos, principal força de trabalho utilizada na época. A propriedade da terra só foi possível com a lei nº 601, chamada de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850 por D. Pedro II. Com tal lei, o governo criou e legalizou a propriedade privada de terras no Brasil, transformando os concessionários de terras em latifundiários; e transformou a terra literalmente em mercadoria, pois condicionava à compra o seu acesso.

Porém, a Lei de Terras, promulgada meio a muita disputa política e econômica, constituía estratégia da monarquia para receber o apoio político dos fazendeiros, pois com a iminente libertação dos escravos era preciso proteger os interesses dos senhores de terra, ou seja, a própria terra. A ideia central era a não permissão dos negros libertos apossar-se das terras existentes em abundância no país, tornando o homem liberto, mas a terra cativa.

A questão agrária, como uma resultante do processo histórico diz respeito ao modo de produção geral da sociedade, o que implica dizer que a forma como a terra está sendo utilizada encontra-se diretamente relacionada com a forma como está organizada a produção geral da sociedade e “pode ser entendida como a relação do modo de produção da sociedade com o uso da terra” (AZAR, 2005, p.38)

Tal questão e a forma particular de produzir no campo são temas correntes de muitos estudiosos, o que implica diversidade de pensamentos e correntes interpretativas, cujas concepções apontam para um debate entre intelectuais, principalmente quanto à formação da sociedade brasileira. Com várias nuances de interpretações acerca da questão, de forma sintética, os fundamentos sobre o processo de colonização e ocupação das terras brasileiras pela Coroa Portuguesa, passam por duas ideias centrais: para alguns a produção colonial se deu nos moldes do feudalismo, enquanto que para outros a lógica produtiva já se constituía capitalista desde os primórdios.⁴⁶

Com a compreensão de que a produção naquele período histórico se constitui feudalista, estavam intelectuais como Alberto Passos Guimarães, Mário Vinhas, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré e Leôncio Basbaum, sendo que cada um, na defesa da tese feudalista, utilizava-se de argumentos diversos e que muitas vezes se complementavam ou conflitavam entre si.

Partindo da concepção de uma colonização capitalista para a análise da questão agrária, cita-se Roberto Simonsen (autor intelectual da burguesia industrial), Jacob Gorender, Caio Prado Junior, os economistas cepalistas, como Celso Furtado e Ignácio

⁴⁶ Considera-se, aqui, para efeitos de análise apenas duas concepções acerca do processo de colonização brasileira, porém registra-se a existência de diversas correntes internas a cada concepção, as quais em seus debates e argumentações apresentam perspectivas completamente divergentes acerca do “futuro da nação”. Para maior conhecimento e estudo sobre as correntes e argumentação de muitos estudiosos sobre o tema, consultar STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

Rangel, Paulo Schiling, e ainda Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, André Gunder Frank, Vânia Bambirra e Paulo Wrigth, sendo que estes últimos, defensores da concepção teórica da formação capitalista no Brasil, argumentavam a necessidade de uma reforma agrária socialista.

De forma geral, os autores que defendem a tese do feudalismo entendem como errônea a concepção de que o sistema colonial implantado por Portugal no Brasil seguiria curso distinto do feudalismo decadente europeu, adotando já os elementos e fatores determinantes da “evolução social”, constituindo assim, sociedade mais avançada que a metropolitana.

A defesa da concepção do colonialismo feudal encontra-se no fato de que

Desde o instante em que a metrópole se decidira a colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, tornar-se-ia evidente o seu propósito de lançar, no Novo Mundo os fundamentos econômicos da ordem da produção feudal. E não poderia deixar de assim ter procedido, porque o modelo original, de onde necessariamente teria de partir – a ordem de produzir peninsular no século da Descoberta – continuava a ser, por suas características essenciais, a ordem de produção feudal. (GUIMARÃES, 2005, p.39)

Em crítica aos pensadores que defendem a tese do colonialismo capitalista, Guimarães (2005, p.42) argumenta que o básico para definir um regime econômico é o sistema de produção adotado, pois na sua concepção, o modo como os homens produzem materialmente os bens que lhes são necessários, vai determinar todos os outros processos nos quais os homens se encontram inseridos, inclusive os processos de circulação e distribuição. Assim, na sua concepção, a ordem feudal portuguesa, com sua base no monopólio territorial, instituído no Brasil, precisou inclusive regredir quanto ao uso da força de trabalho escrava, o que, porém, não lhe diluiu o caráter feudal, posto que as formas escravistas de produzir entrelaçavam-se com formas servis, no momento em que o escravo, provendo seu sustento dispensava

... certa parte do tempo à pesca ou à lavoura em pequenos tratos de terra que lhe eram reservados. Desse modo, o regime de trabalho escravo se misturava com o regime medieval da renda-trabalho e da renda-produto, além de outras variantes da prestação pessoal de trabalho (GUIMARÃES, 2005, p.44)

No que se refere às relações estabelecidas no colonialismo, um dos aspetos mais demarcados trata da estruturação da terra que, organizada pelo Estado, seguia o mesmo modelo e lógica seguida pelos domínios feudais, o que necessariamente implica grandes extensões territoriais entregues ao absoluto domínio de senhores, cujos poderes se

davam sobre pessoas e coisas. Tal classe latifundiária relaciona-se, portanto, através do exercício do poder econômico, mas não só, pois exerce forte poder extraeconômico, estabelecendo através deste, relações coercitivas

... entre os latifundiários e seus ‘moradores’, ‘agregados’, ‘meeiros’, ‘colonos’, ‘camaradas’ e mesmo assalariados, estendendo-se também aos vizinhos de pequenos e médios recursos, alguns milhões de trabalhadores brasileiros vivem, inteiramente ou quase inteiramente, à margem de quaisquer garantias legais ou constitucionais e sujeitos à jurisdição civil ou criminal e ao arbítrio dos senhores da terra. Estes últimos determinam as condições dos contratos de trabalho, as formas de remuneração, os tipos de arrendamento, as lavouras e criações permitidas, os preços dos produtos, os horários de trabalho, os serviços gratuitos a prestar, ditam as sentenças judiciais e impõem as restrições de liberdade que lhes convêm, sem o mínimo respeito às leis vigentes. (GUIMARÃES, 2005. p.51/2)

Os senhores da terra, imbuídos de tais poderes, estrategicamente os articulam aos seus interesses econômicos e definem a produção na perspectiva da exportação em detrimento de qualquer necessidade interna de gêneros alimentícios. E a tal ponto isto acontecia que se fazia necessário o provimento de armazéns coloniais pelas empresas exploradoras, como tão bem alerta relatório enviado à Câmara dos XIX de Amsterdam em 1639. Tal relatório denunciava a atenção especial dispensada ao estoque de víveres, e a negligência no que se refere à escassez de alimentos⁴⁷. A prevalência da produção voltava-se aos produtos exigidos pela demanda internacional e a produção da agricultura de subsistência sofria restrições e preconceitos, chegando a ser considerada “mesquinha” a produção de mandioca, o que lhe desabilitava ao uso dos “raros e preciosos torrões de massapé” dispensados pela natureza a produções “nobres” como o açúcar. (BRITO, s/d, citado por GUIMARÃES, 2005, p.66). Em outras palavras, desde suas origens, a organização da produção brasileira erguia barreiras à cultura agrícola de subsistência.

A concentração territorial, ponto de confluência entre todos os estudiosos da questão agrária, caracteriza-se como ponto de partida das contradições que foram sendo formadas no contexto histórico da luta pela terra no Brasil. É ponto comum que o Brasil nasce com a concentração fundiária, e o sistema de sesmarias, primeiro arquétipo deste modelo produtivo, na divisão das terras, mesmo as de tamanhos menores constituíam

⁴⁷ Em carta à Câmara dos XIX de Amsterdam, durante domínio holandês, van der Dussen, assim se dirige aos governantes de lá: “Assim, V, Exas. devem manter sempre os armazéns bem providos de víveres sem fazer conta dos produtos da região – que não são suficientes e nos levaria à penúria – nem dos víveres que os comerciantes ou os particulares enviam para lá – porque estes são quase todos consumidos nos engenhos e vendidos pelo interior. De modo que, quando a miséria surge e se pensa em obter algo dos comerciantes, encontra-se tudo vazio, como nos aconteceu nos extremos que passamos” (DUSSEN, 1947, citado por GUIMARÃES, 2005, p.65)

domínios desproporcionais à capacidade produtiva e de utilização de seu senhor sesmeiro.

Tal arquétipo revelou desde então o caráter concentrador e excludente do modelo adotado na colônia portuguesa, cuja estrutura desigual e com uma imensidão sobrando de terras, surge a renda da terra, pois com terra sobrando e colonos sem terra, os senhores, através de seus poderes, adotam forma particular de trabalho, fazendo surgir a figura do agregado, “primeira forma de trabalho livre, na indústria agrícola, ao lado do trabalho escravo” (GUIMARÃES, 2005, p.69), sendo as terras subdivididas e entregues aos lavradores camponeses que as exploravam em parcelas, cabendo aos senhores o usufruto da renda agrária.

A renda agrária, na verdade, golpeava a legislação sesmeira, que impunha a obrigatoriedade do cultivo da terra pelos próprios beneficiários, sob pena de expropriação da terra (ou seja, a lei, obedecendo parâmetros produtivos passíveis de questionamento, estabelecia uma função social da terra, que passa essencialmente pela produção). Tendo sido burlada já no período colonial, dando, portanto, um caráter de atualidade à palavra de ordem “terra para quem nela trabalha!”, utilizada por muitas organizações de luta pela terra na contemporaneidade política.

Apesar de defender a tese do capitalismo colonial, diferentemente do autor acima, Prado Junior (2005), cuja concepção é materialista, quando trata da questão agrária identifica suas “raízes dialéticas” no mesmo elemento que estudiosos defensores do feudalismo, ou seja, na concentração da terra, o que para o autor em questão significa não haver quaisquer possibilidades de melhoria nos padrões da massa trabalhadora rural no contexto do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira.

Para ele, a ausência de tributação sobre as terras constitui elemento mantenedor da concentração da propriedade de terras, sendo a isenção fiscal um dos principais fatores, senão o principal, para a perpetuação da herança colonial da estrutura territorial. Sendo assim, fazia a defesa de que a tributação constituiria principal golpe contra a concentração e “virtual” monopólio da terra, tornando-a acessível à “massa trabalhadora rural”, os camponeses. O principal argumento utilizado por tal intelectual é a impossibilidade dos senhores territoriais arcarem com os custos tributários, o que lhes imporiam a necessidade de venda, pelo menos em parte, de suas propriedades, possibilitando com isso que a massa de trabalhadores rurais acessassem a terra.

No que se refere à questão da produtividade da terra, assunto em franco questionamento, principalmente no quesito da mensuração dos índices, o autor critica abertamente produções tipo pecuária, produção, que no sentido técnico apresenta alto rendimento produtivo, mas “com prejuízo manifesto e bem sentido da massa trabalhadora rural, que sofre com aquela substituição uma forte redução de emprego e ocupação, dada a pouca demanda relativa de mão-de-obra na pecuária.” (PRADO JUNIOR, 2005, p.83).

O debate do aspecto da produtividade das propriedades rurais tem se mostrado tema absolutamente atual, sobre o qual se demarcam dois pontos: primeiro, o histórico descumprimento da lei por parte dos grandes proprietários de terra quanto à exigência da produtividade, a qual já é apontada desde a legislação sesmeira, conforme abordagem acima; o outro ponto é sobre o embate político entre a classe latifundiária atual e os movimentos e organizações dos camponeses que acontece em duas questões específicas: a função social e os índices de produtividade das propriedades privadas da terra.

No entanto, para Prado Jr. (2005, p.82), a contradição fundamental na economia agrária se encontra na relação capital e trabalho, que se expressa “na oposição de grandes proprietários e a massa trabalhadora efetiva ou potencialmente a serviço deles, seja qual for a forma das relações de trabalho vigente – assalariado, semiassalariado, parcerias ou formas mistas”.

Na sua negação à tese do colonialismo feudal, o autor em questão rechaça ainda a possibilidade de restos feudais ou pré-capitalistas nas relações de produção no campo, pois para ele o pagamento do arrendamento com gêneros *in natura*, considerado forma típica de restos feudais, constitui forma capitalista de remuneração do trabalho, ainda que “Marx demonstra que a renda absoluta da terra, a exploração do trabalho gratuito e outras formas atrasadas, que abundam em nossos meios, expressam relações pré-capitalistas”. (VINHAS, 2005, p.129)

No que se refere às relações sociais de produção no campo, estas se dão na lógica do capital, uma vez que o agromercantilismo desenvolvido pela grande propriedade fundiária no Brasil, desde o início teve como fim a acumulação do capital, com o lucro obtido no mercado, principalmente internacional. No que tange à remuneração, para o autor,

Podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele é empregado (PRADO JR, 1979, p.60)

Na sua concepção, tais formas de locação de serviços constituiriam uma similaridade salarial, assim como constituíam comprovação das relações capitalistas de produção no Brasil colonial.

Prado Jr. nega, na perspectiva de análise do capitalismo, a existência de camponeses e latifundiários, e considera que o que existe no campo são estruturas organizadas em empresas comerciais que têm como base relações capitalistas de produção, e que a burguesia agrária é formada por grandes proprietários rurais. Para o autor, a grande e única contradição no campo encontra-se centrada na relação capital e trabalho, na qual o interesse dos trabalhadores é apenas melhores condições de trabalho e de salário, tornando única a luta de classes no campo e nos centros urbanos, ou seja, polarizando a luta de classes entre proletários e classe burguesa. Neste sentido, a reivindicação dos camponeses não se encontraria na terra, mas por melhores salários.

Concepção de fundamental importância para a compreensão da questão agrária e seus desdobramentos para o desenvolvimento do país é a ideia cepalina, que congregava os estudos feitos pela CEPAL. A tese central deste grupo de estudiosos é de que o capitalismo brasileiro desde o período colonizador, já se desenvolvia subdesenvolvido, com uma produção voltada para atender a demanda externa, o que só poderia ser resolvido com a formação do mercado interno forte, o qual necessariamente estaria condicionado ao desenvolvimento da indústria nacional. Neste contexto, à agricultura caberia destacado papel de fornecedora de alimentos, principalmente, para a massa trabalhadora industrial, mas levando também em consideração as especificidades e quantidade demandadas pelo comércio exterior; assim liberava, retinha, ou ainda reabsorvia força de trabalho, de acordo com a dinâmica produtiva agrícola e dos demais setores do sistema econômico. (RANGEL, 2005, p.191)

A crise agrária estabelecida por conta dos desajustes entre a oferta média de produção agrícola e da capacidade de liberação ou absorção de força de trabalho do campo, numa relação com o mercado nacional de trabalho, tornou crônicas, tanto a superabundância quanto a escassez dos produtos agrícolas ou da força de trabalho, conforme o caso. Para resolver a problemática, a industrialização é apontada como um

elemento desagudizador no momento em que “incrementava-se a formação intensa de capital com o seu corolário de absorção de crescentes contingentes de mão-de-obra, compensando, assim, os efeitos da crise agrária latente e desagudizando-a.” (RANGEL, 2005, p.201). Porém, a necessidade da realização da reforma agrária, no processo de industrialização, sucumbia para segundo plano, posto a emergência de problemas urbanos, pois

A absorção dos excedentes populacionais expulsos do campo pela crise agrária, na criação da novel indústria e do imenso capital social exigido por elas cidades, escolas, hospitais, transportes, etc. – marcava outros objetivos à combatividade política da nação.

Durante todo esse período, com efeito, a nação não deu ouvidos aos pregadores da reforma agrária, mesmo quando reconhecesse justiça em suas palavras. Estava inteiramente voltada para os problemas levantados pela industrialização... (RANGEL, 2005, p. 201/2)

Seguindo a lógica do pensamento estruturalista, a CEPAL defendia a necessidade da reforma agrária argumentando que a colonização brasileira aconteceu através de uma produção estruturada na agroexportação, cujas relações sociais poderiam ser consideradas assimétricas, porque baseadas na concentração territorial, na heterogeneidade regional e produtiva. Ícone do pensamento cepalino, Furtado fazia defesa da reforma agrária para o entrave estrutural causado pela concentração da terra ao processo desenvolvimentista.

A ideia central do pensamento cepalino, no entanto, consistia em criar condições para o desenvolvimento da economia interna no país, o que só poderia acontecer, segundo seus estudos, com o avanço da industrialização brasileira, porém esta organização deveria partir da reorganização da estrutura produtiva do campo. No entanto, a resolução da questão agrária não implica para este grupo, na alteração da estrutura econômica no que tange ao modo de produção capitalista, pois a intenção não ultrapassa o desenvolvimento “humano” do capital, ou ainda, na criação de estratégias de inserção do Brasil na macro dinâmica da economia capitalista mundial, ou seja, a intenção era tirar o país da condição de economia subdesenvolvida, assumindo o seu merecido “lugar ao sol” do desenvolvimento capitalista industrial.

Registra-se, porém, grupo de intelectuais que se diferenciam do pensamento cepalino no que diz respeito às perspectivas da condição de economia subdesenvolvida em que se formou o Brasil. Para estudiosos como Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, André Gunder Frank e Paulo Wright e Vânia Bambilra, para a resolução da

questão da economia periférica brasileira e em especial da questão agrária, a reforma agrária necessariamente deveria ser socialista.

As teses, correntes e vertentes do estudo sobre a formação da produção brasileira e da questão agrária em si, construídas historicamente, se apresentam como fundamentais para a compreensão das particularidades do processo de organização não só da atual produção agropecuária brasileira, mas também das peculiaridades da atual dinâmica das relações de trabalho estabelecidas no campo, principalmente maranhense.

Tais relações apresentam-se atualmente no contexto da dinâmica da reestruturação da produção e do trabalho exigida para a acumulação do capital, o que implica novas configurações destas relações, assim como novas estratégias de organização das massas trabalhadoras do campo, quer sejam trabalhadores assalariados ou não assalariados. Porém, a atual reestrutura produtiva no campo resulta da crise do capital e expressa a incidência desta na questão agrária, sobre o que tratará o item a seguir.

2.2. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA: incidência sobre as relações de trabalho e a resistência camponesa

O Maranhão, estado eminentemente agrícola, começa a sofrer, ainda na década de 1970, transformações no seu processo produtivo sob uma articulação intensificada entre capital transnacional, Estado e elites políticas locais (LOPES E OUTROS, 2006, p.05), sendo implantados projetos econômicos de grande envergadura, os quais já foram tratados nesta tese, que vêm sendo ampliados desde então em todas as regiões do estado, todos com a pecha do desenvolvimento, modernidade e geração de riquezas.

Com o desenvolvimento de tais projetos, a organização dos processos produtivos no campo sofre com novas formas e condições de trabalho, sendo estabelecidas relações que se caracterizam pela precarização, cujas maiores expressões podem ser encontradas na subcontratação, desrespeito às leis trabalhistas e ambientais, o trabalho degradante, penoso e sem segurança, o trabalho análogo ao trabalho escravo, o trabalho infantil, a expulsão de famílias camponesas pela expropriação de suas terras e o acirramento dos conflitos agrários.

No entanto, para a compreensão da reestruturação da produção e do trabalho no campo e seus desdobramentos, considera-se a dinâmica da luta de classes, a qual apresenta como base a conflitualidade entre capital e trabalho. Em tal relação o capital apresenta-se com um poder de múltiplas dimensões, cujas influências suplantam a esfera da produção, se estendendo por todo o corpo social, pois para sua plena realização, enquanto forma hegemônica de produção, apesar de imprescindível o controle sobre as relações de produção, laborativas, este não se apresenta suficiente; ao capital faz-se necessário também o poder sobre as outras dimensões de vida do “ser que trabalha”, ou seja, a dimensão produtiva e reprodutiva deste ser social. Em outras palavras, precisa influenciar de forma decisiva toda a práxis social da classe trabalhadora.

E, partindo do estudo sobre a reestruturação produtiva no campo, realizado por Thomaz Jr. (2002) concebo a necessidade de compreensão das “mutações internamente ligadas ao universo do trabalho”, o que implica a apreensão da complexa rede de relações e mediações entre capital e trabalho. Neste sentido, os “elementos centrais e estruturantes das diferentes formas geográficas” desta relação, segundo o autor, estariam representados nas externalizações do trabalho no campo, com o proletário urbano⁴⁸ e rural, o camponês, o arrendatário, o posseiro, o sem terra e o desempregado, os quais se contrapõem às externalizações do capital no campo, representado por grandes proprietários de terra, latifundiários e capitalistas e o Estado, cuja representação se faz através de suas secretarias, ministérios, órgãos de inteligência e fomento (THOMAZ JR, 2002, p.4)

Como condição de existência, há a necessidade do capital se reproduzir de forma contínua e ampliada e para isto busca mecanismos e estratégias que lhe permitam a continuidade nos vários espaços e tempos históricos. No campo brasileiro, ele se espraia através de mecanismos de expropriação, dominação e apropriação do trabalho. Porém, possuidor da característica da contradição, tal espraio desenvolve-se em um contexto, o qual apresenta como elemento imprescindível a maior característica do

⁴⁸ O autor inclui aí o proletariado urbano considerando que o trabalhador do campo muitas vezes encontra-se submetido a outras formas de trabalho que não necessariamente rural. Muitas vezes, cumprindo temporada, desenvolve atividades ligadas á produção agrícola como cortador de cana, mas também, por contingências, servente de pedreiro, segurança ou alguma atividade laborativa não caracterizadamente agrícola. Outro aspecto a ser considerado é o movimento vivenciado pelo trabalho do campo de territorialização e desterritorialização, posto que o autor considera que desterritorializados, “assalariados, subproletariados, camponeses, posseiros, autônomos, refazem constante e intensamente o desenho societal da classe trabalhadora, no campo, no Brasil...” (THOMAZ JR, 2002, p.04), em um constante e infindável movimento de territorialização e desterritorialização.

campesinato do país, que é marcado por sua incansável luta pela terra, marca histórica da conflitualidade existente no campo.

No que se refere ao momento de reestruturação do capital no Brasil, processo que se intensificou na década de 1990, este ampliou seu raio de atuação, através de inovações técnicas e organizacionais, que assumem um caráter sistêmico do processo produtivo nos diversos setores da economia e que repercute diretamente sobre o trabalho. No âmbito de uma economia com característica de dependência como a brasileira, traços de subalternidade do país podem ser encontrados em aspectos como

1. a desproletarização do trabalho industrial fabril, típico do fordismo; 2) a ampliação do assalariamento no setor de serviços; 3) o incremento das inúmeras formas de subproletarização, decorrentes do trabalho parcial, temporário, domiciliar, precário, subcontratado, “terceirizado”, informal; 4) verifica-se também, que todas essas formas que redimensionam a heterogeneização do trabalho têm, na crescente incorporação do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, expressão, em especial, quando se pensa em termos de expansão do trabalho precarizado, “terceirizado”, subcontratado, *part-time*, etc; 5) intensificação da superexploração do trabalho, através da extensão da jornada; 6) a exclusão de trabalhadores jovens e “velhos” (acima de 45 anos), do mercado de trabalho; 7) a expansão do patamar de trabalho infantil, em especial nas atividades agrárias e extrativas” (THOMAZ JR, 2002, p.11/2)

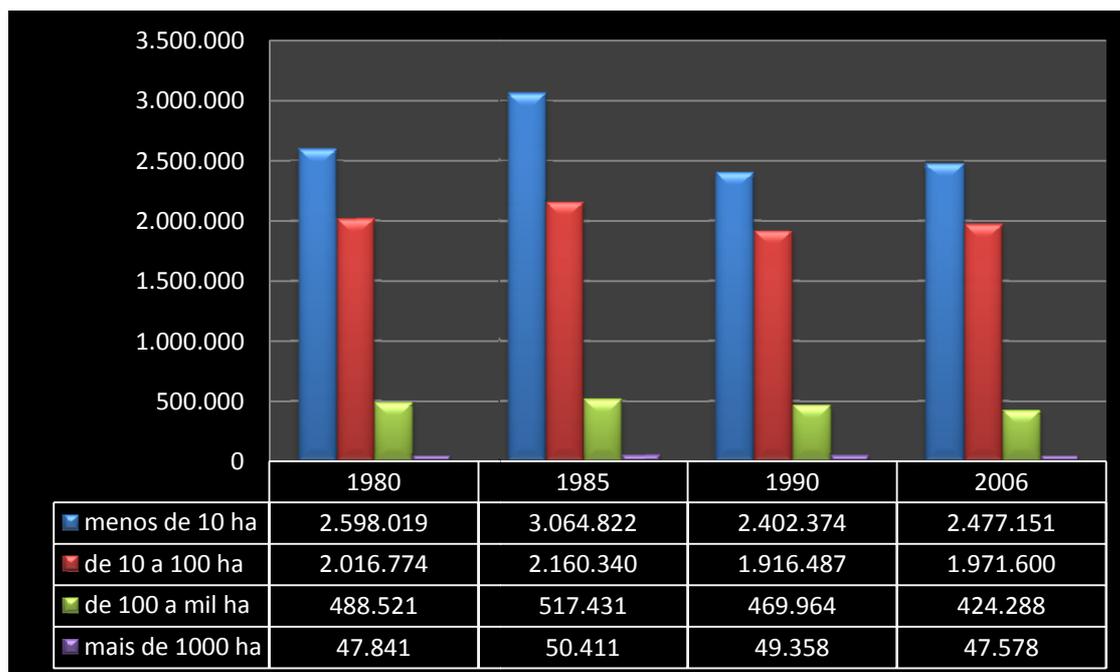
Particularmente no campo, os desdobramentos para a classe trabalhadora deste espaço produtivo podem ser observados nas “intensificações da mecanização, política de desenvolvimento rural em detrimento da Reforma Agrária, novas formas de gestão e controle do trabalho pelo capital, políticas públicas para a agricultura, novas formas de contratação e pagamento” (THOMAZ JR, 2002, p.08). Em termos da organização, para o autor citado, estes ajustes metabólicos do capital podem ser percebidos na intensificação e debilidade estrutural do poder sindical, associativo e cooperativo, onde o capital confronta de forma ostensiva o acúmulo de forças dos trabalhadores em geral, fragilizando assim, a capacidade de negociação (THOMAZ JR, 2002, p.08), tornando-a, conseqüentemente corporativa e fragmentada.

Porém, como um dos mais importantes desdobramentos da reestruturação produtiva no campo, A

... questão agrária no Brasil tem na estrutura fundiária ou mais precisamente na concentração da propriedade da terra, o resultado das desigualdades geradas pelo sistema metabólico do capital e um dos principais entraves para o alavancamento da Luta pela Terra por parte de movimentos sociais e também para a Reforma Agrária. (THOMAZ JR, 2002, p.14)

Tal afirmativa é facilmente corroborada através da tabela abaixo, a qual desnuda uma das mais graves questões sociais da história brasileira: a questão agrária, através de sua mais expressiva manifestação, que é a concentração fundiária, o que pode ser percebido no gráfico 4.

GRAFICO 4: Estabelecimentos por estrato – Brasil (1980/2006)

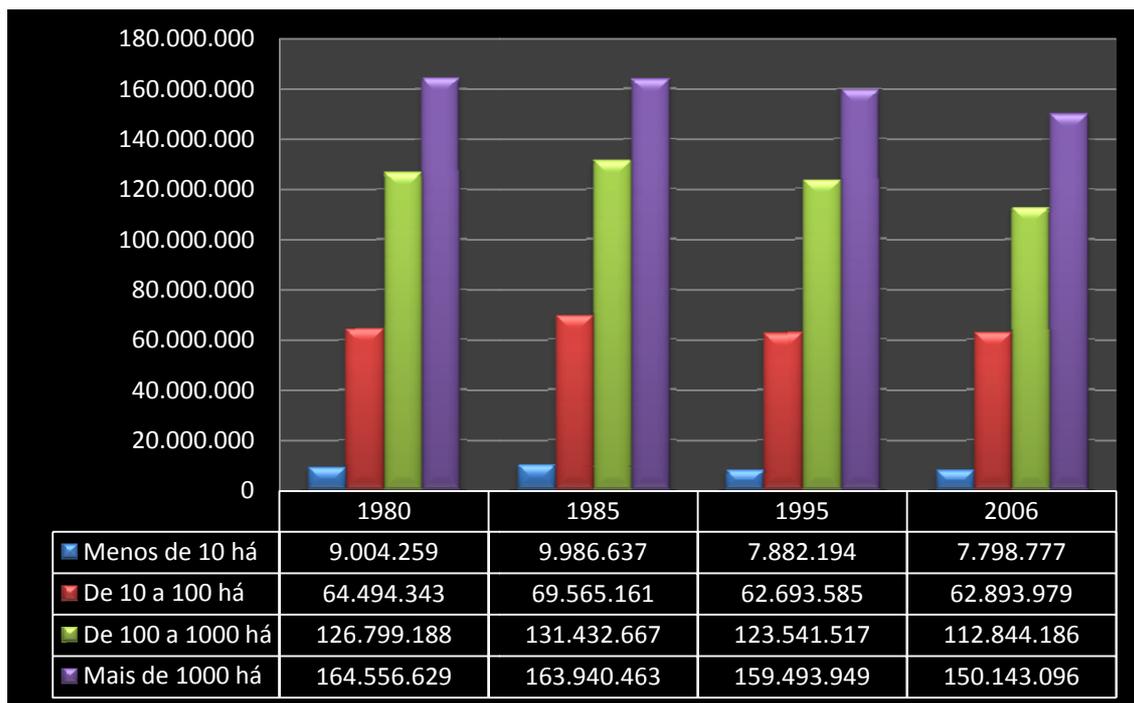


Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE (série histórica)

A declaração de área, em todos os anos apontados na tabela, encontra-se demarcada a prevalência de pequenas áreas. De 1980 a 2006 a quantidade é proporcionalmente relacionada ao tamanho da área, sendo que quanto menor o tamanho desta, maior o número de estabelecimentos, e enquanto os estabelecimentos com áreas inferiores a 10 hectares representam 50,4%, 52,8%, 49,4% e 50,3% das unidades existentes nos anos 1980, 1985, 1995 e 2006, respectivamente, os estabelecimentos com maior tamanho (mais de 1.000 ha) apresentam a menor quantidade de unidades, somando 0,9%, em 1980 e 1985, 0,9% em 1990 e 1,0% em 2006. Os números apresentados na tabela evidenciam, então, a discrepância entre o número de estabelecimentos e o tamanho destes.

Porém, no que se refere ao tamanho da área ocupada por estes estabelecimentos fica demarcado que a relação é exatamente inversa, conforme fica evidente no gráfico 5.

GRÁFICO 5: Estabelecimentos por Área - Brasil (1980/2006)



Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE (Séries históricas)

Os dados mostram que a estrutura fundiária brasileira se caracteriza de forma bastante concentradora, sendo a alteração no período pesquisado insignificante em todos os estratos de propriedade.

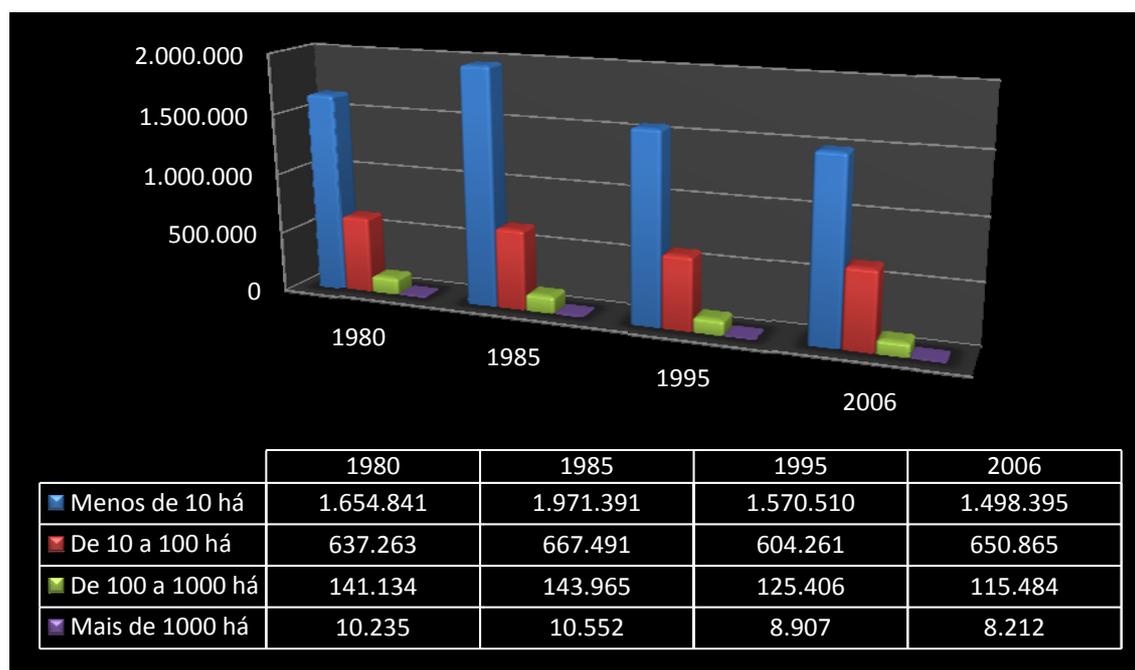
Os estabelecimentos com tamanho menor que dez hectares não saem da casa dos 2% da área total ocupada por todos os estabelecimentos cadastrados, durante o período pesquisado. E, como se viu na tabela anterior, este estrato possuía 50,4%, 52,8%, 49,4% e 50,3% das unidades existentes nos anos 1980, 1985, 1995 e 2006, respectivamente. Em 1980, dos 5.159.851 estabelecimentos, 50,43% destes, ocupavam apenas 2,5% das terras e, em 2006, a situação é praticamente a mesma, pois constituindo 47,9% do número dos estabelecimentos ocupavam apenas 2,3%.

Os estratos de 10 a menos de 100 hectares também não apresentam qualquer alteração importante. E, seguindo a mesma tendência, as unidades de 100 a menos de 1.000 hectares em 1980 compunham 9,5% do total de estabelecimentos, ocupando 34,8% da área. No registro seguinte caiu para 8,9% dos 5.793.004 estabelecimentos com 35,1% da área, enquanto que em 1996 e 2006, este estrato representava 9,71% das unidades, que totalizavam 4.838.183 dos estabelecimentos e ocupava 34,94% das terras e, 8,2% dos 424.906 cadastros com 33,8% área, respectivamente.

Por fim, para demarcar a discrepância da estrutura fundiária brasileira, em 1980, apenas 0,9% dos estabelecimentos eram mais de 1.000 hectares e ocupavam 45,1% da área. Em 1985, o número de estabelecimentos se mantém com o mesmo percentual do total dos estabelecimentos numa área de 43,7%, cujo crescimento em 1995 foi para 45,1% da área, a qual era 1% dos estabelecimentos, enquanto em 2006, apenas 0,9% das 4.920.465 unidades ocupavam 45% da área total cadastrada.

Comparando os dados, fica bastante clara a relação inversamente proporcional entre o número de estabelecimentos e o tamanho da área, conforme apontado acima, pois no que diz respeito ao número de estabelecimentos, quanto menor o tamanho da área ocupada, maior o número de unidades, e quanto maior o tamanho de área ocupada, menor a quantidade de unidades, demarcando assim, o aspecto da concentração da terra. Os indicadores da Nordeste seguem a tendência nacional, inclusive apresentando-se ainda mais grave a questão, conforme o gráfico 6.

GRÁFICO 6: Número de Estabelecimentos - Nordeste (1980 /2006)



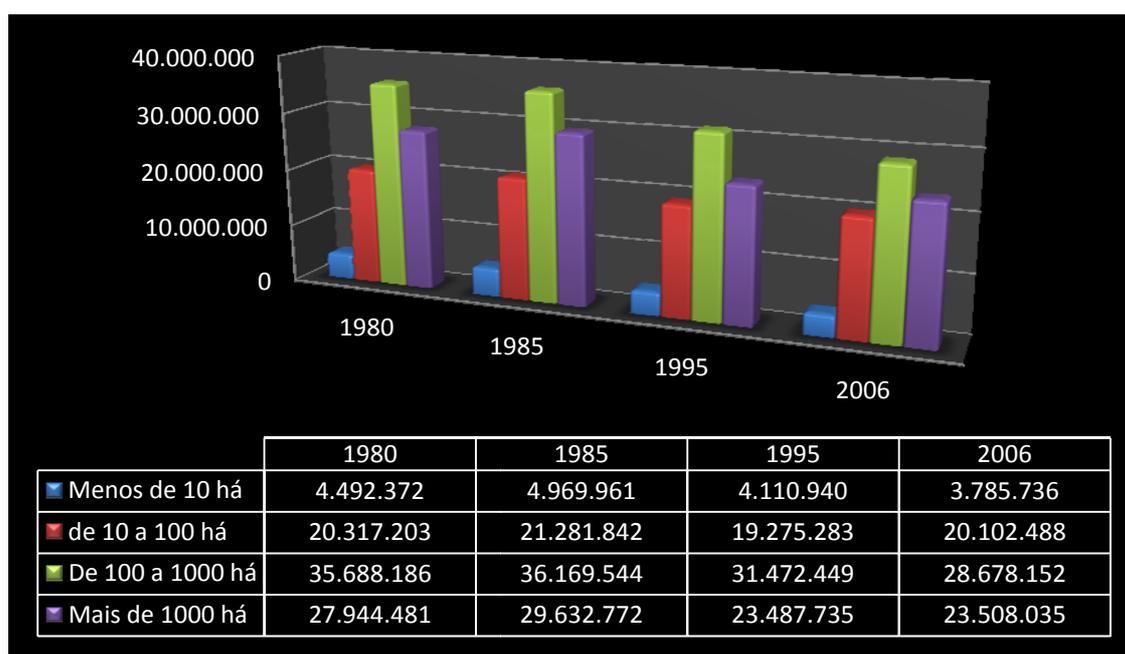
Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do IBGE (série histórica)

Assim, comparando com os dados nacionais, a região nordestina apresenta proporção ainda mais discrepante, pois os estabelecimentos com área menor, ou seja, inferior a 10 hectares, somavam 67,6%, 70,5%, 67,5% e 61,1% das unidades existentes nos anos 1980, 1985, 1995 e 2006, respectivamente; enquanto os percentuais dos estabelecimentos de 10 a menos de 100 hectares chegam a 26%, 23,9%, 26% e 26,5%

das unidades; e o número de estabelecimentos maiores de 1000 hectares contabilizava 0,4% nos três primeiros registros, caindo para 0,3% em 2006.

Em termos de estrutura a região Nordeste não apresenta diferença significativa em relação à apresentada pelo país, não apresentando característica fundiária outra, conforme pode ser observado no gráfico 7.

GRÁFICO 7: Área ocupada pelos estabelecimentos - Nordeste (1985/2006)

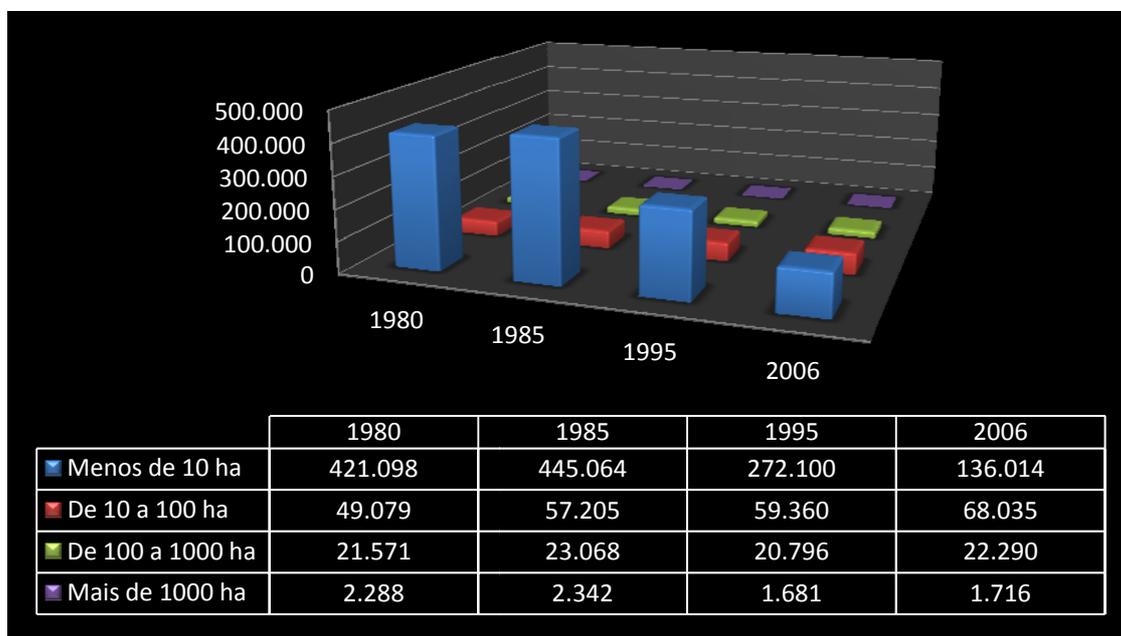


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (Série histórica)

Assim, os gráficos mostram as áreas inferiores a 10 hectares, que somam 1.654.841 dos 2.447.513 estabelecimentos cadastrados, ocupavam apenas 5,1^o% das áreas em 1980. Percentual este que sofre insignificante alteração, sendo que em 1985, dos 2.798.239 estabelecimentos, 1.971.391 apresentavam o mesmo tamanho de área e eram responsáveis por apenas 5,4% das terras em questão. Em 1995, 1.570.510 unidades do total de 2.326.413 estabelecimentos ocupavam apenas 5,3%. E, por fim, este mesmo estrato fundiário, em 2006, contava 1.498.395 dos 2.454.060 estabelecimentos, e ocupavam apenas 5% do total das áreas. Tais dados mostram como a região segue a tendência inversamente proporcional que caracteriza a estrutura fundiária brasileira. No outro extremo da estrutura, os estabelecimentos com estratos com mais de 1.000 hectares somavam apenas 0,4% em 1980, 1985 e 1995, percentual este que caiu para 0,3% em 2006, mas ocupando 31,6%, 32,2%, 30% e 30,9% das terras nos anos respectivos.

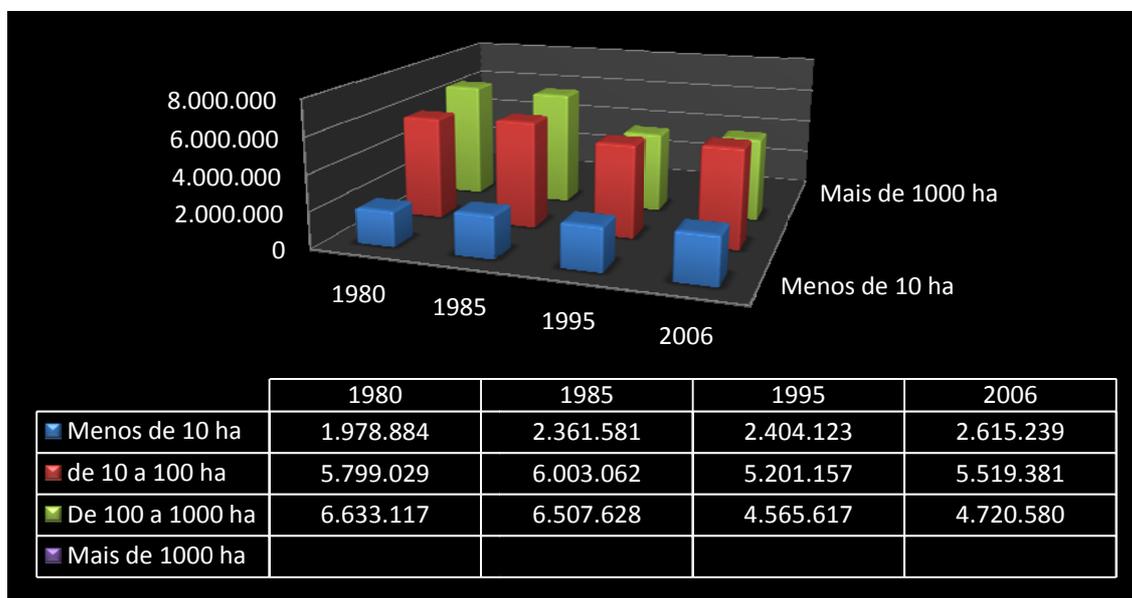
Em termos de estado, o Maranhão se apresenta conforme os gráficos 08 e 09.

GRÁFICO 08: Número de Estabelecimentos por Estratos - Maranhão (1980/2006)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (séries históricas)

GRÁFICO 9: Área ocupada pelos estabelecimentos – Maranhão (1980/2006)



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do IBGE (série histórica)

Como se pode observar pelos gráficos, o Maranhão segue a tendência nacional, com números que evidenciam o modelo concentrador da estrutura agrária no país, quando articulados com os números apresentados na tabela 15, que trata da distribuição de terras por tipo de estabelecimentos.

TABELA 15: Distribuição de Terras por Tipo de Estabelecimento - Brasil (2006)

Tipo	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura Familiar Camponesa (Lei 11.326)	4.367.902	84,4	80.250.453	24,3
Não Familiar	807.587	15,6	249.690.940	75,7
Total	5.175.489	100	329.941.393	100

Fonte: adaptação da Tabela 1.1 – Utilização das terras nos estabelecimentos, por tipo de utilização, segundo a agricultura familiar - Brasil – 2006. IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Os dados do IBGE referentes a 2006, mostram as terras brasileiras sob controle dos estabelecimentos do tipo não familiar, em uma proporção de discrepância tamanha que os números dizem por si, dispensando a necessidade de qualquer análise mais profunda. Dos 5.175.489 estabelecimentos cadastrados, 84,40 % são considerados de agricultura familiar, enquanto apenas 15,60% não são familiares, são patronais, porém em termos de volume de terra, os números se invertem quase que proporcionalmente, assim, do total de 329.941.393 hectares, cabe à agricultura familiar camponesa apenas o percentual de 24,30%, enquanto à agricultura empresarial familiar compete um montante de 75,70% de terras. A tabela 16 mostra os dados de 2009, que permanecem similares.

TABELA 16: Estrutura Fundiária - Brasil (2009)

Estratos de área total (ha)	Imóveis		Área total		Área média
	em n ^{os}	em %	em ha	em %	em ha
Até 10	1.744.540	33,7	8.215.337	1,4	4,7
De 10 a 25	1.316.237	26,4	21.345.232	3,7	16,2
De 25 a 50	814.138	15,7	28.563.707	5,1	35,1
De 50 a 100	578.783	11,2	40.096.597	7,0	69,3
De 100 a 500	563.346	10,9	116.156.530	20,3	206,2
De 500 a 1.000	85.305	1,6	59.299.370	10,4	695,5
De 1.000 a 2.000	40.046	0,8	55.269.002	9,7	1.308,1
Mais de 2.000	39.250	0,8	242.795.145	42,5	6.185,9
Total	5.181.645	100	571.740.919	100	110,3

Fonte: DIEESE (2011)

Como se pode ver, a discrepância entre os imóveis de menor dimensão, que chegam no máximo a 10 ha, somam 33,7%, enquanto os maiores imóveis, que somam mais de 2.000 ha, compõem em 0,8% do total dos imóveis; porém, em termos de controle

sobre a terra, os números são inversamente proporcionais, pois os maiores imóveis ficam com 42,5% da área, enquanto que os menores imóveis ficam com 1,4% das terras.

Ainda seguindo os dados apresentados pelo IBGE⁴⁹, a situação do Maranhão se mostra mais grave que o contexto nacional, pois os 287.037 estabelecimentos existentes em 2006 no estado ocupavam 12.991.448 hectares, sendo que deste total, 34,80% da área se encontrava ocupada por 262.089 estabelecimentos considerados da agricultura familiar, o que significava 91,30% dos estabelecimentos de então; enquanto que no outro extremo os estabelecimentos patronais (latifúndios e empresas do agronegócio), que somavam apenas 24.948 unidades, ou seja, o inexpressivo percentual de 8,70% do total controlava 65,20% da área, ou 8.472.143 hectares. Tais dados podem ser analisados a partir da tabela 17.

TABELA 17: Estrutura fundiária - Maranhão (2006)

	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Agricultura familiar	262.089	91,30	4.519.305	34,80
Agricultura patronal	24.948	8,70	8.472.143	65,20
TOTAL	287.037		12.991.448	100

Fonte: IBGE (2006)

Outro aspecto importante e que demarca de forma contraditória o avanço do capitalismo no campo diz respeito à violência que historicamente marca este território. Os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, conforme consta na tabela 18, mostram um crescimento gradual e significativo dos conflitos⁵⁰ de 2001 a 2005. Neste período houve um acréscimo de 1.001 conflitos no campo, o que representou um crescimento dos conflitos em 113,75% em cinco anos. Em 2006, há o registro de um arrefecimento dos conflitos em 224 ocorrências, caindo para 1.657 o total neste ano e, a tendência de queda segue até 2010, havendo uma diminuição no número de conflitos registrados pela CPT no período de 2005 a 2010. Ou seja, enquanto houve um crescimento de mais de 100% de 2001 a 2005, houve uma queda de 63,05% nos conflitos registrados de 2005 a 2010, ou seja, uma diminuição média de 12,60% por ano

⁴⁹ Os números referentes à situação de estabelecimentos agrícolas do Maranhão podem ser encontrados na Tabela 2.1, do IBGE (2006), intitulada Estabelecimentos e área da agricultura familiar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2006.

⁵⁰ Para efeitos de metodologia, a CPT congrega na categoria “conflitos”, os conflitos que envolvem a terra, as questões trabalhistas, a água, a seca, a política agrícola e o garimpo.

neste período. Porém, em 2011 a CPT registrou um crescimento de 11,50% no número de conflitos no Brasil, saltando então, de 1.186 em 2010 para 1.363 em 2011.

TABELA 18: Conflitos no Campo Brasil (2001 – 2011)

Ano	Conflitos	Assassinatos	Pessoas envolvidas	Hectares
2001	880	29	532.772	2.214.930
2002	925	43	451.277	3.066.436
2003	1.690	73	1.190.578	3.831.405
2004	1.801	39	975.987	5.069.399
2005	1.881	38	1.021.355	11.487.072
2006	1.657	39	783.801	5.051.348
2007	1.538	28	795.341	8.420.083
2008	1.170	28	502.390	6.568.755
2009	1.184	26	628.009	15.116.590
2010	1.186	34	559.401	13.312.343
2011	1.363	29	600.925	14.410.626

Fonte: Adaptado de CPT (2011, p.15 e 2012, p.15)

No que se refere ao número de pessoas assassinadas nos conflitos no campo no período em referência, há o registro de um crescimento significativo de 2001 a 2003, período em que houve um salto de 29 para 73 assassinatos (ano com maior índice na década), ou seja, 251,70% de aumento. Crescimento este que caiu em 53,40% no ano seguinte. Tal percentual se manteve relativamente estável até 2006, caindo ainda mais nos anos de 2007 a 2009, chegando ao número de 26 assassinatos neste último ano. Já em 2010 há uma retomada no crescimento, subindo para 34 assassinatos e novamente caindo em 2011, com o registro de 29 ocorrências.

Destaque para o crescimento da quantidade de hectares de terras envolvidas nos conflitos no campo, que de 2001 a 2005 sofreu acréscimo de 9.272.142 no período, ou 518,60%, passando de 2.214.930 em 2001 para 11.487.072 em 2005. E, mesmo que tenha havido uma queda bastante significativa de 2005 a 2008, ano em que o número de hectares chegou a 6.568.755, em 2009 há um aumento para 15.116.590 no ano seguinte,

ou seja, 130,16% de hectares aumentados. Em 2010 houve uma pequena queda nesta quantidade e novo acréscimo em 2011, chegando a 14.410.626 registrados.

No que se refere especificamente ao Maranhão, analisando os levantamentos realizados pela CPT de 2006 a 2011, observa-se um crescimento quase sistemático dos conflitos registrados pela entidade, pois em 2006 foram registrados 66 casos, atingindo 3.941 famílias e um total de 229.338 hectares de terra (CPT, 2007, p.29); números estes que subiram no ano de 2007, quando ocorreram 76 registros, com 5.818 famílias, envolvendo 649.723 hectares (CPT, 2008, p.25).

Já em 2008 foram registrados 72 conflitos, envolvendo 4.412 famílias (CPT, 2009, p.35), enquanto em 2009, os registros apontam 112 casos de conflito no campo, envolvendo 38.627 pessoas (CPT, 2010, p.38). No ano seguinte, 2010, os conflitos chegam a 199, com 77.896 pessoas envolvidas (CPT, 2011, p.34). No último ano com registro de conflitos, 2011, a CPT registrou 251 casos de conflitos, nos quais se encontravam envolvidas 64.394 pessoas. (CPT, 2012, p.37).

Registro que os dados organizados pela CPT não apresentam o tamanho total das áreas envolvidas nos conflitos no campo no Maranhão nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011, impossibilitando uma análise sobre o avanço deste problema específico.

Mais recentemente o aspecto da violência no campo vem sendo engendrado de forma articulada entre setores empresariais que representam o agronegócio e setores sociais conservadores da sociedade, como a grande mídia nacional, parte do judiciário brasileiro e grupos parlamentares representantes dos interesses do setor patronal do campo nas esferas municipais, estaduais e nacional. Por conta da mais recente articulação entre estes sujeitos, foi deflagrada uma campanha de criminalização dos movimentos nacionais.

Destacado papel desempenha o Estado na reestruturação produtiva no campo, enquanto sujeito mediador entre as classes, protagonizando políticas deliberadas para o controle social e defesa dos interesses do capital. O Estado segue duas direções neste processo: por um lado, estimula e possibilita a “ofensiva destrutiva do capital” e por outro lado, busca frear o poder de mobilização e confronto dos trabalhadores do campo, no sentido da luta pela terra. (THOMAZ JR, 2002, p.12)

No que tange à questão do trabalho no campo, Carneiro (2008), comparando os indicadores do IBGE no período de 1985 a 2006, mostra que, no que se refere à

ocupação e emprego no Maranhão, pode se verificar nitidamente uma queda vertiginosa no contingente produtivo tanto de produtores familiares camponeses quanto do pessoal ocupado assalariado, como se constata na tabela 19.

TABELA 19: Evolução da ocupação e do emprego na agropecuária maranhense (1985-2006)

	1985	1995	2006	Varição 1985/1995	Varição 1995/2006
Total de Ocupados	1.672.820	1.331.864	994.144	- 340.956	- 337.720
Produtores Familiares	1.553.313	1.061.992	802.362	- 491.321	- 259.630
Empregados	111.261	253.470	191.775	+ 142.209	- 61.695
Outros	8.246	16.402	-----	+ 8.156	-----

Fonte: CARNEIRO (2008) extraído do IBGE – Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006.

Conforme pode ser observado, os números expressam de forma alarmante a queda na ocupação na agropecuária, pois de 1985 a 1995, ou seja, por um período de dez anos, houve uma queda no número de ocupação em torno de 20% do total, o que foi seguido nos outros 11 anos por uma queda em mais de 33%.

Apesar de considerar a preliminaridade dos dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006, o que não permite a identificação dos determinantes desta diminuição de postos de trabalho, ou seja, que não é possível estabelecer de forma precisa as correlações entre ocupação e/ou emprego por tipo de produção ou mesmo por tamanho de área cultivada, o autor mencionado entende que

... essa dificuldade de reprodução da agricultura familiar está relacionada com o avanço de outros agentes sociais (pecuaristas, sojeiros, empresas guseiras, especuladores imobiliários, etc) sobre suas áreas, mas também está associada a problemas que dizem respeito ao tipo de áreas que foram desapropriadas e à qualidade do apoio (assistência técnica, financiamento, políticas públicas) que lhe é prestado. (CARNEIRO, 2008)

Ou seja, o autor indica em suas hipóteses dois elementos fundamentais para a compreensão da questão agrária atual no Maranhão e que já vêm sendo apontados ao longo deste texto: o avanço da prática capitalista na produção agropecuária, cuja estrutura se apoia na concentração e expropriação da terra; e o papel do Estado, enquanto sujeito mediador entre as classes sociais do campo.

Assim é que o metabolismo do capital chega ao campo, as empresas e grandes corporações capitalistas adotam as formas não convencionais de trabalho, as práticas da acumulação flexível, ou seja, no campo as grandes e pequenas empresas do setor agrícola também utilizam formas precarizadas de trabalho, como o trabalho informal, jornadas extensas e intensas, o trabalho degradante, o trabalho infantil, utilizam tecnologias avançadas e dispensam força de trabalho, usam o trabalho análogo ao trabalho escravo, proporcionam também condições precarizadas de trabalho, como falta de estrutura, oferecem deslocamento em transportes precarizados e muitas vezes ilegais, como acontece com o deslocamento de trabalhadores rurais do Maranhão para atividades agropecuárias fora do estado, a exemplo do que acontece com o corte de cana na região sudeste do país, para onde rumam milhares de camponeses expropriados de suas condições de trabalho no estado.

São os migrantes da terra, assim denominados por Silva (2011), quando este trata da migração como alternativa que vem sendo historicamente criada para a reprodução social camponesa. Explicando o uso do termo, seguindo a perspectiva teórica de Ribeiro (1995), o pesquisador esclarece que este

... é usado para fazer referência às populações de trabalhadores do campo que, historicamente, migram na condição de vítimas da questão agrária. Neste sentido, como exemplo de “migrantes da terra” podemos pensar nas comunidades originárias que aqui se encontravam quando da chegada dos portugueses, as quais, pressionadas pelo avanço da colonização, precisaram se deslocar continuamente para o interior do país em busca de novos territórios. Também os negros africanos viveram a condição de “migrantes da terra”, arrancados de suas terras e transformados em força de trabalho escrava, longe de seus lugares de origem. (RIBEIRO, 1995).

Atualmente, estes migrantes podem ser encontrados em todas as regiões do país, constituindo a classe camponesa expropriada de suas condições de trabalho e da própria terra pela dinâmica contemporânea, cujas expressões podem ser percebidas nas questões apresentadas pelos quilombolas, sem terra, indígenas, caiçaras, extrativistas. (SILVA, 2011, p.19)

O estudo feito pelo autor trata da dinâmica migratória em assentamento de reforma agrária do Maranhão e questiona por que e como se dá a migração em um assentamento que em tese é atendido por programas que compõem a política de reforma agrária. Em sua análise, fica clara, dentre outros fatores, a ausência do Estado e da efetividade das políticas ali implementadas. Apesar do estudo localizado, pode-se dizer que a situação encontra-se generalizada no estado, considerando o quadro comum de desatenção nas áreas de reforma agrária. Em regra, a fragilidade da aplicação dos já

frágeis programas sociais não conseguem consolidar o processo de organização e reprodução das famílias no assentamento, fazendo com que as famílias assentadas precisem buscar alternativas fora do assentamento.

A migração, portanto, também alcança o assentamento Califórnia, de onde seguem muitos moradores para atividades externas, seja na própria sede do município, em atividades variadas, desde o trabalho doméstico até atividades comerciais e bancárias; seja em municípios vizinhos ou mesmo em outros estados.

Com a inserção cada vez mais intensa de empresas e corporações nacionais e transnacionais do agronegócio, se concretiza importante fenômeno do capitalismo em sua fase atual: a monopolização do território. Nesse processo, os agentes do capital se instalam e tomam conta de áreas consideradas estratégicas para o capital e monopolizam o território ao determinarem o processo produtivo na região, além de que agem

... sujeitando a renda da terra ao capital e, ao possuírem seus tentáculos em diferentes setores produtivos, o fazem seja através da venda de sementes e insumos (capital comercial), seja através da compra dos produtos para serem processados (capital industrial) seja ainda, em alguns casos, adiantando parte dos recursos necessários para serem investidos ao processo produtivo (capital financeiro). Tal ação tem como resultado um processo de industrialização da agricultura, seja através da intensificação do uso de maquinários e insumos industrializados, seja através da subordinação da agricultura aos desígnios da indústria alimentícia. (MARCOS, 2008, p.210)

Isto significa que estas empresas controlam a cadeia produtiva nas regiões nas quais se estabelecem submetendo famílias camponesas através do fornecimento de sementes e fertilizantes, por exemplo; concedendo empréstimos para a compra de equipamentos e material diverso necessário à produção; e comprando suas safras com os devidos descontos dos empréstimos feitos. Ao aceitarem tal relação, as famílias integradas ao processo produtivo expõem-se à vulnerabilidade e dependência que se dá em alguns aspectos. Primeiramente, a integração das famílias camponesas lhes tira a própria essência camponesa, pois enquanto camponês mantém um vínculo com o mercado, porém a comercialização de seus produtos se dá após o atendimento das necessidades básicas de sua família, é ele quem define o tipo e a quantidade de sua produção.

E, no caso de sua integração à cadeia produtiva sob controle empresarial capitalista, o processo se inverte: agora o camponês passa a produzir o que, quanto e

quando, seguindo um planejamento da empresa; a prioridade da produção da família deixa de ser seu sustento e passa a ser o atendimento à demanda produtiva da empresa, pouco importando as condições de atendimento às necessidades internas familiares. Assim, se antes a família camponesa primeiramente atendia suas necessidades básicas e depois vendia o excedente, a ordem se inverte e a prioridade passa a ser não mais a fome da família, mas a fome do capital.

Outro aspecto é que ao integrar-se a esta cadeia produtiva, a comercialização da produção da família (animais ou grãos) para a empresa integradora é condição básica, assim, os preços a serem repassados ao produtor segue dois aspectos: por um lado, necessariamente não segue o valor de mercado, pois de qualquer maneira o preço é definido em uma esfera fora de controle da família produtora, que não tem muito poder e/ou margem de negociação; e por outro lado, no valor recebido pela família encontram-se descontados os empréstimos e adiantamentos feitos pela empresa para compra de insumos e maquinários. Assim, os empréstimos e adiantamentos que deveriam constituir fator de segurança revelam-se perniciosos e degradantes, uma vez que pouco importa em que condições a família está efetuando este pagamento.

Tal processo de integração produtiva agropecuária é típico de cadeias produtivas como a produção de suínos, frango, fumo e outras; prática esta muito comum e intensiva nas regiões sudeste e sul do país. Porém, se no Maranhão tais formas de submissão da produção camponesa não acontecem pela integração das famílias à cadeia produtiva, isto não significa que a submissão a que se encontra a agricultura familiar camponesa seja menor ou menos intensa no estado.

A entrada do capital internacional em terras brasileiras não constitui novidade, pois faz parte da historicidade do país, no entanto o atual interesse por esta parte do planeta e em especial, por terras da região Amazônica, leva-nos a concordar com a ideia de que

... não era um devaneio dos organismos internacionais como FAO, Banco Mundial e BID quando afirmavam, desde há alguns anos e em diversos documentos, que havia a possibilidade de se incorporar de 150 a 200 milhões de hectares de terras rurais no Brasil ao processo de expansão da produção de *commodities* sob o controle de grandes empresas do agronegócio burguês, considerando-se que a reforma agrária já estava efetivamente excluída da pauta política desde o ano 2000, apesar das lutas sociais pela terra. (CARVALHO, 2008, p.36)

Tais processos produtivos, desencadeados na lógica da economia neoliberal, trazem em si o avanço do capital no campo, agora com práticas reorganizadas de produção e trabalho, aprofundando a questão agrária, ao invés de saná-la, só que se apresentando com novas roupagens e novas configurações. No campo, a reestruturação do capital mostra sua eficácia no sentido da acumulação, através de práticas que se apresentam com uma heterogeneidade produtiva, na qual o capital vai estabelecer relações de trabalho que lhe são típicas, porém, também se utilizando de práticas que lhe são completamente alheias sob o ponto de vista conceitual, estabelecendo, com isso, relações contraditórias para o seu próprio desenvolvimento.

Observa-se ainda que a nova hegemonia do setor agropecuário brasileiro, na sua forma de agronegócio, fere frontalmente os direitos das massas trabalhadoras do campo e especificamente, expropria o camponês de suas formas e condições tradicionais de trabalho. Portanto, o agronegócio, como a representação mais pura da atual hegemonia do capital no campo expressa o que há de mais contemporâneo na questão agrária brasileira, sendo então necessário refletir sobre esta dinâmica produtiva e suas repercussões nas relações de trabalho e quais os desafios que este impõe para a resistência camponesa.

Neste sentido, as reações contra as estratégias e implicações da reestruturação do capital na agricultura se fizeram acontecer, sendo, por exemplo, marcantes para a sociedade mundial a manifestação dos mais variados grupos e organizações sociais contra a reunião da OMC em Seattle (1999). Em Cancun (2003), o camponês coreano Lee Kyung Hae cometeu suicídio, como ato extremo de denúncia das práticas devastadoras a que se encontra submetida a agricultura camponesa. Com seu suicídio, o camponês Lee queria chamar a atenção internacional para o elevado índice de suicídios entre agricultores de países submetidos à liberalização comercial. Seu ato extremo aconteceu sob o cartaz que denunciava “A OMS mata os camponeses!”.

Contra as orientações ideológicas representadas pela OMS, a Via Campesina organiza a internacionalização da luta camponesa. A importância política da Via, para a discussão dos interesses e classes contraditórias no campo, está no fato de “compartilhar o princípio de que os pequenos agricultores não só devem lutar para sobreviver no meio rural, mas que também devem liderar o processo de transformação ou substituição desse sistema [capitalista] (BELLO, 2007)

É importante observar que apesar da intensificação do avanço do capitalismo no desenvolvimento da produção agropecuária no campo maranhense, tal processo não acontece de forma harmoniosa como muitas vezes pode parecer. Seguindo a lógica dicotômica do capital, as relações estabelecidas entre as classes sociais do campo se pautam em uma dinâmica de contradições e complexidades, que tem por base a defesa de seus interesses.

Porém, as lutas e resistências no Brasil são fenômenos anteriores ao período escravocrata, pois os povos originários aqui existentes já desenvolviam estratégias e mecanismos de resistência e luta. Realizaram verdadeiras batalhas, combatendo bravamente para evitar a perda de seus territórios e sua escravização pelos colonos portugueses. A luta e resistência indígena foram importantes elementos que dificultaram o processo de colonização brasileira, fato este minimizado com a estratégia adotada pelos europeus de promover a luta e disputa interna entre as tribos e nações indígenas, sendo vários os episódios que marcaram as investidas dos colonizadores e contra-ataques indígenas. Mas,

... o fato é que os indígenas brasileiros não aceitaram perder seus campos de caça e coleta, para as plantações, nem o regime de escravidão, iniciados em 1530. Rebelaram-se violentamente, tanto contra a ocupação de seus espaços, quanto contra as tentativas de escravização. São razoavelmente conhecidas a Confederação dos Tamoios, no litoral sudeste, entre 1555 e 1567, a Guerra dos Bárbaros, no Nordeste, entre 1683 e 1710, a Guerra dos Manaus, entre 1710 e 1717, e a Guerra dos Guaranis, entre 1760 e 1767. (POMAR, 2009, p.31)

Neste sentido, apesar do processo de aprisionamento e escravização indígena, a resistência dos povos aqui existentes foi muito importante para que se desse a reorganização da produção na Colônia, sendo esta força de trabalho substituída gradativamente pelo negro escravo africano. Tal processo de substituição acontece também pelo mercado escravista formado então.

Os negros trazidos do continente africano, aqui usados como força de trabalho escrava, desde o início estabeleceram relações caracterizadas por grandes e intensos conflitos. As estratégias de resistência e enfrentamento ao cativo provocam interesse no mundo acadêmico; são cantadas em versos e prosas e, principalmente, inspiram a organização e luta pela terra e pela identidade negra até hoje. A história brasileira não poderia ser contada sem os nomes de Zumbi de Palmares, Ganga Zumba e tantos outros negros. O quilombo, considerado

... incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. (MOURA, 1972, citado por. FIGUEREDO, 2004, p.373)

Como dito antes, outras importantes expressões da luta camponesa são a “guerra” de Canudos (1896 – 1897) e Contestado (1912 – 1916), dois movimentos importantes contra o latifúndio e o imperialismo mundial. Mais recentemente, a historiografia mostra a importância das Ligas Camponesas, organizadas nas décadas de 1950 e 1960, principalmente no Nordeste brasileiro, na luta contra os desmandos e truculência que caracterizava o latifúndio na época. A perspectiva organizativa das Ligas contribuiu com a forma de luta sindical e dos novos movimentos que passam a se organizar desde então, como o Movimento Sem Terra, cuja importância política e proposições organizativas têm estimulado a organização e o enfrentamento político do campesinato brasileiro às investidas do capital no campo, assim como provocado muitos debates e discussões acadêmicas sobre a problemática agrária.

O MST, surgido na efervescência da luta pela redemocratização do país, deve ser considerado como “resultante de um processo histórico da formação do campesinato brasileiro, tendo sua gênese determinada por fatores econômicos e políticos.” (SILVA, 2011, p.47). E, neste sentido, assume papel relevante no enfrentamento tanto ao latifúndio quanto ao capital. Com caráter sindical, não limita sua atuação junto às famílias sem terras, pois compreende a luta na perspectiva de classe; assim, busca articular-se tanto com os outros movimentos e organizações de luta pela terra, como com os movimentos e organizações urbana.

O assentamento Califórnia resulta, assim, desta luta e reivindicação pela terra. E, enquanto assentamento de reforma agrária, expressa as contradições existentes entre o MST, sujeito organizador no campo e, o Estado. Neste sentido, a reforma agrária, enquanto ação mediadora do Estado frente aos conflitos do campo, constitui “um conjunto de medidas estruturais que visam alterar o sistema de distribuição da propriedade privada da terra” (LERRER, 2003, p.234). Com dimensões sociais, econômicas e políticas, os programas de reforma agrária comportam ações de infraestrutura, de produção e de formação.

Desde os primórdios da colonização brasileira a posse e o controle da terra encontram-se, política e economicamente, associados à riqueza e ao poder. Seja através do uso e posse outorgados pela Colônia aos seus representantes, doados às ordens religiosas, ou como recompensa aos desbravadores e conquistadores, a terra despertou a cobiça, ainda que não tivesse como destino a produção, constituindo então, o sistema de latifúndios, no qual os latifundiários estabeleciam relações com outros sujeitos sociais como o pequeno proprietário, o arrendatário ou o parceiro ou meeiro, que buscavam possibilidades de acesso à terra para produzir. Em termos de uso, as grandes extensões de terra se mantinham em duas perspectivas principais: manterem-se ociosas ou dedicarem-se à produção lucrativa para o mercado externo. Neste sentido, as duas perspectivas apresentadas dificultavam sobremaneira a necessidades dos que não tinham acesso ou direito à terra.

O direito à terra, legalmente constituído, no sentido da propriedade privada tem como marco histórico a Lei de Terras de 1850, a qual já foi abordada. A referida legislação sobrepuja tal direito ao direito à vida, constituindo-se na legalização do modelo concentrador da estrutura fundiária do país, pois “ ‘regularizou’ a posse de grandes fazendeiros remanescentes do período colonial, e somente destes, determinando que novas posses só poderiam acontecer mediante a compra” (SANTOS, 2010, p.35). Assim se colocando, legitimava, por outro lado, a necessidade da reforma agrária. Em outras palavras, se a concentração fundiária é considerada como histórica, assim também o é a luta pela terra.

A luta pela terra, enquanto tal, compõe a história nacional, através de confrontos estabelecidos contra grandes latifúndios de forma direta ou indireta. No entanto, enquanto reforma agrária, esta luta só foi reconhecida na década de 1960, com o Estatuto da Terra, lei de nº 4.504, datada de 30 de novembro de 1964, considerada a primeira de reforma agrária brasileira.

A desapropriação de terras tem sido fundamental para a criação e implantação de assentamentos rurais. A importância deste mecanismo do poder público está nas condições históricas do país que nunca permitiram alternativa para a realização da reforma agrária. Contraditoriamente, setores conservadores do campo buscam fortalecer o processo de exclusão das famílias camponesas, através de sua expropriação e expulsão.

Historicamente esta lei apresenta um significado importante e para sua melhor compreensão, considero necessária uma breve discussão teórica sobre o assunto, no sentido de ficar explicitado que reforma agrária está sendo tratada neste trabalho. Entendida como assunto de grande importância política, social e econômica, a reforma agrária tem despertado interesses acadêmicos, portanto, muitas são as concepções defendidas a respeito, as quais buscam, via de regra, analisar suas consequências enquanto política pública.

Nas divergências identificadas entre as concepções, existem os analistas que consideram a reforma agrária como geradora de mudanças estruturais na sociedade capitalista, assim como aqueles que a defendem como fomentadora da produção capitalista. Tais divergências apresentam-se importantes, na medida em que as concepções teóricas influenciam de forma direta nos tipos e formas de reforma agrária adotadas pelos diferentes governos, afinal, apesar de muitos intelectuais propagarem neutralidade teórica, a concepção aqui defendida é que toda teoria expressa em si, o compromisso ideológico do pensador.

De forma divergente para os estudiosos, um dos pontos centrais está na relação estabelecida entre o acesso à terra e o desenvolvimento, sendo que para alguns, esta relação para ser positiva devem as ações e programas de reforma agrária responder ao crescimento econômico do país, entendimento este que tem por base a “herança” dos ideais da tecnificação moderna que orienta o desenvolvimentismo desde a década de 1950; enquanto que para outros a centralidade se encontra na democratização da terra como estratégia de combate às desigualdades sociais e, de forma especial, a pobreza que caracteriza o campo brasileiro.

Apesar de constituir questão importante na atualidade, estudo documental realizado por Stédile (2005, p.14) aponta que

... a primeira manifestação real a concluir que o Brasil tinha um grande problema agrário – representado pela concentração da propriedade privada da terra (provocada pela aplicação da lei de terras desde 1850) – foi realizada pela bancada eleita pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, na Constituinte de 1946 e defendida em plenário por seu líder maior, o senador e capitão do Exército, Luiz Carlos Prestes, propondo um programa de reforma agrária para resolver aquele grande problema.

A partir de então, segundo o estudioso, muitas foram as manifestações e propostas em torno da reforma agrária, todas permeadas pelo ideário político de seus proponentes, ou seja, umas contendo valores e conceitos conservadores e, outras,

apresentando viés mais progressista. Por conta destas diferenças e para melhor compreender o atual contexto da reforma agrária, apresento de forma breve uma síntese dos documentos apresentados pelo estudo em referência.

Em seu discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte para apresentar a Proposta de Reforma Agrária da Bancada do PCB na Constituição de 1946, o então senador Luiz Carlos Prestes identifica “no monopólio da terra, na propriedade privada da terra e na concentração da propriedade”, as causas para o “atraso” brasileiro (STÉDILE, 2005, p.17), fazendo então uma “radiografia” da situação socioeconômica brasileira da época, da qual ele conclui que do “exposto, só cabe uma conclusão: sem uma redistribuição da propriedade latifundiária, ou, em termos mais precisos, sem uma verdadeira reforma agrária não é possível debelar grande parte dos males que nos afligem” (STÉDILE, 2005, p. 21)

Em termos propositivos, a referida Bancada sugeriu emendas constitucionais à Assembleia, diretamente relacionadas à reforma agrária. Primeiro, tratando do direito à propriedade privada, discorrendo que

É garantido o direito de propriedade, desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta Constituinte ou ameacem a segurança nacional. (STÉDILE, 2005, p.26)

Sobre a reforma agrária propriamente dita, a proposta tratava que

As terras aproveitáveis para exploração agrícola ou pecuária, não utilizadas, nas zonas de maior densidade demográfica e à margem das estradas de ferro e de rodagem, bem como as terras beneficiadas por obras públicas e as grandes propriedades mal utilizadas ou abandonadas, passarão ao Estado, mediante lei especial, para que, da mesma sorte que as terras devolutas, sejam distribuídas gratuitamente aos camponeses sem terra. (STÉDILE, 2005, p.27)

Como podem ser observadas, as indicações dadas pelo PCB mostravam-se bastante progressistas, considerando o poder “inquestionável” historicamente sacralizado do direito à propriedade privada em si quanto da concentração da terra, ainda que improdutiva, dos latifúndios. Seguindo os estudos de Stédile (2005), em 1950, religiosos católicos do interior, articulados a fazendeiros, se manifestam pela primeira vez sobre a situação precária do campo. Reconhecem a gravidade da problemática agrária e questionam a respeito conforme abaixo.

Merecem o nome de casa os casebres onde moram? É alimento a comida de que dispõem? Podem-se chamar de roupas os trapos com

que se vestem? Pode-se chamar de vida a situação em que vegetam, sem saúde, sem anseios, sem visão, sem ideais? (STÉDILE, 2005, p.31)

No entanto, preocupados estavam com os “agitadores” e o espectro comunista da revolução que se achegavam ao campo. E, expondo as reflexões da Primeira Semana Ruralista, em carta aberta assinada por Dom Inocêncio Engelke, em nome da Ação Católica Rural, ligada à Ação Católica Brasileira, apelam por um “programa mínimo de proteção social”, considerando

... ser inadiável humanizar a vida do colono a quem deverão ser concedidos, além de uma participação indireta nos lucros extraordinários da empresa agrícola, condições para que tenham real acesso à propriedade, legítima aspiração a que tem direito toda família do agricultor sem terras, especialmente num país e em Diocese qual a nossa, onde ainda há, graças a Deus, muitas áreas economicamente desaproveitadas ou parcialmente exploradas. (STÉDILE, 2005, p.35)

Apesar da defesa de um programa de reforma social agrária aos “desvalidos” do campo, em nenhum momento a carta em pauta identifica a concentração da terra como a causa das condições difíceis em que as famílias camponesas se encontram e, dentre as sugestões feitas nenhuma sugere a democratização da terra. Para o grupo são necessárias medidas como

... sadia e inteligente política de importação e exportação; a urgência de crédito agrícola que facilite a racionalização da produção e do pastoreio; o acerto em matéria imigratória; a planificação extrapartidária de problemas vitais como estradas, energia, rede escolar; o incremento de iniciativas particulares em articulação com organismos estatais, paraestatais e particulares, a visão dos problemas agrícolas em ligação com problemas industriais; e enquadramento das situações municipais, no plano estatal, das situações estaduais no plano nacional e da situação nacional em plano humano e cristão. (STÉDILE, 2005, p.35)

Em 14 de abril de 1954, o então deputado federal Coutinho Cavalcanti, do Partido Trabalhista Brasileiro, do estado de São Paulo, apresentou o primeiro projeto de reforma agrária, sob o número 04389. Político de orientação marxista, o deputado propunha o combate ao latifúndio através de “uma justa distribuição da propriedade”. O projeto trazia elementos para uma reforma agrária para além da distribuição de terras, propondo ações de proteção ambiental e social, a exemplo do seu artigo 97, que diz

No loteamento de imóvel rural, promovido pelo poder público ou por particular, far-se-á, obrigatoriamente, reserva da área necessária para:

- a) reflorestamento para defesa de mananciais;
- b) formação de parques florestais e abrigos para a fauna silvestre;

- c) localização de escolas, postos agropecuários, cooperativas ou outra obra pública ou social julgada necessária pela Comissão Agrária Municipal ou pelo Instituto Agrário. (STÉDILE, 2005, p.48)

Composto por 250 artigos que tratavam dos mais diferentes aspectos da questão, o projeto tramitou na casa legislativa até 15 de abril de 1971, sendo então, arquivado, onze anos depois de sua morte em pleno governo militar.

Neste período, fluente debate sobre a reforma agrária foi travado na sociedade. Eram intelectuais, partidos políticos, Igreja e, todos os grupos com divergências ideológicas internas permeando a discussão entre os mais conversadores e os mais progressistas. Os camponeses, parte mais interessada na questão, viviam intenso processo de organização, a exemplo do que acontecia na região Sul, com a luta política de movimentos como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), criado em 1960 no Rio Grande do Sul e as Ligas Camponesas no Nordeste.

Articulados nacionalmente, os camponeses se manifestam e em 1961, em carta-declaração do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas⁵¹, buscando definir aspectos centrais para caracterizar a situação do campo. Identificam no documento, o monopólio da terra e os grandes latifúndios como “entrave decisivo ao desenvolvimento nacional”, significando este entrave, baixa produtividade da agricultura, alto custo de vida e, formas diversas de exploração, ao estilo semifeudal, “que escravizam e brutalizam milhões de camponeses sem terra”.

Como contraponto, manifestam “sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical” e exigem uma “reforma agrária, efetivamente democrática e progressista”, em cujos preceitos constam uma “radical transformação da atual estrutura agrária do país”; “a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios” e, a garantia de “acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar”. (STÉDILE, 2005, p.76)

Sujeitos de uma realidade bastante difícil, os camponeses associam à reforma agrária suas condições de vida e de trabalho, vendo na organização política possibilidades de melhorias de vida. Neste sentido, exigem respeito ao “direito de organização independente dos camponeses”; a aplicação da legislação trabalhista então

⁵¹ O I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado no período de 15 a 17 de novembro de 1950 teve a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB's, como principal organizadora, contando com a participação do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER e as Ligas Camponesas. Compuseram o encontro, movimentos sindical urbano, estudantil e políticos. Dentre personalidades presentes, destaque para o presidente da república da época, João Goulart, com seu primeiro-ministro, Tancredo Neves e, o então governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

existente e elaboração de uma adequada à realidade do campo; “garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semiassalariados do campo”. (STÉDILE, 2005, p.76/7)

Os camponeses, vivenciando contexto de intensos conflitos agrários não viam alternativas a não ser a luta e a organização. Pressionadas pelo latifúndio, vivendo em condições de muitas adversidades, cujos indicadores sempre muito baixos, encontravam-se como “cidadãos sem pátria”, em um quadro de pobreza e miséria, sem terem garantidos os direitos do homem cidadão comum, encontraram na luta política simbolizada pela luta pela terra, a oportunidade de superação das desigualdades sociais em que se encontravam.

Cinquenta e um anos depois, em 2012, sem a realização de uma reforma agrária efetiva no país, perduram a estrutura agrária concentradora e o predomínio do latifúndio; no campo ainda se concentram os piores indicadores sociais e a pobreza e, para denunciar as mazelas que assolam o campo na atualidade, os camponeses estiveram reunidos no que foi chamado popularmente de II Encontro Camponês, o que será abordado mais abaixo.

Em 1963, mais um projeto de lei de reforma agrária foi apresentado à Câmara Federal. Sob o número 120, o então deputado federal Leonel Brizola e outros deputados da Frente Parlamentar Nacionalista defendiam a correção dos “defeitos da atual estrutura agrária eliminando formas antieconômicas e antissociais de propriedade e de uso da terra”, defendendo como um dos mecanismos para tal, a “desapropriação por interesse social.” (STÉDILE, 2005, p.82/3). Importante destacar que tal projeto apontava a necessidade de um Plano Nacional de Reforma Agrária, ao qual, de responsabilidade do órgão executor da reforma agrária, caberia definir as ações e indicar os meios referentes à execução da reforma.

Em termos governamentais, João Goulart, em 1963, foi o primeiro governante a propor um projeto de reforma agrária para o país. Em tempos de intensificação dos conflitos pela terra e de pressão popular por reformas feitas por movimentos e organizações com influências do PCB, o então presidente responsabilizou a questão agrária pela situação de desigualdade social que imperava no país.

Poucos dias antes do golpe civil-militar, o então presidente, no famoso discurso do dia 13 de março de 1964, se pronunciou prometendo as denominadas “reformas de

base”, em resposta às reivindicações sociais, evitando assim, a insatisfação popular e suas conseqüências, tudo isto na perspectiva da “contrarrevolução permanente” (FERNANDES,1975, p.354). Ou seja, com o *glamour* do populismo, garantia a ordem social competitiva, mantendo a tradição histórica das classes dominantes brasileiras de prevenir as revoluções sociais.

A pretensão real das reformas era garantir o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a responsabilidade do responsável pela pasta econômica, Celso Furtado, para quem as referidas mudanças eram consideradas indispensáveis ao desenvolvimento do “capitalismo nacional” e “progressista”. Com tendências nacionalistas, Goulart pretendia um programa nacionalista e reformista, que “consistia em reforçar a participação de capitais nacionais e estatais em setores estratégicos da economia, reservando ao capital estrangeiro uma posição secundária” (ALENCAR, 1994, p.379)

Em um contexto de franca expansão do capitalismo mundial, o que se dava com a abertura de novas fronteiras comerciais, a proposta de reforma agrária constituía forma de ampliar a dinâmica capitalista, fazendo-a chegar ao campo, como algo

... indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas também para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Interessa, por isso, também, a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o país possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo. (STÉDILE, 2005, p.105)

Desse modo, o Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964, apresentado em praça pública, possibilita a desapropriação de áreas com mais de 500 hectares localizadas às margens de rodovias e ferrovias federais; e com mais de 30 hectares localizadas em bacias de irrigação e drenagem dos açudes de propriedade pública federal. Porém, tal postura presidencial

... causou o temor daqueles que eram contrários à reforma agrária, por mexer com a propriedade da terra, fonte não só de riqueza como principalmente de poder e por ser relacionada por muitos como uma medida de caráter comunista. (COCA, 2011, p.56)

As mudanças com as reformas de base implicariam profundas mudanças em áreas sociais fundamentais como a educação, a economia e o campo. Com ênfase na questão agrária, Goulart explorou problemas incrustados na estrutura de poder, herdada

do período colonial, que tinham como base relações que em um dos extremos o padrão acarretava riqueza, poder e privilégios; e no outro encontrava-se a pobreza, o analfabetismo, a doença e a subordinação. O presidente também atacou a democracia demagógica de setores muito conservadores da sociedade, como a setores da Igreja e parte da classe média.

Efetivamente, em termos de ação, foi criada a Superintendência de Política Agrária – SUPRA, órgão responsável pelo processo de desapropriação de terras e outros procedimentos referentes. Como saldo para a reforma agrária, no governo João Goulart, no período de 1961 a 1963, foram obtidos 06 assentamentos, sendo atendidas 1.804 famílias numa área de 21.960 hectares e; criado apenas 01 assentamento, com 640 famílias, numa área de 8.641 ha, conforme informa Coca (2011, p.57).

Das reformas de base, o maior empecilho às pretensões presidenciais era a realização de uma ampla reforma agrária no país, pois o dispositivo constitucional existente determinava a indenização das desapropriações mediante pagamento em dinheiro, o que Goulart chamou de “negócio agrário”, propondo que na reforma fosse permitido o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública. O desfecho da “intentona” foi o marco histórico golpista que levou o país a mais de vinte anos de ditadura, com suas conseqüências antidemocráticas e obscuras.

E, se a reforma agrária, enquanto pretensão governamental constituiu aspecto muito importante para o golpe instituído no país, os militares, contraditória e estrategicamente, criaram, ainda em 1964, ano do golpe, a Lei nº 4.504, em 30 de novembro, o Estatuto da Terra, primeira lei de reforma agrária brasileira.

Com uma política de perseguição aos movimentos e organizações sociais, medidas repressivas foram tomadas tanto na cidade quanto no campo. Muitas lideranças e inúmeros militantes foram cruelmente silenciados, fosse pela tortura nos “porões da ditadura”, fosse pelo extermínio. E, frente à insatisfação popular ao autoritarismo implantado, como estratégia, os governos militares se empenharam no crescimento econômico do país e, para tanto, possibilitar o avanço do capitalismo no campo seria de extrema importância.

Nesta perspectiva, para fins de execução da reforma agrária e promoção da política agrícola, a medida legislada incrementaria o processo criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

– INDA, para substituírem a SUPRA, superintendência criada pelo governo deposto. Cria ainda o Grupo Executivo de Reforma Agrária – GERA, que comporia o poder público na responsabilidade de realizar a reforma agrária, o cadastro de imóveis rurais existentes e administrar as terras públicas federais.

O Estatuto é considerado bastante contraditório, mas, enquanto lei, parece bastante progressista, até porque foi criada por um governo militar que, entre outras medidas, destituiu a reforma agrária; além de ter empreendido uma perseguição sistemática aos movimentos e organizações de luta pela terra. O caráter progressista da medida legislada encontrava-se no cadastramento de todas as propriedades rurais do país; no condicionamento da utilização social da propriedade da terra, rompendo com o direito absoluto sobre ela; classificação geral das propriedades, considerando, tamanho, utilização e capacidade de produção. (STÉDILE, 2005, p.147/8). Em seu primeiro artigo, o referido Estatuto considerava reforma agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, em diante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. (BRASIL, 1989, p.01)

E mais: destinou para fins de reforma agrária, por um lado, as propriedades classificadas como minifúndio, com o propósito de reagrupamento de área e, por outro lado, os latifúndios para a distribuição de terras. Regulamentou dispositivos que possibilitavam que as desapropriações para fins de reforma agrária sejam pagas através de Títulos da Dívida Pública (TDA's), sendo em dinheiro apenas as benfeitorias; decretou a obrigatoriedade do pagamento do Imposto Territorial Rural – ITR; estabeleceu a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária e; definiu imóvel rural, propriedade familiar, módulo rural, latifúndio, minifúndio, empresa rural e parceleiro.

Colocado em seu artigo 16, o Estatuto apresenta como objetivo

... estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (BRASIL, 1989, p.06)

E, assim, com as medidas previstas, os militares atacavam em duas frentes: fomentariam a integração do campo ao capitalismo em expansão e manteriam sob controle os conflitos no campo, garantindo, assim, a estabilidade política e social exigida pelo capital internacional. De maneira geral, ficou evidenciado

... que no decorrer do regime militar a opção pela modernização do latifúndio prevaleceu em relação à reforma agrária. Foram adotadas políticas visando incentivar a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; o trabalho humano cedeu espaço ao mecanizado, causando êxodo rural; foi intensificado o uso de produtos químicos etc. As ações de reforma agrária não aconteceram de maneira a alterar a estrutura de posse e poder no campo, medidas de desapropriações de terras foram tomadas apenas topicamente. (COCA, 2011, p.59)

Em detrimento da agricultura camponesa,

... o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrochava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. (FERNANDES, 1999, p. 31)

No período dos governos militares (1964 – 1985), no que se refere à aplicação da reforma agrária, foram obtidos 728 assentamentos rurais, os quais atenderam 235.666 famílias, que ocuparam uma área de 24.907.186 hectares de terra e; criados 63 assentamentos, com 116.729 famílias em um total de 9.839.679 hectares, conforme indicam as pesquisas feitas por Coca (2011, p.61/2). De forma geral, estas ações governamentais

... do ponto de vista das populações pobres e sem-terra, com pouca terra e/ou com acesso precário a esta – público típico de reforma agrária – as avaliações efetuadas sobre estes programas mostraram a ineficiência da ação governamental para beneficiá-la. O precário à terra, a insuficiência de terra, as falhas das políticas de apoio – fomento, crédito, extensão rural etc. – e as relações sociais predominantes nas áreas foram as principais causas apontadas para fraco desempenho das intervenções. (FERREIRA e outros, 2008, p.160)

No entanto, apesar das estratégias econômicas do período, efetivadas com o avanço do capitalismo no campo, se fez ver o aumento da pobreza e da concentração da riqueza. A modernização tecnológica de setores agrícolas expropriou, expulsou e proletarizou as famílias camponesas, pois

... ao invés de fazer reforma agrária o governo militar impulsionou o capitalismo agrário e promoveu a modernização do latifúndio com crédito fortemente subsidiado. Estimulou a instalação de empresas nacionais e estrangeiras no campo onde avançou o agronegócio, propiciando a incorporação das pequenas propriedades pelas médias e grandes. Concentrou a terra. (SANTOS, 2010, p.37)

Tal contexto, associado à violência do regime e dos latifundiários, ao invés de calar os camponeses, os levou à luta e, rompendo “as cercas da repressão da ditadura

militar [...] os camponeses organizaram seus espaços de socialização política, de construção de conhecimento, para transformação da realidade” (FERNANDES, 1999, p.33), construindo novos caminhos de resistência.

E assim, eclodiram conflitos por todo o país, explicitando a luta pela terra. A militarização da questão agrária foi uma estratégia governamental, que criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins- GETAT e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas – GEBAM, para conter as manifestações com ações repressivas e prisões de “revoltosos”. Com a anuência e parceria com latifundiários e empresários rurais, os governos militares empreenderam verdadeiras caçadas aos grupos organizados e suas lideranças.

Porém, a violência que caracterizou o período não deu fim à luta e nem às reivindicações. Ainda no período da ditadura, reunidos no 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, organizado pela CONTAG, realizado de 21 a 25 de maio de 1979, camponeses manifestaram suas decepções e frustrações com a reforma agrária em pauta. Questionando a eficiência e compromisso da execução da reforma oficial, exigiam

... a imediata decisão política de implantação da Reforma Agrária, “massiva” e drástica, visando promover a melhor distribuição da terra e modificações estruturais no regime de sua posse, uso e propriedade, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade (STÉDILE, 2005, p.158/9)

O documento apresentado conceitua reforma agrária para além de “ocupação de espaços vazios das terras públicas”, em crítica ao processo de colonização do governo, indicando um conjunto de ações como a constituição do Fundo Nacional de Reforma Agrária; determinação do limite da propriedade rural individual, seja área única, áreas agrupadas ainda que em regiões distintas; a definição da propriedade familiar como ideal, posto que esta “respeita a dignidade humana, é capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador rural e atende aos princípios de justiça social” (STÉDILE, 2005, p.163)

No final do governo militar, em janeiro de 1984, com a emergência do MST, a reforma agrária tomava a dimensão de luta na palavra de ordem definida no seu primeiro encontro nacional: “terra não se ganha, terra se conquista!”. Reunidos em Cascavel os sem-terra definiram como um dos seus princípios que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e reivindicavam a conquista de terras das multinacionais, dos latifúndios

extensivos, do Estado, as mal aproveitadas e as que se encontram com quem não precisa. (STÉDILE, 2005, p.179)

Período de transição governamental e José Sarney assume a presidência em conturbado processo e de imediato cria o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Com grupo de profissionais e especialistas ligados à temática é criado o I Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado através do Decreto nº 91.766, em 10 de outubro de 1985. Através de uma profunda alteração na estrutura fundiária provocada com a distribuição de terra, a pretensão era assentar 1.400.00 famílias no período de 1985 a 1989 por meio de desapropriação de terras por interesse público; eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, para que com o uso e a posse da terra houvesse justiça social e aumento de produtividade no campo.

O Plano ainda restringia projetos de colonização e estabelecia priorização para áreas a serem realizadas a reforma e, numa indicação de redemocratização da terra, concebia metas de curto, médio e longo prazo. E, buscava

... a princípio, atender às demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando a desapropriação que permitisse o assentamento de trabalhadores sem terra nas áreas de maior potencial de conflito no país, sobretudo no Norte – Pará e Maranhão – e o Nordeste (STÉDILE, 2005, p.92)

Com propósitos que, de certa forma, atendiam às demandas sociais, recebeu apoio de organizações importantes a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-Econômicas – IBASE, o Partidos dos Trabalhadores – PT, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, os dois últimos os mais expressivos representantes das famílias sem terra na época.

Sentindo seus interesses afetados, grupos de opositoristas ao projeto de imediato se fizeram conhecer e dentre eles se encontravam a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade – FTP, Confederação Nacional da Agricultura – CNA, Sociedade Rural Brasileira – SRB e a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB (COCA, 2011, p.63), todos reivindicando maior participação do setor ruralista no projeto. Como resultante deste descontentamento foi criada a União Democrática Ruralista – UDR em 1985, cuja responsabilidade era congregar os ruralistas

no impedimento à reforma agrária, usando para isso estratégias e mecanismos de intimidação e violência.

Em termos de legislação, a Constituição recém-aprovada tratou a reforma agrária, conforme quadro 1.

**QUADRO 1: Das disposições sobre política agrícola, fundiária e reforma agrária
Constituição Federal – 1988**

DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA	
Art. 184.	Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
§	1º: As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro
§	2º: O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação
§	3º: Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação
§	4º: O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária
§	5º: São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária
Art. 186.	A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:
	I - aproveitamento racional e adequado
	II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente
	III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho
	IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Fonte: Brasil (2010)

Assim, mobilizados por uma causa comum, latifundiários e setores mais modernos se empenhavam contra as desapropriações e movimentos organizados do campo, exigindo do governo políticas agrícolas. Com a compreensão de que a reforma agrária constituía decisão política, a UDR organizou a bancada ruralista na Câmara Federal e no Senado e passou a influenciar o Judiciário. No executivo, passou a pressionar contra o PNRA e no judiciário articulou um processo sistemático de perseguição e criminalização

dos movimentos sociais de luta pela terra, o qual perdura até os tempos atuais. De forma muito particular, a UDR pretendia o fim do MST, que apresentava como tática de luta a ocupação dos latifúndios.

Na disputa travada no campo, os latifundiários, articulados politicamente e com representação expressiva na Assembleia Constituinte, garantiram

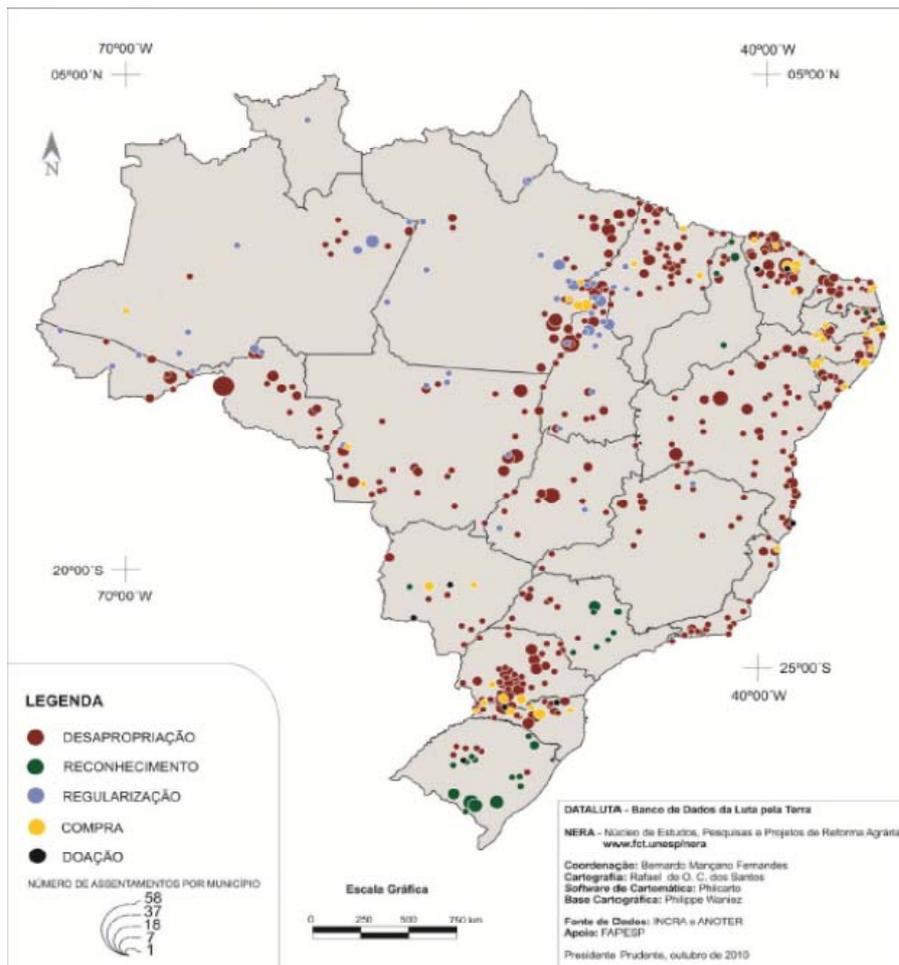
... o retrocesso em pontos importantes para a reforma agrária, como a inclusão do termo 'produtivo' no impedimento de desapropriação de grandes latifúndios. Isto tem proporcionado grande margem de manobras aos fazendeiros, pois se o próprio termo "propriedade é uma figura abstrata, que nem os códigos conseguem definir corretamente – definem apenas os modos de adquirir propriedade e os atributos do proprietário" (MARQUES, 1988. p.04), o que dizer sobre produtividade, considerando a complexidade inerente ao termo? (AZAR, 2005, p.67/8)

A derrota da reforma agrária nesta Constituinte constituiu a revitalização das oligarquias, que se apresentavam proeminentes no processo de redemocratização, que

... anulou até os avanços existentes no Estatuto da Terra dos militares, contrariando a campanha nacional que recolheu um milhão de assinaturas em apoio a uma emenda popular favorável à reforma agrária. Ao utilizar os conceitos 'propriedade produtiva' e 'propriedade improdutiva' em vez de latifúndios de extensão e de exploração, a legislação introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades passíveis de serem desapropriadas, rapidamente aproveitada pelos proprietários rurais e pelos juizes do interior do país para emperrar o processo. (LERRER, 2003, p.49-50)

O impedimento da reforma agrária nos moldes apresentados foi alcançado, conforme pode ser observado no mapa 1. Com as pressões contrárias da oposição, houve uma desconfiguração da proposta apresentada inicialmente.

MAPA 1: Políticas de Obtenção de Terras Governo Sarney (1985 – 1989) – BRASIL



Fonte: Santos (2010, p.46)

Das alterações feitas, importa a inviabilidade da realização da reforma agrária na forma pretendida. E, das 1.400.000 famílias a serem assentadas, apenas 123. 412 conseguiram o feito, compondo 826 assentamentos obtidos no período de 1985 a 1989. O total de área ocupada foi de 8.359.197 hectares de terra, enquanto a meta era de 43 milhões de hectares. (COCA, 2011, p.67). Em outras palavras, o governo Sarney não conseguiu assentar nem 10% do número de famílias constante no projeto. E, apesar de 42.613 famílias terem realizado 224 ocupações no período (COCA, 2011, p.66), seu assentamento se deu de forma muito fragmentada.

O mapa apresenta os assentamentos obtidos e a política de obtenção destes, durante o governo Sarney, tendo destaque a desapropriação, sendo seguida pela política de compra e de regularização. Importante lembrar que as desapropriações vinham a reboque da pressão feita pela luta pela terra, principalmente através de ocupações.

Assentamentos criados foram 516, atendendo 90.175 famílias que ocuparam 4.291.028 hectares. Importante destacar que os ânimos de luta pela terra não

arrefeceram no período, tanto é que 42.613 famílias realizaram 224 ocupações, conforme aponta Coca (2011, p.66). No caso, as ocupações aconteciam para pressionar e acelerar a reforma agrária; era uma mensagem de luta para dizer que sem reforma agrária não haveria democracia. Neste sentido, o MST realizou ocupações massivas pelo Brasil inteiro.

Com a instalação da eleição direta para presidência da república na Constituição de 1988, a disputa do processo de escolha presidencial em 1989 ficou entre o Partido da Renovação Nacional - PRN e o Partido dos Trabalhadores. O primeiro, alinhado aos interesses dos setores mais conservadores, dentre eles o latifúndio; o segundo expressando o desejo popular das mudanças. Lula, o candidato do PT contava com o apoio geral dos movimentos e organizações sociais de luta pela terra, acreditando que com sua eleição seria possível a concretização da reforma agrária de maneira ampla e massiva.

A crença nesta possibilidade vinha do programa agrário constante no Programa de Governo do PT. Para o Partido, a reforma agrária dependia de decisão política para redistribuir terra, renda, poder e direitos, devendo “romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira” (STÉDILE, 2005, p.181). De acordo com o apresentado no programa agrário, a reforma agrária tem como objetivo principal

Assegurar terra para quem nela trabalha, impedindo a especulação e a retenção improdutiva do fértil solo brasileiro. Os beneficiários diretos da reforma são os atuais posseiros, parceiros, minifundistas e trabalhadores sem terra, e as áreas atingidas serão basicamente os 165 milhões de hectares aproveitáveis e mantidos ociosos pelos grandes proprietários. (STÉDILE, 2005, p.181)

Em doze pontos, o Programa discorre sobre aspectos importantes para a solução da consolidada questão agrária brasileira e, dentre estes considero de destaque

O governo utilizará os mecanismos fiscais de forma rigorosa, revendo o Imposto Territorial Rural e o cadastro rural, punindo a propriedade ociosa. Retirá ainda os privilégios bancários que beneficiam latifundiários e grandes empresas, executando suas dívidas ou negociando refinanciamentos em troca de cooperação com a reforma agrária. As desapropriações serão aceleradas, sobretudo nas áreas de conflito. Nenhuma tolerância haverá com o atual quadro de violência que domina regiões interia do país. Todos os crimes do latifúndio serão apurados. (STÉDILE, 2005, p.182/3)

Além disso, inova nas proposições com o compromisso assumido no desenvolvimento de um novo padrão tecnológico voltado às policulturas e; com atividades de pesquisa e extensão que liberem a agricultura do uso abusivo de agrotóxicos e produtos referentes. Pontos estes que sugerem o desenvolvimento da produção agroecológica. Associada, estava a destinação da produção, que deveria ser voltada prioritariamente ao mercado interno; a garantia dos direitos trabalhistas; o controle dos oligopólios; a descentralização da agroindústria; o estímulo ao cooperativismo e outras formas associativas; a eliminação de subsídios e incentivos fiscais beneficiadores de produtos e produtores voltados à exportação.

De forma muito particular, o Programa dedica atenção especial às regiões Nordeste e Amazônia, apontando o compromisso do Partido em impedir que as águas das fontes nordestinas fossem apropriadas de forma privada, assim como garantir o livre uso dos reservatórios públicos. Para a Amazônia, a criação de um fórum nacional para debater as problemáticas específicas da região.

O Programa de Reforma Agrária do PT, neste processo eleitoral, constituía elemento suficiente para assombros nas elites nacionais, que, articuladas, ceifaram o sonho da classe trabalhadora petista de seguir rumo ao socialismo por via eleitoral.

Eleito, Fernando Collor de Melo (1990 – 1992), representante convicto das oligarquias “antigas” e “modernas”, destinou especial tratamento de perseguição à luta pela terra, representando sua vitória uma grande derrota política para a reforma agrária porque o então eleito presidente,

... além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p.69)

A caracterização do período Collor é de muitas dificuldades para os movimentos e organizações de luta pela terra e para a reforma agrária, pois por este período,

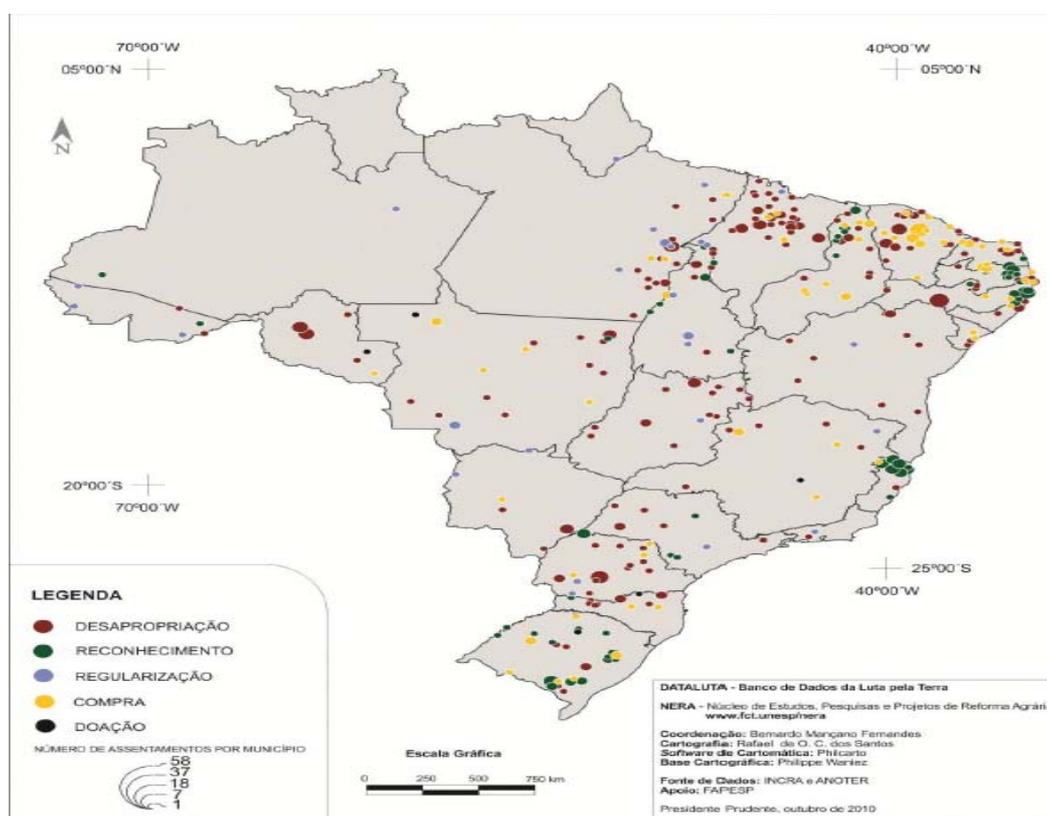
... além da falta de legislação que a bloqueava, uma cortina de silêncio caiu sobre a luta pela reforma agrária. Os trabalhadores rurais organizados enfrentaram o período de maior repressão desde a redemocratização. (LERRER, 2003, p.50)

Em termos de reforma agrária, no início de 1992, descaracterizando a proposta de reforma agrária existente, o Programa da Terra, criado pelo governo, apresentava como

meta para o ano, o assentamento de 50 mil famílias em 2.900.000 milhões hectares de terras a serem desapropriadas; destinar por programa específico de crédito, o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA; assistência técnica às famílias assentadas e; a descentralização da reforma agrária, envolvendo estados e municípios .

Mas, enfraquecido com as denúncias de corrupção, Collor sofreu *impeachment* ainda em 1992, não sendo, portanto, executado o seu plano de reforma agrária, sendo aprovada a Lei Agrária em 25 de fevereiro de 1993, assinada pelo presidente Itamar Franco (1992-1994). Esta lei tinha por base a desapropriação constante na CF de 1988. Interessante observar que se seu antecessor procurava de forma explícita aniquilar os movimentos sociais, em especial o MST, o presidente pós-*impeachment* estabeleceu diálogo com o Movimento, sendo este recebido em audiência pela primeira vez com este governante. Assim, a saída de Collor deu uma “folga” aos movimentos, principalmente para o MST, que intensificou a luta pela terra desencadeando novas ocupações. No período dos dois presidentes ocorreram 507 ocupações de terra (DATALUTA, 2010, p.15), mas com queda no número de assentamentos, como mostra o mapa 2.

MAPA 2: Políticas de Obtenção de assentamentos Governo Collor- Itamar (1990-1994) – Brasil



Fonte: Santos (2010, p. 46)

Com Fernando Henrique Cardoso – FHC, em 1994, na presidência, o tema da reforma agrária retornou à pauta política nacional de forma mais evidenciada, ainda que no primeiro momento o tema agrário não tenha tomado nenhuma conotação de importância. Neste período, a luta por reforma agrária passou a ter maior reconhecimento e legitimidade junto à sociedade devido às ações e mobilizações públicas que denunciavam a concentração da terra e os conflitos e violência no campo.

São deste período os massacres de Corumbiara, em Rondônia e, de Eldorado dos Carajás, no Pará. O primeiro em 1995, o outro em 1996; os dois, com o envolvimento direto de policiais militares, mostraram ao mundo a herança autoritária dos poderes nacionais. Em resposta, camponeses sem terra de todas as regiões se organizaram em marcha organizada em três “colunas”: Minas Gerais, saindo de Governador Valadares; São Paulo, saindo da capital e; Mato Grosso, com saída de Cuiabá. Por dois meses seguiram a pé rumo a Brasília, onde foram recebidos por milhares de outros camponeses, em 17 de abril de 1997, um ano após o massacre de Eldorado. Lá, as 100 mil pessoas reunidas se manifestaram.

Além de pedir urgência na reforma agrária, a Marcha Nacional do MST exigia a punição para os responsáveis pelos repetidos massacres de trabalhadores rurais, com destaque para o de Eldorado dos Carajás, cujas imagens foram imortalizadas pelas fotos do notável fotógrafo Sebastião Salgado. (LERRER, 2003, p.51)

Com o nome “Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça,

... a caminhada dos sem-terra teve como manifesto propósito chamar a atenção da sociedade não só para a necessidade da reforma agrária, mas também para o problema do desemprego nas cidades e para a impunidade dos crimes e violências cometidos contra os trabalhadores rurais na disputa por terras no Brasil.(CHAVES, 2000, p.13)

Tais fatos fazem evidenciar a questão agrária e leva o governo a realizar ações urgentes voltadas à questão, como o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, transformado posteriormente em Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Esta, “a primeira sinalização de uma ofensiva governamental com o intuito de retomar a iniciativa política em relação às demandas emergentes”. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p.362). Porém, as iniciativas governamentais, se num primeiro momento poderiam parecer como uma tentativa de solucionar o problema, constituiu de fato numa revisão do conceito de reforma agrária até então construída e, numa adequação desta à lógica econômica do neoliberalismo, a lógica de mercado.

No contexto da reforma do Estado, pautada pela descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização, o governo FHC criou instrumentos legais como medidas provisórias, decretos e leis complementares que se apresentavam com duplo caráter no que se refere à questão agrária, imprimindo agilidade às ações fundiárias, por um lado, e, cerceando os movimentos sociais na organização e luta pela terra.

Neste sentido, a agilização do rito sumário passou a ser possível com a imissão de posse até 48 horas após o ajuizamento da ação desapropriatória; a vistoria da terra passou a contar com acompanhamento das entidades sindicais patronais e de trabalhadores, no caso representadas pela CNA e CONTAG; impedimento do recurso da fragmentação dos imóveis vistoriados; redução para 6% ao ano dos juros compulsórios que eram de 12% ao ano; prazo de dois anos para ratificação de concessão e alienação feita pelos estados nas faixas de fronteira. Como medidas para inibir a organização camponesa na luta pela terra, proibiu a vistoria em áreas ocupadas; decretou a suspensão de negociações por ocasião de ocupação de órgãos públicos; impossibilitou acesso a recursos públicos a entidades suspeitas de participarem, coparticiparem ou incentivarem a ocupação de terra ou bens públicos. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p.364)

Estrategicamente, nas medidas tomadas, o governo ainda possibilitava a desapropriação como uma reivindicação dos proprietários de terra, reivindicação historicamente atribuída às famílias sem terra. Com tal iniciativa, o governo buscava descaracterizar a luta pela terra, como sendo esta de interesse também de latifundiários; isolar as entidades camponesas de representações nacionais (destaque para o MST); e tirar o foco da esfera nacional às demandas pela terra, estadualizando-as.

A lógica de mercado dada à reforma agrária se concretizou com a implantação do programa “Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado”. Com ações voltadas para obtenção de terra; de crédito para aquisição de imóveis rurais e para instação de famílias nos assentamentos, o governo estava criando o “Novo Mundo Rural” que, com a pretensão de levar qualidade de vida aos assentamentos, transformava camponeses em agricultores familiares, passando os assentados a serem estimulados ao empreendedorismo, com

... a idéia de que as mudanças pelas quais o mundo tem passado exigem uma reinterpretação dos sujeitos e lutas sociais, de forma que o campesinato passa a ser chamado de agricultor familiar. Assim, entende-

se que a luta pela terra já não se fazia necessária, já que os agricultores familiares devem integrar-se ao mercado e ao capital. (COCA, 2010, p.78)

Mas, mais que uma proposta de reforma agrária, ideologicamente.

... o chamado Novo Mundo Rural é mais que um conceito. A principal intenção do governo FHC era a de substituir o termo reforma agrária por um novo mundo rural, uma vez que a reforma agrária é uma questão associada às lutas dos movimentos e das bandeiras e programas do campo da esquerda. (MISNEROVICZ, 2011, p.25)

Considerando que a vitória eleitoral de FHC expressava a unidade da classe burguesa nacional e internacional, comprometida com o ideário neoliberal, as proposições de reforma agrária encontravam-se articuladas às medidas políticas e econômicas do modelo adotado, com as quais as prerrogativas de esquerda não coadunavam, o que exigia a desconstrução de ideários de luta e organização social e a construção de novas simbologias associadas ao empreendedorismo mercadológico pretendido.

Segundo Sauer (2010), durante o governo FHC foram lançados quatro projetos que materializam a “reforma agrária de mercado”: o projeto “Reforma Agrária Solidária”, pequena experiência piloto implantada no Ceará em 1996; no ano seguinte, outro “Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza”, amplamente divulgado como “Cédula da Terra”⁵². Em 1998 foi criado o Fundo de Terras/Banco da Terra e, com apoio do Banco Mundial - BIRD, em 2001 foi criado o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural.

O princípio neoliberal da privatização das políticas públicas adotado pelo governo FHC, em relação à reforma agrária teve origem nas proposições do BIRD, porém além do aspecto econômico que este implicava, a conotação política explicitada na proposta clara intenção de redefinir a reforma agrária, possibilitando a negociação de terras entre agentes privados como mecanismo de reforma agrária. Assim, dava-se a tentativa do mercado disputar diretamente a concepção de mundo e vida camponesa com os movimentos sociais (SAUER, 2010, p.117).

⁵² No sistema de aquisição de terras pelo Programa Cédula da Terra, os camponeses, organizados em associações buscavam financiamento junto a agente financeiro ou órgão público de reforma agrária. Com aprovação dos recursos pleiteados, procuravam terra no mercado da área.

Em avaliação feita sobre o Programa Novo Mundo Rural, o Tribunal de Contas da União – TCU aponta como problemas a falta de apoio à organização dos assentamentos rurais, sendo que

Nas situações em que esse apoio se materializa, ainda que descontínuo, as ações são provenientes de órgãos estaduais de assistência técnica, movimentos sociais e de sindicatos. Compõe também o quadro a atuação de grupos políticos dos municípios, os quais podem trazer apoio, mas também as divisões inerentes às circunstâncias locais. As prefeituras oferecem, em geral, serviços de transporte escolar e de saúde. Essa atuação é limitada pelas condições econômicas e políticas da municipalidade e pelas más condições das estradas internas e de acesso aos assentamentos (BRASIL, 2004, p.14)

As críticas não se restringiram ao Estado, e organizações populares do campo se manifestaram através de sindicatos, movimentos, organizações não governamentais e do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, cujas maiores representações eram o MST, CPT, CONTAG, Confederação dos Bispos do Brasil – CNBB, dentre outros. Com a compreensão das consequências políticas para a reforma agrária, rapidamente,

... o Fórum promoveu articulações internacionais para debater e apresentar reação à proposta. As principais críticas incidiram sobre o sistema de compra e venda de terra, que, segundo o Fórum, levava o poder público a abrir mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob o controle direto dos proprietários da terra. Estes estariam sendo premiados no novo sistema, na medida em que receberiam o valor do imóvel em dinheiro e à vista, transformando as áreas improdutivas em verdadeiros ativos financeiros. (LEITE; MEDEIROS, 2004, p.369)

Objetivamente, sem o interesse de enfrentar o latifúndio e o agronegócio,

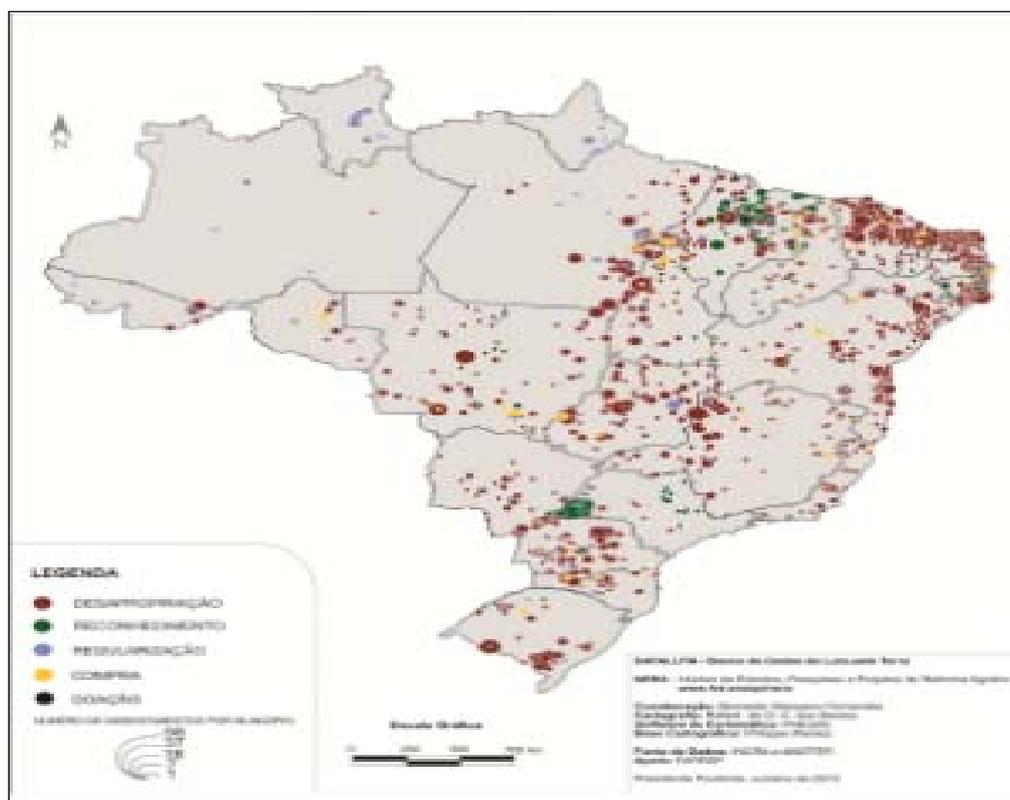
... FHC optou pela formação de uma conjuntura política que contemplasse antigas e novas forças sociais, com o objetivo de realizar uma reforma agrária que Garcia (1973) denominou de convencional, ou seja, com a participação de partidos conservadores e progressistas (SANTOS, 2010, p.47)

Entre as ações de denúncia realizadas pelos movimentos e entidades sociais foi realizada uma pesquisa em todos os estados onde houve a implantação do Programa Cédula da Terra - PCT (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais). Direcionado ao banco Mundial, o documento elaborado pelo Fórum denunciava que o Cédula da Terra não estava sendo implementado com o caráter de projeto-piloto; não cumpria papel complementar à reforma agrária, sendo executado como alternativa, descaracterizando a função social da propriedade; implantado em estados com grande estoque de terras, possibilitando que terras tidas como reserva de valor fossem pagas à

vista e a preço de mercado; contribuía com o aquecimento do mercado imobiliário, elevando o preço da terra; fazia uso de condições de financiamento proibitivas, gerando inadimplência e conseqüente perda de terra; não combatia a pobreza rural pretendida pelo Banco Mundial; não prezava pela transparência e participação; e por fim, mantinha a reprodução de relações de dominação perpetradas historicamente no campo. (PEREIRA, 2010, p.10)

Ao analisar a implementação do PCT, Pereira (2012), partindo de vários estudos, cita como um dos entraves a “fragilidade sociopolítica das associações” demandantes de terra. Neste aspecto, pôde ser observado uma relação bastante desigual no processo estabelecido, não tendo as associações autonomia para conduzir as negociações. Em geral, na relação de desigualdade estabelecida com os grandes proprietários eram submetidos a relações de dominação e controle características do campo, a exemplo da criação de associações, por fazendeiros, com interesses na venda de suas terras. Na ocasião, muitos proprietários aproveitaram para se desfazerem de terras sem qualidade e com pouca perspectiva de venda, ou seja, fizeram grandes negócios. Os mapas 3 e 4 mostram as políticas de obtenção de terras nos governos FHC.

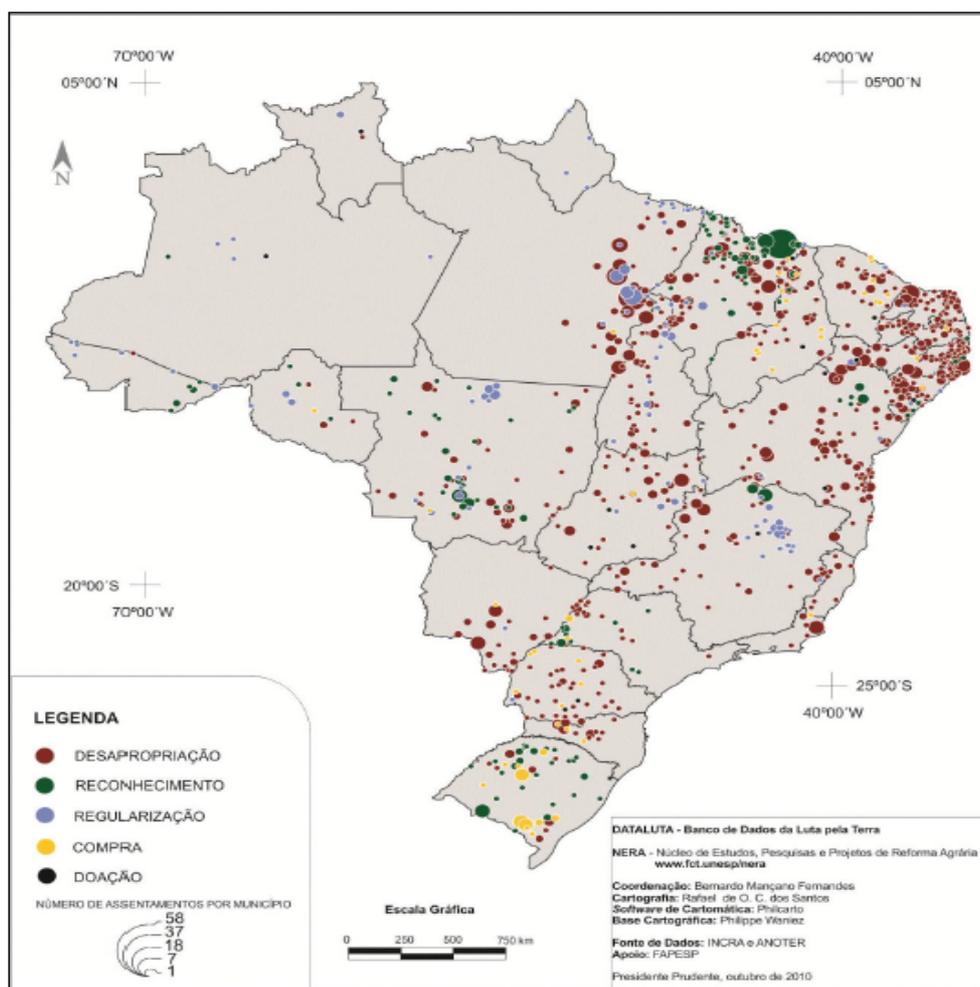
MAPA 3 - Políticas de Obtenção Governo FHC/1 (1995 – 1998) – Brasil



Fonte: Santos (2010, p. 50)

Em termos numéricos, 568.074 famílias realizaram 3.846 ocupações durante os dois mandatos do governo FHC (COCA, 2011, p.83), Assentadas no primeiro mandato (1995-1998) 245.519 famílias ocuparam 13.163. 857 hectares de terra, distribuídos em 2.251 assentamentos no país e; na segunda gestão (1999-2002), foram obtidos 1.673 assentamentos, com 148.503 famílias, numa área de 7.280.559 hectares. (COCA, 2011, p.84). Dentre estas famílias estavam as que ocuparam a fazenda Califórnia em 1996.

MAPA 4: Políticas de Obtenção de Terras Governo FHC/2 (1999 2002 – BRASIL)



Fonte: Santos (2010, p.54)

O que pode ser observado é que, apesar da intencionalidade clara do governo de realizar a reforma agrária de mercado, na efetivação desta política durante a gestão FHC predominou a desapropriação, conforme pode ser observado nos mapas. Tal fato foi consequência das mobilizações e ocupações de terra realizadas no período.

Apesar do número expressivo de assentamentos durante estes anos, o que deu a oportunidade do então presidente propalar ter realizado uma reforma agrária jamais vista

na história do país, dois aspectos são importantes a serem considerados: primeiro, se por um lado, o governo assentou o maior número de famílias na história do país, por outro, este governo foi acusado de ter contribuído diretamente com a expropriação e expulsão de milhares de camponeses, abrindo as fronteiras do campo para o capital internacional manter o controle da produção através de *commodities*.

Outro elemento importante é o tratamento violento dispensado aos movimentos, principalmente através da judicialização. Ações de criminalização dos movimentos e suas lideranças foram desencadeadas em todos os níveis do Estado de forma articulada com setores conservadores da sociedade, principalmente latifundiários, grandes empresas e mídia. Exemplo bastante ilustrativo da repressão judicial deste período foi

... a implantação da Medida Provisória 2109-52, datada de 24 de maio de 2001, a qual especificava que os trabalhadores que se envolvessem em ocupações de terra não teriam direito ao assentamento e que as propriedades onde ocorressem as ocupações ficariam por um prazo isentas de desapropriação. Desta forma buscava-se conter as ocupações de terras através da repressão. (COCA, 2010, p.82).

Com uma política dotada de programas fundiários e agrícolas com o caráter predominantemente compensatório, o governo FHC, durante dois mandatos, efetivamente não alterou a estrutura agrária e nem as práticas expropriatórias e de exploração arraigadas nas relações de desigualdade estabelecidas no campo brasileiro.

Em 2002 o PT ganha as eleições presidenciais com Luis Inácio Lula da Silva e acende a esperança da reforma agrária ser realizada, com a proposta de uma reforma agrária “drástica e massiva” contida no Programa Agrário apresentado pelo Partido, aqui já abordado. Lembrando que tal programa expressava todo um processo de organização e luta da classe trabalhadora, ou seja, representava uma construção coletiva, para além do Partido. Além disso, historicamente, o PT defendeu a reforma agrária como condição para o desenvolvimento do país. A esperança era a reforma agrária para a geração de emprego e renda, a garantia da soberania alimentar e o desenvolvimento numa perspectiva diferente, cuja base seria a superação das desigualdades sociais.

A sociedade civil, organizada pelos movimentos sociais e intelectuais interessados na questão agrária, liderados por Plínio de Arruda Sampaio, atendendo ao Programa Agrário da campanha eleitoral, elaborou uma Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária – PPNRA, na qual era descaracterizada a reforma agrária de mercado existente. Tal proposta

... representou a esperança na concretização de uma política agrária que objetivasse desencadear o tão esperado processo de mudança estrutural no campo.

Em poucas palavras, a proposta provou, com base em estudos, que há terra disponível para a reforma tanto improdutiva quanto devoluta; e que existe público para a reforma, isto é, demanda por terra – a demanda potencial estimada correspondeu a seis milhões de famílias e a demanda emergencial, composta por famílias acampadas, atingiu aproximadamente 180mil famílias. Foi estabelecida a meta de assentamento de um milhão de famílias a serem beneficiadas no período 2004-2007. As famílias acampadas foram consideradas como beneficiárias preferenciais. As análises dedicadas à avaliação dos gastos necessários para atingir esta meta mostraram que o custo da reforma seria perfeitamente viável. (FERREIRA e outros, 2008, p.196)

Tal “atrevimento” dos setores democráticos “decretou” a disputa ideológica do governo, e forças conservadoras que constituíram base de apoio para a eleição petista não admitiram as metas estabelecidas, o que implicou em alteração da Proposta, sendo apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, o qual tinha como metas no período 2003 – 2006, o assentamento de 400.000 famílias (preferencialmente as acampadas); o assentamento de 500.000 famílias com posse; o beneficiamento de 130.000 famílias com o Crédito Fundiário; a recuperação da capacidade produtiva e a viabilização econômica dos atuais assentamentos; a criação de 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor; a implementação de cadastrato georreferenciado do território nacional e a regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; o reconhecimento, a demarcação e titularização de comunidades quilombolas; o reassentamento das famílias ocupantes não indígenas de áreas indígenas; a promoção da igualdade de gênero da reforma agrária; a assistência técnica, extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas e; a universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social nas referidas áreas. (MDA, 2005, p.38)

Com a tese da não reforma agrária no primeiro mandato do governo Lula, Oliveira (2006), tece como primeira crítica a divulgação adulterada do número de assentamentos, apresentando como resultado da meta um, dados referentes à meta dois e, isto nos anos seguidos de 2003 a 2005, período de estudo do pesquisador. Acrescenta como problema o manuseio que o MDA/INCRA faz das informações, apresentando informações não esclarecedoras sobre o processo de assentamento de família. A este respeito, denuncia que

No município de Barra do Corda, estado do Maranhão, foram consideradas na estatística de 2005, um total de 947 famílias do projeto integrado de colonização PIC Barra do Corda, pasmem, do ano de 1942, do governo Getúlio Vargas. Entretanto, tudo indica tratar-se de

reconhecimento das famílias já assentadas para fins de sua inserção nas políticas de governo, mas nunca novos assentamentos do governo LULA. São, portanto, casos típicos de reordenação de assentamentos antigos. (OLIVEIRA, 2006, p.09)

Para o autor, o que ele denomina de “derrota dos camponeses acampados” é muito cara, pois segundo seus estudos, em 2003, apenas 19% das famílias acampadas forma assentadas no país e em 2004, 32% saíram desta condição. Acerca da situação em 2005, o autor aponta a existência de 230 mil famílias acampadas, sendo este número de 60 mil no último ano do governo FHC (OLIVEIRA, 2006, p.13)

Os números apresentados pelo goveno sofreu críticas por parte também dos movimentos sociais. O MST, em nota à imprensa e à sociedade, datada de 22 de dezembro de 2005, esclarece que da mesma mesma forma que

... a política econômica do Governo Lula, a política de reforma agrária nada tem de original e repete os mesmos passos do Governo FHC: inflaciona os verdadeiros números de assentamentos utilizando a prática de contabilizar a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos assentamentos; em deixar famílias vivendo em assentamentos precários no norte do país em terras públicas, que beneficiam principalmente grileiros. No intuito de provar que estaria fazendo a reforma agrária. Reforma Agrária é desconcentrar a propriedade da terra e resolver os problemas dos pobres do campo. (MST, 2005)

As críticas contidas na nota pública apresentavam caráter de continuidade, posto que dois meses antes desta, o MST endereçou carta à presidência da república reclamando os acordos feitos por ocasião do lançamento do II PNRA. Com tom de cobrança e de apelo, a Carta denunciava o não assentamento previsto de 400 mil famílias previsto, assim como reivindicava a implementação de política de reforma agrária diferenciada.

Já estamos a praticamente um ano do final do governo e dificilmente as metas estabelecidas pelo PNRA serão cumpridas. [...] Isso, para nós, é mais um desrespeito aos compromissos assumidos no Plano Nacional de Reforma Agrária. Compromisso assumido por Vossa Excelência durante a marcha⁵³. O não cumprimento desse compromisso é uma afronta ao sofrimento das famílias acampadas e envergonha o seu governo . [...] Diante disso, Senhor Presidente, viemos à sua presença para lhe pedir que honre com os compromissos de seu governo, pois não sabemos mais a quem apelar. (MST, Carta entregue à presidência da República em 26 de outubro de 2005⁵⁴)

⁵³ A marcha referenciada na Carta trata da Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada de Goiânia a Brasília em 2005.

⁵⁴ A íntegra da Carta à presidência pode ser encontrada em www.mst.org.br.

De maneira geral, o Movimento acusava o governo de subalternizar a política de reforma agrária, não a priorizando; a situação complexa e contraditória do governo com a criação dos ministérios da agricultura e do desenvolvimento agrário, com privilegiamento ao agronegócio; a mudança substancial da plano proposto, apresentando-se a política com caráter compensatório, o que deixa evidenciado o abandono da mudança estrutural contida na proposta original. Acrescenta ainda a compreensão de que o governo Lula não se difere dos anteriores, não se apresentando propositivo, ou seja, suas ações se manifestam como reação às ações e pressões populares.

A manifestação do MST expressava o descontentamento geral com as ações de reforma agrária que estavam sendo adotadas e que em muito se distanciavam do caráter estrutural da reforma prometida e acordada com os movimentos sociais, e, deste modo, “A frustração das metas gerou descontentamento e desilusão entre os sem-teto e todos aqueles que votaram com expectativa de mudanças relevantes no campo”. (FERREIRA e outros, 2008, p.198)

Mas, as mudanças apresentadas no II PNRA do governo petista refletia o movimento de desconstrução do próprio Partido em relação à reforma agrária; basta ver as diferenças conceituais apresentadas nos dois programas partidários. E, se no Programa Agrário apresentado na campanha eleitoral de 1989, a reforma agrária é considerada uma “decisão política” de “redistribuição de terra, renda, poder e direitos” “indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática”; cujos objetivos passam por “romper o monopólio da terra e lançar as bases de um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura e toda a economia brasileira” (STÉDILE, 2005, p.181), no Programa Agrário apresentado na campanha de 2002, a reforma agrária apresenta outra conotação.

Por ocasião da eleição de Lula, a reforma agrária já foi apresentada com características políticas bastante diferenciadas e de forma bastante sucinta, sendo considerada fundamental para “viabilizar um novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola”, pois “irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combate à pobreza e com a consolidação da agricultura familiar”. (STÉDILE, 2005, p.214/5).

Na efetivação da política foi dada prioridade aos programas de combate à pobreza” em detrimento às políticas estruturantes, com a argumentação de que “quem

tem fome tem pressa⁵⁵". E apesar de no Programa Fome Zero, o maior e mais importante programa de distribuição de renda do governo petista, constar ações e mecanismos estruturantes (dentre elas, a reforma agrária), estas foram abandonadas no decorrer de sua implementação, tornando-se permanente a parte que seria, em princípio, de caráter provisório, como os programas emergenciais e compensatórios como o Programa Bolsa Família.

Especificamente em relação à questão agrária, a qual deveria ser resolvida com uma reforma agrária que rompesse o monopólio da terra e conseqüente democratização fundiária, passa a ter como solução o programa de criação de assentamentos por desapropriação em áreas improdutivas ou ilegais, complementada com ações de reestruturação de assentamentos já existentes.

Mas, de forma bastante complexa o governo Lula tentou conciliar dois projetos produtivos de agricultura distintos. De um lado, propôs o fortalecimento da agricultura familiar e de outro incentivou financeiramente o agronegócio, cuja intencionalidade é a exportação.

Apesar da avaliação dos movimentos sociais apontarem iniciativas importantes do governo Lula em relação à reforma agrária, como por exemplo, o seguro rural, o aumento do crédito via Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Luz para todos, a ampliação de construção e melhoria de casas, não repressão aos movimentos sociais, a liberação de recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, a demarcação da área indígena Raposa do Sol, em Roraima, a participação da agricultura camponesa no programa de biodiesel, a ampliação dos recursos para a assistência técnica às famílias assentadas e, o apoio ao programa de instalação de cisternas no semiárido nordestino, existe a compreensão de que o seu primeiro mandato .

... foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Tornaram-se insignificantes. (CARVALHO FILHO, 2006, p.37)

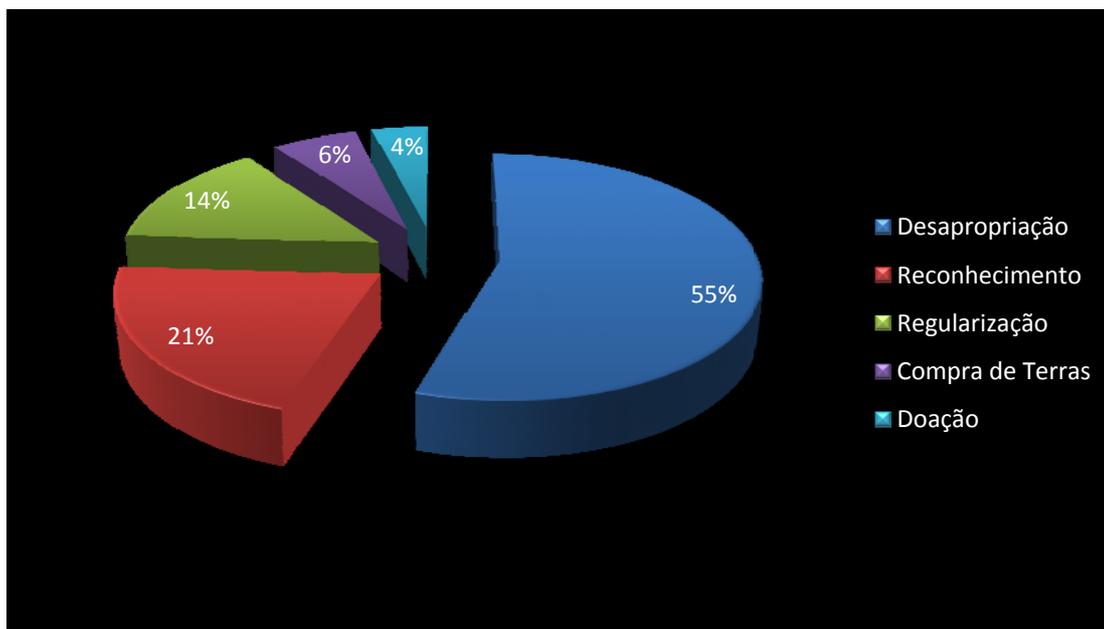
De maneira geral, no segundo mandato de Lula (2006 – 2010) não houve alterações significativas no programa de reforma agrária e apesar

⁵⁵ Frase muito usada por Lula no rebatimento às críticas feitas ao caráter assistencialista adotado pelo Programa Fome Zero.

... do ex-presidente Lula ter elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), ele não foi realizado na plenitude, e agora, com o fim do seu governo, vemos que ele serviu para desvirtuar o conceito e a prática política da reforma agrária. Isto porque o conceito de reforma agrária do governo Lula colocou diferentes instrumentos fundiários de arrecadação de terras destinadas à população mais pobre no mesmo patamar que o programa nacional de reforma agrária, cuja previsão constitucional trata da necessidade de cumprimento da função social da terra rural, ou sua desapropriação para fins de reforma agrária. No entendimento deste governo, diferentes instrumentos de obtenção de terras (regularização fundiária, reordenamento agrário, reconhecimento, doação, compra e venda de terras) são sinônimos de reforma agrária. (RAMOS FILHO, 2012, p.08)

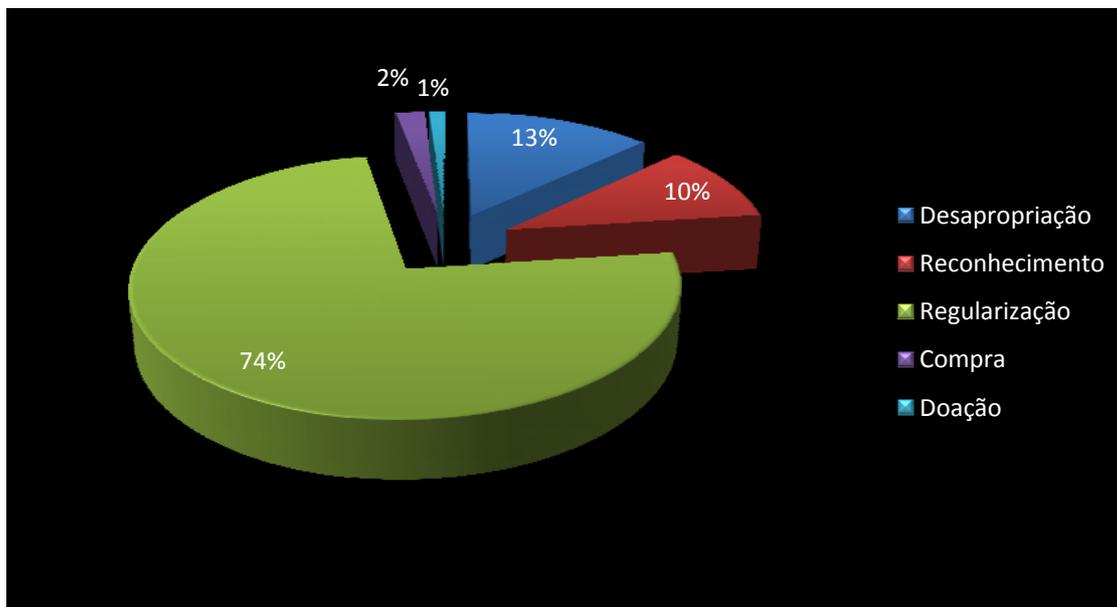
E, como resultado numérico da reforma agrária realizada pelo governo Lula foram obtidos 2.558 assentamentos no período de 2003 a 2010, atendendo 250.329 famílias (COCA, 2011). O aspecto crítico abordado na citação acima encontra justificativa na distribuição do tipo de obtenção dos assentamentos pelo governo, o que é apresentado nos gráficos 10 E 11.

GRÁFICO 10: Política de obtenção de Terras – Nº de assentamentos – Brasil (2003 – 2006)



Fonte: Coca (2011, p.100)

GRÁFICO 11: Política de obtenção de Terras - Áreas dos Assentamento – Brasil (2003 – 2006)

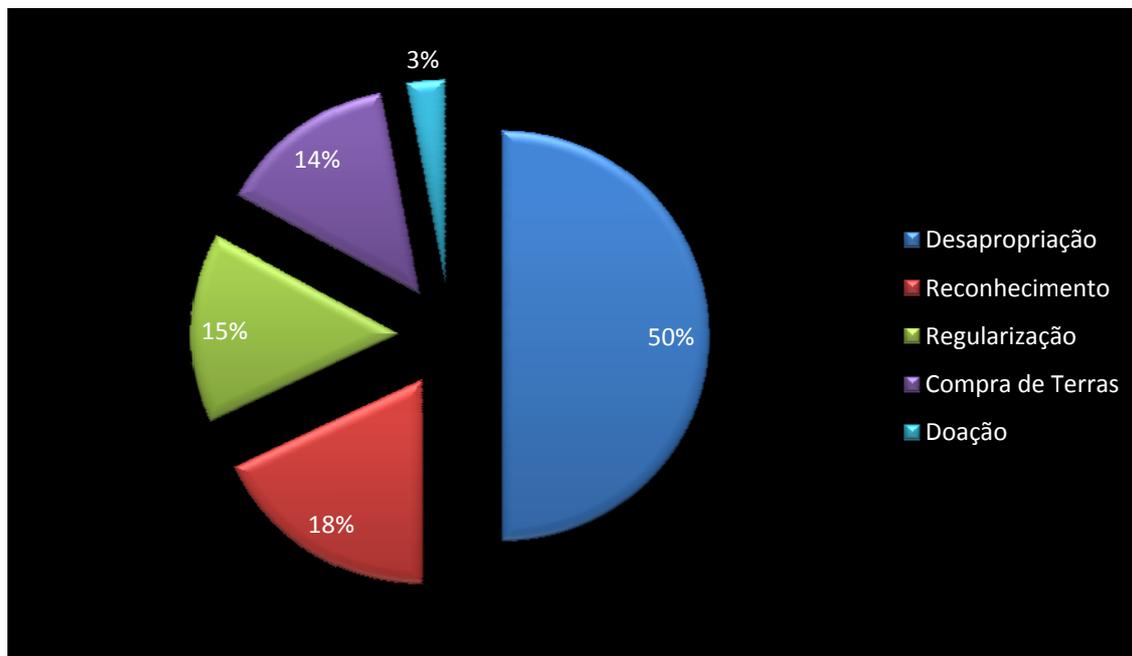


Fonte: Coca (2011, p.100)

Como pode ser observado nos percentuais, no primeiro mandato o maior número de assentamentos obtidos são através do instrumento da desapropriação, alcançando 55% do total, enquanto 21% é pelo reconhecimento, 14% pela regularização, 6% por compra de terra e 4% por doação. Porém, o quadro se inverte no que se refere ao tamanho da área ocupada pelos assentamentos no período, sendo que os assentamentos obtidos pela desapropriação ocupam apenas 13% do total da área, enquanto que os reconhecidos ficam com 10% e os regularizados ocupam, de forma discrepante, 74% das terras. Neste aspecto, a compra da terra e a doação assumem caráter inexpressivo, ocupando 2% e 1% respectivamente.

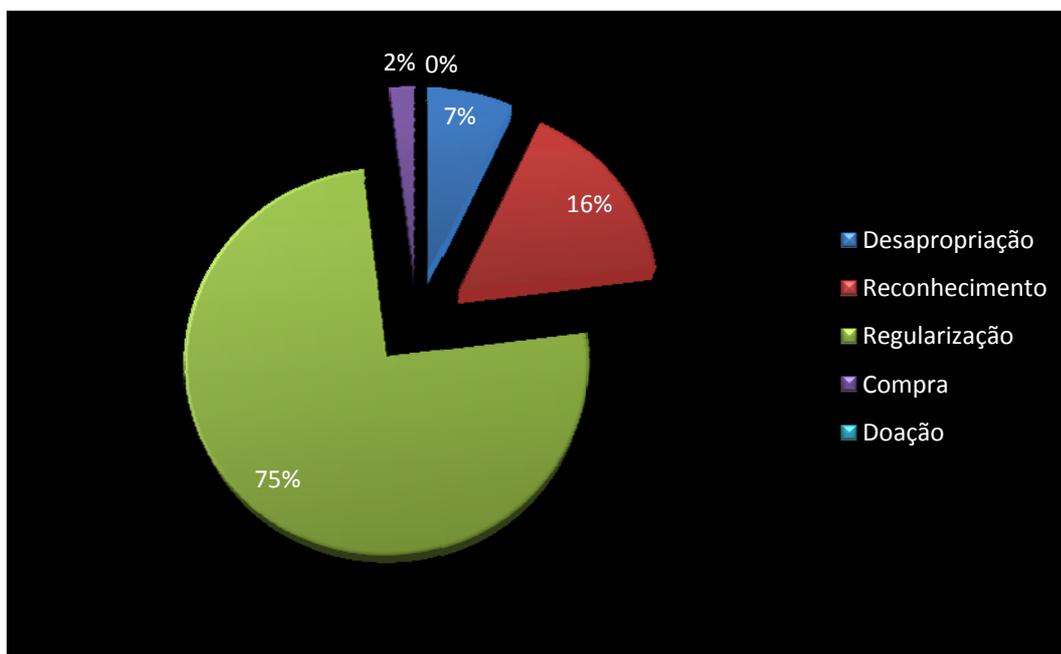
Como já foi apontado anteriormente, no segundo mandato do governo Lula as práticas de reforma agrária não sofreram alterações estruturantes, o que pode ser observado nos gráficos 12 e 13.

GRÁFICO 12: Política de obtenção de terras -Número de assentamento – Brasil (2007 – 2009)



Fonte: Coca (2010, p.101)

GRÁFICO 13: Política de Obtenção de Terras - Área de assentamento – Brasil (2007 – 2009)



Fonte: Coca (2010, p.101)

Os percentuais apresentados acima confirmam o caráter de continuidade dos instrumentos e mecanismos de reforma agrária adotados pelo governo. Como pode ser

observado, 50% dos assentamentos foram obtidos no período de 2007 a 2009, através da desapropriação, enquanto que por reconhecimento 18%, por regularização 15%, por compra de terra 14% (tendo crescido 8% em relação ao período anterior) e por doação apenas 3%.

Já no que se refere ao tamanho das áreas ocupadas pelos assentamentos obtidos, os desapropriados ocuparam meros 7% (dimuindo 6%), os reconhecidos, 16% e; novamente na condição de predomínio, os assentamentos obtidos pela regularização fundiária ocuparam 75% de toda a área destinada para este fim. Mantendo-se inexpressivo, o percentual de terras compradas para o assentamento de famílias sem terra ocupou apenas 2%, enquanto que terras doadas não chegou a 1%.

Estudos mostram que a maior quantidade de área utilizada para a reforma agrária no governo Lula se encontra na Amazônia, região onde se concentram as terras devolutas e de posseiros, o que indica que a reforma agrária propalada por este governo privilegiou a concessão de títulos de propriedades às terras públicas já ocupadas. Os dados de 2010 expressam esta indicação, pois dos 205 assentamentos cadastrados neste ano, 57 se localizam na região Norte, o que representa 27,7%, sendo que das 14.748 famílias envolvidas no processo nacional, 7.268 delas estão na região citada, ou seja, 49,2%, mas no que se refere ao tamanho da área a discrepância é significativa, pois dos 1.823.623 hectares de terras destinadas à reforma agrária no país, no ano em pauta, 1.574.204 encontravam-se no Norte, o que significava 86,3%. (DATALUTA, 2010, p.26)

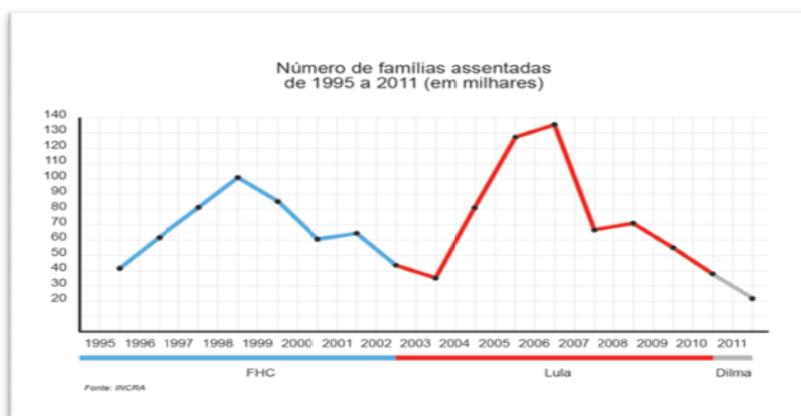
Seguindo a lógica dos programas de distribuição de renda do governo Lula, a presidenta eleita em 2010, Dilma Rousseff, descaracteriza a reforma agrária enquanto política estruturante, sendo que a centralidade da

... plataforma programática do setor social do governo da atual presidente, Dilma Rousseff, está o Programa Brasil Sem Miséria, que apesar de assumir destaque através da midiabilidade, não inclui a reforma agrária. Na prática, esta política estruturante (reforma agrária) não consta na pauta do atual governo, de modo que as soluções encontradas limitam-se à (re)produção da pobreza e da desigualdade. (RAMOS FILHO, 2012, p.08)

No atual governo sequer houve um plano de reforma agrária traçado. Sem metas estabelecidas, o primeiro ano do governo Dilma apresentou resultados considerados pífios para a questão, o que provocou muitas manifestações de movimentos e estudiosos sobre o assunto. Avaliações dão conta de que a realização de ações de reforma agrária no primeiro ano de gestão não alcançou um terço do que foi feito na

média dos anos gestados por Lula, apresentando o patamar mais baixo desde 1995, conforme pode ser observado no gráfico 14.

GRÁFICO 14: Famílias assentadas - BRASIL – 1995 a 2011 (em milhares)



Fonte: Brasil de Fato (2012)

Os dados apresentados mostram que a queda nos números é vertiginosa. Acrescente-se a isso o fato da inalterabilidade dos meios e instrumentos da constituição dos assentamentos.

Os movimentos e organizações sociais que lutam pela reforma agrária e pela eleição do PT, enquanto referência política da classe trabalhadora no Brasil, criaram as maiores expectativas em relação à constituição de políticas estruturantes para o país, dentre elas, a reforma agrária, compromisso histórico do Partido. No entanto, claro estava para as famílias camponesas que uma reforma agrária massiva e democratizante, que conduzisse a economia nacional para outro modelo de desenvolvimento, só poderia se efetivar em um contexto de muito embate político e ideológico entre os interessados na questão: os que lutam e os que impedem esta reforma.

Porém, o caminho tomado pelo governo Lula, seguido pela presidenta Dilma, tem frustrado de forma categórica as esperanças da superação deste problema crônico que é a questão da concentração fundiária. O privilegiamento de políticas voltadas ao setor empresarial da agricultura, representado pelo agronegócio, tem contribuído para o agravamento e intensificação dos problemas no campo. Através de financiamentos aos projetos desenvolvimentistas de produção primária em todas as regiões do país, têm sido fortalecidas práticas de expropriação e exploração das famílias camponesas, seja através do atrelamento destas à produção de *commodities*, seja através das relações precarizadas do assalariamento no campo, seja ainda com a expulsão das famílias da terra, o que tem se dado através da violência.

Especificamente para o MST, enquanto uma grande expressão da luta pela terra no Brasil historicamente articulada ao PT, o (des) caminho da reforma agrária mostra a decisão política do governo eleito de não realizá-la, no momento em que a ala governista do Partido utilizou medidas compensatórias para os pobres do campo e dispôs órgãos públicos aos interesses dos grandes proprietários e do capital internacional. Exemplo desta decisão e de medidas de favorecimento ao agronegócio é a liberação dos produtos transgênicos e o apoio do novo código florestal, cuja versão constitui retrocesso à legislação prevista no Estatuto da Terra. Contrariamente, em muitas oportunidades os movimentos se manifestaram e cobraram dos governos tais posicionamentos, como já foi tratado aqui.

Publicamente expondo sobre os (des) compromissos governamentais com políticas efetivas de transformação, os movimentos em geral enfrentam um contexto sociopolítico complexo de fragmentação e descenso das lutas. Assim, diante da descaracterização política e conceitual da reforma agrária, a luta pela terra tem centrado suas ações no processo de defesa dos territórios ameaçados pelo avanço do capital no campo.

Neste sentido, foi realizado em 2012, o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, o qual denunciou a inalterada estrutura fundiária e as desigualdades, responsabilizando o modelo econômico adotado pelo Estado e governos brasileiros e em especial o capital estrangeiro que através das transnacionais exploram de forma predatória os recursos naturais, comprometendo as condições e possibilidades de reprodução social da vida camponesa.

O Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas congregou diversos movimentos sociais e entidades que lutam no campo, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF, a Via Campesina, com o Movimentos dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, assim como movimentos de pescadores e pescadoras, organizações quilombolas, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI, as pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Pastoral da Juventude, a Cáritas, e tantas outras representações regionais e estaduais.

Trazendo elementos novos da conjuntura atual, como a investida do agronegócio, o documento final apresentado pelo Encontro à sociedade, intitulado “Por terra, território e dignidade”, mais do que tudo, denuncia a inalterável situação da questão agrária. Conforme o texto,

Nós estamos construindo a unidade em resposta aos desafios da desigualdade na distribuição da terra. Com nos anos 60, esta desigualdade se mantém inalterada, havendo um aprofundamento dos riscos econômicos, sociais, culturais e ambientais, em consequência da especialização primária da economia. (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012⁵⁶)

Diante das considerações feitas, os movimentos no Encontro confirmam a reforma agrária como “política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável” e como “garantia da reprodução social dos povos do campo, das águas e das florestas” Os compromissos são, entre outras coisas, “fortalecer as organizações sociais e a intensificar o processo de unidade entre os trabalhadores e trabalhadoras, povos do campo, das águas e das florestas, colocando como centro a luta de classes e o enfrentamento ao inimigo comum, o capital e sua expressão atual no campo, o agro e o hidronegócio.” (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012). Em outras palavras, os movimentos e povos do campo, das águas e das florestas expressaram seu compromisso de continuidade de luta pela reforma agrária numa perspectiva de classe.

E, é neste contexto de grandes contradições e desafios encontrados na efetivação das políticas de reforma agrária que o assentamento Califórnia constrói sua história, a qual tem como referência maior a “longa marcha do campesinato” (OLIVEIRA, 2001), que no Maranhão se expressa de forma particular na organização dos assentamentos, como uma expressão de luta e pela resistência, o que será abordado no próximo capítulo.

⁵⁶ Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. Disponível em <http://encontrounitario.wordpress.com/>. Acesso em 05 de novembro de 2012.

3. O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NAS CONTRADIÇÕES DA LUTA PELA TERRA E DA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA: particularidades das relações de trabalho e da resistência camponesa.

O assentamento Califórnia, campo empírico desta pesquisa, particulariza as relações de trabalho e resistência camponesa no contexto das transformações recentes no Maranhão, demarcadas no desenvolvimento dependente brasileiro. O assentamento expressa a trajetória e as contradições da luta pela terra e da política de reforma agrária no estado e, insere-se na dinâmica social, política e econômica do município Açailândia.

A reforma agrária brasileira, defendida como uma necessidade para a resolução dos problemas e desigualdades do campo, apresenta contradições e limites no que se refere ao volume e à qualidade. Enquanto política pública, a reforma agrária constitui mediação entre as classes que vivem em conflito no campo, sendo a estrutura fundiária concentrada o elemento central da divergência existente.

A histórica concentração de terras brasileira dá sustentação para a desigualdade estrutural que caracteriza o país. O ordenamento fundiário, que orienta o uso, a posse, a propriedade e o uso dos recursos naturais, articula-se com a perspectiva dependente do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, cuja produção encontra-se atrelada em todos os aspectos aos interesses e necessidades da expansão capitalista orquestrada pelos países centrais.

No tocante ao uso dos recursos naturais para atender grandes corporações nacionais e internacionais, a exploração da Amazônia representa um marco referencial, principalmente na nova divisão internacional do trabalho, sustentada nos princípios da acumulação flexível. As novas formas de organização do trabalho se materializaram com o desenvolvimento dos setores madeireiro, siderúrgico e minerometalúrgico, através da implantação de grandes projetos e empreendimentos econômicos capitaneados pelo extinto Programa Grade Carajás, criado na década de 1980 e que se intensifica de forma complexa em várias partes e estados da região.

Sobre este processo de expansão capitalista na região, Durans (2007, p.02) esclarece que “historicamente a formação, desenvolvimento e acumulação capitalista tem contado com a intervenção decisiva do Estado e tem se desenvolvido de forma desigual e combinada, segundo os interesses capitalistas nacionais e estrangeiros”, sendo que para se efetivarem, estes empreendimentos demandam, via de regra, grandes extensões

de terra, força de trabalho barata e farta, assim como abundância de recursos e fiscalização ambiental não rígida, o que tem sido facilmente encontrado.

As novas demandas têm implicado expropriação das condições de trabalho das famílias camponesas, reconfigurando a questão agrária, posto que surgem novos sujeitos sociais, para além da figura do fazendeiro-latifundiário, o que reconfigura as relações de trabalho, a luta e a resistência camponesas. Com o avanço do capital na agricultura, o enfrentamento das famílias passa a ser diretamente com o agronegócio. Neste sentido, o processo de organização das famílias sem terra na luta pela fazenda Califórnia dá-se sob a disputa entre os interesses do capital e dos camponeses, enredadas pelas relações contraditórias e complexas próprias da movimentação do capital na região, nas particularidades de Açailândia⁵⁷, município criado na década de 1980, no contexto do avanço das fronteiras na Amazônia.

3.1. O ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA NA DINÂMICA SOCIOECONOMICA DO MUNICÍPIO AÇAILÂNDIA: processo histórico

Antes de adentrar nas particularidades sociais e econômicas do município, reafirmo como pressuposto que o processo de trabalho, condição *sine qua non* da vida humana, ao longo da formação do homem, enquanto ser social, sofreu grandes transformações, sendo que no modo de produção capitalista tem sido alvo de constantes reconfigurações, cujo objetivo principal é a garantia da acumulação e ampliação da riqueza.

Na estrutura organizativa deste modo de produção, sendo sua lei absoluta a produção da mais valia (MARX, 2008, p.721) a força de trabalho não é comprada

... para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção.

⁵⁷Açailândia foi emancipada de Imperatriz em 06 de junho de 1981, através da Lei 4.299/81 e fica distante 553 km de São Luis, capital do estado do Maranhão.

Portanto, a função primeira da força de trabalho, na verdade, função única, sob o ponto de vista do capital é gerar riqueza de forma ampliada para o capitalista. Para tanto, precisa este apenas pagar por aquela. E seu pagamento se dá de forma a garantir sua própria reprodução, com o intuito de deixar-lhe em condições físicas e mentais de trabalho. Porém, a dinâmica não se dá de maneira simples, posto que a necessidade imperiosa de ampliação do capital faz com que o capitalista busque sempre novas estratégias para tal. Neste processo, a composição do capital apresenta-se como elemento de grande importância, o que para Marx (2008) era explicada sob os aspectos do valor e da matéria.

No que se refere ao valor, o autor considera que a composição “é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios e produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários” (MARX, 2008, p.719). Já em termos de matéria, o capital “se decompõe em meios de produção em força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados” (idem)

O “segredo do sucesso” do capitalista, sua competência em gerar lucros, portanto, se encontra exatamente na medida em que ele vai estabelecer para cada um destes dois ingredientes na composição de sua produção. De forma simples, o esforço é fazer com que menos força de trabalho (força motriz do valor) produza o máximo possível, e neste sentido, acontece a substituição do capital variável (trabalho vivo ou força de trabalho) pelo capital constante (trabalho morto ou meios de produção). Todo o esforço despendido pelo capitalista é pelo menos manter a taxa média de lucros.

E, nesta busca de acumulação crescente, a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2008, p.733)

Mas, acontece que o capitalismo se caracteriza por crises, as quais precisam ser compreendidas como estruturais deste sistema, perpassando por toda sua história. Neste sentido, neste estudo,

... a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC,

a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise**. (NETTO, 2007, p.157, grifos do autor)

Em tempos de crise, quando acontece a queda da taxa média dos lucros, faz-se vital para o MPC a busca de estratégias para recuperar a taxa média dos lucros. Dentre estas pode ser identificada a intensificação da exploração da força de trabalho.

Araújo (2011), ao analisar as condições de exploração da força brasileira em períodos recentes, associa a exploração da força de trabalho com a histórica condição de dependência do país em relação aos países industrializados ou centrais, conforme foi abordado no primeiro capítulo desta tese. Para o autor “a pressão por novos espaços de valorização do capital no contexto da crise impôs aos países dependentes um grau sem precedentes de abertura de suas economias” (ARAÚJO, 2011, p.179)

Apesar dos estudos do autor tratarem de um período recente do desenvolvimento do capitalismo no país (1990 a 2007), o contexto da atual ocupação da Amazônia reforça a abertura de um espaço privilegiado para a valorização do capital internacional em economias dependentes como a brasileira, e implica a intensificação da exploração da força de trabalho na região. O modelo de produção ali adotado, de modo geral tem se consolidado como um processo da superexploração da força de trabalho, principalmente com a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, a exemplo do extinto Programa Grande Carajás – GPG e atualmente representado por empresas, principalmente, do setor siderúrgico e madeireiro.

Tal contexto permeia a formação socioeconômica de Açailândia, município que tem sua criação articulada com a intensificação da exploração dos recursos naturais da região amazônica na atualidade, e onde se encontra o assentamento Califórnia, referência empírica desta pesquisa.

O Maranhão vivencia uma intensificação, a partir da década de 1980, da dinâmica econômica desenvolvimentista de caráter dependente da década de 1950, a qual já foi abordada anteriormente. Tal dinâmica insere o estado na rota do capital transnacional, cujas bases se movimentam nos três setores produtivos, com destaque à produção industrial e a agropecuária.

A década em questão fez efervescer múltiplos nichos produtivos e, conseqüentemente, o rebuliço característico das massas em busca de trabalho. Foram grupos de trabalhadores em busca da promessa do ouro nos garimpos; a abertura das

matas para a indústria madeireira e formação de pastos para a pecuária extensiva; a abertura de rodovias e ferrovias e a construção de portos e aeroportos.

Açailândia, município localizado na mesorregião Oeste Maranhense, microrregião e município Imperatriz, e na Amazônia Maranhense, área da Amazônia Legal, de acordo com Mesquita (2010) resultou do grande surto desenvolvimentista desencadeado no governo de Juscelino Kubitschek (1956 - 1961), especificamente da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1958. Seus primeiros habitantes foram os mateiros, trabalhadores braçais da obra, que construíram os “barracos da obra” embaixo dos grandes açazeiros, às margens de riachos. Terminada a construção, a área continuaria a ser habitada.

MAPA 5: Localização geográfica de Açailândia⁵⁸ – Maranhão



Fonte: Laboratório de georeferenciamento da UFMA

⁵⁸ Açailândia encontra-se situada a 47° 30' 17" de longitude Oeste e 04° 56' 48" de latitude Sul, e com área territorial de 5.806 km², limita-se ao Norte com o município Itinga do Maranhão, ao Sul com João Lisboa e São Francisco do Brejão e a Oeste com o município Cidelândia. (DIAS e BRUNETT, 2009). Importante observar sua localização em relação ao Pará, pensando o itinerário feito pelos trilhos da Ferrovia Carajás.

A beleza e a abundância dos recursos naturais tomaram fama, despertando a cobiça de grandes empresários de várias regiões do país. E, foi com a perspectiva de exploração das matas virgens que foi formado o “corredor da madeira”, cuja retórica de desenvolvimento lhes possibilitou a exploração incondicional dos recursos naturais da região. Os madeireiros ainda contavam com a flexibilidade das leis ambientais que (não) regiam na região.

O intenso desmatamento imprimido na região e a consequente diminuição da madeira nativa resultaram na redução, quase extinção da atividade madeireira, as grandes áreas foram sendo ocupadas/aproveitadas para o plantio de capim. Apesar do primeiro projeto pecuário ter se instalado na região em 1968, foi na década de 1980, que foi intensificada a implantação de grandes projetos de pecuária extensiva, atividade que, diferentemente da extração madeireira não diminuiu, muito ao contrário, se intensificou e ampliou. Na década, o efetivo do rebanho bovino sofreu pouca alteração em termos de diminuição, conforme dados do IBGE apresentados na tabela 20.

TABELA 20: Evolução do rebanho bovino – Açailândia (2004 a 2010)

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cabeças	406.684	415.428	410.363	405.617	450.152	431.820	423.650

Fonte: adaptado do IBGE (2011)

Como exposto nos números apresentados, na última década o contingente bovino do município não sofreu alteração que comprometesse a produção, no sentido de quantidade, visto que apesar de haver uma queda em 2007 de 4.746 cabeças em relação a 2006, a quantidade é recuperada em 2008, alcançando 450.152 cabeças. E, ainda que nos dois anos subsequentes haja uma queda de 18.332 cabeças em 2009 e 26.502 em 2010, pode ser observado que o quantitativo registrado neste último ano supera em 16.966 unidades em relação a 2004, totalizando 423.650 animais em 2010.

As atividades industriais também tiveram início ainda na década de 1960, com a instalação da usina Canguru e a Serraria Pica-Pau em 1962, o que, com o melhoramento das rodovias e abertura de muitas estradas vicinais devidas ao transporte das madeiras, elevou o processamento madeireiro, fazendo com que em Açailândia a atividade contasse com 63 serrarias em 1989 (MESQUITA, 2010, p.95)

Nos anos 1990, em paralelo às atividades primárias, as atividades industriais foram intensificadas, com a instalação do polo guseiro em Açailândia, o qual cumpriria

importante função no complexo sistema implantado com o Programa Grande Carajás – PGC. As cinco siderúrgicas, atualmente instaladas no município, a Ferro Gusa do Maranhão (Fergumar), Viena, Pindaré, Simasa e a Gusa Nordeste são responsáveis pelo processamento do ferro gusa em lingotes, tipo de aciaria e fundição do produto. Na dinâmica produtiva, o ferro, matéria-prima utilizada, fundido em torno temperatura de 800 a 900° C, transforma-se em ferro-gusa, que por sua vez constitui matéria-prima na produção de aço. De acordo com Chaves (2011, p.52)

O processo produtivo do ferro-gusa nas siderúrgicas se dá basicamente em três estágios: (1) a produção de ferro-gusa através da redução do ferro pelo carvão num alto forno, (2) a transformação do ferro-gusa em aço (aciarias) e a (3) a laminação dos lingotes para especificação do tipo de produto final.

[...]

Nas indústrias siderúrgicas o ferro é fundido em altas temperaturas com o carvão vegetal, assim o ferro absorve mais carbono que o carvão e se transforma em gusa, saindo do forno em estado líquido incandescente (lingotes), sendo mais tarde transformado em aço ou ferro fundido.

Os elementos que não compõem o gusa formam a escória, um subproduto do ferro, e em algumas siderúrgicas são reutilizados na fabricação de novos produtos, como o cimento por exemplo. A figura demonstra melhor como se dá o processo de produção do ferro gusa em um alto-forno.

O processamento guseiro constitui hoje a maior referência produtiva no município, apesar de não representar a maior participação na economia municipal e tem como fonte de fornecimento de ferro a mina de ferro Carajás, localizada no sul do estado do Pará, de onde é transportada através da Ferrovia Carajás. Esta ferrovia compõe a tríade produtiva da empresa Vale, na região, sendo responsável pelo escoamento da produção dos minérios extraídos da Mina Carajás (PA), até seu destino de embarque, no Porto Ponta da Madeira em São Luis (MA). Construída na década de 1980, ampliou sua atuação, sendo também responsável pelo escoamento de grande parte da produção de grãos, cuja exportação acontece através do polo portuário de São Luis.

A dinâmica econômica desenvolvida ao longo deste processo em Açailândia, com a abertura e melhoramento de estradas e rodovias, com a exploração de recursos naturais, a existência de terras abundantes e férteis, a construção da Ferrovia Carajás, inclusive com uma das estações mais importantes da malha ferroviária do estado, desencadeou nos “quatro cantos do país”, o ideário de “progresso”, de “desenvolvimento”, fazendo da cidade o “El dourado” da região Amazônica.

A cidade Açailândia encontra-se localizada em ponto estratégico para a circulação de mercadorias na região e no país, e compõe um “entroncamento do desenvolvimento”, sendo cortada por duas importantes rodovias: a BR 222, que liga muitos municípios interioranos à capital, São Luis e; a BR 010, que faz a ligação Belém a Brasília; além de que dos municípios cortados pela Ferrovia Carajás, é o que dispõe de maior extensão de trilhos, com 123,6 km de ferrovia (FUNDAÇÃO VALE, s/d, p.01); e como já foi dito, dispõe de uma importante estação ferroviária. Assim, com muita facilidade de acesso e promessas de vida farta, o município vivenciou um *boom* demográfico de grandes dimensões, com um afluxo de trabalhadores migrantes vindos de todas as regiões brasileiras e de vários países, o que lhe fez alcançar um contingente populacional de mais de 80 mil habitantes no início de 1990. A tabela 21 apresenta a evolução populacional de 1991 a 2010.

TABELA 21: Evolução populacional – Açailândia (1991 a 2010)

Ano	População	Crescimento absoluto	Crescimento (%)
1991	83.820		
1996	101.427	17.607	17,35
2000	88.320	- 13.107	- 14,84
2004	100.841	12.521	12,41
2005	103.609	2.768	2,67
2006	106.357	2.749	2,58
2007	97.034	- 9.323	- 9,60
2008	100.017	2.983	2,98
2010	104.047	4.030	3,87

Fonte: Adaptado do IBGE 2010 e IMESC (2010)

A dinâmica populacional do município teve, então, um crescimento de 1.991 para 2.010, um período de 19 anos, de 20.227 habitantes, porém analisando os dados, é fácil perceber que no início da década de 1.990, em apenas cinco anos, o município saiu de contingente populacional de 83.820 habitantes em 1.991, para 101.427 pessoas em 1.996, o que representa um acréscimo de 17, 35% no período, o que pode indicar resquícios da alavancada demográfica da década anterior por conta do contexto exploratório da região. De 1.996 a 2.000 a população do município diminuiu 13.107 habitantes (-14,84%) e a partir daí foi apenas recuperando seu contingente populacional chegando a 104.047 habitantes em 2.010, com um crescimento real de 1.991 a 2.010 de

2,51% no período. Para o ano 2.011 a estimativa feita pelo o IBGE é de 105.255 habitantes para o município.

Dados recentes mostram indicadores importantes sobre o município, como por exemplo, a alta taxa de urbanização que caracteriza a condição da população local. A tabela 22 mostra de forma evidenciada que desde sua criação, na década de 1.990, Açailândia já apresenta uma dinâmica bastante intensa no sentido de concentrar sua população no espaço considerado urbano.

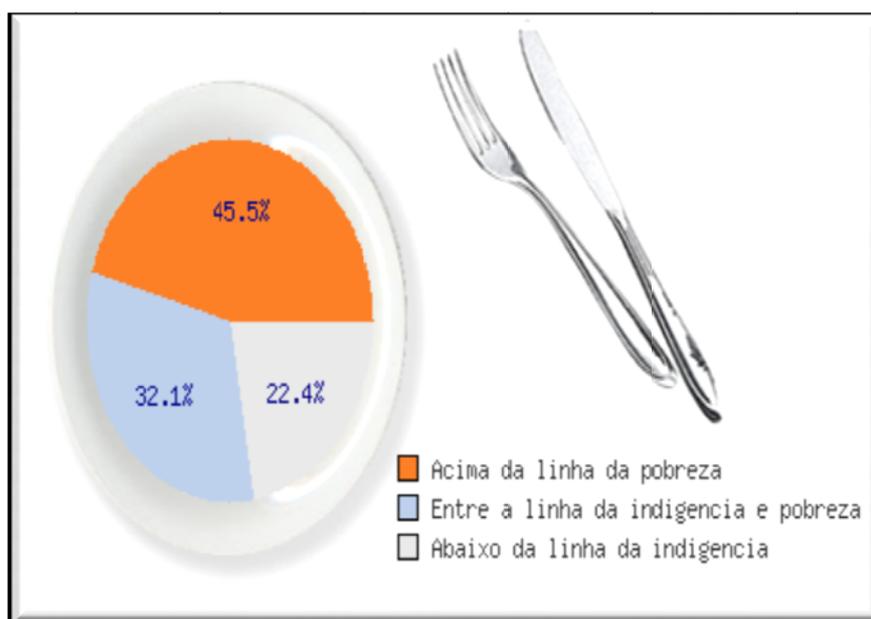
TABELA 22: População por situação de domicílio - Açailândia – MA (1991, 2000, 2007 e 2010)

População	1991	2000	2007	2010
Urbana	46.195	64.164	73.386	78.237
Rural	17.431	24.156	23.648	25.810
TOTAL	63.626	88.320	97.034	104.047
Taxa de urbanização	72,60%	72,60	75,60	75,20

Fonte: adaptado de Dias e Burnett (2009) e IBGE (2010)

Como pode ser observado, a taxa de urbanização desde a primeira década da organização institucional do município não sofreu nenhuma alteração substancial em relação à dinâmica estadual. Em termos de renda, de acordo com dados do IBGE, o PIB do município passou de 843 milhões em 2.003 para 1,8 bilhão em 2.007, com crescimento bruto de 108,6% em apenas quatro anos. Apesar da economia do município constituir uma das mais importantes do estado, as desigualdades caracterizam sua relação social, pois conforme dados do Censo Demográfico de 2.010, usados nas compilações feitas por entidades representativas do setor industrial do estado, mais de 50% da população açailandense encontra-se na condição de pobreza e de indigência, conforme mostra o gráfico 15.

GRÁFICO 15: Distribuição da população conforme sua condição na distribuição de renda (em %) – Açailândia (2010)

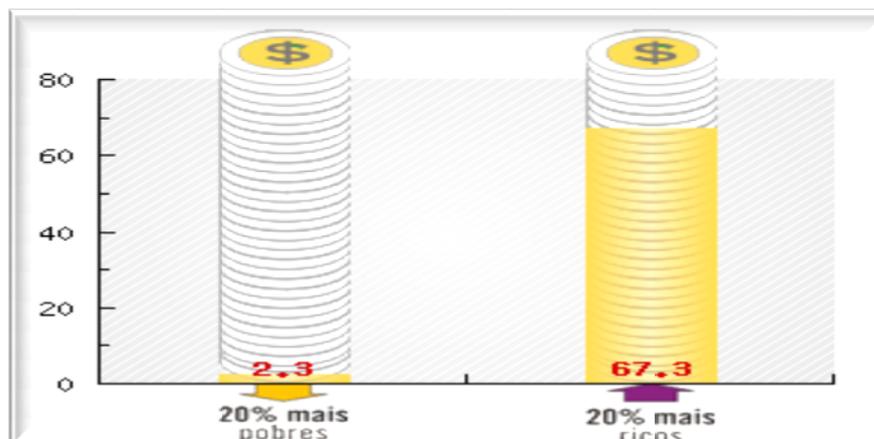


Fonte: Censo Demográfico 2010 (citado por IEL e outros, 2010, p. 02)

O gráfico mostra que 45,5% da população local encontra-se acima da considerada linha de pobreza, enquanto 55,5% divide-se entre pobres, indigentes e miseráveis, encontrando-se abaixo da linha da indigência, 22,40%. Interessante observar que na classificação adotada são usadas as terminologias pobreza e indigência, sendo a última diferenciada da miséria, posto que aponta um percentual considerado abaixo da indigência, entendido aqui como miséria. Portanto, tal nomenclatura dificulta a identificação do percentual realmente pobre e miserável, pois na concepção geral, indigência constitui miséria⁵⁹. O Censo demográfico 2.010 indica também que a incidência da pobreza no município chegou a 58,66% em 2.003. Sobre a concentração de renda no município, esta se mostra bastante acentuada, conforme pode ser observada no gráfico 16.

⁵⁹ Sobre a metodologia, o IEL esclarece que “Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem rendimento per capita menor que 1/2 salário mínimo. No caso da indigência, este valor será inferior a 1/4 de salário mínimo.” (IEL e outros, 2010, p.02)

GRÁFICO 16: Percentual da renda pelos 20% mais pobres e 20% mais ricos – Açailândia (2000)



Fonte: Censo Democrático 2000 (citado por IEL e outros, 2010, p. 03)

Os dados são enfáticos quanto à concentração de renda, que aumentou no período de 1991 a 2.000, com o crescimento econômico da região. Os 20% mais pobres da população em 1991 ficavam com 3,2% da renda caindo esta participação para 2,3% em 2.000; enquanto que os 20% mais ricos de Açailândia, em 2.000 concentravam 67,3% da renda municipal, o que significa quase 30 vezes mais que os 20% mais pobres da população.

A intensa dinâmica produtiva apontada anteriormente desencadeou o setor de comércio e serviços, que se organizou de forma consistente e expressiva, observado com a tendência de crescimento constante do setor, o que o fez saltar em sua participação no valor agregado a preços correntes do PIB municipal de R\$ 325.713,00 (trezentos e vinte e cinco mil, setecentos e treze reais) em 2.002 para R\$ 671.241,00 (seiscentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais) em 2006.

Atualmente, com esse setor consolidado, na cidade podem ser encontrados estabelecimentos comerciais dos mais variados ramos que atuam no estado e no país. Composto o setor podem também ser encontrados bancos públicos, sendo que em 2008 possuíam agência da Caixa Econômica, do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil e Banco do Nordeste; assim como de bancos privados de bandeira nacional e internacional, como Bradesco e HSBC, com um quantitativo de seis agências no total, conforme dados do IMESC (2010)

Os grandes projetos capitalistas implantados na região representavam, e representam, a nova divisão internacional do trabalho. Ao Maranhão, neste sentido, como

periferia da periferia da produção hegemônica, e seguindo sua tradição produtiva histórica, cabe a produção de matéria bruta para territórios centrais da produção. Mesmo a indústria considerada moderna do estado caracteriza-se como indústria de base, ou indústria pesada, sendo o processo de beneficiamento considerado de fase inicial da cadeia industrial. Nos produtos exportados pelo estado, conforme mostra a tabela 23, de 2.005 até junho de 2.008, o complexo ferro e o complexo alumínio apresentam a tendência em concentrar a pauta das exportações.

TABELA 23: Composição das exportações maranhenses (por principais categorias de produtos - US\$ e %)

Categoria de Produtos	2005 US\$ F.O. B.	Part %	2006 US\$ F.O. B.	Part %	2007 US\$ F.O. B.	Part%	2008 (jan- jun) US\$ F.O. B.	Part%
Total	1.501.033.919	100	1.712.701.103	100	2.177.154.787	100	987.536.077	100
Complexo ferro	766.849.772	51,09	703.048.411	41,05	1.004.030.677	46,12	491.433.070	49,76
Complexo alumínio	465.174.207	30,99	737.818.119	43,08	857.054.960	39,37	411.561.820	41,68
Complexo Soja	221.780.462	14,78	231.136.022	13,50	266.801.955	12,25	65.750.517	6,66
Combustíveis e Lubrificantes	8.449.076	0,56	8.706.538	0,51	13.852.754	0,64	7.541.978	0,76
Complexo madeiras	10.898.174	0,73	10.242.389	0,60	11.020.227	0,51	4.660.563	0,47
Rutosídeo	6.050.534	0,40	5.013.503	0,29	5.979.871	0,27	1.192.528	0,12
Complexo Couros	473.617	0,03	3.326.490	0,19	4.297.533	0,20	78.132	0,01
Complexo Etanol	0,00	0,00	0,00	0,00	1.665.224	0,08	0,00	0,00
Complexo Babaçu	142.848	0,01	143.505	0,01	191.808	0,01	1 60.560	0,02
Outros	21.215.229	1,41	13.266.126	0,77	12.259.778	0,56	5.156.909	0,52

Fonte: MICT (citado por HOLANDA, 2008, p. 31)

Como pode ser observado, a soma dos dois complexos na participação das exportações no ano 2005, chega a 82,08% do total deste segmento econômico. E, esta participação é sempre crescente nos anos seguintes, alcançando a marca de 84,13% em 2006, 85,49% em 2007, e o ano 2008, até junho, o montante chega a 91,44% do total de produtos exportados pelo estado no período analisado pelo Instituto. Também pode ser facilmente observado que outros produtos, exceção feita ao complexo soja⁶⁰ têm participação inexpressiva no montante exportado. Outra informação que se tira dos dados é a confirmação de que os produtos voltados à exportação seguem a lógica do não

⁶⁰ Importante destacar que o complexo soja, terceiro produto mais importante em termos de exportação, apesar de apresentar constante crescimento em quantidade exportada, em termos percentuais, faz caminho inverso, caindo de 14,78% sua participação no montante exportado em 2005 para 12,25% em 2007, perdendo, portanto, cada vez mais espaço na composição da economia estadual.

beneficiamento final, conforme abordagem anterior, pois através da exportação os dois maiores e mais importantes produtos ultrapassam as fronteiras do país em estado natural. Em termos de beneficiamento destes produtos, o máximo a que chegam é à metalurgia básica e à produção de alumínio e alumina.

No setor primário, o município se destaca pela expansão da silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados, tendo produzido 27.446 toneladas de carvão vegetal em 2010 (IBGE, 2011). O IMESC (2008), com base em dados do IBGE, mostra que este tipo de atividade tem importante participação no setor e que vem crescendo no estado, conforme pode ser observado na tabela 24.

TABELA 24: Composição setorial do valor adicionado do agronegócio - Maranhão (2002 – 2005, em %)

ATIVIDADES	2002	2005
Lavoura temporária	35,89	33,60
Lavoura permanente	5,52	3,36
Pecuária	21,83	20,50
Silvicultura, expl. Florestal e serv relacionados	9,02	17,06
Pesca	4,40	3,63

Fonte: IBGE (citado por HOLANDA, 2008, p.25)

Os números apontados na tabela acima mostram claramente a evolução das atividades ligadas à silvicultura no estado, com um crescimento bastante significativo. Em apenas três anos, de 2002 a 2005, este segmento produtivo do agronegócio saltou de 9,03% para 17,06%, apresentando uma elevação de quase 100% na sua participação na composição setorial no período. Importante destacar que todos os outros grupos produtivos apresentaram uma queda em termos de composição setorial.

A participação do município Açailândia no desenvolvimento das atividades em questão é demarcada pelo órgão estadual de pesquisa citado, através de análise sobre a composição setorial adicionado do agronegócio no Maranhão. Sobre o assunto, o Instituto alerta que um importante detalhe é

... que os municípios responsáveis majoritariamente pela expansão da silvicultura no Estado são aqueles próximos às áreas de operação das guserias (Açailândia, Bom Jardim, Centro Novo do Maranhão, entre outros), o que indica que a atividade que vem conhecendo uma forte expansão no Estado é a produção de carvão vegetal. (IMESC, 2008, p.25)

E, conforme já abordado no primeiro capítulo, os limites da participação da economia no estado já foram reconhecidos pela instituição organizadora da produção industrial no estado, a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão – FIEMA.

As informações apresentadas acima expressam o resultado da “euforia maranhense” e seu otimismo exacerbado às promessas dos grandes projetos implantados na década de 1980, evidenciando o caráter de desenvolvimento que os governos militares pretendiam para a região Amazônica com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, cujos objetivos estratégicos eram

Ampliar a base do sistema industrial e aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. (...). Os dois objetivos estratégicos deveriam ser perseguidos mediante ações que se reforçassem mutuamente, pois a abertura ao exterior deveria apoiar-se principalmente na reconstrução do sistema industrial e esta deveria buscar a linha das economias de escala mediante o acesso a mercados externos. Tinha-se em vista aumentar a produção de minério de ferro, de bauxita, de aço, de alumínio, de celulose e papel, da petroquímica, todas as atividades que apresentavam a dupla vocação de reforçar a base do sistema industrial e criar excedentes exportáveis” (FURTADO, 1982, citado por MADEIRA, 2009, p.07).

Para cumprir tais objetivos, coube à região Amazônica centrar-se no Programa Grande Carajás – PGC, cuja atuação alcançava os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, grande parte das atividades em pauta.

A pecuária, somente no município Açailândia, conforme dados apresentados pelo IBGE, teve o rebanho crescido de 344.591 cabeças em 2006 para 431.820 em 2010, o que representa um aumento de cerca de 25%. Destaque para o fato de que o rebanho da região é destinado majoritariamente para corte, com a ordenha de apenas 60.451 vacas, significando um percentual em torno de 14% do contingente total de cabeças existentes em 2010.

A prática da pecuária no contexto do modelo produtivo organizado pelo agronegócio, cujo objetivo é a acumulação de capitais com a redução de custos, encontra no desmatamento a prática mais “racional”, uma vez que o custo de recuperação dos solos degradados pela pastagem é muito alto. Mesquita (2006), em seus estudos sobre a dinâmica da pecuária no estado, chama atenção para o veloz avanço das pastagens. Tomando como base os dados de censos agropecuários o autor observa que a

... significativa mudança do uso do solo a favor da pecuária evidenciada pelos censos agropecuários ao longo dos 25 anos, chama atenção pelo tamanho e velocidade com que as pastagens avançaram. Em termos de

área ocupada, em 1995, isso representa cerca de 2.905.511 hectares ou 42,7% da área desmatada total (6.813.843 ha) naquele ano. Ou seja, isso dá a dimensão real do problema que a pecuária representa para o desmatamento e de sua importância na compreensão do mesmo. (MESQUITA, 2006, p.417/8).

É importante destacar que a respeito da responsabilidade da pecuária no elevado nível de desmatamento, o autor acima, com base em Banco Mundial (2003) afirma que

A expansão da pecuária bovina constitui, efetivamente, o pilar mestre e o motor do aumento das áreas desmatadas, porque lhe coube a abertura contínua de novas áreas, desmatadas. Esse fato é um consenso na literatura que trata essa questão na Amazônia Legal. (MESQUITA, 2006, p.419)

Então, a prática agropecuária desenvolvida pelo agronegócio traz as marcas da concentração fundiária. De acordo com estudos feitos por Almeida (2012), esta é a atividade que mais tem concentrado terra no município Açailândia, sendo que no período de 1996 detinha 80% das terras destinadas à produção e em 2006, compondo com a criação de outros animais alcançou 92,5% das terras municipais. Da pesquisa e organização de dados a autora conclui que

... a concentração de terras é uma das principais características do município. De acordo com dados do IBGE, a pecuária é a atividade que concentra maior quantidade de terras no município, tendência que tem se mantido nos últimos anos. (ALMEIDA, 2012, p.78)

A pecuária também agride o meio ambiente, pois degrada os sistemas ambientais, chegando a comprometer biomas importantes como o Cerrado e a Amazônia; degrada o solo, provocando compactação e erosão do solo; e polui os recursos hídricos pelo material ali depositado. Mas, os impactos desta atividade econômica não acontecem apenas na natureza, pois provoca consequências também para a organização do trabalho no campo.

Contrariamente, o trabalho camponês caracteriza-se fundamentalmente pela produção agrícola diversificada. Diferentemente dos monocultivos encontrados em grandes extensões, nas roças pode ser encontrada uma variedade de produtos, como o arroz, feijão, milho e mandioca, assim como o quiabo, maxixe, pepino e tantos outros. Tudo para a sobrevivência das famílias, com, primeiramente, o consumo da produção e, em segundo plano, a venda de excedente.

Assim, como resultante da dinâmica das transformações recentes da economia estadual, em Açailândia também foram reconfiguradas as relações de trabalho. Se antes,

na região, e de forma muito particular no campo, predominavam as relações de trabalho para a produção de alimentos, estas vão sendo mediadas pela configuração da produção não mais de alimentos, mas de mercadorias, cuja orientação é dada pelos valores do mercado. A preocupação das famílias camponesas em atender as necessidades de suas famílias, que antes conflitava com os interesses concentradores dos latifundiários grileiros, agora conflita e enfrenta outros poderes, outros interesses, os interesses, no caso, do capital transnacional.

A dinâmica econômica, política e social desencadeada em Açailândia desenha um quadro de contrastes e conflitos que se apresenta como grave e profundo, cujas raízes encontram-se fincadas na desigualdade e exploração da força de trabalho, no irracional uso dos recursos naturais, e com isso os projetos chamados de desenvolvimento ali instalados têm provocado problemas de grandes proporções. O modelo produtivo adotado pela economia estadual, seguida pelo município, principalmente no que se refere à pecuária e à indústria exige fundamentalmente a concentração de grandes áreas de terra, a primeira, no caso, para a produção de pasto e a segunda para a produção de eucalipto.

A contribuição destas práticas produtivas para a economia de Açailândia elevou seu PIB, fazendo o município ocupar posições importantes na participação na economia estadual. Conforme dados do IMESC (2010), de 2002 a 2009 esta participação oscila entre o segundo e terceiro lugar no *raking* estadual. Nas atividades que se apresentam relevantes neste setor, a produção municipal desenvolve a silvicultura, a exploração vegetal e serviços relacionados, com destaque para a produção de carvão vegetal, conforme informações do IMESC (2009, p.47)

No que se refere ao setor industrial, em 2009 o município ocupava a segunda posição, com a produção do ferro gusa, como atividade principal; enquanto que no setor de serviços ocupava a terceira posição (IMESC, 2010). Como pode ser observado com as informações acima, Açailândia apresenta-se com importante participação na economia estadual nos três setores de produção, no entanto, apesar dos números possibilitarem uma ideia positiva sobre o município, a configuração sociopolítica encontra-se dissociada deste quadro, conforme pode ser observado em alguns aspectos abordados neste texto.

A estrutura fundiária é um dos aspectos que demonstram o desacordo entre os indicadores econômicos e os sociais de Açailândia. Almeida (2012), referendando-se por

dados do IBGE mostra que esta estrutura sofreu concentração de 1995 a 2006, conforme pode ser observado na tabela 25.

TABELA 25: Estrutura Fundiária - Açailândia (1995 – 2006)

Classificação	Ano	
	1995	2006
Latifúndio	59	66
Minifúndio	5	8
Pequena propriedade	20	14
Média propriedade	16	12

Fonte: ALMEIDA (2012, p.76)

Como exposto, a dinâmica econômica de Açailândia incide sobre a estrutura fundiária, com o aumento do latifúndio de 11,86% de 1995 a 2006, fazendo com que o latifúndio salte de 59% para 66% da estrutura fundiária; enquanto o minifúndio, no período correspondente saltou de 5% para 8%, o que significou um crescimento de 60%. Já a pequena e a média propriedade sofrem alteração de forma negativa, correspondendo a queda a 30% e 25%, respectivamente. No caso da pequena propriedade, o percentual cai de 20% para 14% e a média de 16% para 12%.

Acrescenta-se à complexidade da dinâmica açailandense a duplicação da ferrovia Carajás, que compõe a ampliação da exploração mineral da Serra dos Carajás, a ser articulado com a construção do quarto píer no Porto de Ponta da Madeira. A perspectiva apontada pelos movimentos e organizações sociais que atuam na região para esta duplicação é o agravamento dos problemas e dos conflitos entre os interesses das empresas e dos trabalhadores e populações atingidas, como as indígenas, os ribeirinhos, os assentados e quilombolas que moram ao longo do trecho ferroviário.

A duplicação da ferrovia Carajás, assim como os problemas causados pela empresa Vale e as siderúrgicas, em particular, tem desencadeado a articulação e organização das populações atingidas e da sociedade em geral, a exemplo da Rede Justiça nos Trilhos - JnT⁶¹, organizada desde 2007 por organizações, movimentos,

⁶¹ A Rede Justiça nos Trilhos, nascida "Campanha Justiça nos Trilhos" tem como entidades coordenadoras os Missionários Combonianos, o Grupo de Estudos Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), os fóruns Carajás e Reage São Luis, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicato dos Ferroviários do Maranhão, Tocantins e Pará.

entidades sindicais e grupos acadêmicos, para refletir sobre a atuação da Vale e exigir as reparações devidas aos danos sociais e ambientais causados na região. Em escala internacional, a Rede compõe a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale.

Além da Rede Justiça nos Trilhos – JnT, outros sujeitos de luta política são reconhecidos na região, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, movimento de âmbito nacional que empreende uma luta pela terra e pela reforma agrária desde a década de 1980 e responsável na região, pela organização das famílias sem terra no processo de ocupação de terras e conquista de muitos assentamentos. Composto as particularidades da luta pela terra e confrontando a desigualdade no campo, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Açailândia – STR, tem organizado famílias para lutarem e resistirem no campo.

Articulado ao processo de luta, o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos – CDVDH, criado em 1996 pelo contexto de conflitos e desrespeito aos direitos das pessoas, principalmente dos trabalhadores. A atuação deste Centro tem merecido destaque no combate ao trabalho escravo na região. Merece destaque ainda a atuação da Paróquia São João, de responsabilidade da congregação comboniana, que tem atuado especialmente na zona periférica e camponesa do município, refletindo sobre os problemas e possibilidades de organização das populações pobres. Em termos sindicais, o Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia tem sido responsável por várias denúncias contra a superexploração que caracteriza as relações de trabalho nas guseiras existentes no município, assim como tem protagonizado ações e mobilizações de reivindicação dos direitos trabalhistas referentes ao operariado siderometalúrgico.

Dentre as várias associações de moradores existentes, a Associação dos Moradores do Pequiá de Baixo tem se destacado pela grandeza e complexidade da luta específica que vem travando contra a empresa Vale e as empresas siderúrgicas que atuam no município. Politicamente articulada com as outras organizações sociais, a referida associação tem conseguido fazer um enfrentamento firme com o capital ali instalado, mobilizando vários setores da sociedade nacional e internacional. Como resultado, as famílias moradoras do bairro, atingidas pela produção siderúrgica, juridicamente conquistaram o direito de remanejamento para área apropriada.

Importante demarcar que o caráter de luta que mobiliza a população trabalhadora em Açailândia não é recente, resultando de um movimento histórico de que tem a luta pela terra como uma das manifestações mais importantes e intensas. A região é

conhecida pelos conflitos em torno da terra. E, apesar dos poucos registros escritos acerca da particularidade desta luta nesta região, ela remonta aos conflitos que demarcaram a região conhecida politicamente como Bico do Papagaio. Os conflitos que caracterizam a região resultaram dos ajustes políticos, jurídicos e sociais, feitos pelo Estado para garantir a exploração da Amazônia Legal, orientada pela política agrária dos governos militares instalados por ocasião da ditadura política do país.

O Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT, órgão estatal de caráter repressivo criado na década de 1970, instalado na região, agia para garantir a manutenção da ordem fundiária e eliminar os focos de resistência camponesa, com destaque para a área de abrangência do Programa Grande Carajás. Dos focos de conflitos registrados na década de 1980 ligados a esta área, Açailândia compunha o conjunto de municípios em destaque, juntamente com Buriticupu e o atual município Bom Jesus das Selvas, comunidade conhecida no período como Km 100.

A história mostra que onde há concentração de terra, tem luta pela terra, seja esta mais ou menos intensa, mais ou menos organizada. Em Açailândia esta luta foi articulada com a luta por políticas de reforma agrária, o que resultou na conquista dos assentamentos: Francisco Romão, Açaí, Novo Horizonte, Planalto I, Planalto II, Santa Clara, João do Vale e Califórnia. O assentamento é aqui demarcado como uma expressão da luta camponesa porque apresenta natureza política e esta natureza se encontra manifesta antes, muito antes das famílias se constituírem “beneficiárias da política de reforma agrária”. Antes de qualquer outra questão, as famílias camponesas sem terra enfrentam os problemas e as contradições que são próprias do modelo de desenvolvimento, entre elas a falta de trabalho e a conseqüente migração campo-cidade.

Para além de um conceito sociológico, o termo constitui conceito essencialmente político, uma vez que traz a marca da luta. Oliveira (2001), fazendo uma retomada do que ele chama de “a longa marcha do campesinato brasileiro” elenca as várias lutas indígenas, negras e de posseiros, no movimento histórico dos conflitos por terra no país. Apresentando a atualidade, o autor indica a reorganização destas lutas, destacando a reorganização do capital no campo. É dessa dinâmica organizativa que os assentamentos resultam, enquanto uma luta por políticas de reforma agrária. A argumentação para tal afirmativa encontra-se no fato de que, em regra, a história dos assentamentos passa pela luta, ou seja, os assentamentos só são criados pelo Estado após a organização política das famílias sem terra.

Neste sentido, é possível dizer que a resistência camponesa, a partir dos assentamentos, acontece em várias dimensões e de diversas formas. Sobre a organização socioespacial, Fabrini (2007, p.10) aborda que

... a organização geográfica (demarcação da propriedade camponesa, por exemplo) implica em formas de organização social que parte do espaço para a sociedade, ou seja, o espaço surge como condição de produção e reprodução, pois através de uma determinada organização do espaço cria-se a possibilidade de reprodução do grupo social.

E, nesta perspectiva o assentamento Califórnia conta com a organização política do MST que “tem procurado estimular a aproximação das famílias camponesas a partir da organização do espaço”. (FABRINI, 2007, p.11). Ou seja, com a proximidade física proporcionada pela organização espacial existente nos assentamentos, outras dimensões organizativas são potencializadas, como a produção, a educativa, a cultural, assim como a econômica e a política. É no cotidiano as famílias têm repostas mais objetivas às suas necessidades, pois as convivências e relações de vizinhança, via de regra, estimulam a solidariedade, a amizade e o companheirismo, rompendo com o isolamento do camponês isolado.

A organização da produção nos assentamentos tem possibilitado a criação de associações, cooperativas e outros grupos produtivos, com iniciativas de formas de trabalho coletivo, ainda que muitas se apresentem frágeis. Na produção a resistência camponesa se manifesta de maneira bastante particular quando se nega a compor a produção empresarial, mantendo a diversidade de gêneros cultivados e, quando produz em uma área improdutiva e, muitas vezes, degradada pelo cultivo do capim ou pela exploração intensa da natureza. Outro aspecto importante são as experiências agroecológicas, com na diversidade de espécies a serem cultivadas e a não utilização dos agrotóxicos.

Politicamente, os assentamentos têm se constituído uma expressão de luta no campo. Através de suas entidades representativas e muitas vezes com participação direta, as famílias assentadas buscam a garantia de seus direitos junto aos órgãos e poderes públicos. As famílias negociam com as instituições responsáveis, se articulam com outros setores da sociedade a nível local, regional e muitas vezes nacional e internacional. Em geral, só através desta organização política os assentamentos garantem as políticas de reforma agrária e os serviços públicos em geral. Através da mobilização e da negociação é que os assentamentos têm conquistado escolas, infraestrutura, créditos para produção, assistência técnica, estradas.

Apesar de, em princípio, concordar com a ideia de Fabrini (2007, p.09) de que a resistência é para além dos movimentos sociais e que

... os movimentos não devem ser absolutizados ou exclusivos, como se tivesse o monopólio das lutas no campo. A resistência camponesa não se limita à ação/organização nos movimentos sociais, ou seja, as lutas camponesas não devem ser interpretadas somente na esfera dos movimentos sociais: o “movimento camponês” é mais amplo que “os movimentos sociais”

Considero que os movimentos sociais, em especial os que defendem a emancipação da classe trabalhadora, contribuem de forma significativa com o processo de organização e luta camponesa. Com isso defendo a importância das entidades e movimentos em dimensões fundamentais para o campesinato, a exemplo da formação política e das articulações e mobilizações. Neste sentido, estes sujeitos políticos têm contribuído efetivamente para a politização da luta camponesa, fazendo com que a luta supere os limites do corporativismo. Os assentamentos constituem, portanto, um exemplo importante.

Como argumento, cito o trabalho organizativo, formativo e mobilizador feito pelo MST junto aos camponeses assentados. Com atividades formativas de caráter político ideológico, o Movimento tem contribuído com o sentimento de pertença e identidade camponesa das famílias assentadas, o que desencadeia iniciativas e práticas políticas que buscam dar conta do cotidiano das famílias, como grupos de jovens, comunicação comunitária, grupos de teatro, comemoração de datas importantes para o assentamento, grupos de mulheres, grupos de estudo, reuniões e assembleias.

Na área da educação são cursos em todos os níveis, que vão desde a alfabetização até a pós-graduação e, em articulação com várias universidades brasileiras, têm estimulado o estudo junto a uma população que tradicionalmente teve a educação como um direito negado. Porém, quando falo de educação, esta se materializa para além da escola, com base na pedagogia libertadora de Paulo Freire, numa educação que forme sujeitos críticos e propositivos, que consigam ler a realidade e que a transformem.

Estes são aspectos importantes que não podem ser ignorados para a compreensão da resistência camponesa, na particularidade dos assentamentos, que permeados pela contradição e pela complexidade, apresentam níveis diversos de organização, de luta e de resistência. Assim, entendo que o campesinato possui mecanismos e estratégias de resistência e, organizados em assentamento, fortalecem a luta por conta da natureza política e das possibilidades socioespaciais proporcionadas.

Além disso, defendo que o campesinato organizado politicamente por entidades, sejam sindicatos ou movimentos sociais, apresenta uma perspectiva política mais ampla e, portanto, mais consistente.

As lutas camponesas sejam nos assentamentos, nas áreas indígenas ou quilombolas, na forma como hoje se apresentam, compõem uma questão agrária reconfigurada em seus aspectos gerais e de forma particular nas relações de trabalho, e, nesta reconfiguração do contexto sociopolítico do campo, o principal inimigo político da produção camponesa muda de figura e amplia suas articulações, e do patético e ridicularizado sujeito atrasado, o fazendeiro coronel que caracterizava a região periférica do sistema econômico central alargou suas relações, e além do Estado, agregou-se ao capital transnacional, reformulando suas práticas produtivas e adotando o conceito de produção mercadológica do capital. E nesta perspectiva, agora na condição de empresário do agronegócio estabelece novas relações de produção.

Neste sentido, as relações de trabalho reconfiguradas se apresentam nas novas formas do trabalho surgidas: as famílias camponesas, de trabalhadores autônomos, sofrem um processo de proletarianização, esta no próprio campo ou nos centros urbanos. Sobre a proletarianização dos camponeses nos centros urbanos, vale lembrar, conforme já abordado neste trabalho, que esta tem como elemento primeiro a expropriação das terras e suas condições de trabalho. No caso da instalação de tais projetos, esta situação fica evidenciada na análise de Feitosa (1994, citado por MESQUITA, 2010, p.81), acerca da expropriação camponesa. De acordo com o autor,

Expropriada do campo no Maranhão, desbancada do uso e da propriedade da terra, marcha Amazônia adentro no sentido do garimpo e de outros “grandes projetos” lá naquela região, Serra Pelada, por exemplo. [...] O maranhense trabalhador que fica aqui para os trabalhos de construção da ferrovia e do porto são aqueles que, depois de expulsos das suas terras, decidiram não ir ou já decidiram voltar do garimpo, particularmente de Serra Pelada que iniciou-se em 1977 e sobreviveu até 1984 como válvula de escape para uma grande quantidade de trabalhadores rurais que, no Maranhão, e em outras regiões da Amazônia se viram, de um momento para o outro, despossuídos de suas terras para plantar, colher, alimentar-se e alimentar a sua família.

Assim, extinguidas as possibilidades próprias de trabalho camponês, foi formado

... um cenário configurado por trabalhadores rurais que, sem acesso a terra, tornaram-se mão-de-obra barata para os empreendimentos gerados a partir do projeto supracitado. Por outro lado, aqueles que não se inseriram nas malhas do assalariamento, engrossaram as estatísticas

da migração campo-cidade, contribuindo para o aumento do contingente de marginalizados das favelas urbanas (MESQUITA, 2010, p.83)

A condição proletarizada a que é submetido o campesinato em Açailândia vem associada à precarização característica da atual reestruturação do trabalho. São jornadas intensas de trabalho, contratos informais, contratos terceirizados e temporários de trabalho. Como agravante, na condição de força de trabalho sem qualificação ou com baixa qualificação técnica, o camponês proletarizado é submetido a baixos salários e precária organização sindical.

Em termos ambientais, as relações de trabalho reconfiguradas vão incidir, ou melhor, vão compor a relação homem e natureza, sendo que a mais importante questão a ser aqui abordada é a forma destrutiva desta relação, na qual a natureza vai sendo profundamente degradada com a instalação dos grandes projetos no município. Muitos são as denúncias feitas desta condicionante produtiva, sejam estas locais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais, tendo elas natureza política, social e acadêmica⁶². Exemplo é a abordagem feita por Chaves (2011, p.53)

Os impactos ambientais causados pela produção do gusa em Açailândia são irreparáveis. Durante os procedimentos de fabricação do gusa é expelida além da fumaça, uma grande “nuvem” de resíduos do ferro, uma espécie de poeira negra que além de incomodar os trabalhadores da empresa se espalha pela comunidade residente no Distrito Industrial do Pequiá. Durante a realização da pesquisa *in locu* ficou bastante explícito como as plantas, a vegetação, as casas são encobertas por uma poeira acinzentada, que prejudica não somente as pessoas, mas também o meio ambiente.

O que é reiterado por Reis (2009, p.21), quando esta denuncia que

Dentre tantos problemas citados, um dos que mais castiga a população é a poluição do ar, pois a ausência de filtros antipartículas nas chaminés dos autofornos tem trago problemáticas, uma vez que estes autofornos são abastecidos com minério e carvão vegetal triturado e homogeneizados, a fuligem, emitida em grande quantidade contém resíduos provenientes do aquecimento do minério. Em todas as residências encontra-se muita fuligem sobre os móveis. Durante a pesquisa de campo, alguns moradores afirmam que esta fuligem é constantemente emitida pela a empresa, que vem desenvolvendo alergias de pele e doenças respiratórias, que nos meses mais secos do ano o impacto da fuligem é maior.

Aspectos da reconfiguração das relações de trabalho em Açailândia também podem ser identificados no reduzido custo da produção de mercadorias ali realizada,

⁶² Dentre muitas organizações que têm pautado de forma consistente e sistemática dos prejuízos ambientais dos grandes projetos, e de forma especial a empresa Vale, em Açailândia, está a Rede Justiça nos Trilhos e o Fórum Carajás. Para maiores informações consultar www.justicanostrilhos.org. e www.forumcarajas.org.br.

havendo dois movimentos neste sentido. Primeiro, a manutenção e ou recuperação de práticas não capitalistas de produção, com pagamentos da força de trabalho em mantimentos, a exemplo do que acontece com as relações de trabalho encontradas no trabalho escravo, onde o trabalho necessário é completamente desconfigurado de sua perspectiva reprodutiva da força de trabalho.

Esta relação de trabalho apresenta como agravante a articulação entre a superexploração da força de trabalho e o cerceamento da liberdade do trabalhador, pois como se não bastasse o consumo de sua força de trabalho baseado na não observância da legislação, o trabalhador perde seu direito de ir e vir, muitas vezes tem seus pertences retidos e trabalha em condições de extrema precariedade.

O segundo movimento, com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que acontece através da adoção de tecnologia avançada, a exemplo de máquinas de última geração usadas nos monocultivos de eucalipto, a qual substitui a força de trabalho de vários trabalhadores em todo o processo de manuseio com a planta. Associado ao exposto acima, destaque para os baixos salários que caracterizam as relações de trabalho no estado.

Há também, uma intensificação da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, posto que com a desestruturação das condições de trabalho e pouca qualificação profissional e de educação, submetem-se a jornadas intensas e extensas, sem possibilidades de reivindicar ou exigir direitos legalmente constituídos.

Culturalmente, a prática camponesa de produção de alimentos vai sendo corrompida com o ideário da produção de mercadorias, sendo adotado modelo de produção desenvolvida pelos estabelecimentos agropecuários. Exemplo claro deste processo são os projetos produtivos que vêm sendo implementados nas áreas de assentamentos e comunidades camponesas em geral, nos quais a criação de gado assume posição de destaque no pleito de recursos junto aos programas de créditos.

As consequências para a cultura camponesa apresentam-se de forma bastante contundente, e para percebê-las, basta observar a dimensão que as exposições agropecuárias vêm assumindo na sociedade local, com suas atividades de rodeio e outras práticas que não caracterizam o cotidiano do campo maranhense. Por outro lado, são desprestigiadas e até mesmo negadas, práticas culturais camponesas como danças

e festas populares, como os festejos religiosos, que vêm gradativamente desaparecendo do calendário camponês.

Obviamente, que tal modelo de desenvolvimento foi permeado por conflitos, pois paralelamente à dinâmica apresentada, ou melhor, no seu interior, mantinha-se estabelecida desde os primeiros movimentos, a agricultura familiar camponesa, fundamental para a reprodução da economia local, fornecendo diretamente os produtos básicos para a população que foi se constituindo ao longo das décadas de existência do município. E é neste processo social que o assentamento Califórnia se coloca, confrontando as constantes e incansáveis investidas contra a reprodução familiar camponesa ali organizada.

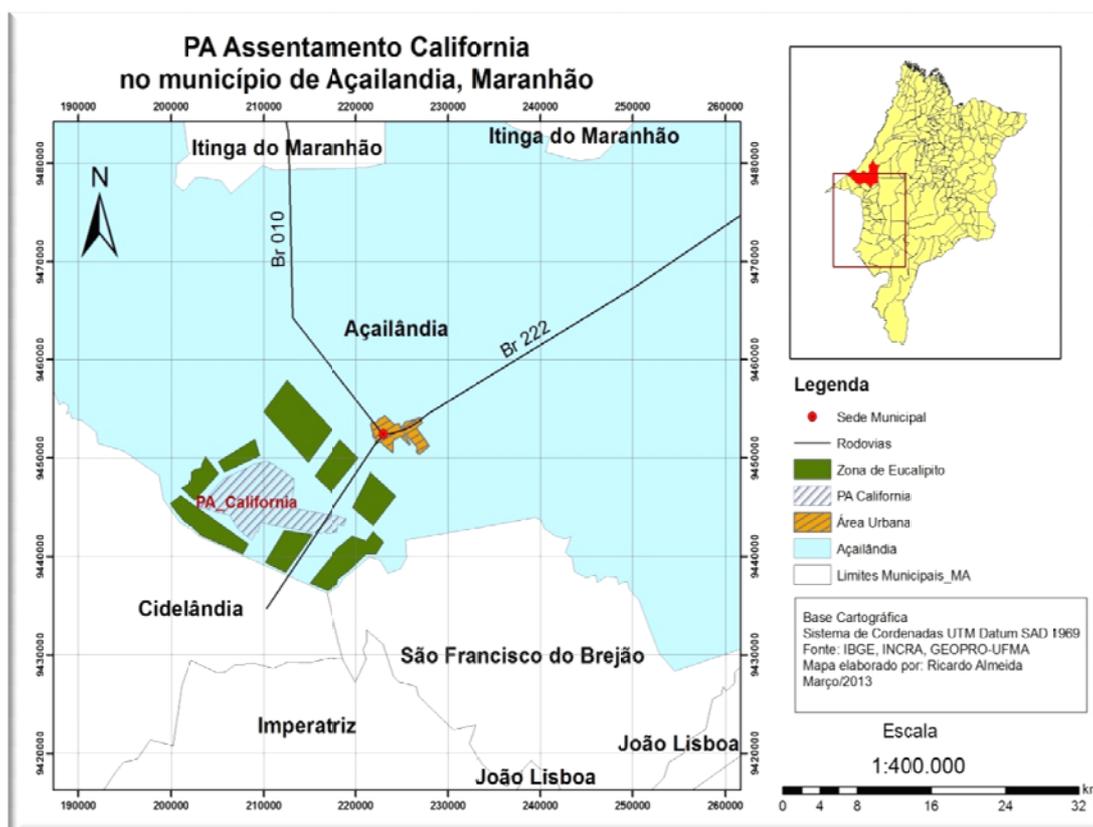
Assentamento inicialmente organizado para produção agropecuária, com as culturas de arroz, feijão, milho e mandioca, a criação de animais de pequeno porte e demais produtos alimentícios básicos para o sustento familiar, sofre atualmente com as reconfigurações do mundo do trabalho, pois mesmo não compondo, em primeiro plano, as relações de trabalho capitalistas, as famílias camponesas residentes no assentamento se veem enredadas por fios (in) visíveis tecidos por este tipo de produção. Assim, se antes estas famílias se dedicavam de forma plena às atividades da lida camponesa, agora são impulsionadas a buscarem maneiras outras de reprodução além das tipicamente da roça e da criação de animais. E, em meio a este complexo contexto social, materializam-se as contradições dos processos de organização política, assim como a organização produtiva destas famílias, o que será tratado a seguir.

3.2. RECONFIGURAÇÕES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E OS DESAFIOS DA RESISTENCIA CAMPONESA

Este item trata do assentamento Califórnia como uma expressão real da reconfiguração das relações de trabalho e da resistência camponesa e a perspectiva é apontar como apesar de toda a investida e o avanço do capital no campo, e de forma particular, as reconfigurações advindas com as transformações recentes na economia no estado do Maranhão, perduram práticas camponesas de produção e relações implícitas a elas. Destaco que o assentamento referencia a luta pela terra no estado, na dimensão da resistência e organização política no campo.

O assentamento Califórnia encontra-se, literalmente, em meio a uma das mais expressivas representações do agronegócio no Maranhão, o monocultivo do eucalipto, o qual lhe rodeia e pressiona em todos os seus limites geográficos, como pode ser observado no mapa 6.

MAPA 6: Localização geográfica do Assentamento Califórnia – Açailândia- MA



Fonte: Laboratório de georeferenciamento UFMA

Situado em uma área hegemônica pelas atividades de monocultivos e de pecuária extensiva, o assentamento vivencia os dilemas da reforma agrária frente ao modelo neoliberal predominante, cuja reestruturação produtiva tem afetado todas as áreas de trabalho e de forma particular o campo. Resultante de um processo histórico de luta pela terra, o assentamento sofre as consequências de problemas estruturais da reforma agrária, os quais podem ser identificados essencialmente na sua dimensão política, como um “desafio do tamanho de nosso país e com o tempo de nossa história”⁶³. Com isso, problematizo as dificuldades de estruturação da reforma agrária no Brasil,

⁶³ A frase “Um desafio do tamanho de nosso país e com o tempo de nossa história” é a referência utilizada pelo deputado federal João Alfredo Telles Melo, relator da Comissão da CPI da Terra, para explicar a não resolução dos conflitos fundiários que permeiam as relações entre as classes sociais no campo brasileiro

como uma determinação dos grupos políticos conservadores que entendem a terra como um espaço de dominação social, política e econômica.

Neste sentido, este assentamento já nasce como forma de enfrentamento direto aos interesses latifundiários e como uma expressão da resistência camponesa às manifestações capitalistas da região no contexto das estratégias da denominada modernização da Amazônia desencadeada na década de 1980, numa articulação entre o capital e o Estado. O PGC, como maior expressão deste contexto, propõe um desenvolvimento regional integrado entre os vários setores da economia, dentre estes, o minerometalúrgico que assume papel de destaque, isto por seu efeito desencadeador da cadeia produtiva siderúrgica. Nesta perspectiva

Propugnavam os planejadores oficiais, que de tais dinâmicas decorreria a edificação de um 'complexo industrial metal-mecânico' tendo como primeiro estágio as indústrias sidero-metalúrgicas. Foi previsto que 'os encadeamentos para frente das atividades siderúrgicas engendrariam a criação de um parque metal-mecânico, cujo porte ensejaria a criação de pelo menos 44 mil empregos diretos no ano de 2010' (BRASIL, 1989, p. 19). A base deste complexo industrial seria as atividades siderúrgicas. (MONTEIRO, s/d, p.02)

Porém, como as atividades siderúrgicas têm como matéria-prima o carvão vegetal, a implantação das siderúrgicas no polo de Açailândia seguiu dois movimentos para aquisição deste produto. Um, foi o processo de desmatamento das matas primárias; o outro foi a implantação de projetos de monocultivos de eucalipto, planta base usada na produção carvoeira. À época, a Companhia Celulose do Maranhão – CELMAR, de propriedade da então CVRD, foi a empresa responsável pelo maior projeto de plantio de eucalipto no estado, até então, tendo sido este projeto implantado na região de forma bastante problemática e conflituosa devido, principalmente, ao seu caráter concentrador de terra. Com a implantação de projetos com este caráter, dá-se o acirramento dos conflitos entre as classes sociais do campo porque tendo se tornado a região em objeto cobiçado, desenhou-se ali um espaço de resistência ao modelo de agricultura que destoava dos processos anteriores.

Assim, o projeto de desenvolvimento siderúrgico desencadeou práticas de grandes impactos socioambientais e produtivos, pois para se realizar a cadeia produtiva referente, foi necessário a destruição de áreas ambientais, assim como a tomada de terras antes camponesas, impactando diretamente nas condições e modos de produção tradicionais. Ou seja, os conflitos pela terra são intensificados em decorrência das diferentes e contraditórias concepções sobre a terra entre o campesinato e o capitalismo,

no sentido de relação e uso. Por um lado, as famílias camponesas entendem que o direito à posse resulta do trabalho, o qual gera alimentos; enquanto a produção capitalista tem como base o direito à propriedade privada (garantida pela titulação) e a produção de mercadorias, estabelecendo relações essencialmente mercadológicas no campo.

A implantação da produção agropecuária afetou, portanto, as relações sociais e de produção de forma geral no campo. Nesta perspectiva, as famílias que ocuparam a fazenda Califórnia compunham estratégias de enfrentamento direto ao avanço do capital na agricultura. A ocupação constituía, naquele momento histórico, um ato denúncia dos problemas advindos da prática devastadora do capital. O processo de reivindicação das famílias desnudava a histórica e não resolvida questão agrária, a qual fundamentada na concentração fundiária se reconfigurava, usando estrategicamente a retórica do desenvolvimento e da modernidade.

A ocupação desta fazenda cumpriu importante papel na luta pela terra no Maranhão porque apresenta uma particularidade bastante interessante. Em regra, a luta pela terra no estado se caracteriza pela reivindicação de “velhos latifúndios”, de terras improdutivas, terras muitas vezes devastadas pela prática do desmatamento, e com esta ocupação a luta camponesa passa a enfrentar e a denunciar, de frente, o capital privado nacional e internacional, posto que ocupou uma área muito desejada por este. A luta e enfrentamento destas famílias ficam evidenciados no momento em que, ao invés de ocuparem uma “fazenda velha” e improdutiva, tiveram a coragem e determinação de ocupar uma área considerada nobre sob o ponto de vista do capital, alvo de cobiça e interesse das empresas do agronegócio. O depoimento abaixo expressa bem claramente esta situação.

Esse processo que se inicia na Califórnia, a partir do trabalho de base, no contato com estas comunidades, traz para todos nós, no Movimento, elementos tanto da questão política como da questão econômica da região, pelo fato de que é o período em que, no caso, o projeto Celmar se instala na região Tocantina, comprando muitas terras, que era um projeto para plantação de eucalipto e para implantação da fábrica de papel e celulose em Imperatriz, com a promessa de gerar três mil empregos diretos e cinco mil empregos indiretos, essa era a promessa do projeto Celmar. E, nesse período alguns assentamentos, no caso da Juçara já viviam os impactos da implantação desse projeto. Então, a Califórnia era uma das áreas, inclusive, a serem compradas pelo projeto Celmar para implantação, para o monocultivo do eucalipto. É tanto, que, posteriormente, a fazenda Monte Líbano, ao lado da Califórnia foi comprada, exatamente para a produção do eucalipto e outras áreas ao redor. Então, a Califórnia era um dos focos, na perspectiva da expansão desse projeto e que a pecuária nessa região, essas áreas que eram áreas de pecuária, iam ser modificadas, no ponto de vista de geografia, de seu espaço, com estas implantações do eucalipto. E o projeto

Celmar, mesmo com todas as diversidades que ocorreram para a implantação desse projeto, recebeu muito recursos, inclusive do BNDES, recebeu apoio do governo do estado, na época [...] e, quando nós estávamos realizando o trabalho de base já existia toda essa preocupação, que nós tínhamos enquanto Movimento, que era um processo também de reação dos camponeses à implantação desse projeto na região. Então, a nossa vontade, enquanto movimento social era ocupar todas as áreas que fossem propícias a assentamentos de reforma agrária, porque seria um espaço a menos que esses projetos de eucalipto, no caso da Celmar iria se apropriar de terra de produção camponesa. Então, aí há também um processo de resistência... (Gilvânia Ferreira, coordenação estadual do MST, entrevista concedida em 13 de julho de 2012)

Especificamente, a CELMAR vinha negociando esta área para a produção e ampliação do cultivo do eucalipto, e assim, ao ocuparem uma área que seria destinada ao monocultivo do eucalipto, com a ocupação da fazenda, as famílias camponesas vêm exigir um posicionamento público do Estado ao problema. Assim, o contexto de conflito gerado pelo quadro de contrastes encontrados no modelo produtivo adotado na expansão e reprodução do capital, e que ajudou para que fosse desnudada a questão agrária na região, contribuiu para a organização e resistência popular.

Muitos foram os conflitos, mas também, e de diversas formas e níveis, foram as reações, algumas espontâneas, outras organizadas. Algumas apenas buscando a “inclusão” no processo, outras negando-o e até mesmo buscando formas diferenciadas de organizar a reprodução da vida.

E, em relação aos camponeses assentados na Califórnia, desde a época do acampamento foi viabilizada a inserção destes no processo de politização provocada pelo MST. De fato a ocupação da fazenda em si já assumia o caráter contestador e de enfrentamento à dinâmica econômica e social imprimida pelo capital no campo. No caso, a ocupação organizada pelo MST se propunha ao enfrentamento do agronegócio que vinha se alastrando principalmente com o monocultivo do eucalipto. Era a disputa pelo território entre os camponeses sem terra e os grandes empreendimentos capitalistas; os camponeses sem terra questionando a “monopolização do território pelo capital” (PAULINO, 2006), que intensifica ali a expropriação de comunidades rurais que vinham perdendo seus territórios para o capital, o qual depende dos territórios camponeses para sua continuidade territorial. Assim, a luta pelas terras da Califórnia era a luta pela formação de um território próprio do camponês. Uma luta entre antagônicos, caracterizada por

...uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades

diferenciadas, onde se reproduzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. (FERNANDES, s/d, p.05)

E na perspectiva de construir território com característica diferente do território capitalista, pensando totalidades distintas, com reprodução de relações sociais baseada em valores contrários à produção mercadológica da vida, o acampamento da Califórnia na luta pela formação do assentamento organiza-se de forma a pressionar a liberação da área ocupada. Para tanto, em 1996, as famílias ocuparam a sede do INCRA em Imperatriz, exigindo o imediato assentamento das famílias que se encontravam acampadas às margens da rodovia e na antiga área da SUDAM, terras da União, nas quais fazendeiros grileiros desenvolviam projetos de pecuária extensiva, promovendo intenso desmatamento da floresta amazônica.

E, mesmo ainda na condição de acampamento a luta não se restringia ao acesso à terra. A luta pela educação compunha as prioridades da organização e ainda em 1996 as famílias travaram a primeira luta junto ao poder público pelo direito das crianças acampadas estudarem, e exigiam a municipalização da escola do acampamento, assim como a contratação de professores acampados no próprio acampamento. Posteriormente, a luta foi pela ampliação do número de professores para atender a demanda de educandos, principalmente de crianças existentes no acampamento; e ainda houve a reivindicação para a secretaria de educação municipal para a liberação de transporte escolar para atender os alunos do ensino fundamental e ensino médio matriculados em Açailândia.

Com a conquista da criação do projeto de assentamento, em resposta do Estado ao impasse, a luta teve continuidade e passou a ser pela consolidação do assentamento enquanto território camponês, demarcado ideologicamente como sem terra. As famílias assentadas base do MST se articulam e se mobilizam em torno de questões específicas para a organização da vida dentro do espaço conquistado, com o propósito de torná-lo um território. E foram muitas as iniciativas e no sentido de fortalecer a educação no assentamento, houve diversas mobilizações, articulações e negociações com a Unidade Avançada do INCRA e da Secretaria Municipal de Educação para reivindicar a construção do prédio definitivo para a escola, com abastecimento de água, fornecimento de material didático, móveis e merenda para as crianças, assim como a garantia de assiduidade dos professores em sala de aula e melhor qualidade do ensino no assentamento.

Como é de conhecimento de toda a sociedade brasileira, o MST caracteriza-se por uma luta ampliada que, além da terra, tem como um dos aspectos importantes, a saúde. E, para garantir a atenção à saúde das famílias da Califórnia passaram a reivindicar da Secretaria Municipal de Saúde um posto de saúde dentro do assentamento. E isto na mesma perspectiva da organização de luta pela escola.

Participando de atividades formativas e de capacitação, a luta pela saúde preventiva e curativa se realizou também através da criação do grupo de mulheres em defesa da vida e da garantia de direitos, exigindo o atendimento da população no próprio assentamento. E, com muita mobilização e articulação, foi garantido o atendimento dos doentes por uma equipe de saúde, com médico, enfermeiro e dentista.

O setor de saúde também realizou cursos, oficinas e palestras com temas como higiene pessoal, tratamento de água, saúde da mulher, doenças sexualmente transmissíveis e saúde bucal. Desencadeou campanhas básicas de saúde como da utilização de filtros e construção de fossas; fazendo, ainda, acompanhamento de doenças como diabetes, tuberculose, às gestantes e aos idosos.

Articulado a estas atividades de saúde, o Setor organizou o horto medicinal, mediante o cultivo, coleta, seleção e manipulação de ervas para o consumo interno do assentamento. Tais procedimentos decorrem da grande abundância de ervas medicinais, as quais encontravam-se semiaproveitadas por conta do pouco conhecimento sobre suas propriedades e utilidades. A superação de tal limite deve-se a parcerias com centros acadêmicos de saúde.

Ainda no sentido da melhoria das condições existentes no assentamento foram desencadeadas ações para garantir a construção, ampliação e o melhoramento da infraestrutura do assentamento. Assim, foi realizada uma marcha até Açailândia para reivindicar junto à Companhia Energética do Maranhão – CEMAR, a regularização da energia elétrica do poço artesiano existente no assentamento. E, seguindo a lógica da ocupação de prédios públicos, foi feita ocupação da secretaria de educação municipal solicitando a reforma do prédio escolar. Também a prefeitura precisou ser ocupada para que fosse garantida a restauração das estradas vicinais do assentamento, a fim de que pudesse ser viabilizado o escoamento da produção agrícola organizada nas roças existentes.

No tocante à produção e especificamente no que se refere à liberação de recursos públicos pelas agências financeiras, foram ocupadas as agências bancárias do Banco do Brasil – BB, e do Banco do Nordeste – BN, em Açailândia, a fim de que fosse concedida a renegociação das dívidas, bem como a abertura de novas linhas de crédito para ampliar a produção.

Porém, a atuação e a luta política destas famílias ultrapassam os limites do assentamento e do município, sendo que em escala estadual, os assentados compuseram a Marcha Estadual por Reforma Agrária, ou seja, por terra, trabalho, justiça, crédito, assistência técnica, produção e infraestrutura para as áreas conquistadas, assim como a regularização das terras acampadas.

A luta pela água foi muito particular e durou muito tempo. Primeiro, a reivindicação foi para que o INCRA fizesse a perfuração de poços artesianos para o fornecimento de água para o uso doméstico. A determinação desta reivindicação se devia às dificuldades das famílias terem acesso à água no assentamento, que é uma área onde não se encontra nenhum rio, lagoa, lago ou mesmo açude. Posteriormente, com a divisão dos lotes, muitas famílias ficaram com mais dificuldades para ter disponibilidade de água, o que determinou a intensificação da luta, sendo que para isso foram feitas mobilizações nas sedes do INCRA em Imperatriz, Açailândia e em São Luis. A conquista foi a construção de um poço para uso coletivo na comunidade.

Considerando tratar-se de uma mobilização com caráter estadual, o grupo representante do assentamento teve a oportunidade do encontro com assentados das outras regiões nas quais se encontrava organizado o MST. Com uma pauta estadual, na qual constava a demanda de todos os acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, este exigia junto aos órgãos públicos ligados à questão agrária a resolução dos problemas.

Uma das características deste tipo de mobilização é o caráter público das negociações. No caso, via de regra, os representantes do órgão competente negociam com o conjunto dos marchantes e não apenas com representantes dos camponeses.

Saindo de Imperatriz, cerca de 700 pessoas rumaram de Imperatriz com destino para São Luis, parando no assentamento Califórnia, sendo recebidos pela comunidade com mística, cultos religiosos, debates, grupos de animação. Uma verdadeira manifestação de solidariedade e representando momento de grande aprendizagem e

fortalecimento da luta, através da troca de experiência com os marchantes de outros assentamentos.

O assentamento Califórnia constitui atualmente referência de luta e resistência junto à sociedade em geral, e de forma muito especial no que se refere às ações políticas para além da luta corporativa de interesse restrito aos camponeses. O referido assentamento esteve na marcha de Estreito a Imperatriz, em 1999, denunciando e protestando contra os grandes projetos que monopolizavam a terra e expulsavam trabalhadores do campo; contra a concentração da terra; e em defesa da reforma agrária.

Internamente, contribuindo para a organização, fortalecimento e consolidação do MST no estado, o assentamento Califórnia teve realizado em sua agrovila o 13º e o 15º encontros estaduais do MST, nos quais tem destaque o caráter formativo, mobilizador e reivindicativo do Movimento, o que possibilita aprendizado para o camponês assentado, pois durante todo o encontro acontecem atividades de troca de informações e ideias sobre todos os aspectos que dizem respeito à vida dos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Hoje, há quase vinte anos de conquistada a terra, as famílias do assentamento Califórnia buscam sua reprodução social no contexto do avanço e intensificação da dinâmica produtiva do agronegócio. Convivendo lado a lado com as práticas mais expressivas da acumulação da riqueza na região, o assentamento vive processo de reorganização da produção e das relações de trabalho, buscando manter-se no e do campo, em meio ao contexto sociopolítico e econômico atual.

E, a ocupação se apresentava como uma forma de garantir a produção e reprodução material de suas vidas, pois estas famílias tiveram que optar entre as possibilidades então vislumbradas: seguir os rumos do garimpo; seguir os trilhos do corredor Carajás e trabalhar em grandes obras como a hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, ou as usinas de alumínio em construção na capital do estado; juntar-se à massa do exército de trabalhadores ao redor das siderúrgicas instaladas no município; ou então lutar pela retomada da terra expropriada pelo avanço do capital no campo.

As famílias que ocuparam a fazenda não seguiram a tendência migratória, mas também não aquiesceram à exploração direta do grande capital, e sua reação ao processo de expropriação e violência a que eram submetidos em suas várias localidades de moradia, foi o confronto direto com o capital ali instalado. Assim, e por isso foi que em

25 de março de 1996, cerca de 800 famílias organizadas pelo MST nas várias periferias de Imperatriz e Açailândia, principalmente, ocuparam o imóvel denominado Fazendas Califórnia, Califórnia I, Divisor I, Divisor III, Divisor IV, Rosa Branca, Taúba, Nova, Santa Rosa, Alegria, União, Bandeirante, a conhecida fazenda Califórnia, área oficialmente registrada com 4.150,0908 hectares⁶⁴.

O processo foi tenso e rápido, considerando o *modus operandis* característico das negociações que envolvem conflitos fundiários deste tipo, além da complexidade muito particular apresentada pelo caso, pois a quantidade de áreas que compunham o imóvel trazia o agravante da existência de cinco proprietários, dificultando sobremaneira o processo de desapropriação. O decreto de desapropriação data de 05 de dezembro de 1996, com imissões de posse em 22 de maio de 1997 e 05 de setembro do mesmo ano, conforme consta na Portaria nº 55 do INCRA, de 07 de outubro de 1997, publicado no Diário Oficial da União, em 08 de outubro do mesmo ano, versando sobre a criação do Projeto de Assentamento Califórnia, sob o código SIPRA MA0222000.

Das 800 famílias ocupantes da área, apenas 181 foram sigradas⁶⁵ no assentamento implantado, pois durante as negociações do processo, cerca de 600 delas foram para outras áreas destinadas à reforma agrária na mesma região, compondo o atual PA Açaí, o qual é formado pelas agrovilas Nova Conquista e Nova Vitória. As famílias que ocuparam a Fazenda Califórnia seguiam, assim, um movimento de luta pela terra empreendido na região e mesmo no estado, o qual tinha como estratégia político-organizativa a ocupação adotada pelo MST e outras organizações como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, e a Igreja, principalmente a Católica. Vêm daí, ocupações emblemáticas deste período e desta região, como a da Fazenda Capoeira, em Santa Luzia, a da Fazenda Itacira/Crimonosa, em Imperatriz, a Fazenda Gameleira, também Imperatriz, e ainda a Fazenda Terra Bela, em Buriticupu.

⁶⁴ O registro da área destinada ao assentamento, conforme consta nos documentos oficiais do INCRA é de 4.150,090 ha, no entanto, conforme medição feita pela equipe técnica responsável pelo PRA do assentamento, a área que corresponde ao assentamento é de 6.024,9777 ha.

⁶⁵ O termo “famílias sigradas” é para designar o cadastramento feito junto ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma agrária – SIPRA, cujo objetivo é sistematizar e monitorar, através de um banco de dados, informações sobre os projetos de assentamento e dos assentados. Além do dar o reconhecimento oficial de que o cadastrado é um beneficiário da reforma agrária, o SIPRA também gera informações socioeconômicas das áreas de reforma agrária. (INCRA, s/d, p.11)

Todas estas ocupações constituíram exemplos que foram seguidos por milhares de famílias constituídas de sem-terras no histórico processo de expropriação das famílias camponesas no estado. É importante lembrar que a expropriação camponesa se dá através de mecanismos nefastos como a grilagem, que marcou profundamente a história estadual, afinal o marco inicial da formação do Brasil é a invasão do território dos povos nativos, forma primária de expropriação de terra para a formação do território capitalista, ou seja, o Brasil tem suas bases fincadas em uma estrutura fundiária concentradora, excludente, permeada por conflitos entre grandes proprietários de terra e camponeses ou sem-terra.

As famílias assentadas no assentamento Califórnia, naquele momento histórico da ocupação, faziam enfrentamento ao grande capital instalado no Maranhão, no contexto da nova “rodada transnacional” (BARBOSA, 2006) da produção mundializada. Se contrapondo à perspectiva produtiva do agronegócio, cujo modelo privilegia a produção exportadora é que as famílias do assentamento Califórnia passam a se organizar desde os tempos de acampamento.

Era o campesinato resistindo e se reorganizando através da ocupação da terra, de sua reterritorialização, e este movimento acontece na história destas famílias, todas, invariavelmente de origem camponesa, foram em algum momento de suas vidas expropriadas das condições de trabalhar na terra, seja pela violência da grilagem, pelas dificuldades impossibilitadoras de produzir na terra ou por necessidades impostas de venda da terra. A condição de expropriação das condições de trabalho na terra pode ser compreendida com o depoimento abaixo. No caso em questão, a família, com a clara compreensão de seu direito de posse pelo trabalho não cogitava mecanismos da perda de seu direito instituído pela própria condição camponesa. Filho do campo, o depoente expõe que

Eu também, não sou daqui de Imperatriz, também. Sou do município de Pindaré, lá, extremado com Santa Luzia. Lá foi que me criei, só trabalhando de roça. Agora, sabe por que eu vim *mimbora* pra cá? Porque um cunhado meu veio pra cá, pra essa região, aí voltou lá, achou eu, minha situação muito ruim. Porque nós chegamos lá no começo da mata. Meu pai, ele nunca foi um homem assim, falando [...] desinteressado, falando assim, vamos tirar aqui um pedaço de terra, ele nunca foi nunca foi interessado nisso, aí os filhos ficou naquilo também, fazia roça, nós *chegamo* lá no começo, na abertura, em Tufilândia, aí ia deixando, as capoeira, ele num tava nem ligando, e aquele povo que vinha de fora ia situando, ia cercando, quando nós *pensamo* que não, nós tava fazendo roça em terra alheia, em terra dos outros. Aí, eu fiquei, fiquei indignado com aquela arrumação, viu? Aí ficava fazendo *pedaçim* de roça no cercado dos outros, que eles tomaram conta de tudo, nós não

tiremo nehuma área, aí nós *fiqumo* à toa, caçando um babaçuzinho, quebrando, fazendo carvão de casca de coco. Eu disse: isso não é serviço pra ninguém, não. [os fazendeiros] iam chegando depois e iam cercando as *capoeira*, onde nós trabalhava e nós ficando à toa. Cunhado meu chegou lá, disse: rapaz, negócio aí ta ruim, *bora, bora* lá pra Imperatriz. Rapaz, como é que eu vivo lá? Como é que eu vou viver lá, com esses sete filhos? Sem nada, sem profissão de nada, que eu não tenho profissão de nada. Esse... `rapaz, tu vai tentar trabalhar comigo! Ele trabalhava de madeireiro. Aí, eu cheguei e fui enfrentar um serviço mais pesado da vida e aí trabalhei um ano mais ele, aí, depois eu fui arrumando um *lugazim* pra fazer um *pedaçim* de roça, aí larguei negócio de madeireiro... (Raimundo Timóteo da Cruz, assentado, entrevista realizada em 07 de dezembro de 2010)

O depoimento acima trata de forma muito clara as relações de trabalho que antecedem ao processo de luta pela terra, com a ocupação de terra. Eram as frentes de expansão seguidas pelas frentes pioneiras e seu lastro mercadológico, seus intentos lucrativos. Se por um lado, o que os fazendeiros pretendiam com a terra era produzir mercadorias, por outro, os camponeses estabeleciam uma relação diferenciada com a terra, não havendo aí, a “preocupação” com documentos de terra. Eram posseiros de “terra liberta” tornando-se vulneráveis, primeiramente aos interesses e ações de fazendeiro grileiros, nas frentes de expansão e, posteriormente, de empresas e corporações.

No caso relatado não há registro de violência física, prática comum na dinâmica expropriatória da terra no Maranhão. E, o destino das famílias expulsas do campo quase invariavelmente são os centros mais “desenvolvidos”, onde vão compor outra conformação do conflito fundiário. Nas cidades, a disputa pela terra se dá em esferas distintas, se caracterizando principalmente pela disputa de espaço para construção de moradia.

O fato é que muitas destas famílias foram para as cidades ou outras regiões para desempenhar atividades diversas, como o garimpo, vigilância, serraria, faxina, caseiro, enfim, serviços em geral, alguns na condição de trabalhador assalariado, com carteira assinada e outros sem qualquer garantia trabalhista. Porém, grande parte delas, mesmo com a atividade urbana, mantinha o “pé na roça”, além da cabeça e o coração, e mesmo com dificuldades e restrições realizavam atividades camponesas paralelamente, conforme depoimento abaixo.

Aí, eu passei a trabalhar de empregado, eu trabalhava na serraria, de prancheiro, fazendo prancha [...] de certo que trabalhei de onze e doze anos de carteira assinada [...] Só que todo o tempo eu *bulia* com um pedaço de roça. Sempre trabalhava à noite, sempre todo o tempo eu *bulia* com uma linha, duas de roça. Lá em Imperatriz, mas fazia roça ...

(Cristino Gomes do Carmo, assentado, entrevista realizada em 02 de dezembro de 2010)

A fala do assentado, acima, não difere de muitos dos depoimentos colhidos no assentamento. Alguns, “botando” suas roças próximas ao seu local de moradia, outros mantendo-as bem distante de casa, havendo depoimentos de gente que mesmo morando em Imperatriz, na cidade, “botava roça” em outros municípios, como Buriticupu, trabalhando longe de casa, vivia dividido entre família e roça, ficando muitos dias sozinho na lida camponesa, enquanto por outro lado, a mulher cuidava dos filhos na cidade; ou mesmo como no caso do depoente que desde os doze anos trabalhou na roça, a qual seu pai vendeu para “procurar melhoras”.

Com o processo de cercamento de grandes áreas devolutas por grandes latifundiários e o “empurramento” dos camponeses para áreas mais distantes, as relações daí estabelecidas submetiam os camponeses às condições de trabalho impostas pelos fazendeiros, dentre elas, o arrendamento. Com a concentração fundiária resultante do processo de expulsão dos camponeses, expropriados de suas condições de trabalho na produção agrícola, uma das alternativas foi o extrativismo do babaçu, deixando os camponeses “... à toa, caçando um babaçuzinho, quebrando, fazendo carvão de casca de coco”. As dificuldades daí advindas obrigaram muitos camponeses a buscarem outras possibilidades de melhores condições de vida em outros espaços.

Mas, como vimos ainda no depoimento em pauta, a dificuldade de adaptar-se a outra atividade faz com que na primeira oportunidade o camponês volte às suas origens. A terra para estas famílias significa a bonança, a fartura, a sobrevivência, enfim, a vida. É dela que tiram seu sustento e de sua família.

Porém, o contexto socioeconômico da época da ocupação da fazenda Califórnia apresentava as contradições e complexidades próprias do avanço e intensificação do capital na região. As contradições existentes no campo podem ser observadas em vários aspectos, como a grande quantidade de terra concentrada sob o controle dos setores hegemônicos do modelo de produção capitalista da agricultura, enquanto grandes contingentes de famílias camponesas são alijados do processo produtivo agrícola, conforme abordado anteriormente.

Tais formas de produções divergem entre si em vários aspectos, dentre eles, encontra-se a forma de organizar a produção, sendo que na produção patronal, os donos dos meios de produção pagam pela mercadoria força de trabalho para produzir a

mercadoria alimento, seja para humanos, para gado ou para máquinas, desconsiderando, de forma geral, quaisquer aspectos que não digam respeito ao lucro, estabelecendo assim, relações de produção tipicamente capitalistas; por outro lado os camponeses se organizam para trabalhar estabelecendo formas diferentes entre si, enquanto agentes produtivos e com a terra, meio de trabalho universal da produção.

As relações de trabalho baseadas no assalariamento dos possuidores da mercadoria força de trabalho têm como contraponto produtivo as relações estabelecidas na produção camponesa de não assalariamento, que tem como base o trabalho da família na produção de suas roças, no trabalho coletivizado, com atividades realizadas em sistema de mutirão, como na preparação das roças desde o período de acampamento da fazenda. A relação que é estabelecida com a natureza constitui também aspecto fundamental para a dinâmica contraditória e complexa da produção agrícola no estado e de forma particular na região. Ou seja, as grandes extensões de plantio de eucalipto e de pasto que caracterizam a área resultam em impactos diretos e devastadores para o meio ambiente.

Os impactos dos monocultivos e especialmente o monocultivo do eucalipto para o meio têm sido tema de denúncias constantes de vários setores da sociedade. Muitas destas denúncias consideram que

A biodiversidade fica limitada, pois poucas espécies conseguem se desenvolver ao redor do eucalipto. Parte desse efeito se deve à grande capacidade do eucalipto de absorção de água do solo, o que causa um ambiente mais seco. Isso gera grande impacto ecológico e até mesmo estético. (MONTEIRO e SCALIONI, 2007, p.07)

A afirmativa contribui para a compreensão do termo “deserto verde”, utilizada para denunciar os impactos do monocultivo do eucalipto. Tal designação se justifica porque o eucalipto se apresenta como uma grande “mata” verde, bonita, aparentemente saudável, porém literalmente desertificada, tal o grau de devastação ambiental que promove, pois como muito bem observam alguns camponeses, em área onde reina o eucalipto, não se encontra nem ninho de pássaros.

Como motivos do “deserto verde” cita-se o argumento acima, assim como a matriz tecnológica adotada pelas empresas cultivadoras de eucalipto, como a Vale. Usando tecnologia de ponta, as empresas, para garantir a produtividade e a redução dos custos através da contratação de pouca força de trabalho, fazem a pulverização aérea ao invés da manual. Os resultados são desastrosos, pois os agrotóxicos jogados atingem tudo e

todos, indiscriminadamente: fauna, flora, rios, lagos, açudes, nascentes, homens, mulheres, crianças e velhos.

Na região, o plantio de eucalipto toma conta da paisagem e a empresa Suzano, recém instalada em Imperatriz comprou, apenas da empresa Vale, a quantidade de 80 mil hectares de plantios de eucalipto para atender sua demanda na fabricação de celulose.

Por outro lado, a questão ambiental para os camponeses apresenta-se complexa e

... deve ser periodicamente discutida, principalmente pela deficiência de atuação dos órgãos ambientais que poderiam estar contribuindo para a preservação dos recursos naturais através de palestras e/ou com a implantação de projetos voltados para esta temática, e também, visto que, as famílias rurais têm os recursos naturais como uma fonte, tanto de caráter econômico e social, de onde tiram seu sustento pelo extrativismo ou pela produção agrícola. (DEMBOSKI, 2008, p.23/4)

No caso específico do assentamento Califórnia, para se compreender a complexidade da questão ambiental se faz necessário perceber o modelo produtivo historicamente hegemônico, já abordado neste trabalho, mas destacam-se dois aspectos de fundamental importância. Atualmente, apresentando uma série de problemas ambientais devido ao desmatamento existente, o assentamento Califórnia precisa ser percebido e analisado nos termos de um assentamento, que como qualquer outro da política de reforma agrária no estado, as famílias receberam como herança a prática tradicional incorporada pelos fazendeiros de desmatar as fazendas, incondicionalmente, fazendo com que, em regra, a maioria das famílias assentadas no estado recebessem terras ambientalmente comprometidas, com problemas como assoreamento de rios e lagos, o empobrecimento do solo, havendo inclusive casos de desertificação, como já pode ser observado em alguns assentamentos no Maranhão.

Tal situação resulta da inobservância do artigo 186 da Constituição Federal, que trata da função social da terra e considera que uma propriedade rural só cumpre esta função se, dentre outras coisas, fizer “utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente”, o que é chamado por estudiosos da questão ambiental e por movimentos sociais como “função social ambiental”.

Para Demboski (2008, p.02/3), a exigência da “função social ambiental” da propriedade privada que consta na legislação pressupõe uma resposta à luta e

mobilização social pela terra que utiliza a ocupação de latifúndios ambientalmente comprometidos como estratégia para a democratização da terra. Assim, com a existência de tal recurso jurídico, torna-se passível de questionamento a atuação do INCRA no processo de vistoria das fazendas para obtenção de terras para a reforma agrária, pois, quando este órgão faz levantamento de dados, via de regra, desconsidera o aspecto da degradação ambiental. Para Demboski (2008, p.23)

... a atuação do INCRA nos programas de Reforma Agrária parece não considerar a degradação ambiental como estratégia para obtenção de terras, tornando em muitos casos assentamentos inviável técnica e economicamente. Nesse caso a Função Social Ambiental da propriedade não se esvazia, ela deveria ser observada como estratégia a ser desenvolvida na cultura relacionada à propriedade em si, com fins de prevenção da destruição ambiental para aprimoramento da agricultura camponesa em vistas da agroecologia, sendo resultantes diretrizes que colaboram para a formação de assentamentos rurais.

O autor ainda acrescenta

Logo, é responsabilidade do INCRA quando da seleção de áreas para desapropriação, verificar as situações em que a degradação ambiental é expressiva onde são necessários recursos financeiros e técnicos para recompor o passivo ambiental no espírito da “remuneração dos serviços ambientais”, sem ônus às famílias camponesas assentadas. (DEMBOSKI, 2008, p.24)

Os danos ambientais e socioeconômicos causados pelas siderúrgicas em Açailândia constituem um dos temas mais polemizados pelas organizações sociais que atuam na região, haja vista as denúncias da situação de degradação socioambiental em que se encontra o bairro Pequiá, o mais antigo bairro da cidade, bairro de origem camponesa, que na década de 1980 foi sendo redesenhado pela ação de empresas, principalmente guseiras.

Uma grave denúncia feita publicamente pelas organizações sociais é a situação vivenciada pelas famílias do assentamento Califórnia desde a instalação da Empresa Ferro Gusa Carajás – EFGC, controlada pela Vale, em 2005. Localizada cerca de 800 metros distante do assentamento e cerca de 300 metros da rodovia 222, a empresa mantém o funcionamento de 72 fornos retangulares e 7 fornos de formato meia laranja, em uma área de 1.185 m², sendo a capacidade individual de queima de cada forno retangular chega a 102 m³ de madeira, com o resultado de 83 m³ de carvão vegetal, cujo destino é a siderúrgica da Vale em Marabá. (BOSSI, 2010, p.29). Totalizando sua capacidade produtiva, a empresa pode chegar a produzir até 5.976 m³ de carvão vegetal por vez, utilizando para tanto 7.344 m³ de madeira.

Os problemas desta produção para a população em geral, e de forma muito particular para as famílias do assentamento Califórnia são, em princípio, as irregularidades do processo produtivo. Primeiro, o descumprimento da licença de instalação, a qual, conforme Bossi (2010, p.28), emitida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA, através do processo nº 2334/03, previa a construção de apenas 64 fornos retangulares, quantidade desrespeitada por 6 fornos retangulares e 7 fornos tipo meia laranja a mais. A segunda irregularidade, e seguramente mais grave, é que para a queima da madeira, é exigido que para cada 8 fornos seja instalado um queimador de gás, o que somaria 9 filtros antipoluentes, porém, a empresa para cumprir tal exigência precisou sofrer várias ações de pressão e denúncia realizadas pela comunidade.

A falta de controle da poluição provocada pelos fornos criou uma situação de extrema gravidade para as famílias assentadas, pois da emissão indiscriminada da fumaça, muitos foram os problemas desencadeados, principalmente de saúde, como os de pele e respiratórios. Além disso, a fumaça interfere profundamente na sociabilidade das famílias, uma vez que faz diminuir a convivência entre os moradores, impossibilitando uma prática cultural antiga das “conversas na calçada”, uma vez que a emissão da fumaça exige a busca de proteção das pessoas, que ficam em casa, com as portas fechadas.

A EFGC só tomou alguma providência em novembro de 2008 e, tal atitude é devida às ações de mobilização e protesto realizadas, principalmente na Jornada Nacional de Lutas contra o Agronegócio e as Transnacionais, organizada pela Via Campesina, e acontecida em 8 de março daquele ano. Na ocasião, cerca de 700 mulheres entraram nas instalações da EFGC e fizeram um protesto na rodovia BR 010, no sentido de denunciar à sociedade o fenômeno da expansão e intensificação da produção agrícola homogênea, no caso específico da produção do eucalipto, no estado do Maranhão e suas consequências sociais, econômicas, ambientais e culturais, enfatizando os malefícios da produção de carvão vegetal para o assentamento Califórnia e para a população em geral, pois quem trafega na rodovia Belém Brasília é atingido diretamente pela fumaça produzida, posto distarem os fornos cerca de apenas 300 metros da rodovia.

A mobilização com repercussão nacional e internacional aconteceu com o caráter de continuidade da luta, pois as famílias já haviam tomado várias iniciativas no sentido de sensibilizar a empresa dos problemas vividos no assentamento. Foi enviado laudo médico à SEMA, esclarecendo sobre problemas respiratórios, dermatológicos e

oftalmológicos decorrentes da emissão de fumaça; foram feitas denúncias ao IBAMA; representação junto ao Ministério Público Federal – MPF; cobranças de medidas às Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente. Como resposta, a SEMA realizou vistorias para verificar as medidas e instrumentos utilizados para o monitoramento e controle da emissão de poluentes pela empresa, e a Assembleia Estadual realizou audiência pública sobre a questão da produção carvoeira no Maranhão.

Concreta e organizadamente, a mobilização e a articulação destas famílias, no sentido de denunciar e exigir providências para problemas causados pela produção de eucalipto, tiveram início já em 2002, quando famílias ocuparam a Secretaria Municipal de Saúde para denunciar e cobrar providências contra o uso intensivo de herbicidas e adubos químicos pelas empresas desta plantação, que causavam problemas de saúde das pessoas e morte de animais domésticos. Especificamente, as manifestações contra a emissão incontrolada da fumaça pela carvoeira da Empresa Ferro Gusa Carajás, em 2003 aconteceram debates e ocupações de órgãos públicos municipais, sendo editado um documentário com depoimentos de moradores do assentamento para denunciar a gravidade da situação.

Em 2006, para dar mais visibilidade política ao contexto social, político e ambiental da região, foi realizado no assentamento Califórnia o 13º Encontro Estadual do MST, com representação estadual de 600 militantes, no qual houve intenso debate sobre a questão. Na ocasião, a área reservada para o Encontro foi invadida por um fazendeiro, que atravessou o espaço em um veículo em alta velocidade, provocando situação de alto risco de atropelamento das pessoas presentes. Ato este que expressou a intolerância dos fazendeiros com a organização política dos camponeses.

Mas, apesar de toda a mobilização realizada, o problema da emissão da fumaça persistiu e em 2007 o assentamento se fez presente nas plenárias do Conselho Municipal de Saúde denunciando o agravamento da situação. Neste mesmo ano lideranças do assentamento seguiram até órgãos públicos da esfera estadual, como Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA para denunciar a continuidade e intensidade do problema.

Dando sequência às mobilizações, em 2008 o MST organizou seu 15º Encontro Estadual novamente no assentamento, culminando este na ação da Via Campesina na Jornada Nacional de Lutas contra o Agronegócio e as Transnacionais. E, ainda neste ano, o assentamento participou da Audiência Pública, realizada pela Assembleia

Legislativa do Estado do Maranhão, realizada para discutir os impactos ambientais causados pelos grandes projetos no estado, sendo ponto de debate, a situação específica da emissão da fumaça pela EFGC e suas consequências para as famílias assentadas. No evento encontravam-se representantes da SEMA, IBAMA e do Ministério Público Estadual.

Por conta de todo este processo é que providências foram tomadas pela empresa em novembro de 2008, e tais providências foram o funcionamento de um filtro neste período e de outro em fevereiro de 2009.

Outro importante aspecto a ser considerado é especificamente no momento histórico em que aconteceu a ocupação da fazenda Califórnia e o assentamento das famílias. Década de 1980 e a exploração da madeira encontrava-se em plena expansão com duas frentes de atuação, sendo uma o trabalho do beneficiamento da madeira (fazendo de Açailândia, um dos centros madeireiros mais importantes da região, e até mesmo do país na ocasião), o que provocou uma busca incessante por parte dos empresários madeireiros de matéria-prima para suas serrarias. O outro aspecto foi a implantação do PGC, com seu complexo sidero-metalúrgico, com a instalação das siderúrgicas em Açailândia, cuja matéria-prima principal é a madeira para a sua produção de carvão vegetal. E, “A produção de carvão vegetal para fins industriais e a siderurgia colocam-se como novas atividades que passam a compor o mercado de trabalho dos municípios e áreas vizinhas dos locais dos empreendimentos citados. (PEREIRA, 2005, p.43).

E assim foi na região, sendo que com estas duas importantes atividades produtivas, as quais tinham como base a extração de madeira, as matas nativas existentes no assentamento Califórnia se apresentavam como objeto de cobiça industrial, tanto para os madeireiros quanto para a produção de carvão.

A produção de carvão vegetal constitui em si tema específico de abordagem. Em estudo aprofundado sobre o processo de carvoejamento no Maranhão, Pereira (2005) relaciona seu desenvolvimento para consumo industrial à implantação das siderúrgicas, apontando aspecto importante que foi a preocupação da inexistência de força de trabalho especializada para tal atividade, o que exigiu o recrutamento deste tipo de trabalhador em outras regiões do país, principalmente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Destaque é dado pela autora, à participação das siderúrgicas no processo, pois como maiores interessadas na produção de carvão de boa qualidade, “passaram a fomentar

um mercado local produtor de carvão vegetal, repassando aos ‘pretensos produtores, tecnologia adequada à produção e construção dos fornos e capital necessário à implantação das unidades de carvoejamento’ (PEREIRA, 2005, p.44).

Para garantir o êxito de tal empreendimento, o Estado vai cumprir importante papel implementando políticas de emprego, atuando no caso, especificamente, na oferta de emprego para a produção de carvão, proporcionando a qualificação profissional para construção e operação de fornos de carbonização, através de convênio entre a Secretaria de Tecnologia e Carvoejamento do Ministério da Indústria e Comércio, a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Maranhão, e a Secretaria do Planejamento do Governo de Minas Gerais, que de acordo com Pereira (2005, p.45) se materializou com a realização de um curso com duração de quinze dias, voltado para o ensino da técnica de construção de fornos.

E é neste contexto que as famílias assentadas na Califórnia foram inseridas no processo de desmatamento de suas áreas, assim como envolvidas na prática carvoeira. Porém tal atividade praticada pelos assentados não constitui a atividade principal das famílias. Desde o início, a agricultura, apesar de todas as dificuldades encontradas para seu desenvolvimento, compõe importante atividade do assentamento, pois a agricultura constituía a primeira intencionalidade das famílias quando ocuparam a fazenda Califórnia.

No início, as famílias encontraram, com a ocupação da fazenda, a oportunidade de “trabalhar a paixão pela terra”, resgatando suas raízes com o trabalho no campo, conforme depoimento abaixo

Eu não conheço, nem fora da Associação, gente que veio pra cá mesmo, veio trabalhar assentado, eu não conheço nenhum que não tivesse uma relação que não seja pelo menos de descendência, ascendência dentro da terra, tenha o perfil de pessoas que vieram porque não tinham terra porque perderam esta oportunidade de ter terra, mas sempre ligado ao campo. Todos que eu conheço, eles tanto tinham essa paixão [pela terra], como mesmo sendo empregado como no meu caso, no caso do meu irmão, que mesmo tendo formação acadêmica e tendo um emprego que não tinha de ir pra roça, nós sempre tivemos alguma atividade nas terras do meu pai. Ou fazia *pra* nós ou ajudava ele, sempre nas nossas terras nós *tirava* ajudando o pai da gente, indo lá fazer o serviço. E os outros que eu conheço por aqui, todos, os que não tinham terra *trabalhava*, ou *trabalhava* de alugado na terra ou *tava* dentro dessa perspectiva, na hora que tinha uma oportunidade de fazer alguma coisa, *tava* fazendo, seja horta em terreno baldio, mas eles estavam ligados [à produção na terra] (Ozias Carvalho da Silva, assentado, entrevista realizada em 03 de dezembro de 2010)

Assim, na perspectiva de trabalhar a terra, as famílias organizaram a produção desde a época do acampamento. Em princípio, se deu a escolha de uma área para a primeira roça, área de capoeira⁶⁷ de média de quinze anos. As relações de trabalho daí decorridas foram estabelecidas com a organização do trabalho no sistema coletivo para a escolha e roço e limpeza da área para o plantio, de onde cada família teve o direito de cuidar, de até cinco linhas de roça⁶⁸. O sistema utilizado era roça no toco, assim, as famílias iam juntas fazer o broque, que consiste na derrubada ou corte das árvores de tamanho médio, para depois fazer o encoivramento, que é a queima do “mato pequeno”, para limpar a área e deixá-la em ponto de plantio.

A partir daí, as relações de trabalho passam a ser no sistema semicoletivo, com várias formas de cooperação, como troca de dias, ajuda do grupo a quem estava doente ou impossibilitado de trabalho por algum outro motivo. E o resultado foi uma grande produção de arroz, feijão, milho, mandioca, deixando as famílias animadas e com “muita fé no futuro”, conforme muitos dos depoimentos colhidos durante o trabalho de campo.

Neste processo, a organização da produção também constitui importante dimensão da resistência camponesa, pois

A Califórnia representa essa resistência da produção, da economia camponesa, o trabalho camponês e a produção camponesa, da construção de uma comunidade camponesa, né, que ainda resiste a este processo do capital aqui, porque a tendência seria essa. Se caso não tivesse ocorrido a ocupação na Califórnia, aquilo ali seria mais um território do monocultivo do eucalipto ou de mais, da expansão, inclusive da carvoaria, porque antes ali tinha uma carvoaria, quando nós entramos, era pecuária e o restante da madeira, aroeira, até que não poderia ser que na época não podia ser derrubada, era para fazer carvão pra siderurgia de Açailândia. Então, aquele território hoje, ser um território camponês, é um... mesmo com todas as contradições que existem dentro de um processo coletivo de vivência, e as contradições que a gente vive no campo, né, das dificuldades de produção, dos créditos, né, tudo isso demarca um processo dos trabalhadores permanecerem, por mais que você tenha dificuldades de viver no campo, com a precariedade que é você não ter recursos e condições de viver no campo, de produzir no campo, você vai ver. (Gilvânia Ferreira, entrevista concedida em 13 de julho de 2012)

Ou seja, a resistência camponesa no assentamento pode ser percebida na produção, no momento em que esta não se organiza prioritariamente atrelada à produção

⁶⁷ Capoeira é a área de vegetação secundária, ou seja, é a mata não é mais nativa e já sofreu processo de corte anteriormente. No caso, a capoeira onde as famílias fizeram as primeiras roças era uma capoeira de aproximadamente quinze anos, que significa que as árvores originais foram derrubadas cerca destes anos e a terra encontrava-se “em descanso”, ou se recuperando para ter condições de uso.

⁶⁸ Em termos de dimensão, uma linha de roça mede 200m².

empresarial. As famílias entram na terra para a produção de produtos alimentícios básicos como feijão, mandioca, milho, arroz e legumes. Produção esta, organizada na proposição contrária à produção empresarial predominante do eucalipto na região.

Porém, apesar das pretensões produtivas das famílias, contraditoriamente, muitos assentados passam a articular sua produção com os interesses das práticas empresariais como os madeireiros.

As pessoas faziam roça enquanto tinha capoeira, mata e à medida em que eles iam avançando para fazer as roças eles também iam explorando esta parte vegetativa, né, tirando a madeira, fazendo carvão, vendendo estaca. Aí, quando a gente percebeu que quando esgotou essa vegetação, eles também pararam com as roças, até porque à medida que eles iam fazendo as roças eles iam plantando capim. Os que colocaram capim hoje tão criando gado ou tão arrendando capim pra alguém. (Edileuza Araujo Silva, assentada, entrevista concedida em 03 de dezembro de 2010)

Muitas são as contradições que permeiam a produção camponesa particularizada no assentamento Califórnia, determinadas por vários fatores, a exemplo das dificuldades de acesso a políticas e programas, como indica o depoimento abaixo.

Pra se ter uma noção do quanto o município não se planejou, não se preocupou com esta situação da agricultura, da pequena agricultura que até oito anos atrás não existia no município uma secretaria de agricultura, né [...] e foi criada uma secretaria de agricultura, mas uma secretaria sem autonomia financeira e que fica a cargo ou na dependência de alguns programas federais que não satisfazem, que não atendem, que não dão conta da demanda, que, Açailândia, nós temos uma população rural significativa, né. (Antonio Luis Lima e Silva, coordenação estadual do MST, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2010)

Assim, na ausência da ação pública do Estado, as famílias encontram na produção hegemônica a alternativa de manter-se. Por exemplo, em muitos depoimentos colhidos ficou claro que a ausência do Estado era “suprida” pelas empresas madeireiras. Assim, não havendo as condições minimamente adequadas para o desenvolvimento da agricultura, como por exemplo, o abastecimento de água e a estrada para o transporte dos produtos, os caminhoneiros faziam o serviço de transporte da água para os lotes e o transporte dos produtos das roças, mas claro, negociado nesta relação, o fornecimento da madeira existente nos lotes. Além disso, o fornecimento da madeira constituía, muitas ou na maioria das vezes, complemento de renda para a manutenção da família.

Ou seja, as dificuldades para a produção camponesa frente à primazia produtiva do agronegócio na expansão do capital no campo exige do camponês ações contraditórias no sentido de sua própria reprodução, pois em regra têm sido desenvolvidas atividades não diretamente na lavoura, como fica evidenciado no depoimento abaixo, quando a depoente faz uma análise sobre as dificuldades da produção no assentamento.

Acho que a principal questão para os assentamentos é que não existe um incentivo *pra* pequena agricultura, não existe nenhum tipo de política, nenhum tipo de incentivo no município para a pequena agricultura, então o pequeno agricultor, ele tem que produzir com seu próprio esforço, o que fica caro, *né*. Ele precisa trabalhar muito para produzir aquilo que ele precisa para sua subsistência. Então, muitas vezes, aí o que entra como influência dessas indústrias, dessas firmas e dessas empresas que se instalam no campo, *né*, a influência é que muitas vezes o trabalhador se submete ao trabalho temporário para garantir a sua subsistência porque para ele é mais difícil garantir sua subsistência no lote por não ter nenhum tipo de incentivo (Maria Divina Lopes, coordenação estadual do MST, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2010)

Na fala acima fica explícito que os assentados vivem uma situação de muitas dificuldades por não contar com ações do poder municipal, como incentivos produtivos e, com esta ausência, a produção torna-se bastante onerosa para estas famílias, como explica, a seguir, uma assentada

Sempre que nós *conversa* com o seu Manoel e seu Rui, a dificuldade deles é como começar, *né*, porque sempre a gente tem que ter um adiantamento, como chegar lá pra trabalhar na mão de obra, porque a mão, roça no toco não dá e tudo é caro, *né*. Se bota uma máquina *pra* trabalhar, *pra* revirar a terra, a gradear a terra, aquilo ali, algum troquinho que a gente tem vai embora tudo, *né*. E muitas vezes o lucro, o que a gente colhe não dá pra tirar o que a gente gasta. Então, a dificuldade que eu vejo comentarem é essa (Antonia da Silva Costa, assentada, entrevista concedida em 05 de abril de 2012)

Assim, por conta da falta de condições financeiras para a prática da agricultura, as famílias assentadas são submetidas a outras formas de trabalho como o trabalho temporário, o trabalho entressafras em outras cidades ou estados, atividades não agrícolas, assim como a prestação de serviços. Em levantamento feito durante a pesquisa foram identificadas diversas ocupações fora da produção agrícola familiar, tanto dentro do próprio assentamento quanto nas cidades vizinhas e mesmo em outros estados e até fora do país. São atividades como comerciário, ajudante na construção civil, garçom, balconista, agente de saúde, vigia, motorista, professor, garimpeiro, porteiro, topógrafo, serviços gerais, doméstica, encarregado de produção, tratorista, juqueiro e fibreiro.

Retomando o processo de organização do assentamento, e sua respectiva regularização, as famílias assentadas acessaram o Crédito de Implantação, possibilitando, assim, o desenvolvimento de práticas produtivas iniciais.

Criado em 1985, O Crédito Implantação compreende várias modalidades articuladas entre si, que têm como objetivo “suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de suas unidades habitacionais e atender necessidades híbridas das famílias dos projetos de assentamentos”. (INCRA, 2010). Inicialmente, com o Crédito Alimentação, que possibilita a aquisição de gêneros alimentícios pelas famílias assentadas a fim de garantir sua subsistência até os resultados da primeira produção; o Crédito Fomento, cujo objetivo é a compra de instrumentos e equipamentos de produção em geral, como ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, plantel de animais, e até mesmo tratores e caminhões, ou seja, o material considerado indispensável para a fase inicial da produção no novo assentamento; e por fim, o Crédito Habitação, cujo destino é a construção das casas para as famílias sripadas no projeto de assentamento.

Outros programas foram, posteriormente, acessados. Em geral, as famílias assentadas tiveram liberado um conjunto de créditos, conforme a tabela 26.

TABELA 26: Créditos liberados para o Assentamento Califórnia – Açailândia - MA

Tipo de Crédito	Valor por família (R\$)	Nº beneficiários	Fonte	Ano	Valor total (R\$)
Crédito Fomento e Alimentação	1.080,00	181	INCRA	1998	195.480,00
Crédito Habitação	2.500,00	181	INCRA	1998	452.500,00
Crédito Habitação	5.000,00	06	INCRA		30.000,00
Custeio Agrícola	2.000,00	181	INCRA		362.000,00
PROCERA	7.500	130	BNB/B B		975.000,00
PRONAF Complemento	2.000,00	130	BNB/B B		260.000,00
TOTAL					2.274.980,00

Fonte: AESCA (2008, p.17)

Em 2008, duas outras modalidades foram criadas: Apoio Mulher, com a intenção de promover a igualdade de gênero, através da participação das mulheres na dinâmica

produtiva e econômica do assentamento; e o Adicional Fomento, voltado à consolidação da segurança alimentar das famílias assentadas, assim como fortalecer o processo de geração de excedente produtivo. A próxima modalidade criada foi o Crédito Ambiental, em 2009, destinado à implantação e desenvolvimento de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas de reserva legal de assentamentos. (INCRA, 2010)

O levantamento feito pela equipe responsável pelo PDA informa que o crédito Fomento foi liberado em 1998 e foi investido em bens para uso coletivo, como na compra de um caminhão para facilitar o transporte da produção, na construção de uma casa de farinha, na aquisição de uma máquina de pilar e de uma farrageira. Ainda assim, restou a quantia de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para cada família usar livremente.

O Crédito Habitação, também liberado no mesmo ano do Crédito Fomento, possibilitou a construção da agrovila, inicialmente com 176 casas, sendo complementado em 2004 com mais 06 moradias.

Muitos problemas surgiram com a implantação do Crédito Custeio Agrícola, acessado em 1997, Este crédito é destinado, principalmente, à produção de alimentos básicos e aquisição de bens de consumo às famílias associadas, numa perspectiva de articulação com os objetivos e metas estabelecidos pelo assentamento. (INCRA, s/d, p.06). No caso do assentamento houve uma complementação com o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária – PROCERA, acessado no ano seguinte. Contraditoriamente, os recursos disponibilizados e que deveriam alavancar a produção e a produtividade no assentamento, constituíram, em sua aplicação, um dos elementos determinantes para que a organização da produção passasse por intenso processo desarticulador, criando nas famílias o sentimento de frustração.

Neste sentido, o trabalho que vinha sendo organizado na perspectiva do coletivo, como aconteceu nas experiências do primeiro ano de produção, passou a ser organizado individualmente. Interessante observar que no primeiro ano, quando não havia qualquer recurso financeiro, a organização coletiva desencadeou a produção; já com a liberação de recursos, que em princípio potencializaria a intensificação e melhoramento produtivo, o trabalho passa a ser, essencialmente, individual. Ou seja, os recursos, ao invés de contribuírem, dificultaram os processos produtivos.

As limitações neste processo podem ser identificadas em vários elementos, dentre os quais encontram-se a dificuldade na administração dos bens coletivos e a fragilidade

das políticas públicas. Sobre os problemas de gestão, o depoimento abaixo indica elementos importantes para a compreensão da complexidade existente. Analisando os motivos do “fracasso” das iniciativas produtivas organizadas de forma coletiva, a depoente aborda especificamente o gerenciamento de bens comprados para atender grupos de trabalho e sobre isso discorre que

... teve o carro que foi comprado pela Associação, aí vem a ganância, um quer tomar de conta do carro. Aí, todos pagavam, que aquele caminhar trabalhou muito, o caminhão trabalhou muito, mas se você, que é um dos associados precisava do carro, você pagava quase igual um particular lá de fora e na hora que quebrava as peças do carro quem estava responsável nunca tinha dinheiro em caixa pra repor, pra fazer a manutenção do carro. Do mesmo jeito foi o trator, a casa de farinha, a usina. Se você precisava pillar um saco de arroz você tinha que pagar igual um particular e quando tinha um problema o responsável pela usina não tinha dinheiro pra reposição daquelas máquinas. Aí foi fracassando, o carro foi dando problema, foi encostando, depois tentaram reativar o carro, não foi adiante mais e muitos desistiram porque o que que adianta você ter sociedade num objeto que você não pode usar. (Maria Silva Lima, assentada, entrevista concedida em 03 de dezembro de 2010)

Sobre a mesma questão, a fala abaixo contribui bastante para a reflexão sobre os processos produtivos e a complexidade que envolve as contradições da organização da produção no assentamento.

Olha, eu acho que, ligado a tudo isso aí que foi falado, a falta de experiência, essas coisas, eu acho que *tá* outras questões que é a inexperiência administrativa de atividades coletivas das associações, não houve um bom gerenciamento. As pessoas precisavam ter mais formação e isso não foi possível. *Pra* que os projetos dessem certo, pra que as atividades dessem certo como a Maria colocou bem aí. Os coletivos, até assim, um coletivo de criação de gado que foi colocado, que era área própria deles, que não era área do assentamento, um grupo formou um coletivo, eles não conseguiram gerenciar isto, terminou, no início tinha fatura de leite, no final foi tudo dando de água abaixo e as áreas coletivas até já venderam, gado foi vendido, curral foi perdido. E, ligado a esta questão do gerenciamento vem uma outra coisa que eu considero e sempre venho falando nas atividades: a falta de assistência técnica, falta de acompanhamento técnico que eu acho que é fundamental porque o homem do campo tem mesmo dificuldade de gerenciar. Um coitado que às vezes trabalha por um salário mínimo a vida toda e de repente ele pega, como *tá* o Pronaf hoje, vinte e poucos mil reais, ele acha que é muito dinheiro e aí ele termina não gerenciando bem este dinheiro, que ele é acostumado a gerenciar um salário mínimo. Como é que ele vai gerenciar agora sessenta salários mínimos, assim de uma hora pra outra? Quarenta, cinquenta salários, ele tem mesmo dificuldade. Então, precisava ter uma assistência técnica que eu considero parte necessária, uma assistência técnica permanente dentro das comunidades camponesas. Se tivesse nas atividades, técnicos compromissados, ele tinha como ajudar a gerenciar esses recursos e não teria dado tanto problema, porque eu acho que a grande maioria não gastou o dinheiro, não ficaram endividados, não estão inadimplentes porque planejaram fazer isso. Entraram num beco e não tiveram mais

saída. (Ozias Carvalho da Silva, assentado, entrevista realizada em 03 de dezembro de 2010)

A análise feita pelo assentado faz uma perfeita articulação dos dois problemas apontados anteriormente. Por um lado, o governo libera recursos financeiros para as famílias assentadas, supostamente atendendo à demanda da reforma agrária, mas por outro pode ser observado que a simples liberação de recursos não é suficiente para a realização da reforma pretendida. Dentre várias questões desconsideradas pelo Estado, no que tange à resolução da questão agrária, a necessidade de formação e capacitação tanto no que se refere à produção quanto à gestão, têm comprometido a qualidade dos programas voltados à produção camponesa.

Nos dois casos acima abordados fica evidenciado que vários elementos devem ser considerados na elaboração e implementação das políticas públicas. E no caso específico, a fragilidade e a fragmentação que caracterizam a política de assistência técnica aos assentamentos, constituem elementos importantes para a compreensão dos limites apresentados nos processos produtivos coletivos ou mesmo individuais do conjunto de assentamentos da reforma agrária.

Ou seja, a negligência com que é tratada a política de incentivo à produção nos assentamentos leva a um contexto que compromete a organização e reprodução das famílias, até porque o governo libera recursos, mas como já dito, sem uma formação gerencial adequada dos assentados e seguindo um modelo burocrático bastante desmotivador para as famílias, pois como diz um entrevistado,

... acho que tem que mudar a política, né? Essa política de incentivo à produção, né? Porque, um exemplo, o financiamento, né? de financiar a agricultura familiar, como é chamado lá no programa do governo, que é pra beneficiar o pequeno produtor e esses *pequeno produtor* não está sendo *beneficiado* com essa, com este financiamento que tem. Eu, no meu ponto de vista tem que haver uma mudança nessa política: a questão dos *financiamento*. Enquanto não haver uma mudança, nós, não adianta nós *dizer* assim: “não, o governo tem que aumentar pra tantos bilhões” ou “o dinheiro *tá* pouco *pra* agricultura familiar”. Mudar a política na forma de aplicar o dinheiro, né? Então, isso faz com que não gere condições da gente manter a família dentro daquela terra que a gente tem, né? Porque sem o recurso de movimentar dentro da terra, numa área de região seca que nem esta. Nós aqui, já era pra ter adquirido *condição* de nós *cavar* um poço pra nós *trabalhar*, irrigar a terra, plantar maracujá, mamão, produzir tudo que fosse possível... Mas não tem condição, o poço ficava por trinta mil reais. Barato, né? Trinta mil reais *pra* você ter água à vontade *pra* você irrigar a terra. Num ano de produção você paga. Mas, a política do governo, ela não permite que a gente faça isso, porque tem tantos bilhões pra agricultura familiar, esses bilhões, na prática, eles *parece* que não *existe*... Pronaf A, a gente faz Pronaf A, tira dezoito mil hoje, mas a burocracia que tem e o sistema que

é usado, você perde o rebato que tem, você perde na hora do negócio. Na hora de receber você já perdeu o rebato... naquele negócio que você faz ali, que tá recebendo ali, já tá perdendo 40% daquele projeto ali, ou mais, né? Ou mais. Tem os técnicos que veio pela Agricultura, Casa da Agricultura, né? Os técnicos, eles pegam, fazem um projeto, põs numa consultoria lá, aí você vai pagar por um Pronaf A, você vai pagar três ou quatro mil reais de assistência técnica. O cara já trabalha *pro* governo, mas ele caça um *jeitim* de empurrar lá *pra* consultoria... eu tenho visto isso aqui demais, tem técnico que *tá* melhorando de vida com esse sistema, né? ... Outra coisa, o assentado não pega no dinheiro porque se o assentado pegar no dinheiro gasta à toa, mas é quem vai ficar devendo o dinheiro, né? Ou que ele gasta ou não gaste à toa quem vai ficar devendo o dinheiro é ele. Se é dele ficar devendo sem gastar o dinheiro é melhor ele ficar devendo ele mesmo gastando o dinheiro, né? Mas o cabra diz: “mas como é que não *tá* gastando o dinheiro, se a bola de arame custa trezentos, você vai comprar por trezentos e cinqüenta, né? Quer dizer que ali, você... em dez bolas de arame, você perdeu quinhentos reais. E o sistema obriga que você, aí entra gerente de banco, o técnico lá, né, e o presidente de associação, nós num *pode* ficar fora disso, que pode não ser todos os presidentes, né? Mas que existe essas irresponsabilidades também nesse lado aí. Aí, leva aquele povo *pra* comprar o gado lá no fazendeiro, que o fazendeiro tem o documento que o gado foi examinado e tudo. Aí, se a arroba de gado, que aqui aconteceu, no tempo que a Neuza, seu João Balbino e outro, eu fico dacolá olhando, sem saber de nada, só olhando, aí, trinta e cinco reais a arroba de novilha, que vocês *conhece*, novilha, gado melhor que tinha aqui dentro *pra* você escolher e *pra* comprar. Foi comprado em Suribijuba, sei lá.. eu sei que foi longe, compraram a setenta reais o gado todo doente, morreu muito gado depois que chegou aqui, e compraram a setenta reais. Quer dizer que eles não perderam só os 40% do projeto, perderam muito mais. Então, é isso, se for ficar falando disso falo a noite todinha e não termina. Aí, eu resumo no que eu já disse ainda agora, tem que mudar a política. Não é ter mais dinheiro, é a aplicação do dinheiro é que não *tá* dando resultado *pros* pequenos. (Rui Barbosa Silveira, assentado, entrevista realizada em 02 de dezembro de 2010)

O assentado tem a clareza sobre as debilidades da política de apoio governamental, através do programa de incentivo à produção. Para ele, o maior problema que os assentados enfrentam não é a limitação dos recursos, mas como ele mesmo diz, é “a forma de aplicar o dinheiro”. Na sua compreensão, a forma como são geridos os recursos financeiros para a produção não possibilita condições para a reprodução de vida das famílias assentadas através do trabalho camponês, e, conseqüentemente, mantenha as características relações com a terra, ou mesmo permaneça nela. Tal compreensão é devido ao fato de que os recursos não estão sendo geridos para a resolução dos problemas existentes.

Por exemplo, a falta de água para a produção, assim como a falta de estrada para o escoamento da produção constituem unanimidade entre os assentados, com os quais mantive contato, como as maiores dificuldades no processo de organização da vida no assentamento. Neste caso, fica constatada “a ausência de políticas públicas que

possibilitem a eficácia dos projetos implantados”. E, “Neste sentido, políticas que garantam eletrificação, estradas, armazenagem etc, são em alguns casos, fundamentais para que esses projetos tenham êxito”. (NASCIMENTO, 2003, p.203)

Neste sentido, o assentado entrevistado explicita muito claramente que a política do governo não considera a realidade das famílias camponesas, pois a aplicação dos recursos segue um formato único, não respeitando as diversidades existentes entre as regiões, estado e realidades, muitas vezes inviabilizando o processo produtivo, e, conseqüentemente, toda a organização social do assentamento. No caso específico, a burocracia existente não possibilita a construção de poços nos lotes⁶⁹, contribuindo de forma decisiva para o desestímulo da produção, considerando que por mais de 14 anos as famílias vêm produzindo sem o acesso à água nos lotes. As informações indicam que a construção do poço é relativamente barata, e impulsionaria seguramente a produção.

O depoimento traz uma denúncia grave sobre articulações entre técnicos, agentes financeiros, comerciantes e fazendeiros contra a reforma agrária, a qual é corroborada com o depoimento do próprio poder público, conforme consta no próximo depoimento.

Eu sempre disse isso, os bancos não gostaram, o pessoal da assistência técnica não gostaram, mas eu tenho uma posição de que pra mim há um sistema que corrói a agricultura familiar. Como é que acontece, existe os esquemas entre os escritórios de consultoria de elaboração de projetos, bancos e em algumas vezes o presidente da associação, certo? E empresas. Eu não sei se isso aqui é uma tentativa de manter o dinheiro correto, garantir a aplicação ou é um sistema de desvio. Acontece que você pega a Califórnia, por exemplo, um lugar que não tem água, chega um assentado aqui, que nunca criou gado, aí o cara da assistência técnica vai fazer um projeto, pega o Pronaf A, por exemplo, que foi o primeiro dele, pra criar gado e, leva lá pra Califórnia. Só que no processo de, primeira coisa, pra ele comprar o gado ele não vai comprar o gado onde ele quer, ele compra o gado naquele fazendeiro que já está cadastrado no Banco pra vender. Ele vai comprar o arame, ele não tem o direito de pechinchar o arame que vai comprar porque já tem uma empresa cadastrada que vai fornecer o arame e assim todos os produtos do projeto têm empresas cadastradas que ele, o produtor por mais que ele nunca tenha criado gado, se ele sabe economizar, sabe pechinchar, ele não tem o direito de fazer isso porque já tem tudo cadastrado, tem que pegar dali. (Antonio Erismar de Castro, vice-prefeito de Açailândia, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2010)

⁶⁹ Lotes são as áreas demarcadas para cada família cadastrada no assentamento. Em geral, na região Nordeste os assentamentos se encontram estruturados em uma agrovila, onde geralmente são construídas as casas das famílias, enquanto que os lotes são destinados à produção. No caso do assentamento Califórnia, os lotes distribuídos por sorteio, são localizados nas proximidades da agrovila, se distanciando gradativamente da mesma. Assim, existem lotes vizinhos à agrovila, com fácil acesso às roças, mas existem lotes que se encontram localizados cerca de 18 quilômetros, o que dificulta sobremaneira a produção, tanto no sentido de acesso quanto, e principalmente, no sentido do escoamento da produção.

A dependência instituída dos assentados aos agentes financeiros e ao profissional de assistência técnica cria uma situação de constrangimento para ele, pois “o assentado não pega no dinheiro porque se o assentado pegar no dinheiro gasta à toa”, ou seja, há uma suposição de que o mesmo não tem condições de gerir os recursos para ele disponibilizados. Nas orientações e exigências dos programas de apoio à produção dos assentamentos, cabe ao técnico agrícola ou agrônomo que acompanha o projeto, os laudos para liberação dos recursos.

Conicionados ao trabalho deste profissional, os camponeses assentados vivenciam as mais diversas e constrangedoras situações, sendo comum o relato de imposição do tipo de produção a ser realizada, a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais que disponibilizarão os produtos a serem comprados, assim com o fazendeiro que fornecerá os animais a serem adquiridos. O controle do processo por estes sujeitos, cujo papel deveria ser apenas de mediação, muito comumente tem resultado em maior endividamento das famílias por conta do superfaturamento do material comprado; no fracasso do projeto produtivo, por conta da aquisição de material, produto e animais de má qualidade; e principalmente na baixa autoestima, tanto subjetiva quanto coletiva, fazendo com que as famílias se sintam incapazes.

O fato é agravado quando pensamos que apesar de tais programas e créditos para a agricultura resultarem de lutas empreendidas pelos trabalhadores do campo, e em especial das famílias assentadas,

... a sua implementação sofreu considerável distanciamento dos objetivos e eficácia pretendidas, cujas determinações estão relacionadas a situações de ordem estrutural e conjuntural, alcançando as dimensões econômicas, sócio-culturais, ambientais e políticas (NASCIMENTO, 2003, p.201)

Um dos aspectos de ordem estrutural no estado do Maranhão pode ser identificado na “retração do Estado” no que se refere ao desenvolvimento da agricultura familiar camponesa, que tem, conforme aponta a autora acima, o “desmantelamento dos órgãos oficiais de assistência técnica”, e da própria política agrícola em si. Nesta unidade federativa, os programas e créditos para a agricultura são caracterizados pela ausência de pesquisa, capacitação técnica e formação política precária, demonstrando claramente, com isso, a negligência e descompromisso do Estado com a questão.

Com isso, a assistência técnica, enquanto dever do Estado, passa a ser oferecida por empresas privadas. Tal substituição implica em uma série de problemas e

dificuldades para as famílias assentadas, pois a maior característica da empresa prestadora do serviço, em sendo uma empresa capitalista e privada, é o lucro. Com a mesma lógica, os agentes financeiros, mesmo os públicos, têm os empréstimos como operações que visam a lucratividade, então são pagos pela intermediação feita nos programas de apoio à agricultura⁷⁰.

Assim, os compromissos assumidos por tais empresas não passam pelos objetivos e papel dos programas e créditos governamentais, conforme já apontados nesta tese. Tanto é, que, conforme Nascimento (2003, p.202)

Estima-se que aproximadamente 80% dos projetos elaborados no contexto do PROCERA não tenham contado com assistência técnica em sua implementação, limitando-se a função das empresas contratadas apenas à elaboração dos projetos pelos quais recebiam a taxa de 2%.

A maioria destes projetos não contou com a decisão dos chamados assentados (as) sobre os projetos a serem implantados, seus objetivos e operacionalização, permanecendo ainda a concepção iluminista e o posicionamento autoritário dos formuladores e elaboradores “que sabem” para os “beneficiários” “que nada sabem”...

Na relação hierarquizada estabelecida entre elaboradores de políticas e as populações camponesas, sejam assentadas, quilombolas, extrativistas ou indígena, o Estado desconsidera as realidades, os conhecimentos e saberes e as particularidades existentes, excluindo as famílias, de maneira geral, do processo de construção destas políticas. Por conta disso, ao invés de contribuírem efetivamente para a melhoria das condições de produção e de vida destas famílias, grosso modo tais políticas têm agravado de forma significativa as dificuldades socioeconômicas existentes, fazendo com que famílias antes pobres, encontrem-se agora “pobres e endividadas”, conforme linguagem corrente entre elas, e de forma especial das assentadas, o que gera um sentimento de frustração nas famílias, como pode ser percebido na declaração abaixo.

Na época desse projeto, nós só tivemos esse projeto no tempo que foi feito esse plantio, teve um plantio, teve um plantio de coco, de banana, dessas coisas assim, veio tudo por a metade, *duns* veio, de outros *num* veio, os que *num* veio perdeu direto, de graça, tudo, que num apareceu. Aí, esse projeto foi um projeto muito grande, de um milhão, parece que foi um milhão e cem mil de reais. Que foi liberado aqui pro

⁷⁰ Para o lucro obtido pelos agentes financeiros, a operação que diz respeito aos empréstimos agrícolas não apresenta menor importância no montante adquirido. Nas operações referentes ao PRONAF em 2002, por exemplo, para cada empréstimo de custeio dos grupos C e D, o agente financeiro recebeu 8,99% ao ano, além de taxa de administração. Em regra, os recursos direcionados ao PRONAF cuidam em preservar a taxa de rentabilidade dos agentes operadores.

assentamento. Todo mundo ficou aqui com direito de *quatro* vaquinha, uma roça lá no coletivo, que foi colhida, e a condição ficou, todo mundo ficou... desse tempo pra cá, desse projeto aí o pessoal. Até na época desse projeto o pessoal era muito animado com esse projeto e tudo. Só que depois foi acabando aos poucos porque não teve acompanhamento técnico... porque o pessoal não *tiveram* mais assim, um... o dinheiro foi... além foi pouco. Porque na realidade o dinheiro não era pouco, era nove mil reais para cada família, só que não chegou tudo, acho que não chegou cinco mil reais nas mãos dessas famílias, e aí as famílias foram passar a trabalhar com aquele *pouquim* que ficaram e... quando chegou a época do pagamento aí começou a enrolar tudo, as pessoas tinham que pagar uma dívida, que tiveram um lucro muito pouco que *num* sabe nem por onde ele entrou e aí as pessoas foram só caindo de lá pra cá, foi só arruinando mais. As pessoas foram perdendo a auto-estima de trabalhar, de viver, porque não tinham recursos, não tinham como viver dentro destas terras. Essa nossa terra, ela é seca, ela não tem água, ela não tem energia, não tem nada, agora tão botando essa energia aí. Só que hoje, já estou na parte de lá. Daquela época... daquela época, foi vindo de lá pra cá, quando chegou na hora de pagar ninguém *num*... Até hoje todo mundo ainda *tá* vivendo naquilo, nós hoje ainda *vive* aquilo [...] Nós tivemos que pagar o banco, *temos pagado* muito, muito mesmo o banco. Dentro dessa conta, dessa dívida nossa se tornou quase a dívida externa, uma dívida que *tá* quase sem fim. (Vilani Ribeiro de Moura, assentada, entrevista realizada em 04 de dezembro de 2010)

O mesmo sentimento de frustração e impotência é compartilhado com outra depoente, que acrescenta ao já exposto

Aí, o que aconteceu, com o projeto, *né*, as pessoas, muitos compraram gado, outros fizeram projeto *pra* coco, o coco não prestou, entendeu? O gado acabou, quando chegou a época de, como a Vilani falou, quando chegou a época de pagar a conta: *cadê* o dinheiro, né? Aí, pronto, parou, paralisou tudo, *né*, por quê? Para terra não *podia* ir, porque não tinha estrada, não tinha transporte, não tinha água. E aí, como trabalhar? Muitos ainda iam com os filhos pequenos pra lá, ficava de muda pra lá, entendeu? (Maria das Dores Moraes, assentada, entrevista realizada em 04 de dezembro de 2010)

Analisando ainda as dificuldades e contradições do processo produtivo do assentamento Califórnia, o depoimento abaixo aponta aspectos particulares das políticas públicas. De acordo com o assentado entrevistado,

Além disso nós temos o problema de políticas públicas dentro do assentamento, que não acontece, como o fornecimento...criar meios: água, estrada, este tipo de coisa que não tem, a energia,. Então, de infraestrutura, não tem política pública de infraestrutura. Eles criaram uma coisa aqui super errada, criaram um bairro, o assentamento Califórnia e não uma agrovila. Se esta agrovila tivesse sido uma outra forma onde os assentados estivessem espalhados pra dentro e a infraestrutura que fizeram tudo aqui, juntinho, pertinho, ficou pro baratinho pro governo colocar água,energia e telefone aqui dentro, um posto de saúde e escola e não tem mais despesas porque reuniu todo mundo de um raio de uma área de quase sete mil hectares pra uma vila que tem, o que, aqui, esta vila aqui deve dar mais ou menos uns cinco hectares. Reuniu todo esse pessoal, juntou num lugar e aí ficou fácil. Em

todo lugar ele diz que na Califórnia tem água, luz, telefone, posto de saúde, escola, de primeiro e segundo grau, mas na realidade isto não dá sustentação porque uma coisa que a gente fica olhando aqui, o pessoal aqui, são quatorze áreas, imagine quem está nos últimos lotes a quinze, dezoito quilômetros e não tem como levar a família dele pra trabalhar lá, pra lá dentro e se ele for tem problema, como é que ele vai dar água pra essa família, como é que ele vai dar o transporte, não tem transporte, não tem via de acesso. Aí, ele vai pra lá não dá escola aí o conselho tutelar dá em cima dele, aí ele traz a família dele pra cá, bota a mulher dele pra cuidar e agora ela não pode mais ajudar ele na roça porque ela tem que cuidar dos filhos aqui e fica um monte de crianças criadas pela mãe porque o pai fica a semana toda ausente. Quando é final de semana ele vem, os animais ficam lá sofrendo, ele tem que correr ligeiro pra voltar, aí o que ele achou melhor, não cria, bota a rocinha dele lá que vai quando dá certo e vem pra cá ficar perto da mulher dele, que ele não ta condenado a viver, ver a mulher duas, três vezes por mês. Porque isso não é um ano que ele vai fazer, já tem quatorze anos, se ele estiver a quatorze anos num ritmo desse é como se fosse uma separação. Então, esses fatores de ordem social e de ordem conjugal, tudo isso interfere no processo de produção (Ozias Carvalho da Silva, assentado, entrevista concedida em 03 de dezembro de 2010)

O depoimento aponta aspectos que denotam claramente a complexidade e contradição das políticas públicas e em especial no contexto do campo, possibilitando uma reflexão sobre a relação existente entre a produção, a família e as políticas públicas. Num primeiro momento, o assentado denuncia a ineficácia das políticas governamentais, no caso, dos projetos de infraestrutura. Esclarecendo, o assentamento possui uma área de 4.150.0908 hectares (AESCA, 2008, p.20), sendo esta dividida em lotes produtivos (individuais) e uma área de patrimônio de uso comum, na qual foram construídas as moradias e vive a maioria das famílias.

No caso, a aplicação dos projetos de energia, água, telefone, estrada, posto de saúde e escola, ao invés de alcançarem os lotes, ou seja, toda a área do assentamento, se concentrou na sua área residencial. Isto significa que sob o ponto de vista institucional, o governo “cumpru seu papel”, fornecendo os serviços previstos para o assentamento, mas por outro lado, como bem explica o depoimento, estes serviços públicos não sustentam as necessidades de vida das famílias assentadas, pois estas famílias necessitam primordialmente da produção e esta fica comprometida na medida em que os programas e projetos ali aplicados não levam em conta a relação existente entre os vários aspectos de vida destas famílias.

Para o poder público, a organização das famílias fora dos lotes constitui problema, porém, um dos aspectos identificados como problema é o financeiro, conforme depoimento do ex-prefeito de Açailândia, por ocasião da realização da pesquisa.

Eu acho que o problema do modelo, o modelo de assentamento que foi pensado, certo? A criação da vila, ela dificulta a permanência no lote e depois você tem que fazer investimento duplo, entendeu? Você vai beneficiar a pessoa duas vezes, no caso da energia, ele já foi feito um benefício para o morador na casa e agora vamos ter que repetir o benefício pra ele de novo, no lote onde vai morar. (Antonio Erismar de Castro, vice-prefeito de Açailândia, entrevista concedida em 09 de dezembro de 2010)

Na fala do representante governamental não é estabelecida uma relação entre os investimentos públicos e os vários aspectos de vida das famílias assentadas. O que fica clara é a preocupação com os custos financeiros que implicam a construção da área residencial. Para o então vice-prefeito, o modelo de assentamento com vila por um lado desfavorece a vida nos lotes e por outro constitui elevação dos custos para o poder público. Para o depoente a reflexão não passa pelos benefícios que os custos aplicados podem proporcionar enquanto melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas, mas sim pela quantidade de recursos que são despendidos, ou seja, pelos gastos que demanda a realização dos programas de reforma agrária.

No entanto, a falta de água, energia e estrada nos lotes, principalmente, constituem dificuldades cruciais para a produção agrícola no assentamento, agregando vários outros problemas em torno de si, como muito bem expressou o assentado Ozias Carvalho. Sabendo que nos lotes não existem condições mínimas de viver com a família e produzir, para o assentado depoente são claras as dificuldades e contradições.

Contraditoriamente o Estado não viabiliza de forma apropriada os programas e projetos de reforma agrária; não proporciona condições para a reprodução de vida nos lotes, mas exige da família ações que lhe são de responsabilidade, exemplo é a ida de mães e filhos para morar na vila, a fim de que estes estudem. No caso, o Estado não possibilita escola para as crianças que moram nos lotes, mas age via Conselho Tutelar cobrando que as famílias tomem providências para tal.

Consequências desta situação encontram-se bem demarcadas na fala citada. Com a saída de parte da família, como da mulher e dos filhos menores, que se instalam na vila para estes estudarem, muitos maridos ficam sozinhos nos lotes, sem muitas condições de sair por conta, principalmente, dos animais e quando vai visitar a família o faz em pouco tempo; com isso, crianças passam a ser criadas basicamente pelas mães, se distanciando dos pais, os quais não conseguem acompanhar o desenvolvimento dos filhos e os laços familiares tendem a enfraquecer, inclusive afetando, diretamente, a

relação do casal. Como consta no depoimento, “num ritmo desse é como se fosse uma separação”.

Outra consequência bastante danosa para o processo de reprodução do campesinato é o distanciamento das mulheres, crianças e adolescentes das atividades agrícolas, pois com sua saída do ambiente da roça vão perdendo o interesse e desconhecendo o sentido e valor da agricultura, sendo-lhes despertadas, inclusive, outras motivações e outras atividades não agrícolas, o que contribui de forma incisiva na reconfiguração das relações sociais e produtivas no assentamento, assim como para a desconstrução da identidade camponesa.

Os depoimentos das assentadas e assentados evidenciam o que já foi anteriormente apontado neste texto, o fato de que as políticas públicas não têm conseguido garantir a melhoria das condições de vida das famílias camponesas. A expectativa de viver da terra, de trabalhar na terra, o sonho de se libertar das amarras do latifúndio, de ver a terra fora do cativeiro, não tem sido concretizada no assentamento. A frustração com a execução de projetos produtivos deixou marcas ainda não superadas nas famílias. Aspectos como a liberação dos recursos, sua aplicação inapropriada, o endividamento junto ao agente financeiro, a dificuldade de quitação das dívidas e a atual condição de devedores, assim como a falta de expectativa de acessos a novas políticas que possam reorganizar o processo produtivo provocam o sentimento de baixa autoestima no assentamento, provocando invariavelmente o desestímulo para o trabalho na terra, para o trabalho camponês.

Associado a este contexto das políticas públicas, o desenvolvimento de projetos agropecuários nas redondezas do assentamento afeta de forma direta a produção e reprodução da vida das famílias. O assentamento Califórnia apresenta uma característica bastante peculiar, pois se encontra cercado por um aglomerado de empreendimentos capitalistas do agronegócio. São grandes fazendas pecuaristas de gado bovino para corte e para leite; extensas áreas cultivadas pelo cultivo do eucalipto; a produção do carvão vegetal; e a produção do próprio ferro nas siderúrgicas, as quais encontram-se localizadas cerca de 20 km de distância do assentamento.

Além das grandes corporações responsáveis pela produção geral, ainda são encontradas dentro do assentamento empresas terceirizadas que se responsabilizam pela vigilância da plantação do eucalipto; as que respondem pela conservação, combatendo possíveis incêndios; a de logística, que faz o transporte tanto da madeira

para os fornos como o carvão dos fornos para as siderúrgicas; e ainda a empresa que fica com o setor de manutenção do processo da produção do eucalipto, cuidando do maquinário existente nas plantações.

Toda a cadeia produtiva do eucalipto, na qual se encontram envolvidas várias empresas secundárias, afeta diretamente a vida dos camponeses assentados. O desenvolvimento das atividades produtivas destas empresas se encontra diretamente relacionado com os camponeses assentados, pois estes constituem potencial de força de trabalho abundante. Mesquita (2010), fazendo análise do processo de proletarização dos camponeses em Açailândia, identifica a expropriação fundiária como determinante para o fenômeno, sendo que para o pesquisador, este processo expropriatório é “marcado num primeiro momento pela ação de grileiros, grandes proprietários e empresários, e, num segundo momento pela ação da grande empresa capitalista”, sendo então que “surge um quantitativo de trabalhadores, que, privados do acesso a terra, migraram em busca de trabalho, tornando-se assalariados nos empreendimentos que se instalavam na região, como por exemplo, as siderúrgicas.” (MESQUITA, 2010, p.17)

O processo no assentamento Califórnia acontece de maneira diversa, pois os camponeses não “migraram em busca de trabalho”, mas, pelas dificuldades encontradas no processo produtivo muitos “abandonam” o trabalho agrícola e buscam trabalho nas empresas que circundam o assentamento, porém sem saírem de casa, sem migrarem. Ou seja, a diferença se encontra no fato de que expropriados da terra, os camponeses tornaram-se força de trabalho barata à disposição dos empreendimentos econômicos existentes; enquanto que o camponês assentado na Califórnia não foi expropriado da terra, no sentido de sua expulsão, foi expropriado da terra no sentido da condição de trabalho nela. Assim, impossibilitado de fazer a terra produzir, passou a oferecer sua força de trabalho no mercado local.

Muitos aspectos desta questão podem ser abordados, mas enfatizarei aqui preocupações com a qualidade do trabalho oferecido pelas empresas aos camponeses “disponíveis”; afinal, seguindo a regra geral deste tipo de oferta, deve-se ter claro que a maioria, ou a quase totalidade dos empregos assumidos pelos camponeses assentados são os trabalhos mais simples, que não exigem qualificação técnica profissional, como “peões”, os carvoeiros, vigias e serviços gerais.

Outra questão bastante pertinente diz respeito às condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores em geral, cuja caracterização é a precarização do trabalho.

No assentamento Califórnia, a maior expressão da precarização do trabalho pode ser identificada na terceirização, sendo regra a contratação dos camponeses assentados ser feita por empresas terceirizadas pelas grandes empresas, para a realização de serviços já elencados. Sobre esta relação precarizada de trabalho entre empresas e assentados, a compreensão é de que

Do ponto de vista do capital estrangeiro, que está mais envolvido nesta questão, pelo ponto de vista dele está maravilha, mas no ponto de vista do trabalhador, o trabalho acaba se tornando assim um trabalho precário, que alguns autores já escreveram sobre isso, a precarização do trabalho, onde tem uma terceirização, uma quarteirização e assim sucessivamente. E aí se torna *pro* trabalhador, o trabalhador, os próximos moradores de Açailândia uma questão difícil, muito difícil. [...] essa questão do trabalho precarizado acaba se tornando um cotidiano, acaba se tornando normal porque aqui, a gente pode ver, é por tempo, *né?* Tem aquela época que tem os trabalham, tem época que não tem, ou seja, um funcionário, um trabalhador que não é bem qualificado, ele se contrata na empresa, ele é contratado, fica três meses, quatro meses, no máximo cinco meses já está descontratado. É a precarização do trabalho. [...] aí, quando fica descontratado fica naquela correria, corre de uma empresa pra outra, “não, estamos contratando”, “não, já acabou as vagas”, aí fica essa correria de uma empresa pra outra. Um exemplo bem clássico mesmo é as próprias siderúrgicas que a gente acha que tem, que tem um... que a gente acha que a empresa siderúrgica é a maravilha de Açailândia. Só um exemplo básico, a Vale, ela aumentou o preço do minério de ferro, as siderúrgicas vivem do minério de ferro da Vale. A Vale aumentou em 104% o preço do minério de ferro, as siderúrgicas, a maioria pensaram em fechar as portas, mas o principal, o principal envolvido que se prejudicou mais foi o trabalhador, que a primeira coisa que, que uma siderúrgica faz é demitir, demitir o trabalhador. A primeira coisa que ela faz é demitir. A Vale não tá nem aí com isso porque o minério de ferro dela ela pode vender tanto aqui como lá na China. Pra ela o minério de ferro dela vendido aqui ela pode levar pra China que sai muito mais caro, muito melhor pra ela vender [...]

Ela não tem nenhuma responsabilidade com o trabalho, nenhuma responsabilidade social nesta questão. Aí, é onde chega aquela questão que é uma empresa voltada para a responsabilidade sócio-ambiental, quando na verdade é justamente ao contrário, ela faz isso, visando só o lucro dela, aumentou o preço do minério é claro que vai fechar as portas das siderúrgicas daqui e vai fechar meio mundo de emprego pra centenas de pais de família. (Antonio da Silva Costa, filho de assentado, entrevista em 11 de dezembro de 2010)

Do depoimento acima se pode refletir, conforme já foi abordado anteriormente, como os camponeses assentados e especialmente seus filhos não veem suas expectativas produtivas se concretizarem através das políticas públicas, procuram alternativas imediatas e reais, o que muitas vezes se expressa através do “fichamento na firma”, como é comumente denominada a contratação em alguma das empresas agropecuárias vizinhas.

Discutindo sobre a legitimidade da produção guseira na região da Amazônia Oriental, que corresponde aos estados do Maranhão e Pará, e mais especificamente na região denominada Carajás, Carneiro (2008a) afirma que houve crescimento incontestável da produção regional, mas explica que mesmo que haja similaridades da produção regional com a produção nacional, como o padrão tecnológico e semelhança na estrutura de capital, a produção guseira de Carajás apresenta três elementos que a diferenciam das outras regiões e a colocam na condição de fragilidade econômica e social. Para este estudioso da questão, constitui problema o fato das siderúrgicas estarem orientadas ao mercado externo, considerando que uma dependência ao mercado externo as deixaria “extremamente sensíveis” às variáveis do comércio internacional, assim como à conjuntura dos países envolvidos na negociação.

Outro aspecto bastante importante da influência dos projetos agropecuários que compõem a dinâmica econômica da região na vida dos camponeses assentados é a relação com o meio ambiente.

O modelo produtivo das empresas agropecuárias, representadas pelo agronegócio, utiliza práticas que comprometem profundamente o meio ambiente. Apesar do avanço tecnológico, sua matriz se utiliza de métodos questionáveis por vários setores da sociedade, devido a seus impactos socioambientais e econômicos. Na busca de minimizar ao máximo os custos da produção, o setor dá preferência pelo caminho do lucro mais fácil e mais rápido. E, na primeira fase da cadeia produtiva, a primeira ação é o desmatamento.

Como se sabe, a região de Açailândia (mas não só ela) teve sua formação fincada nesta prática, inicialmente pelas madeireiras e serrarias, juntamente com as fazendas pecuaristas que foram sendo instaladas ao longo do tempo. Posteriormente, para as atividades siderúrgicas o desmatamento tornou-se imperioso, pois tal produção faz uso do carvão vegetal, que por sua vez tem a madeira como sua principal matéria-prima. Este fato produz impactos diretos na organização da produção camponesa no assentamento Califórnia, alterando a relação destes com a natureza. Refletindo sobre tais processos, o depoimento abaixo esclarece que

Uma questão interessante na parte ambiental eu acho, eu acho que gira em torno do trabalhador rural, questão do imediatismo e aqui, a Califórnia por ser tão próximo do centro urbano da cidade e tão próximo dessas empresas acaba sendo influenciado pela produção de... dependente da empresa, né? A produção do carvão, a gente sabe que esse eucalipto todo foi plantado aqui unicamente para sustentar as

siderúrgicas, sustentar com carvão. O que *que* acontece? Esse eucalipto todo não é suficiente. A gente sabe que não é suficiente *pra* queima do minério de ferro, então vai precisar de outros tipos de... de madeira *pra* poder complementar e aí vem a questão da... das madeiras, e corta madeira ilegal pra fazer carvão. Então, o trabalhador se sente influenciado; é mais fácil pra ele fazer um carvão lá no seu lote do que plantar. Porque ele tem saída rápida e dinheiro no bolso, é garantido. Essa questão do imediatismo ela... ela bate diretamente com... com a questão agrária do produtor. O produtor se ele for plantar pra ... se ele for fazer o projeto dele vai demorar muito, vai fazer o projeto dele, vai esperar o financiamento bancário, quando sair o financiamento, ele tem que cuidar do projeto, e aí ele estando envolvido nessa questão desse imediatismo, não *tô* aqui querendo defender o trabalhador rural, mas nesse ponto de vista *pra* ele sai muito mais rápido e facilita mais. Então, essas empresas, no ponto de vista negativo, *influencia* bastante dentro do assentamento essa questão ambiental, quando o trabalhador podendo ter uma saída imediata, ele busca essa alternativa, principalmente aqueles que são menos politizados, *né*? (Antonio Silva, filho de assentado, entrevista realizada em 11 de dezembro de 2010)

Como já vimos através dos depoimentos e como já foi dito, as ações de reforma agrária e mais especificamente de produção não têm contribuído efetivamente para a reprodução da vida destas famílias. O fracasso das experiências coletivas, devido à inexperiência de administrar atividades coletivas; a falta de acompanhamento técnico adequado; a falta de serviços essenciais para a produção como o acesso à água, estrada, energia elétrica e infraestrutura básica; todos estes elementos associados dificultaram que fossem vislumbradas alternativas que lhes possibilitem renda, encontrando no imediatismo da proposta do corte de madeira de seus lotes, a possibilidade real de manter-se a si e à família, através da exploração inadequada de recursos.

Sabedores das dificuldades por que passam as famílias, os produtores de carvão investem de forma “tentadora” para a extração da madeira, apregoando as facilidades monetárias. O resultado é o desmatamento intenso do assentamento. Mas o corte de madeira nos lotes dos camponeses assentados não acontece apenas por conta das investidas e estratégias de convencimento utilizadas pelos produtores de carvão, mas passa também pela influência ideológica do modelo.

Os camponeses assentados “copiam” o modelo hegemônico da produção agropecuária patronal, a qual apresenta o *status* de superioridade, do sucesso econômico, da modernidade e da conquista e reconhecimento social. Então, se o “modelo da prosperidade” desmata, passa a ser considerado normal e lógico o desmatamento. O resultado para os camponeses assentados na Califórnia se apresenta de forma drástica, pois a grande parte dos lotes já não mais possui madeira em

abundância e quando alguém precisa deste produto para atividades simples e importantes como o cercamento de um quintal, precisa se submeter a adquiri-la no comércio local.

Pereira (2005), em seu trabalho sobre a prática do carvoejamento no assentamento Califórnia, mostra a estreita relação entre esta atividade e o desmatamento, apontando inclusive que no período da ocupação já existiam fornos construídos na fazenda. Sugere ainda que a intensificação da exploração da madeira no assentamento se encontra relacionada à produção siderúrgica. Para a autora, “A exploração da madeira para fabricação de carvão no assentamento parece coincidir com a seguinte situação: aumento da produção de ferro-gusa e conseqüentemente, aumento da demanda de carvão e redução da madeira na região.” (PEREIRA, 2005, p.70). O trabalho da pesquisadora ainda aponta a mediação feita pelo Estado que, apesar de em sua retórica não admitir o carvoejamento em áreas de assentamento, permitiu sua manutenção.

Associados a estes elementos, não pode ser esquecida a própria produtividade da terra, aspecto que é considerado pelos assentados determinante para o desenvolvimento da atividade, conforme é exposto no depoimento abaixo

Uma outra coisa que se percebe claramente é que depois de quatorze anos de assentamento a tecnologia, a técnica utilizada para plantio, que é a corte e queima, ela não é mais possível, a terra está esgotada, a produtividade baixou consideravelmente. Então, muitas famílias deixaram de botar roça nem é... um dos fatores é que não tá mais compensando. Ele diz que não tá mais compensando. Então, boa parte das famílias *pararam* de botar as roças (Ozias Carvalho da Silva, assentado, entrevista realizada em 03 de dezembro de 2010)

Conforme já abordado, a matriz tecnológica adotada pelo assentamento Califórnia, assim como pelos assentamentos em geral no Maranhão, segue a lógica produtiva da roça no toco, que por apresentar um padrão tecnológico considerado rudimentar, empregando somente instrumentos básicos da agricultura, como facões, enxadas e machados, apresenta-se como um trabalho extremamente penoso. O camponês maranhense por não ter acesso a tecnologias mais modernas depende eminentemente de sua força física, o que confere característica árdua às atividades por ele desenvolvidas.

O sistema roça no toco é caracterizado pelo corte e queima da vegetação existente, como uma forma de limpar a área no sentido de prepará-la para o plantio.

Porém, “O corte e a queima da vegetação implicam redução da cobertura vegetal, o que exige um período de pousio, tempo utilizado para a recomposição de biomassa e a criação de uma nova vegetação para a recuperação do solo” (AZAR, 2005, p.109).

O comprometimento da vegetação existente na área de assentamento não é um fenômeno recente. Em seu laudo de vistoria da fazenda Califórnia, o INCRA apontava como limites os desmatamentos e queimadas indiscriminadas, o extrativismo predatório da caça e da madeira, que era utilizada nas serrarias ainda existentes no local e pelas carvoeiras existentes dentro e fora do assentamento. (AESCA, 2008, p.59).

Assim, compreendo que os elementos acima elencados, articulados à precariedade das políticas públicas para a reforma agrária, implicaram diretamente no fracasso das experiências de produção, determinaram a reconfiguração das atividades produtivas e das relações de trabalho. E, se antes era praticada a policultura, com o plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e legumes em geral, agora é possível encontrar uma grande diversidade de atividades que não se caracterizam como camponesas e sequer rurais e/ou agrícolas.

Durante a pesquisa de campo foram identificadas atividades que são realizadas pelas famílias assentadas dentro e fora do assentamento, tendo sido encontradas: comerciário, garçom, cozinheiro, agente de saúde, técnico ambulatorial, técnico em enfermagem, motorista, tratorista, ajudante de pedreiro, pedreiro, carvoeiro, juqueiro, empregada doméstica, diarista, fibreiro, encarregado de produção, garimpeiro, porteiro, vigia, recepcionista, topógrafo, serviços gerais, professora, vendedor ambulante, técnico agrícola, agente bancário, açougueiro, mecânica de bicicleta e de moto, serviços gerais, vendedor ambulante e feirante.

Compondo as fontes de renda das famílias assentadas na Califórnia, além do trabalho agrícola, encontram-se os programas de assistência social, principalmente do governo federal, como o Programa Bolsa Família e aposentadorias.

Porém, ainda que seja identificada uma significativa variação de atividades econômico-financeiras realizadas pelo conjunto das famílias assentadas, e considerando as muitas dificuldades para a realização da prática agrícola camponesa, é facilmente identificável a dimensão da resistência camponesa à dinâmica econômica no município. Com uma grande diversidade de ações, as famílias camponesas assentadas na

Califórnia buscam alternativas e empreendem estratégias frente a tal contexto tão contraditório e adverso à sua existência.

O assentamento Califórnia é aqui entendido como território de resistência camponesa no processo de luta pela terra no Maranhão, porém, encontra-se inserido na intensa dinâmica da expansão e reprodução do capital no campo, fomentado atualmente pelo agronegócio. Tendo por natureza o antagonismo, as relações entre as classes sociais no campo expressam o

... metabolismo do capital e atingem também o universo simbólico da vida dentro e fora do trabalho, ou as subjetividades expressas nas compreensões de mundo, formas de organização, resistência, e da lutas, que em conjunto enriquecem e redefinem os conteúdos e os rumos dos movimentos sociais, especialmente aqueles que estão envolvidos na temática da terra. (THOMAZ JR, 2008, p.277)

Neste contexto, o assentamento Califórnia apresenta-se como importante espaço de luta e resistência camponesa, no movimento de reterritorialização da terra através da ocupação da fazenda pelas famílias organizadas pelo MST, que luta pela reforma agrária, ampliando a perspectiva da luta pela terra, pois implica a luta pela terra, mas articulada esta a um conjunto de serviços e ações públicas que garantam a permanência das famílias no campo.

Mas, como já demarcado neste trabalho, as contradições permeiam a vida cotidiana das famílias e para retomar aspectos das contradições internas da organização política do assentamento considero que a luta destas famílias por políticas públicas tem apresentado resultados importantes com a conquista de programas e serviços públicos destinados à reforma agrária. No entanto, tal conquista apresenta natureza contraditória, o que pode ser observado em vários contextos.

Exemplo desta contradição é a escolha da área a ser destinada para o assentamento, pois grosso modo, as áreas desapropriadas para efeito de reforma agrária constituem terras impróprias para a produção agrícola. É muito comum que sejam desapropriadas fazendas com terras degradadas por práticas de exploração irracional dos recursos naturais, por parte dos fazendeiros, como o desmatamento sem manejo, o cultivo do capim, o uso intenso de agrotóxicos. Todas estas práticas resultam no empobrecimento do solo, deixando-o sem muitas condições para a agricultura. Ou seja, as famílias que lutaram e lutam pela reforma agrária e que deveriam ser contempladas com terras apropriadas ao trabalho agrícola, recebem terras já comprometidas a esta prática produtiva.

Articulado a este aspecto contraditório, a liberação e aplicação de recursos acontecem permeadas por concepções políticas de agentes financeiros equivocados sobre o papel do camponês; além das práticas autoritárias e nem sempre transparentes de profissionais responsáveis por dar assistência técnica às famílias. Neste sentido, ao invés das famílias disporem de recursos financeiros, acompanhamento e orientação profissional que lhes possibilitem superar dificuldades produtivas, muitas vezes são submetidas a situações de engodo, vexame e humilhações, como exposto em depoimentos feitos por assentados.

Porém, se por um lado existem estes aspectos mais gerais da contradição política do assentamento, por outro também se manifestam elementos que podem ser considerados mais subjetivos, afinal nos processos políticos, por mais macro que sejam suas dimensões, a subjetividade constitui elemento bastante importante. Nesta perspectiva, pode a cooptação ideológica ser considerada elemento que expressa concretamente a contradição da organização política do assentamento.

A cooptação ideológica que acontece nos processos organizativos dos assentamentos, assim como em todos os espaços políticos, é aqui compreendida no contexto das disputas ideológicas entre as classes sociais, considerando a dicotomia entre os modelos produtivos existentes no campo.

Neste sentido, considerando o assentamento Califórnia como espaço territorial de disputa entre a reprodução social camponesa e a reprodução do agronegócio, podem ser identificadas práticas de cooptação mediando relações ali existentes. No caso específico dos assentamentos de reforma agrária este tipo de prática pode ser observado como iniciativa de vários sujeitos, seja ele o poder político estatal, através de órgãos públicos ligados à reforma agrária, assim como de gestores locais (prefeitos, secretários, vereadores); seja ele o poder econômico, representado por empresas ou fazendeiros que tenham algum tipo de interesse na área.

Uma ação comum de cooptação nas áreas de assentamento acontece no âmbito da liberação dos recursos financeiros para o processo produtivo e como já foi apontado em depoimento neste texto. De acordo com a informação colhida,

E o sistema obriga que você, aí entra gerente de banco, o técnico lá, né, e o presidente de associação, nós num *pode* ficar fora disso, que pode não ser todos os presidentes, né? Mas que existe essas irresponsabilidades também nesse lado aí. (Rui Barbosa Silveira, assentado, entrevista realizada em 02 de dezembro de 2010)

No caso, o depoente denuncia articulação entre agente financeiro, fazendeiros, comerciantes e empresas de consultoria técnica para burlar o fornecimento de produtos para a reforma agrária com a compra de produtos superfaturados ou de baixa qualidade. Mas, por exigência legal, para a efetivação do pagamento das compras é necessário o aval do presidente da associação atendida; assim, a cooptação deste representante político e social do assentamento passa a ser o objetivo de investidas cooptadoras, sendo este assediado de forma direta ou indireta.

Indiretamente, a este assentado são proporcionados benefícios pessoais como serviços especiais em viagens, com acomodações confortáveis e passeios incomuns a ele, assim como a compra de produtos inacessíveis. Diretamente, lhe é feita a oferta de dinheiro, numa demonstração explícita de cooptação. Assim, o assentado, subjetivamente envolvido no processo de cooptação, em aceite ao mesmo, assume, juntamente com os outros sujeitos, a fraude cometida contra o assentamento. Sobre isto, existe a concepção de que

Nós temos um processo de cooptação, inclusive de bandeiras. Cooptação no sentido ideológico, porque é uma batalha de idéias [...] tem cooptação [...]. A questão da cooptação, que tem a ver com o processo da consciência, que tem elementos da subjetividade do indivíduo, que tem a ver com as trajetórias de vida de cada indivíduo e esta trajetória de vida tá ligada com que? Com as possibilidades de realização dos sonhos. Esse elemento pode ser muito subjetivo, mas ele faz parte. Ele é determinante e isso nós não podemos desconsiderar numa tese, esses elementos, de forma alguma. (Maria Gorete de Sousa, coordenação estadual do MST, entrevista concedida em 08 de janeiro de 2013)

Com o depoimento acima fica demarcada a importância das subjetividades no processo político e organizativo dos assentamentos. Ou seja, a ação individual afeta de forma direta os acontecimentos gerais, sendo que no caso, o envolvimento do presidente da associação, aceitando o beneficiamento pessoal em detrimento do beneficiamento do grupo associado, afeta profundamente as conquistas coletivas, implicando isto nos resultados da reforma agrária.

Esta decisão subjetiva implica nos resultados da reforma agrária em duas dimensões: uma diz respeito à própria produção, pois como já foi abordado anteriormente, a forma fraudulenta das compras de produtos e animais de baixa qualidade compromete os projetos produtivos; a outra dimensão refere-se a aspectos sociais da reforma agrária, pois com um fracasso produtivo, toma força na sociedade a retórica dos setores contrários à reforma agrária de que esta se apresenta ineficaz. Com

isso, as famílias assentadas são cobradas no seu cotidiano quanto aos resultados da reforma agrária, como pode ser observado no depoimento abaixo

... eu já tenho debatido isso na cidade.o cabra diz “não, vocês têm privilégios, o governo...”[disponibiliza recursos], que eles vêm na televisão, aí vai ser preciso eu contar toda aquela história diferente pro cabra poder entender, então é isso. (Rui Barbosa Silveira, assentado, entrevista realizada em 02 de dezembro de 2010)

O depoimento faz referência ao desconhecimento que as pessoas, em geral, demonstram acerca das questões do campo, tendo como referência as informações veiculadas na grande mídia.

No caso do agronegócio propriamente dito, as práticas e ações de cooptação acontecem de diversas maneiras. Como este precisa de terra para se expandir, uma das investidas contra o campesinato é para comprar as terras do assentamento, o que pode acontecer articulado com o convencimento das famílias no monocultivo de interesse do agronegócio. Estrategicamente, empresas de monocultivos como o eucalipto têm insistido em propostas para as famílias assentadas na Califórnia para que estas produzam eucalipto em seus lotes. No caso específico, a empresa Suzano tem estabelecido uma relação com a comunidade que denota bem a prática do convencimento por cooptação, como pode ser percebido na fala abaixo.

Eu queria só voltar um pouquinho lá atrás, na questão do eucalipto, a Suzano, que tá aqui, inclusive você participou daquela reunião, não sei se era a décima quarta, não sei quantas reuniões eles já fizeram com a gente. Uma das primeiras pessoas que eles procuram aqui fui eu, né? E a minha perspectiva com a chegada da Suzano assumindo aí essas carvoeiras, esses eucaliptos da Vale, eu vejo isso, não só eu, mas a companheira Joaninha, a comadre Sebastiana, esse pessoal mais, né? Eu vejo assim, com uma expectativa um pouco negativa, né? [...] porque a gente sabe que quando o grande se chega pro pequeno é porque está querendo alguma coisa. E essa questão de amizade que ela frisou naquele dia, querendo ser parceiro e amigo nosso, já houve falação de um outro doutor que veio aqui, de outro representante de São Paulo que já deixou a gente de cabelo em pé com a plantação de eucalipto dentro do assentamento. E a gente tá recebendo, tá com o cabelo em pé, já que é um embate que vai ser travado, que nós não queremos eucalipto aqui dentro, mas o povo, sabe como é, por dinheiro... e aí vai ser uma... eu vejo já com desconfiança essa questão dessa amizade porque por trás desta amizade está o plantio do eucalipto nos lotes e aí a gente já tá um pouco preocupado com essa situação. E questão da biblioteca e dos dois postos que eles vão fazer aqui dentro. [...] e eu vejo assim, que nós temos dois lados aqui dentro do assentamento: um lado que vê com desconfiança e outro lado que apóia assim, de mão beijada, sabe? (Eva Sousa do Nascimento, assentada, entrevista concedida em 11 de dezembro de 2010)

O depoimento mostra a clareza da entrevistada sobre a intencionalidade da empresa. No caso, a empresa procurou individualmente lideranças do assentamento para fazer a aproximação com a comunidade e alcançar seus propósitos.

Como intencionalidade de tal, podem-se elencar alguns benefícios para a empresa. Primeiro, a responsabilidade financeira e ambiental das famílias com este tipo de produção. Com isto, os riscos da produção ficam por conta das famílias assentadas, ou seja, como o cultivo do eucalipto compõe a cadeia da produção siderúrgica, cuja dinâmica encontra-se atrelada ao mercado internacional, as crises financeiras internacionais, ao afetarem este setor não alcançam a empresa diretamente, que compraria a produção dos assentados de acordo com a demanda existente.

Outro aspecto desta produção é que em sendo o eucalipto produzido pelas famílias em seus lotes, seriam estas as responsáveis pelas implicações ambientais advindas deste tipo de produção, deixando a empresa isenta deste tipo de responsabilidade, apesar de ser esta a interessada e beneficiada pela produção. Assim, ao comprar o eucalipto produzido no assentamento, a Suzano estaria reduzindo custos e minimizando riscos de produzir além da demanda existente.

Por outro lado, no sentido da disputa ideológica, desterritorializa o campesinato, descaracterizando radicalmente a produção camponesa existente. Para alcançar seus objetivos, a Suzano desencadeou uma relação de “amizade” e “parceria” com o assentamento, através de práticas de cooptação. E, não efetivando a cooptação individual investiu em ações para cooptar a comunidade, sendo que para isso, estrategicamente, a empresa alcançou um dos “pontos fracos” do assentamento: a educação, ponto de congregamento entre as famílias. Assim, apresentou projeto para construção de uma biblioteca na escola do assentamento, através da Ecofuturo, organização não governamental mantida pela Suzano.

Considerando os conflitos explícitos entre o assentamento e a empresa Vale, assim como a caracterização de luta das famílias ali assentadas, a Suzano busca uma maneira de manter o controle sobre a comunidade. E, neste sentido, a cooptação cumpre o papel de diminuir a potencialidade da luta, da mobilização e das exigências, até porque quem pratica a cooptação a pratica como um favor, articulando quase sempre a ação realizada com cobrança e chantagem.

A natureza desta relação apresenta, então, aspectos concretos da organização política e produtiva do assentamento; assim, o assentamento Califórnia, expressando enfrentamento à dinâmica do agronegócio, estabelece com ele relações para resolução de seus problemas. O depoimento abaixo faz algumas reflexões sobre o processo

... qual o município que expressa hoje essa contradição? Açailândia, porque essa dinâmica recente que você já abordou. Então, seguinte, sem querer baixar a importância do assentamento, queira ou não, você lutar por terra estabelecer essa resistência. Se você pegar lá pela conjuntura da Califórnia a terra estava dada fatalmente pra Celmar. Ali era uma área contínua de eucalipto. Você interrompeu, num primeiro momento, já um projeto de investimento capitalista que era Celmar, em relações de hoje, Suzano. Então, a Suzano não está lá hoje, fisicamente, plantando eucalipto. Estaria se não fosse a intervenção da luta camponesa e tal. Mas, qual é o papel, a contradição que o assentamento acaba cumprindo hoje. Pra uma Suzano estar ela precisa estabelecer relações, não só relações produtivas, mas relações políticas, relações de responsabilidade social, aquilo que torna o capitalista, o capitalismo aceito socialmente. E, uma das estratégias de sobrevivência, de resistência, de permanência do camponês no seu espaço, no seu território é a relação não só dentro de sua classe. Mas, como em Santa Luzia o pessoal pra se manter no acampamento teve que se relacionar com o madeireiro porque era quem levava água, quem levava comida, quem levava mulher doente porque faltava o Estado. Na falta do Estado os camponeses estabelecem relações com quem tem possibilidades de resolver o problema imediato. Então, o madeireiro de Buriticupu foi na década de 60, 70, o que a Suzano é hoje. Ou seja, a necessidade de você resolver problema específico você estabelece determinadas relações. Essa é uma contradição (Francisco Elias Araujo, coordenação estadual, entrevista concedida dia 7 de janeiro de 2013)

Com o depoimento fica evidenciado que a ausência do Estado promove relações contraditórias entre as classes no campo. O depoente faz uma analogia entre estas contradições em dois contextos sociais distintos. Primeiro, nas décadas em que predominava o latifúndio, quando o camponês se relacionava diretamente com o fazendeiro e com o madeireiro, cujos poderes apresentavam-se numa dimensão local. O camponês conhecia pessoalmente os sujeitos que lhe oprimia e explorava, muitas vezes com relações estreitas de compadrio. Neste período, eram estes sujeitos que atendiam algumas das necessidades produtivas e de vida do camponês. Daí, as ações de favor e cooptação tinham dono, rosto e moradia.

Atualmente, tais relações se apresentam reconfiguradas. Agora o camponês se relaciona com sujeitos distantes e desconhecidos. E a figura do fazendeiro foi sendo substituída por um gerente, advogado ou encarregado de uma empresa. E na existência de problemas, não existe nenhuma a quem recorrer, pois a empresa é transnacional, não funciona administrativamente aqui; o proprietário não é de conhecimento público e só se faz presente por representantes. Da mesma maneira, as ações “beneficentes” também

não contam com a participação pessoal do interessado maior, e sim de seus representantes.

Ou seja, como o Estado tem, historicamente, negligenciado as políticas públicas no campo, as famílias camponesas buscam resolver seus problemas e vencer suas dificuldades estabelecendo relações que lhes são contraditórias e prejudiciais, pois na medida em que buscam no seu maior inimigo social, antes o latifúndio, hoje o agronegócio, apoio para superar dificuldades, encontram neste apoio elementos que lhes coagem e controlam.

Considerando, então, o contexto histórico, social e político do assentamento Califórnia, sua atuação, luta e resistência, o mesmo tem se constituído em referência local, estadual, nacional e internacional de luta pela terra, pela reforma agrária e contra o capital transnacional que controla a produção no campo, cuja representação se dá através do agronegócio.

Assim, diante de todo o exposto neste trabalho, aponta-se o papel do campesinato na reprodução do capital, particularmente no campo, sendo, contraditoriamente imprescindível à sua reprodução de ampliação em tempos de globalização da produção das mercadorias. No entanto, na contraditoriedade do processo socioeconômico, o campesinato, a despeito das investidas do capital contra sua existência, utiliza-se de mecanismos e estratégias de luta e resistência, no sentido de reproduzir-se socialmente.

Indica-se ainda que o processo de luta pela terra e pela reforma agrária desencadeado por organizações e movimentos sociais no Brasil tem contribuído de forma significativa para o avanço da construção de um ser social e político no campo, fazendo com que seja formada uma identidade camponesa, para além do corporativismo da categoria, assumindo a construção de uma luta coletiva, de um ser social e política e da solidariedade intraclasse, sendo o assentamento Califórnia uma referência deste processo.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho foi desenvolvido na perspectiva de compreender a reconfiguração das relações de trabalho e a resistência camponesa no contexto do desenvolvimento dependente no Maranhão. A pesquisa teve como referência empírica o assentamento Califórnia, enquanto expressão de uma realidade concreta, cujas determinações históricas perpassam a atual dinâmica socioeconômica de Açailândia, que representa o papel assumido pelo estado na nova divisão internacional do trabalho.

As relações de trabalho e a resistência camponesa são aqui consideradas em meio às contradições que permeiam o modo de produção capitalista, com a compreensão de que este não absorve na sua forma absoluta a força de trabalho, sendo necessárias formas não capitalistas de produção para a reprodução do capital.

No seu desenvolvimento, o capitalismo tem criado diversificadas formas de trabalho que alteram as relações entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho, sendo que a base das relações estabelecidas é a precarização, que tem se intensificado no estágio mais avançado do modo de produção, através, principalmente da terceirização e da informalidade do trabalho.

Tais formas de organização produtiva possibilitam a extração do sobretrabalho, com a negação dos direitos, a intensificação e extensão da jornada, precárias condições para a realização das atividades, a instabilidade e a insegurança. Tudo isso, em meio a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto com o emprego de tecnologias cada vez mais avançadas. As conseqüências deste processo implicam na reificação da classe trabalhadora.

No campo, a reestruturação da produção caracterizada pela acumulação flexibilizada tem possibilitado o avanço da exploração capitalista, através da adoção de práticas que desarticulam a organização social e produtiva das famílias camponesas. Representada por empreendimentos econômicos apoiados pelo Estado, como os denominados grandes projetos industriais e o agronegócio, estabelece novas relações de trabalho e altera a questão agrária. As novas configurações produtivas exigem do campesinato novas estratégias e mecanismos para sua reprodução social,

A resistência camponesa tem perpassado distintos períodos históricos, contrariando as várias teorias que lhe preconizam o fim e, apesar de permeada por controvérsias, em todos os tempos apresenta como centralidade a terra, que foi sendo articulada a outros aspectos importantes como políticas públicas e uma nova ordem

social. No Brasil, a luta pela terra, como expressão da resistência camponesa remonta aos tempos coloniais, assumindo caráter político a partir da atuação de entidades e movimentos sociais, desencadeando processo no qual a desapropriação ou desterritorialização do latifúndio acontece em novas bases, com a formação de novas consciências e conceitos.

Assim, a luta desencadeada pelos camponeses no estado do Maranhão não constitui fenômeno isolado no tempo e no espaço, estando inserida na formação socioeconômica brasileira, pois como já apontado ao longo deste trabalho, as lutas camponesas sempre fizeram parte da história do país.

Atualmente, um dos mais importantes aspectos da luta camponesa é o seu movimento de territorialização, o que lhe tira a limitação imposta pela luta e resistência localizada e lhe confere caráter regional, nacional e internacional, além de lhe conferir dimensão política às ações desencadeadas.

Neste sentido, a conflitualidade entre o capital, no campo representado de forma particular pelo agronegócio, e o campesinato, aqui representado pelas famílias assentadas no assentamento Califórnia, se manifesta em todas as dimensões da vida camponesa. No caso, as atividades produtivas do agronegócio encontram-se organizadas, principalmente na pecuária, no eucalipto e no carvão, as últimas articuladas com a produção siderúrgica instalada em Açailândia.

O assentamento, enquanto política de reforma agrária, resulta da luta pela terra organizada pelo MST no Maranhão e expressa a reconfiguração das relações de trabalho no campo. Neste sentido, as relações entre agronegócio e campesinato são estabelecidas de forma complexa e contraditória. Ideologicamente, o agronegócio se reconfigura apresentando-se com a faceta da modernidade, do desenvolvimento e da prosperidade, mas nega o aspecto destrutivo de sua produção e diretamente, as famílias do assentamento Califórnia sofrem profundos impactos com as atividades desenvolvidas na região.

Politicamente, o agronegócio, se articula a setores conservadores da sociedade para negar o campesinato. Neste sentido, veicula na grande mídia informações distorcidas sobre a reforma agrária, de forma descaracterizada e distorcida sobre os processos e contextos que envolvem as famílias assentadas e a luta pelas políticas públicas do campo. Para isso acusa a reforma agrária de ineficiente e propaga a “incompetência” da agricultura familiar camponesa. Com tal discurso, trama a cooptação das famílias, seja inserindo-as na produção, com o trabalho direto ou com o

arrendamento dos lotes seja com projetos sociais ou com a relação direta com lideranças. O intento é a “conquista” do assentamento como aliado do modelo de desenvolvido adotado hegemonicamente na região.

Na dinâmica de Açailândia fica bem demarcada a estreita relação entre o agronegócio, o latifúndio e o capital internacional e, se por um lado, o agronegócio assume uma faceta moderna, por outro reconcentra a terra, expulsando as famílias do campo tanto por conta do não acesso destas à terra quanto por conta do tipo de produção que não absorve a força de trabalho disponibilizada.

Compondo as estratégias de controle das terras, o Estado cumpre papel de destaque com a ideia de emancipação do assentamento, que significa que o INCRA considera-o consolidado enquanto política de reforma agrária, portanto, com condições de “caminhar” sozinho, o que significa, de maneira geral, que as famílias deixarão de ter acesso às políticas de reforma agrária. A questão que se coloca é que a implantação destas políticas não tem possibilitado a autonomia econômica que justifique esta emancipação e caso esta se concretize as famílias se tornarão ainda mais vulneráveis aos assédios do agronegócio, pois com a titulação da terra podem negociar diretamente com as empresas a venda de lotes. O risco disso é a retomada da terra territorializada pelo campesinato.

Um mecanismo que tem sido intensificado para a negação do campesinato e que conta com a participação direta do Estado, através do Judiciário, é o processo de criminalização dos movimentos sociais e lideranças, que tem contribuído para o acirramento dos conflitos pela terra e o aumento da violência contra lideranças camponesas. No Maranhão a ampliação do capital nas varias regiões tem impactado muitas comunidades e populações, com a tomada de terras por parte dos grandes projetos econômicos, o que provocado a organização, luta e resistência das famílias que vivem no campo. Por conta disso, a perseguição e ameaças de morte têm tomado espaço no cotidiano das famílias.

Econômica e politicamente, o Estado também tem se comportado de forma ambígua, uma vez que toma providências para o avanço da produção empresarial do campo e negligencia sua responsabilidade para com o campesinato. Neste aspecto, por um lado cuida da infraestrutura, com a construção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, para o escoamento da produção; enquanto por outro lado, não garante as necessidades básicas para o transporte da produção dos assentamentos, o que desmotiva profundamente o interesse do camponês em produzir, pois trabalha intensamente, colhe, mas não tem como vender sua produção.

A realização desta pesquisa permite assinalar que as práticas destrutivas da minerosiderurgia e do agronegócio em Açailândia rebatem de forma direta na organização da produção das famílias do assentamento Califórnia. Na dinâmica imposta pelo avanço do capital no campo, as famílias sofrem profundas alterações nas relações de trabalho e neste processo identifico novas formas de trabalho como a proletarização camponesa, que se efetiva em condições de precariedade e superexploração.

Famílias sem terra que lutaram pelo direito de trabalhar na terra e dela tirar seu sustento, planejaram suas vidas a partir da produção agrícola, quando ocuparam a fazenda Califórnia, mas que com a dinâmica socioeconômica dependente que caracteriza o estado do Maranhão, têm vivenciado uma descaracterização produtiva no assentamento. Tal descaracterização assume-se manifesta em duas direções: primeiro por conta da fragilidade e insuficiência das políticas públicas no campo e, de forma especial, as de reforma agrária.

Com profundas marcas no cotidiano, as famílias têm se manifestado na perspectiva de luta e resistência. A resistência feita por estas famílias é aqui demarcada como um processo, ou seja, as estratégias criadas para garantir a reprodução social camponesa pelas famílias assentadas têm como base a trajetória do campo, cujas determinações apresentam dimensão histórica, permeada pelas contradições próprias da sociedade.

O assentamento Califórnia, como expressão da realidade, se referencia como uma experiência de luta política para além da terra, uma luta contra o próprio capital. A ofensiva contra o capital encontrou na ocupação de terra uma estratégia importante e se a ocupação de terra encontra-se associada, via de regra, a um confronto com o latifúndio, no caso, teve outra dimensão, na qual a intenção era além de disputar a terra, denunciava as investidas do capital na região, na particularidade do cultivo da soja.

Atrelada à luta pela terra, estas famílias se mobiliaram para levar para a sociedade a situação de desigualdades no campo. Com muitas mobilizações, levaram o debate da reforma agrária e os problemas resultantes das práticas produtivas capitalistas no campo, principalmente de monocultivos como o eucalipto. Foram muitas as denúncias dos impactos ambientais desta prática. E as denúncias e denúncias feitas ecoaram forte em muitos espaços, a ponto de fazer com que, em alguns casos, empresas mudassem determinadas práticas. Como exemplo, a produção de carvão feita pela empresa Monte Líbano fosse reorganizada a fim de cumprir as exigências da legislação ambiental.

Porém, contraditoriamente, as famílias muitas vezes encontram-se envolvidas nas atividades do capital e passam a realizar atividades referentes, seja direta ou indiretamente. Mas, ainda que haja este envolvimento entre assentados e as grandes empresas, entendo que este se deve às condições próprias das dificuldades cotidianas das famílias.

Organizadas politicamente no MST, as famílias assentadas na Califórnia, compõem a luta por políticas públicas em geral, mas de forma particular tem como bandeira a luta pela educação, como forma de se manterem no assentamento, ou seja, a luta pela educação feita pelas famílias demonstra a vontade e determinação de permanência no campo, pois é de conhecimento que a falta de escola adequada no campo tem contribuído para a migração das famílias que seguem para lugares “mais avançados” para que os filhos tenham a oportunidade de estudo. Os adolescentes são os mais atingidos pela falta de escola nível médio, o que os estimulam a saírem do campo. E, no sentido de garantir a educação para os filhos, principalmente, realizaram e realizam muitas ações e campanhas pela educação.

Ainda politicamente, a resistência no assentamento Califórnia acontece também com a articulação feita internamente, com as atividades do MST, que agregam famílias sem terra em várias regiões do estado. Metodologicamente, a luta organizada pelo Movimento fortalece o campesinato através de ações e práticas que possibilitam o conhecimento e a formação das famílias. Com isso, os camponeses têm uma melhor compreensão do processo, de si e do contexto, o que possibilita a troca de informações, o estudo e a reflexão.

Para sua reprodução social, no assentamento Califórnia as famílias buscam insistentemente formas de garantir a produção agrícola, para o que, em tese, há a disponibilidade de recursos públicos. Mas, como foi visto nesta tese, as políticas de crédito são aplicadas de forma frágil, com vários entraves e problemas que comprometem a produção. Na reivindicação por políticas de crédito, a assistência técnica assume destaque. Para tanto, as famílias negociam, se articulam e se mobilizam com órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

A produção agrícola é marcada no assentamento por problemas gerais que afetam diretamente a produção agrícola. São problemas de infraestrutura básica como estrada, energia e água e é na produção que identifiquei uma das mais importantes formas de resistência no assentamento Califórnia e isto porque a agricultura camponesa tem uma lógica histórica, como uma forma de produzir no campo, cuja ideia central é a produzir para atender às necessidades da sociedade.

A realização camponesa é ver a produção se materializar, é acompanhar o crescimento das culturas produzidas e apesar do trabalho camponês constituir-se penoso e árduo, há a satisfação da família em consumir aquilo que foi por ela produzido, ou seja, apesar de todas as dificuldades para a produção agrícola, no assentamento referência empírica desta pesquisa, as famílias pretendem “comer o que plantam”

Outro aspecto a ser destacado é o papel que o assentamento assume no processo de resistência camponesa, pois o assentamento confere ao camponês um significado. As famílias sem terra que vivem na condição de acampadas, por exemplo, não têm referências, são itinerantes, mas quando passam à condição de assentadas, vivenciam a ideia da solidez, da permanência, da constância, referenciando-se, o assentamento, como lugar de trabalho, de reprodução social. E, quando observo no assentamento Califórnia, mesmo as muitas atividades não agrícolas ali realizadas demonstram o sentimento de pertença que as famílias têm em relação ao assentamento, pois em princípio, não procura outros espaços e permanece no local.

Importante destacar o caráter organizativo que o assentamento assume na luta. O assentamento, enquanto espaço de organização social, congrega os mais variados processos sociais e políticos. Lá são formados e mantidos os grupos produtivos, sociais e culturais que agregam as famílias. Na dinâmica organizativa, as famílias realizam e participam das reuniões, assembleias, instâncias, espaços estes onde é vivenciada a coletividade. Os desafios políticos da luta e resistência camponesas são diversos e muito complexos, mas um dos mais importantes é a construção da identidade de classe, superando as limitações encontradas na perspectiva apontada pela identidade étnica ou de categoria⁷¹, com isso, alerta para a urgência de todos os grupos camponeses se organizarem na perspectiva de classe camponesa e de forma mais ampla, de classe trabalhadora.

A partir de tal concepção, dentre os vários desdobramentos dos desafios políticos, então, à classe camponesa, aponto como desafio fundamental a luta pela democratização da terra, elemento primeiro a ser garantido. Sem a desconcentração fundiária no país, a questão agrária não poderá ser resolvida, e como já foi amplamente abordado, a irresolutividade desta questão, incide de forma profundamente desfavorável para as relações sociais e de trabalho no campo.

⁷¹Reitero a importância da luta pela identidade étnica e de categorial, mas reconheço nesta grandes entraves para a ampliação da luta na perspectiva apontada para a superação das contradições do modo de produção, ou seja, a luta de identidade em si e por si não coaduna com a luta emancipatória da humanidade.

Outro aspecto da dimensão política é a construção de políticas públicas amplas para o campo, como educação, saúde, infraestrutura, comunicação e produção. Lembrando que tais políticas devem levar em consideração as necessidades e diversidades existentes no campo.

E por fim, a articulação de classe, apresentando-se esta sob duas perspectivas: primeiro, a articulação da luta camponesa com a luta urbana, construindo um projeto de classe e de agenda de lutas comuns, respeitando, obviamente, as particularidades de cada grupo; e segundo, a ampliação da luta, no sentido sócioespacial, saindo do âmbito local, dando um caráter nacional e internacional da luta, potencializando e respeitando as lutas localizadas.

Nesta perspectiva, a questão agrária atual, em si reconfigurada pelas transformações recentes do capital, encontra-se na base das relações sociais e de trabalho no campo. E, a formação social e econômica brasileira é perpassada por esta questão, a qual se apresenta irresoluta até agora. Diferentemente da questão agrária, enquanto categoria, só recentemente o campesinato compôs o debate teórico e político do país, mas independentemente do debate estabelecido desde sempre sofreu as manifestações incididas pela questão agrária, através dos conflitos, da pobreza, da proletarianização, da expropriação e exploração, em especial, com a crise do capital, a qual resultou na reestruturação da produção e organização do trabalho no campo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Tendências das relações de trabalho no contexto da expansão capitalista no Maranhão**. Projeto de Pesquisa do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social – GSERMS – UFMA. São Luis. 2006.

ABREU, Marina Maciel, SANTOS, Elder Carvalho dos, SOARES, Lucianna Cristinna Teixeira, AZAR, Zaira Sabry. **Metamorfoses e tendências das relações de trabalho no Maranhão**. Anais do XIII CBAS/2010. Brasília

ABROMOWAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Editora Hucitec e Editora Unicamp. 2ª Edição. Campinas. 1998.

AESCA - Associação Estadual de Cooperação Agrícola. **Plano de Recuperação de Assentamento: assentamento Califórnia**. 2008.

ALENCAR, Francisco e outros. **História da sociedade brasileira**. Editora ABDR. Rio de Janeiro. 1994.

ALMADA, Francisco de Assis Carvalho de. **A experiência educativa de uma Casa Familiar Rural e suas contribuições para o desenvolvimento local**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém. 2005.

ALMEIDA, Alfredo. **Transformações econômicas e sociais no campo maranhense: Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. CPT-MA. São Luis. 1981.

ALMEIDA, Desni Lopes. **OS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA MARANHENSE – CONFLITOS E CONTRASTES: o caso Piquiá de Baixo, Açailândia/MA**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR, da Universidade Estadual do Maranhão. 2013

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. Editora Boitempo. São Paulo. 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. Editora Universitária da UFPE. 6ª edição. Recife. 1998.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990 – 2007**. Tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 2011.

ARAÚJO, Francisco Elias de. **Os efeitos da expansão da monocultura da soja no Baixo Parnaíba na dinâmica da pequena produção agrícola**. Monografia apresentada no Curso de Agronomia da Universidade Federal do Pará. Marabá. 2008.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Dinâmica regional brasileira e integração competitiva**. Anais da ANPUR. Sétimo Encontro Nacional. (p. 1070- 1110). Recife. 1997.

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra**: uma análise da colonização da Pré-Amazônia. UFMA/PPPG/EDUFMA. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária 3. São Luís. 1987.

_____. **Força-de-trabalho e subdesenvolvimento**: o caso do Maranhão. Revista de Políticas Públicas. Vol. 1, no 1 (jul/dez 1995) (p 25 -54) . Mestrado de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 1995.

ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras de Carajás. Editora Vozes. Petrópolis. 1982.

AZAR, Zaira Sabry. **A organização da produção na Vila Diamante na luta pela terra no Maranhão**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luís . 2005.

AZAR, Zaira Sabry. **TRANSFORMAÇÕES DA CONFORMAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO – BRASIL**. Anais do XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. Ecuador. 2009.

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil**: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. Editora UEMA. São Luis. 2006.

BELLO FILHO, Wilson de Barros. **História do planejamento econômico no Maranhão**: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento. Editora Papel Virtual. Rio de Janeiro. 2004.

BELLO, Walden. **Os pequenos camponeses lutam contra os paradigmas modernos obsoletos**. América Latina em Movimento. 2007. Disponível em <http://alainet.org/active/18832&lang=es>. Acesso em 19 de agosto de 2010.

BONATO, José Antonio. **Delegacia Regional do Trabalho registra 416 mortes em 2005 no setor sucroalcooleiro, maioria por acidentes**. Gazeta de Ribeirão. Ribeirão. 7 de julho de 2006. Disponível em <http://www.sucre-ethique.org/Mortes-no-campo-sao-416.html>. Acesso em 15 de outubro de 2009.

BOSSI, Dário. **Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão**. In: FÓRUM CARAJÁS. Mineração na Amazônia: Estado, Empresas e Movimentos Sociais. São Luis 2010.

BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **O circuito espacial de produção e os círculos de cooperação da soja no Maranhão no período técnico-científico informacional**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em 22 de novembro de 2010.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Programa Novo Mundo Rural**. Sumários Executivos/TCU-SEPROG 15. TCU. Brasília. 2004

BRASIL DE FATO. **E, a reforma agrária, presidenta Dilma?** (Reportagem veiculada em 10/04/2012). 2012

BRITO. Daniel Chaves de. **A modernização da superfície: Estado e desenvolvimento na Amazônia**. Belém. UFPA/NAEA/PTU. 2001.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Crítica social e responsabilização empresarial**: análise das estratégias para a legitimação da produção siderúrgica na Amazônia Oriental. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais editada pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Vol. 21, nº 53. p. 323-336. Maio/Ago 2008a. Salvador. Disponível em <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=529>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

_____. **A expansão e os impactos da soja no Maranhão**. In: SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A Agricultura familiar da soja na região sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro. Fase. 2008.

CARVALHO FILHO, José Juliano. **Política agrária no governo Lula**: esvaziamento da reforma agrária. Direitos Humanos no Brasil 2006. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo. 2006.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis. 2005.

_____. **Resistência social contra a expansão das monoculturas**. In: CPT. Conflitos no campo: Brasil 2007. CPT. Goiânia. 2008.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Coleção Antropologia da Política. Relume Dumará. UFRJ. Núcleo de Antropologia da Política. Rio de Janeiro. 2000.

CHAVES, Marília Linhares. **Superexploração do trabalho, organização e reivindicação dos operários siderúrgicos de Açailândia - MA**: o Serviço Social em pauta. Monografia apresentada ao Curso Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 2011.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre as teorias de sistemas econômicos não capitalistas**. 1924. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/.../1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf> . Acesso: 20 de junho de 2010.

_____. **La organización de la unidad económica campesina**. Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária**: uma análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu –

estado do Paraná. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação UNESP – Presidente Prudente – 2011.

COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A Alcoa no Maranhão e o desenvolvimento socioeconômico regional**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - PPGPP – UFMA. São Luis. 2003.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2007**. CPT Nacional Goiânia. 2008.

CPT. **Conflitos no campo: Brasil 2009**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2010.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2011**. CPT Nacional. Goiânia. 2012.

CUT. **Soja na Amazônia Legal**. São Paulo, 2005.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária, 2010. Disponível em [www. http://www2.fct.unesp.br/nera](http://www2.fct.unesp.br/nera). acesso em 15 de dezembro de 2012.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. **A relação Serviço Social e questão agrária na contemporaneidade**: inserção e prática dos assistentes sociais no MST e na Fetaema no Maranhão. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP – UFMA. São Luis. 2010.

DEMBOSKI, Pedro. **Práticas agroecológicas em assentamentos do MST no Maranhão**. Monografia do Curso de Agronomia. Programa de Graduação em Ciências Agrárias e Agronomia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá. 2008.

DIAS, Márcio Bruno dos Santos e BURNETT, Lago Burnett. **Avaliação do Plano Diretor Participativo**: Relatório nº 01 do município Açailândia – MA.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Sistema Público de emprego, trabalho e renda**: Mercado de Trabalho – 2010 – 2011. 3. Ed. São Paulo. 2011.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). MDA. **Estatísticas do meio rural: 2010 – 2011**. 4ª edição. São Paulo. 2011a.

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 159. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2001. Disponível em <http://www.faq.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/BIBLIOGRAFIA%20APOIO/A%20QUEST%3O%20REGIONAL.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2011.

DOURADO, José Ribamar; BOCLIN, Roberto Guimarães. **A indústria do Maranhão**: um novo ciclo. Brasília. IEL. 2008.

DURANS, Cláudia. Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses.** EDUFMA. São Luis. 2008.

_____. **A inserção do Maranhão na nova divisão internacional do trabalho e questão social.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luis. 2007.

ENGELS, Friederich. Introdução à edição de 1891 do texto **Trabalho assalariado e capital.** Edições Avante! 2006. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>. acesso em 15 de setembro de 2010.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. 2007. Disponível em www2.fct.unesp.br/nera/revistas/11/6_Fabrini_n_11.pdf. acesso em 14 de março de 2012.

_____. **A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa.** Revista Geografia. Volume 13. Nº 2. jul-dez 2004. pgs 116-137. Disponível em <http://www2.uel.br/revistas/geografia/v13n2/8.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2009.

FARIAS, Maria dos Prazeres Silva. **A história da Balaiada no currículo escolar da Unidade Integrada Major Érico Gomes Braga – Nina Rodrigues – MA.** Monografia de graduação apresentada ao Curso de Pedagogia na Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém. 2005.

FARID, Jacqueline. **Soja é a cultura que mais se expandiu no país.** Economia e Negócios. Estadão. 30 de setembro de 2001. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,ibge-soja-e-a-cultura-que-mais-se-expandiu-no-pais,443419,0.htm>. Acesso 10 de agosto de 2010.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da economia mundial e ajustes nacionais e regionais.** Mestrado de Políticas Públicas da UFMA – Série Debates. São Luis, 1998.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** Campo – Território: Revista de Geografia Agrária. Volume 1. No 2. p. 14-30 2006. ISSN: 1809-6271. <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=55>. Acesso em 15 de outubro de 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST (1979-1999).** Tese de doutoramento em Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Educação do campo e território.** s/d. disponível em http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/ii_05.pdf. acesso em 02 de junho de 2012.

_____. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina**. Expressão Popular. São Paulo. 2008

_____. **Entrando nos territórios do Território**. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio; CARVALHO FILHO, José Juliano de. **Constituição vinte anos:** caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). 2008. In: IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*.

FIGUEREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção no Brasil**. Autores Associados. São Paulo. 2004

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz**. Editora Ética. Imperatriz. 2008.

FUNDAÇÃO VALE. **Um olhar sobre Açailândia/MA:** diagnóstico socioeconômico. Disponível em http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto_A%C3%A7ail%C3%A2ndia.pdf. Acesso em 8 de janeiro de 2012.

GALANO, Ana Maria. **Essa terra é nossa:** depoimento sobre a vida e a luta dos camponeses no estado do Maranhão. Petrópolis. 1980.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora Paz e Terra. 12ª edição. Rio de Janeiro, 1981.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 2008.

GISTELINCK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960*. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

HARVEY, David. **O “novo imperialismo”:** ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. Acessado em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_harvey.pdf, em 5 de outubro de 2012.

HOLANDA, Felipe de. **Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos**. Cadernos IMESC 04. São Luis. Imesc 2008.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

IBGE. **Censo Agro 2006: IBGE revela retrato do Brasil agrário**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1 Acesso em 8 de julho de 2011.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2012

IBGE. Series estatísticas 1985. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2012

IBGE. Series estatísticas 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2012

IEL – Instituto Euvaldo Lodi e, outros. **Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio - Relatórios dinâmicos**: indicadores municipais. Disponível em <http://www.portalodm.com.br/relatorios/ma/acailandia>. Acesso em 18 de junho de 2012.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão**: nova série 2002 a 2005. Edição SEPLAN, São Luis, 2007.

IMESC b. **Maranhão em dados 2005**. IMESC. São Luis. 2007.

IMESC. **Indicadores de conjuntura econômica do Maranhão**. IMESC. São Luis. 2008. Disponível em <http://www.imesc.ma.gov.br/docs/Indicadores%20Vol%201.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão**: período 2004 a 2008. São Luis. 2010.

IMESC. **Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão**: período 2005 a 2009 / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V.1 (2005) - . São Luís: IMESC, 2010.

IMESC. **Indicadores de Conjuntura Econômica do Maranhão**: Nota de Conjuntura Econômica – Dezembro de 2010. Disponível em http://www.imesc.ma.gov.br/docs/nota_de_conjuntura_dez2010.pdf. Acesso em 14 de maio de 2011.

IMESC. **Anuário Estatístico do Maranhão 2010**. V. 1. São Luis. 2010

INCRA. **O INCRA e o assentamento**. Disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/490-o-incra-e-o-assentamento>. Acesso em 15 de novembro de 2010.

INCRA. **O que é grilagem**. Postagem em 17 de fevereiro de 2009. Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=11522:oquee-grilagem&catid=52:faqincra&Itemid=83. Acesso em 29 de março de 2010.

KAMITANI, Eduardo. **A crise do capital**: uma resenha sobre a obra de Ernest Mandel. Revista Urutagua – revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM). Nº 12 –

abr./mai./jun./jul./2007 – Quadrimestral. Maringá. Paraná. ISSN 1519.6178. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/012/12kamitani.htm>. Acesso: 2 de setembro de 2010.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Coleção Pensamento Social Democrata. Linha Gráfica Editora. Brasília, 1998.

KOWARICK, Marcos. **Amazônia-Carajás na trilha do saque**: os grandes projetos amazônicos. Editora Anita Garibaldi, 1ª edição. São Paulo, 1995.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse da Amazônia**. São Paulo. 1995 (mimeo).

_____. **Amazônia**: o aspecto político da questão mineral. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional) – PLADES/NAEA/UFPA, 1988.

_____. **Grandes projetos amazônicos**. Tese de Doutorado. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

LEITE, Sérgio; MEDEIROS, Leonilde. **Marchas e contra-marchas na política agrária**. In: INESC. A era FHC e o governo Lula: transição? INESC. Brasília. 2004

LENIN, Vladimir Ilitch. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Apresentação Wladimir Pomar. Editora Brasil Debates. Coleção Alicerces. São Paulo. 1980.

_____, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Abril Cultural. São Paulo, 1982.

LEONTIEV, Lev. **Noções de Economia Política**. Lisboa: Prelo Editora, 1976.

LERRER, Débora. **Reforma Agrária**: os caminhos do impasse. Ed. Garçonni. 2003. São Paulo.

LESSA, Sérgio. **A ontologia de Lukács**. EDUFAL. Maceió, 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Expressão Popular. 1ª edição. São Paulo, 2008.

LIMA, ValériaFerreira Santos de Almada. **Reestruturação produtiva e relação salarial**: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 1996.

_____. **Qualificação e emprego no Brasil**: uma avaliação dos resultados do PLANOR. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. UFMA, São Luis, 2004.

LOPES, Josefa Batista Lopes e outros. **Transformações contemporâneas e sistema de controle social nas relações campo e cidade**: trabalho, luta social e prática do Serviço Social no Maranhão. Projeto de pesquisa, São Luis/MA, 2006.

LUNA, Regina Celi Miranda Reis. **A terra era liberta**: um estudo da luta dos posseiros pela terra no vale do Pindaré – Maranhão. UFMA/Secretaria de Educação do Maranhão. Coleção Ciências Sociais. Série Questão Agrária 1. São Luis. 1984.

MADEIRA, Welboston do Vale. **“Euforias Maranhenses” e o mito do desenvolvimento econômico**. 1 Anais do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional do Nordeste. CICEF/UFPE. Recife-PE, 13 a 16 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.desenvolvimentoregional.com.br/sessao.php?tpt=G>. Acesso em 04 de junho de 2011.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Editora Vozes. 8ª edição. Petrópolis. 1995 .

MARCOS, Valéria. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª edição. São Paulo. Expressão Popular. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP. 2008.

MARIGHELA, Carlos. **Alguns aspectos da renda da terra no Brasil**. In Marighela et al. A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta. Série Brasil, 2ª edição. São Paulo: Ed Brasil, 1980.

MARINI, Ruy Mauro Marini. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. 1º edição. Editora. Expressão Popular. São Paulo. 2005

MARQUES, Maria Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil**: um renovado desafio à reflexão teórica. In.: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). Campesinato e territórios em disputa. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis. 1983.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Edições Avante! 2006. <http://www.marxists.org/portugues/marx/1849/04/05.htm>. acesso em 15 de setembro de 2010.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 22ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Traduzido: do alemão por Álvaro Pina. Editora "Avante!" 1982. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em 10 de junho de 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Editora Mauad. Rio de Janeiro. 2004.

MESQUITA, Benjamin Alvino de. **A transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado:** ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão e à Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris III em sistema de Cotutelle entre as duas universidades. 2006.

_____, Benjamin Alvino de. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão:** uma análise do crescimento do PIB e perspectivas. Cadderno IMESC nº 7. São Luis. IMESC. 2008.

MESQUITA, Luciano Amorim. **O processo de proletarização dos pequenos produtores rurais no contexto da instauração do complexo mineiro-metalúrgico em Açailândia – MA.** Monografia de graduação em Serviço Social. UFMA. Departamento de Serviço Social. São Luis. 2010.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural.** 2005. Disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/482>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

_____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural.** 2005. Disponível em <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/482>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

_____. **Agricultura familiar no Brasil e o Censo 2006.** Disponível em <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/2246122356.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2011.

MDICM - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira:** dados consolidados 2011. (MDICM, 2012). Acesso em 7 de junho de 2012. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>

_____. **a. Balanço Comercial: dados consolidados janeiro – junho 2012.** Acesso em 13 de dezembro de 2012. <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>

MIRANDA, Aurora Amélia Brito de. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão:** o caso do MST. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP – UFMA. São Luis. 2003.

MISNEROVICZ, José Valdir. **A criação do novo campoês em movimento nas lutas pela terra e reforma agrária no final do século XX e início do XXI.** Monografia do Curso de Geografia. UNESP – Capus Presidente Prudente, Presidente Prudente. 2011.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia na Amazônia oriental brasileira e a pressão sobre a floresta primária.** Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Acesso em 02 de maio de 2012. Disponível em http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_maurilio.pdf.

MONTEIRO, Viviane e SCALIONI, Téo. **Avanço do eucalipto ameaça meio ambiente.** Gazeta Mercantil. Caderno C, p. 7. 30 de janeiro de 2007. Acesso em 31 de janeiro de 2011.

MORAIS, Marli Alcântara Ferreira. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA.** Tese de Doutorado em Políticas Públicas: Universidade Federal do Maranhão 2007.

MOREIRA, José Cursino Raposo. **A implantação da Alcoa em São Luis: uma análise espacial da inserção do Maranhão no Pólo de Alumínio da Região Norte do Brasil.** Dissertação de Mestrado. UFMG – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEP/AR. Belo Horizonte. 1989.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Nota à imprensa e à sociedade. Disponível em www.mst.org.br . Acesso em 15 de janeiro de 2013.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale. **Programas e projetos governamentais nos assentamentos rurais: a polifonia exercida por muitos sujeitos.** In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha Moreira. Políticas públicas, trabalho e movimentos sociais no Maranhão. EDUFMA. São Luis. 2003.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica.** 3ª edição. Editora Cortez. São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos Avançados. Vol.15, nº 43 São Paulo Setembro/Dezembro. 2001. ISSN 0103-4014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300015&script=sci_arttext. Acesso em 13 de julho de 2010.

_____. **A derrota dos camponeses pela não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula.** Texto apresentado no “Encontro Nacional dos Povos do Campo: por dignidade e justiça”- Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Brasília. 23 a 25 de julho de 2006. Disponível em <http://faor.org.br/?p=leArquivo&chave=d8bb1c02fe9e1ae60c974fd002ccc1cf>. Acesso em 15 de novembro de 2012.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** FFLCH/Labur Edições. 1ª Edição. São Paulo. 2007

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada.** Estudos Avançados. Print version ISSN 0103-4014. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300019. Acesso: 10 de novembro de 2009

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita.** Editora Vozes. Petrópolis. 1998.

OSÓRIO, Carlos. **Migrações recentes e desigualdades** (s/d). <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A20.pdf>

PAULINO, Eliane, Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. Editora UNESP, São Paulo, 2006.

PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária do Maranhão**. <http://www.aldoasevedo.adv.br/docs/LuisACPedrosa.pdf>. Acesso em 23 de junho de 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **Disputas políticas no Brasil em torno da implementação da reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997 – 32003)**. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010. Disponível em <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT11-Jo%C3%A3o-M%C3%A1rcio-Mendes-Pereira.pdf>

_____. Avaliação do Projeto Cédula da Terra (1997 – 2002). Estudos Avançados. Print Version ISSN 0103-4014. Volume 26 nº 75, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/08.pdf>.

PEREIRA, Ruthiane S. **A agricultura familiar e a produção de carvão vegetal: estratégias de produção e reprodução sócio-econômica em áreas de reforma agrária**. Dissertação de Mestrado. Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. 2005

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2006.

PMDB. **Plano estratégico: O Maranhão e a nova década**. São Luis

POMAR, Wladimir. **Os latifundiários**. Editora Página 13. São Paulo. 2009.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1999.

PRADO JR, Caio. **A questão agrária e a revolução brasileira**. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

RABELO, Fernanda Lima. **A presença norte-americana no Brasil e as missões técnicas mistas: um estudo da Missão Cooke (1942)** http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV_jornada/IV_22.pdf. acessado em 5 de outubro de 2012.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Revista NERA. Ano 8. nº 6. jan/jun 2005. pg 48-58. ISSN 1806-6755. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Ramos_Filho.pdf. Acesso em 29 de julho de 2010.

RANGEL, Ignácio. **A questão agrária brasileira**. In: STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960**. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

RAPOSO, Maria da Conceição Brenha. **A dimensão pedagógica dos movimentos sociais no campo**. EDUFMA. São Luis. 1999.

REIS, Anne Michelline Melo. **Compensação paga pelos danos causados ao meio ambiente à população do Pequiá no município de Açailândia/MA**. Monografia apresentada ao Curso de Direito da Faculdade de Imperatriz. Imperatriz. 2009.

RODRIGUES, Otávio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Editora Forense-Universitária. Rio de Janeiro, 1981.

SANCHES, Luis Elias. **Agitação estéril ou programa político?**. S/d. Disponível em <http://www.intellectus.uerj.br>

A contribuição de Caio Prado Júnior para a formulação de um projeto de Brasil.

SANTOS, Maria Etelvina de Oliveira. **Nas marés do ferro: repercussões sociais do Programa Grande Carajás para os setores populares do Maranhão – pauperização e miséria**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFC. Fortaleza. 1984.

SANTOS. Rafael de Oliveira Coelho dos. **Estudo das políticas de obtenção dos assentamentos de reforma agrária no Brasil entre 1985 e 2009**. Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo. Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente. 2010.

SANTOS. Valcir Bispo. **Mercado de trabalho, terceirização e segregação social em Carajás**. In. CARLEIAL. Liana e VALLE. Rogério (orgs). Reestruturação Produtiva e mercado de trabalho no Brasil. Editora HUCITEC-ABET. São Paulo, 1997.

SANTOS, Elder Carvalho dos. Informalidade do trabalho e políticas de emprego e renda no Maranhão. **Monografia de graduação**. São Luís: UFMA/Curso de Serviço Social, 2010 SAUER, Sérgio. **Dinheiro público para o agronegócio**. Le Monde Diplomatique Brasil. Abril 2010, ano 3, PP.8 e 9)

SAUER, Sérgio. **“Reforma Agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida**. Estudos sociais e agrícolas. Rio de Janeiro, Vol. 18, n. 1, 2010. Disponível em r1.ufrj.br/esa/art/201004-098-126.pdf

SAWAYA, Rubens R. **Subordinação Consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil**. São Paulo: Annablume; FAPESP. 2006.

SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto. **A soja na agricultura familiar: os casos de Planalto (PR) e Três de Maio (RS)**. In: SCHLESINGER, Sérgio; NUNES, Sidemar Presotto.

SEVILHA GUZMÁN, Eduardo e MOLINA, Manuel Gonzalez. **A evolução do conceito de campesinato**. Expressão Popular. Brasília, 2005.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA. Ano 8, Nº . 7 . Jul/Dez de 2005. ISSN 1806-6755.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão**. Coleção Dissertações e Teses do CCSO/UFMA. São Luis. EDUFMA. 2008.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1981.

SILVA, José Jonas Borges da. **A migração na reforma agrária no Maranhão: o caso do assentamento Cigra – Lagoa Grande do Maranhão**. Monografia do Curso de Geografia da Universidade de São Paulo – USP. Presidente Prudente. 2011.

SOARES, Luciana Cristina Teixeira. **Terceirização na atual reestruturação produtiva: expressões na produção industrial mínero-metalúrgica no Maranhão**. Monografia do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. São Luis. 2010.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro. ISBN 978-85-99662-28-1. 2008. Disponível em www.centroedelstein.org.br. Acesso em 10 de abril de 2012.

STÉDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária (1946 – 2003)**. Expressão Popular. São Paulo. 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. 1999. São Paulo.

TAVARES, João Claudino. **Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990 – 2000)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia Florianópolis, 2008.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005 (p. 21-42). Disponível em http://www.cptl.ufms.br/geo/revista-geo/Revista/Revista_ano2_numero2/jodenir.pdf. Acesso em 10 de junho de 2012.

THOMAZ JR, Antonio. **Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho**. Publicado em THOMAS JUNIOR, A. Por Trás dos Canaviais os Nós da Cana. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002. Scripta Vetera. Edicion Electrónica de Trabajos publicados sobre Geografia y Ciencias Sociales. Universidadde Barcelona. ISSN: 1578-0015. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sv-87.htm>. Acesso em 23 de novembro de 2008.

THOMAZ JR, Antonio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano (org). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. 1ª edição. Expressão Popular. São Paulo. 2008.

TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. Expressão Popular. 1º edição. São Paulo. 2005.

VIAS DE FATO, entrevista “Terra, justiça e reforma agrária”, publicada em 13 de julho de 2011).

VINHAS, Moisés. **Problemas agrário-camponeses do Brasil**. In: STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500 – 1960. Expressão Popular. São Paulo. 2005.